



# **CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

## **PROJETO PEDAGÓGICO**



#### LISTA DE FIGURAS

|                                                                                       |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1: Mapa da América do Sul .....                                                | 10  |
| Figura 2: Percentual de Docentes com Formação Stricto Sensu .....                     | 13  |
| Figura 3: Cursos presenciais mais procurados no Brasil por número de matrículas ..... | 133 |

#### LISTA DE QUADROS

|                                                                                                      |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1: Principais Características Físicas da Cidade de Porto Alegre .....                         | 10  |
| Quadro 2: Distâncias das demais capitais.....                                                        | 10  |
| Quadro 3: Principais Características da Cidade de Porto Alegre .....                                 | 11  |
| Quadro 4: Comparativo de Mensalidades .....                                                          | 13  |
| Quadro 5: Articulação entre gestão institucional e a gestão do curso para implementação do PDI.....  | 20  |
| Quadro 6: Núcleo de Formação Geral .....                                                             | 28  |
| Quadro 7: Núcleo de Formação Técnico-Jurídica .....                                                  | 28  |
| Quadro 8: Núcleo de Formação Prático-Profissional.....                                               | 29  |
| Quadro 9: Grade Curricular do Curso de Direito .....                                                 | 34  |
| Quadro 10: Regime de Trabalho dos Tutores .....                                                      | 121 |
| Quadro 11: Composição do NDE do Curso de Direito .....                                               | 135 |
| Quadro 12: Composição do Corpo Docente do Curso de Direito .....                                     | 141 |
| Quadro 13: Titulação do Corpo Docente em Percentual.....                                             | 141 |
| Quadro 14: Regime de Trabalho do Corpo Docente em Percentual .....                                   | 142 |
| Quadro 15: Experiência Profissional do Corpo Docente.....                                            | 143 |
| Quadro 16: Relatório de Avaliação Docente e a Relação com a Experiência no Magistério Superior ..... | 145 |
| Quadro 17: Experiência no Exercício da Docência na Educação à Distância .....                        | 147 |
| Quadro 18: Relatório de Tutores .....                                                                | 149 |
| Quadro 19: Titulação do corpo tutorial .....                                                         | 150 |
| Quadro 20: Formação Acadêmica do corpo tutorial .....                                                | 151 |
| Quadro 21: Experiência dos Tutores em Educação a Distância.....                                      | 152 |
| Quadro 22: Avaliação da Interação entre Coordenação, Professores e Tutores.....                      | 154 |
| Quadro 23: Previsão de Investimento na Biblioteca .....                                              | 159 |

#### LISTA DE TABELAS

|                                                         |     |
|---------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1: Mensalidade do curso de Direito na PUCRS..... | 132 |
|---------------------------------------------------------|-----|

#### LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                                                          |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 1: Matrículas no ensino médio no Brasil (2019-2023) .....                                                                        | 130 |
| Gráfico 2: Percentual de alunos do ensino médio segundo a área da trilha de aprofundamento do itinerário formativo – Brasil – 2023 ..... | 130 |



## SUMÁRIO

|                                                                                        |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| CARACTERIZAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO.....                                   | 6   |
| 1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA .....                                               | 6   |
| CONTEXTO EDUCACIONAL .....                                                             | 6   |
| Justificativa da Oferta do Curso .....                                                 | 16  |
| 1.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO (ARTICULAÇÃO DO PPC COM O PDI) .....   | 17  |
| 1.1.1 Compromisso Social.....                                                          | 20  |
| 1.2 OBJETIVOS.....                                                                     | 21  |
| 1.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....                                                | 22  |
| 1.3.1 Perfil Profissiográfico do Egresso.....                                          | 23  |
| 1.3.2 Competências e Habilidades a serem Desenvolvidas pelo Egresso.....               | 23  |
| 1.3.3 Formas de Acesso ao Curso .....                                                  | 25  |
| 1.4 ESTRUTURA CURRICULAR .....                                                         | 27  |
| 1.4.1 Aspectos Gerais.....                                                             | 27  |
| 1.4.2 Flexibilidade do Curso.....                                                      | 30  |
| 1.4.3 Interdisciplinaridade do Curso.....                                              | 30  |
| 1.4.4 Coerência do currículo com os objetivos do Curso .....                           | 31  |
| 1.4.5 Coerência do currículo com o perfil do egresso .....                             | 31  |
| 1.4.6 Coerência do currículo face às Diretrizes Curriculares Nacionais.....            | 31  |
| 1.4.7 Adequação e atualização de ementas, programas de ensino e bibliografia .....     | 31  |
| 1.4.8 Papel dos Docentes.....                                                          | 32  |
| 1.5 CONTEÚDOS CURRICULARES .....                                                       | 33  |
| 1.6 METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS .....                                        | 89  |
| 1.6.1 Disciplinas oferecidas na modalidade de ensino presencial.....                   | 89  |
| 1.6.2 Disciplinas oferecidas na modalidade de ensino a distância .....                 | 91  |
| 1.7 PRÁTICAS JURÍDICAS - ESTÁGIO .....                                                 | 95  |
| 1.8 NSA.....                                                                           | 96  |
| 1.9 NSA.....                                                                           | 96  |
| 1.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES .....                                                   | 96  |
| 1.10.1 Definição/Objetivos .....                                                       | 96  |
| 1.10.2 Aspectos Operacionais.....                                                      | 96  |
| 1.10.3 Tipos de Atividades Complementares .....                                        | 97  |
| 1.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC.....                                         | 98  |
| 1.11.1 Aspectos Introdutórios .....                                                    | 98  |
| 1.11.2 Das Atribuições do Coordenador de Estágio e Trabalho de Conclusão de Curso..... | 98  |
| 1.11.3 Da Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso .....                           | 99  |
| 1.11.4 Atribuições do Professor Orientador do Trabalho de Conclusão de Curso .....     | 99  |
| 1.11.5 Da Realização do Trabalho de Conclusão de Curso .....                           | 99  |
| 1.11.6 Das Normas de Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso .....                | 100 |
| 1.11.7 Da Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso.....                             | 100 |
| 1.12 APOIO AO DISCENTE .....                                                           | 101 |
| 1.12.1 Convênios e Parcerias .....                                                     | 101 |
| 1.12.2 Intercâmbio.....                                                                | 102 |
| 1.12.3 Acesso a Seleção e Programas de Apoio Financeiro.....                           | 102 |
| 1.12.4 Apoio Psicopedagógico .....                                                     | 102 |
| 1.12.5 Atividades de Nivelamento.....                                                  | 102 |
| 1.12.6 Organização Estudantil – Centro Acadêmico.....                                  | 103 |
| 1.12.7 Atendimento Extraclasse .....                                                   | 103 |



|         |                                                                                          |     |
|---------|------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1.12.8  | Núcleo de Oportunidades.....                                                             | 103 |
| 1.12.9  | Acompanhamento dos Egressos.....                                                         | 103 |
| 1.12.10 | Atividades de Monitoria .....                                                            | 103 |
| 1.12.11 | Atividades de Extensão .....                                                             | 106 |
| 1.12.12 | Visitas Técnicas .....                                                                   | 110 |
| 1.12.13 | Atividades de iniciação científica e incentivo à pesquisa .....                          | 110 |
| 1.12.14 | Acompanhamento de estágios não obrigatórios.....                                         | 112 |
| 1.13    | GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS.....                    | 112 |
| 1.14    | ATIVIDADES DE TUTORIA .....                                                              | 114 |
| 1.15    | CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA .....         | 115 |
| 1.15.1  | Aspectos Gerais.....                                                                     | 115 |
| 1.15.2  | Atributos Profissionais e Acadêmicos .....                                               | 116 |
| 1.15.3  | Atributos Pessoais.....                                                                  | 116 |
| 1.15.4  | Plano de Carreira dos Tutores .....                                                      | 117 |
| 1.15.5  | Critérios de Seleção e Contratação dos Tutores.....                                      | 118 |
| 1.15.6  | Requisitos de titulação e experiência profissional dos Tutores .....                     | 118 |
| 1.15.7  | Política de Qualificação do Corpo de Tutores.....                                        | 119 |
| 1.15.8  | Regime de Trabalho do Corpo de Tutores .....                                             | 120 |
| 1.15.9  | Procedimentos para Substituição dos Tutores .....                                        | 121 |
| 1.16    | TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NO PROCESSO ENSINO-<br>APRENDIZAGEM ..... | 121 |
| 1.17    | AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA).....                                              | 123 |
| 1.17.1  | Introdução.....                                                                          | 123 |
| 1.17.2  | Melhoria da Comunicação Proporcionada pela Plataforma Sala de Aula .....                 | 123 |
| 1.17.3  | Diferenciais .....                                                                       | 124 |
| 1.18    | MATERIAL DIDÁTICO .....                                                                  | 125 |
| 1.19    | PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS ENSINO-<br>APRENDIZAGEM .....  | 126 |
| 1.19.1  | Processos de Avaliação do Estudante.....                                                 | 126 |
| 1.19.2  | Aproveitamento de Estudos .....                                                          | 127 |
| 1.19.3  | Procedimentos de acompanhamento .....                                                    | 128 |
| 1.20    | NÚMERO DE VAGAS.....                                                                     | 129 |
| 1.21    | NSA.....                                                                                 | 133 |
| 1.22    | NSA.....                                                                                 | 133 |
| 1.23    | NSA.....                                                                                 | 133 |
| 1.24    | NSA.....                                                                                 | 133 |
| 1.25    | INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR.....                                                           | 133 |
| 1.25.1  | Regimento Escolar e Didático Científico do Curso.....                                    | 134 |
| 1.26    | NSA.....                                                                                 | 135 |
| 1.27    | NSA.....                                                                                 | 135 |
| 1.28    | NSA.....                                                                                 | 135 |
| 1.29    | NSA.....                                                                                 | 135 |
| 2.      | CORPO DOCENTE E TUTORIAL .....                                                           | 135 |
| 2.1     | ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE .....                                       | 135 |
| 2.2     | EQUIPE MULTIDISCIPLINAR.....                                                             | 136 |
| 2.2.1   | Atribuições da Equipe Multidisciplinar da FSFA .....                                     | 138 |
| 2.2.2   | Revisão dos Materiais .....                                                              | 139 |
| 2.3     | ATUAÇÃO DO COORDENADOR .....                                                             | 139 |
| 2.3.1   | Experiência Profissional .....                                                           | 139 |



---

|        |                                                                                                                                     |     |
|--------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2.3.2  | Experiência de Magistério Superior e Gestão Acadêmica .....                                                                         | 139 |
| 2.4    | REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO.....                                                                                     | 140 |
| 2.5    | TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO .....                                                                                           | 140 |
| 2.6    | REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO .....                                                                                  | 142 |
| 2.7    | EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE.....                                                                                            | 142 |
| 2.8    | NSA .....                                                                                                                           | 143 |
| 2.9    | EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR .....                                                                                 | 143 |
| 2.10   | EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA .....                                                                  | 145 |
| 2.11   | EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....                                                                    | 148 |
| 2.12   | ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE .....                                                                                  | 149 |
| 2.13   | TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO .....                                                                             | 150 |
| 2.14   | EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA .....                                                                       | 151 |
| 2.15   | INTERAÇÃO ENTRE TUTORES - PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA, DOCENTES E COORDENADORES DE CURSO .....                                        | 152 |
| 2.15.1 | Avaliação do Processo Interativo.....                                                                                               | 153 |
| 2.16   | PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA .....                                                                                      | 155 |
| 2.16.1 | Docentes .....                                                                                                                      | 155 |
| 2.16.2 | Discentes.....                                                                                                                      | 155 |
| 2.17   | APOIO AO DOCENTE.....                                                                                                               | 156 |
| 3.     | INFRAESTRUTURA .....                                                                                                                | 157 |
| 3.1    | ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL.....                                                                             | 157 |
| 3.2    | ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR.....                                                                                          | 157 |
| 3.3    | SALA COLETIVA DE PROFESSORES.....                                                                                                   | 157 |
| 3.4    | SALAS DE AULA.....                                                                                                                  | 157 |
| 3.5    | ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA .....                                                                               | 157 |
| 3.6    | POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE LIVROS DA BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR .....                                                         | 159 |
| 3.6.1  | Processo de Aquisição .....                                                                                                         | 160 |
| 3.6.2  | Contextualização da biblioteca .....                                                                                                | 160 |
| 3.6.3  | Periódicos especializados .....                                                                                                     | 161 |
| 3.7    | NSA.....                                                                                                                            | 163 |
| 3.8    | NSA.....                                                                                                                            | 163 |
| 3.9    | LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS.....                                                                                          | 163 |
| 3.9.1  | Laboratórios de Informática .....                                                                                                   | 164 |
| 3.10   | NSA.....                                                                                                                            | 166 |
| 3.11   | NSA.....                                                                                                                            | 166 |
| 3.12   | NSA.....                                                                                                                            | 166 |
| 3.13   | PROCESSO DE CONTROLE DA PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO .....                                                         | 166 |
| 3.14   | NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: ATIVIDADES BÁSICAS E ARBITRAGEM, NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ATIVIDADES JURÍDICAS REAIS ..... | 168 |
| 3.14.1 | NPJ – Atividades Básicas .....                                                                                                      | 168 |
| 3.14.2 | Convênios.....                                                                                                                      | 169 |
| 3.14.3 | NPJ – Arbitragem, Conciliação e Mediação .....                                                                                      | 169 |
| 3.14.4 | Do Serviço de Assistência Judiciária – SAJUFIN .....                                                                                | 169 |
| 3.15   | COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....                                                                                                    | 173 |
| 3.16   | NSA.....                                                                                                                            | 173 |
|        | REFERÊNCIAS.....                                                                                                                    | 174 |



## CARACTERIZAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

- ✿ Criação do Curso: Portaria nº 209 de 27 de junho de 2011 - D.O.U. de 29 de junho de 2011.
- ✿ Titulação: Bacharel em **Direito**.
- ✿ Admissão: Processo Seletivo através de Concurso Vestibular.
- ✿ Vagas: 100 alunos por ano.
- ✿ Turno de funcionamento: noturno.
- ✿ Carga horária total: **3.840 horas**
- ✿ Carga horária de disciplinas obrigatórias: **3.056 horas**
- ✿ Carga horária das atividades de extensão: **400 horas**
- ✿ Carga horária das práticas jurídicas: **256 horas**
- ✿ Carga horária de atividades complementares: **32 horas**
- ✿ Carga horária do Trabalho de Conclusão de Curso: **96 horas**
- ✿ Número de semestres de conclusão do curso: no mínimo 10 semestres letivos e no máximo 10 anos.
- ✿ Coordenador: Prof. Me. Otávio Borsa Antonello
- ✿ **Endereços:** Rua Comendador Tavares, 360 – Navegantes – CEP 90230-020 – Fone: (51) 99872-1045 - Porto Alegre – RS - [www.saofranciscodeassis.edu.br](http://www.saofranciscodeassis.edu.br)  
Rua Comendador Tavares, 297 – Navegantes – CEP 90230-020 – Fone: (51) 99872-1045 - Porto Alegre – RS - [www.saofranciscodeassis.edu.br](http://www.saofranciscodeassis.edu.br)

## 1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

### CONTEXTO EDUCACIONAL

#### Identificação

Mantenedora: União das Faculdades Integradas de Negócios LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 04.928.749.0001-54.

Mantida: Faculdade São Francisco de Assis

Endereço: Rua Comendador Tavares, 360 – Navegantes – Porto Alegre/RS – 91020-001.

#### Histórico da Instituição

A Faculdade São Francisco de Assis (FSFA) surgiu de uma conjugação de ideias de alguns professores que atuavam nas cidades de Porto Alegre e de São Paulo. Os idealizadores da Faculdade juntaram esforços intelectuais de diferentes áreas de conhecimentos e fizeram com que seus planos se materializassem no que hoje é uma das mais importantes instituições de Ensino Superior com atuação na capital do Rio Grande do Sul.

O primeiro ato formal de constituição da Faculdade ocorreu com o credenciamento da Mantenedora União das Faculdades Integradas de Negócios Ltda., através da Portaria MEC nº 3.558 de 26 de novembro de 2003, publicada no DOU em 28 de novembro de 2003.

A autorização dos quatro primeiros cursos – Administração, Ciências Contábeis, Direito e Psicologia ocorreu com a publicação das Portarias nº 3.551 de 26/11/2003 – D.O.U. de 28/11/2003, nº 3.552 de 26/11/2003 – D.O.U. de 28/11/2003, Portaria nº 209 de 27 de junho de 2011 - D.O.U. de 29 de junho de 2011 e Portaria nº 245 de 05 de julho de 2011 - D.O.U. de 06 de julho de 2011. O reconhecimento do curso de Administração ocorreu com a publicação da Portaria nº 167 de 16/02/2007 – D.O.U. de 21/02/2007, o do curso de Ciências Contábeis ocorreu com a publicação da Portaria nº 1.134 de 21/12/2006 – D. O. U. de 26/12/2006, o do curso de Direito por meio da Portaria nº 412 de 26 de agosto de 2016 - D.O.U de 29 de agosto de 2016 e o do curso de Psicologia, por meio da Portaria nº 250 de 30 de junho de 2016 - D.O.U. de 01 de julho de 2016.



Os demais cursos de graduação da Faculdade São Francisco de Assis foram autorizados e reconhecidos ao longo desse período de funcionamento da Instituição, de acordo com o segundo ordenamento:

- ✿ Arquitetura e Urbanismo – Portaria de autorização nº 116 de 13 de junho de 2011 - D.O.U. 14 de junho de 2011 e de reconhecimento Portaria nº 646 de 20 de setembro de 2018 - D.O.U. de 24 de setembro de 2018;
- ✿ Ciência da Computação – Portaria de autorização nº 467 de 22 de novembro de 2011 - D.O.U. de 24 de novembro de 2011 e de reconhecimento, Portaria nº 187 de 17 de março de 2018 - D.O.U. de 22 de março de 2018;
- ✿ Jornalismo – Portaria de autorização nº 197 de 04 de outubro de 2012 – D.O.U. de 08 de outubro de 2012 e de reconhecimento, Portaria nº 98 de 15 de fevereiro de 2018 - D.O.U. de 16 de fevereiro de 2018;
- ✿ Relações Internacionais – Portaria de autorização nº 16 de 24 de janeiro de 2013 - D.O.U. de 25 de janeiro de 2013;
- ✿ Comunicação Social – Publicidade e Propaganda – Portaria de autorização nº 331 de 27 de maio de 2014 - D.O.U. de 28 de maio de 2014 e de reconhecimento, Portaria nº 187 de 17 de março de 2018 - D.O.U. de 22 de março de 2018;
- ✿ Tecnólogo em Marketing – Portaria de autorização nº 516 de 14 de agosto de 2014 - D.O.U. de 15 de agosto de 2014 e de reconhecimento, Portaria nº 187 de 17 de março de 2018 - D.O.U. de 22 de março de 2018;
- ✿ Engenharia Mecânica – Portaria de autorização nº 601 de 30 de agosto de 2018 - D.O.U. de 04 de setembro de 2018;
- ✿ Engenharia de Produção – Portaria de autorização nº 851 de 30 de novembro de 2018 - D.O.U. de 04 de dezembro de 2018;
- ✿ Fisioterapia – Portaria de autorização nº 172 de 09 de abril de 2019 - D.O.U. de 10 de abril de 2019;
- ✿ Serviço Social – Portaria de autorização nº 376 de 21 de agosto de 2019 - D.O.U. de 22 de agosto de 2019;
- ✿ Engenharia Civil – Portaria de Autorização nº 64 de 01 de abril de 2020 – D.O.U. nº 64, Seção 1, Pág. 39 de 02 de abril de 2020;
- ✿ Nutrição – Portaria de Autorização nº Portaria nº 292 de 08 de outubro de 2020 – D.O.U. de 09 de outubro de 2020;
- ✿ Design – Portaria de Autorização nº 292 de 08 de outubro de 2020 – D.O.U. de 09 de outubro de 2020;
- ✿ Fonoaudiologia – Portaria de Autorização nº 292 de 08 de outubro de 2020 – D.O.U. de 09 de outubro de 2020.
- ✿ Credenciamento para o EAD – Portaria nº 324 de 25 de maio de 2021, DOU nº 98, Seção 1, pág. 170, de 26 de maio de 2021.
- ✿ Enfermagem – Portaria de Autorização nº 789 de 29 de julho de 2021. D.O.U. nº 143, Seção 1, Pág. 51 de 30 de julho de 2021.

Tendo em vista a expansão de seus negócios a Faculdade São Francisco de Assis, solicitou o Credenciamento para EAD - Portaria nº 324 de 25 de maio de 2021 – D.O.U. de 26 de maio de 2021 e a partir desse credenciamento passou a solicitar autorização dos seguintes cursos de graduação e tecnológicos:

- ✿ Ciências Contábeis - Portaria nº 535 de 02 de junho de 2021 – D.O.U. de 03 de junho de 2021.
- ✿ Administração - Portaria nº 535 de 02 de junho de 2021 – D.O.U. de 03 de junho de 2021.
- ✿ Análise e Desenvolvimento de Sistemas - Portaria nº 535 de 02 de junho de 2021 – D.O.U. de 03 de junho de 2021.



- ✿ Gestão da Tecnologia da Informação - Portaria nº 535 de 02 de junho de 2021 – D.O.U. de 03 de junho de 2021.
- ✿ Ciência da Computação – Portaria nº 1.044 de 08 de dezembro de 2022 – D.O.U. de 09 de dezembro de 2022.
- ✿ Logística – Portaria nº 1.044 de 08 de dezembro de 2022 – D.O.U. de 09 de dezembro de 2022.
- ✿ Gestão de Recursos Humanos - Portaria nº 1158 de 30 de dezembro de 2022 – D.O.U. de 02 de janeiro de 2023.
- ✿ Processos Gerenciais - Portaria nº 1158 de 30 de dezembro de 2022 – D.O.U. de 02 de janeiro de 2023.
- ✿ Gestão Ambiental - Portaria nº 1158 de 30 de dezembro de 2022 – D.O.U. de 02 de janeiro de 2023.
- ✿ Marketing – Portaria nº 20, de 17 de março de 2023 – D.O.U. de 20 de março de 2023.
- ✿ Jornalismo – Portaria nº 472 de 08 de dezembro 2023, D.O.U. nº 234, Seção 1, pág. 79 de 11 de dezembro de 2023.
- ✿ Gestão Financeira – Portaria nº 27, de 26 de janeiro de 2024 – D.O.U. de 27 de janeiro de 2024.
- ✿ Pedagogia – Portaria de Autorização nº 452 de 02 de setembro 2024, D.O.U. nº 170, Seção 1, pág. 51 de 03 de setembro de 2024.

Inicialmente, a Faculdade foi autorizada para oferecer seus cursos na Avenida Sertório, nº 253, Bairro Navegantes, na cidade de Porto Alegre. A partir das novas autorizações, a Faculdade, na medida em que for necessário, buscará novos locais para oferecer seus cursos na região e em outras de Porto Alegre. Atualmente, tem expandido de acordo com as demandas na Rua Comendador Tavares nº 360.

Além dos cursos de graduação, a Faculdade São Francisco de Assis oportuniza para a sua comunidade acadêmica cursos de pós-graduação *lato sensu* nas áreas de Administração, Contabilidade, Direito, Psicologia e Sustentabilidade e Ambiente.

## Missão

O projeto pedagógico do curso representa um documento teórico-prático de referência às atividades dos gestores, docentes, discentes e colaboradores do curso.

A missão de cada curso está inserida dentro da missão maior da **Faculdade São Francisco de Assis** e pode ser entendida a partir da definição das principais crenças e valores de seus idealizadores. Essa missão, considerando a sociedade civil organizada em que a Faculdade São Francisco de Assis está inserida, a percepção acadêmica de seus diretores, professores e coordenadores administrativos e acadêmicos, gerará esse projeto pedagógico que servirá de instrumento balizador para as suas ações. A partir deste entendimento sistêmico, é possível, portanto, traçar o perfil profissiográfico do futuro egresso do Curso.

As principais crenças e valores dos idealizadores que estão norteando o curso podem ser resumidos nas seguintes:

- ✿ Gestão compartilhada na construção competente do projeto pedagógico;
- ✿ Processo de gestão centrado em valores e princípios democráticos;
- ✿ Ter como lócus a formação de um aluno/cidadão como um ser social histórico e sujeito de relações;
- ✿ Será democrática na sua essência pedagógica, buscando a colaboração, corresponsabilidade e solidariedade de sua comunidade acadêmica;
- ✿ A gestão compartilhada deverá buscar a formação de uma cultura ética e responsável na sua essência, que deverá nortear o processo pedagógico de formação dos egressos;



- ✿ Busca de excelência acadêmica na área do curso aplicada às mais variadas concepções de negócios.
- ✿ A missão do curso se insere na missão da própria **Faculdade**, a partir dessas crenças e valores, que pode ser definida como:

“Oferecer ensino de nível superior com qualidade, com um modelo de gestão democrático e compartilhado com todos os segmentos da comunidade acadêmica, buscando a continuidade da IES e o aprimoramento constante do processo de formação acadêmica”.

O planejamento operacional visa à criação de oportunidades aos discentes do curso para que busquem conhecimento, visando concretizar a construção interativa do saber, do conhecimento científico e técnico, da primazia da aquisição e do desenvolvimento de hábitos de investigação sobre novas fontes de informação, prioritariamente, na busca da melhoria da qualidade de vida da Região Sul. Assim, ficam claros os componentes que se agregam em torno da vida acadêmica: professor, aluno, Instituição de ensino e a comunidade, que dão uma identidade clara aos cursos.

No apoio a sua missão, a **Faculdade São Francisco de Assis** oferece um projeto pedagógico que contém um currículo compatível com o vasto campo do **Direito**. Isto significa que se empenha na oferta de um ensino de excelência, através da implantação de currículos desafiadores, padrões rigorosos de qualidade e preocupação constante com o aproveitamento do aluno.

Também busca oferecer suporte ao desenvolvimento dos professores do curso como condição necessária ao progresso do ensino, pois só com a valorização do corpo docente como agente fundamental ao desenvolvimento das ações de ensino é que propiciará o alcance dos objetivos da Instituição e do curso. Desse modo, procura manter um balanceamento eclético entre as necessidades e as premissas pedagógicas do curso. Além disso, os professores são profissionalmente ativos, prestando serviços e desempenhando papéis de liderança em organizações de trabalho e na comunidade. Assim, é possível manter e ampliar a relação interativa entre a **Faculdade** e a comunidade, por meio de um relacionamento proativo, produtivo com outras instituições, órgãos públicos ou privados e empresas, gerando um ganho significativo para o curso.

### **Inserção Regional**

A Faculdade São Francisco de Assis está inserida na comunidade de Porto Alegre e da grande Porto Alegre. A capital gaúcha conta, atualmente, com três Universidades que oferecem cursos nas mesmas áreas de atuação: a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Além destas universidades, Porto Alegre conta com algumas instituições isoladas que contribuem na formação de profissionais na mesma área de atuação.

Porto Alegre fica localizada no sul do país, sendo um dos principais polos de desenvolvimento do MERCOSUL.



Figura 1: Mapa da América do Sul



Fonte: Google

As principais características da cidade são:

Quadro 1: Principais Características Físicas da Cidade de Porto Alegre

| Características Físicas: |                                                                                                                                                                                                                  |
|--------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Área total:              | 476,30 km <sup>2</sup>                                                                                                                                                                                           |
| Continente:              | 431,85 Km <sup>2</sup>                                                                                                                                                                                           |
| Ilhas:                   | 44,45 Km <sup>2</sup>                                                                                                                                                                                            |
| Localização:             | Paralelo 30°sul, com 30 km longitudinais<br>15 km de largura no sentido Leste-Oeste<br>Espaços de planícies, mas está circundado por 40 morros que abrangem 65% da área, limitada por uma orla fluvial de 72 km. |
| Limites:                 | Norte: Triunfo, Nova Santa Rita, Canoas e Cachoeirinha<br>Sul: Viamão e Lago Guaíba (Barra do Ribeiro)<br>Leste: Alvorada e Viamão<br>Oeste: Lago Guaíba (Eldorado do Sul, Guaíba e Barra do Ribeiro)            |
| Clima:                   | Subtropical úmido, com as quatro estações definidas.                                                                                                                                                             |
| Temperaturas:            | Primavera (23/09 a 21/12): médias de 15°C a 30°C<br>Verão (21/12 a 21/03): médias 25°C a 38°C<br>Outono (21/03 a 21/06): médias de 10°C a 25°C<br>Inverno (21/06 a 23/09): médias 2°C a 15°C                     |
| Hidrografia:             | Extensão da margem do Lago Guaíba: 70,02 Km<br>Área do Lago Guaíba: 496 Km <sup>2</sup> , Largura máxima: 19 km, Comprimento: 50 km, Volume de água aproximado: 1 Km <sup>3</sup>                                |
| Arroio mais extenso:     | Arroio Dilúvio com 17.606 m                                                                                                                                                                                      |
| Arborização:             | Praças: 395 (área: 3.050.508 m <sup>2</sup> ) Parques: 11 (área: 5.415.808 m <sup>2</sup> ) Índice de área verde: 13,62m <sup>2</sup> /hab.                                                                      |
| Arborização Urbana:      | Quantidade de árvores nas vias públicas: cerca de 1.000.000<br>Quantidade de espécies: 189 Espécies mais frequentes: extremosa, ligustro, jacarandá, cinamomo e perna de moça                                    |
| Altitude:                | 10m                                                                                                                                                                                                              |
| Altimetria:              | Ponto culminante: Morro Santana: 311,20m<br>Ponto mais baixo: Continente: 1,1m - Aeroporto Salgado Filho e Foz do Arroio Feijó Ilha: 0,1m Ilha das Flores                                                        |
| Fuso Horário:            | -3 horas em relação ao Meridiano de Greenwich                                                                                                                                                                    |

Fonte: Elaborado pelos autores

Quadro 2: Distâncias das demais capitais

|                     |          |                   |          |
|---------------------|----------|-------------------|----------|
| Aracaju – SE        | 3.296 km | Belém – PA        | 3.854 km |
| Belo Horizonte – MG | 1.712 km | Boa Vista – RR    | 5.348 km |
| Brasília – DF       | 2.027 km | Campo Grande – MS | 1.518 km |
| Cuiabá – MT         | 2.206 km | Curitiba – PR     | 711 km   |



|                     |          |                  |          |
|---------------------|----------|------------------|----------|
| Florianópolis – SC  | 476 km   | Fortaleza – CE   | 4.242 km |
| Goiânia – GO        | 1.847 km | João Pessoa – PB | 3.889 km |
| Macapá – AP         | 4.448 km | Maceió – AL      | 3.572 km |
| Manaus – AM         | 4.563 km | Natal – RN       | 4.066 km |
| Palmas – TO         | 2.747 km | Porto Velho – RO | 3.662 km |
| Recife – PE         | 3.779 km | Rio Branco – AC  | 4.196 km |
| Rio de Janeiro – RJ | 1.553 km | Salvador – BA    | 3.090 km |
| São Luís – MA       | 3.891 km | São Paulo – SP   | 1.109 km |
| Teresina – PI       | 3.804 km | Vitória – ES     | 2.001 km |

Fonte: Elaborado pelos autores

Quadro 3: Principais Características da Cidade de Porto Alegre

|                                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|---------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>População (fonte: IBGE/2017-estimativa):</b>   | População: 1.484.941                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|                                                   | Mulheres: 755.564                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|                                                   | Homens: 653.787                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b>Etnias:</b>                                    | Porto Alegre é composta por descendentes de 25 etnias. A maior parte da população é formada por migrantes de 466 municípios do interior do Estado. Nessas cidades convivem famílias de imigrantes vindas de várias partes da Europa, principalmente portugueses, italianos e alemães. No entanto, entre seus habitantes há traços sírios, libaneses, judeus, japoneses, africanos, chineses, poloneses, russos, belgas, suecos, entre outros. |
| <b>Estabelecimentos de Saúde SUS:</b>             | 201 estabelecimentos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| <b>Índice de Desenvolvimento Humano Municipal</b> | 2010 (IDHM 2010): 0,805                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>Pessoal ocupado total:</b>                     | Pessoal ocupado total: 847.181 pessoas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| <b>PIB per capita a preços correntes (2016):</b>  | R\$ 43.457,67                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <b>Sistema Educacional:</b>                       | Número de escolas Fundamentais: 365                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|                                                   | Número de escolas Ensino médio: 143                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|                                                   | Número de escolas de Educação Infantil: 762                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|                                                   | Alunos matriculados no ensino fundamental (2016): 159.162 matrículas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|                                                   | Alunos matriculados ensino médio (2016): 47.255 matrículas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|                                                   | Alunos matriculados Escola de Educação Infantil (2016): 25.007 matrículas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|                                                   | População alfabetizada: 1.277.572 pessoas, isto é, 91% (acima de 10 anos).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| <b>Sistema Viário (fonte: SMOV - SPM/08):</b>     | Número total de logradouros: 8.545                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|                                                   | Acessos: 934                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|                                                   | Avenidas: 396                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|                                                   | Becos: 1.232                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|                                                   | Outros: 432                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|                                                   | Passagens: 478                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|                                                   | Pontes: 28                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|                                                   | Praças: 537                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|                                                   | Ruas: 4.223                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|                                                   | Travessas: 313                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|                                                   | Viadutos: 8 e Elevada da Conceição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |



|                                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|-------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Sistema de Transporte<br/>(fonte SMT):</b>                           | Lotação: Nº de veículos: 403 Nº de Linhas: 40 (incluindo derivações) Nº passageiros/dia: 71180 Nº viagens hora-pico: 352 - Intervalo médio das viagens das linhas: 6,8 minutos                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|                                                                         | Ônibus: Nº de veículos: 1512 - Nº de Linhas: 311 (incluindo derivações e linhas eventuais) - Passageiros pagantes: Dias úteis: 1.211.988 – Sábados: 613.149 (51% do dia útil) – Domingos: 326.145 (27% do dia útil) - Isenção média: 12,98% - Passageiros Transportados: Dias úteis: 1.369.304 – Sábados: 711.252 - Domingos: 378.328 - Quilômetros/mês: 8.603.866 - Passageiros/mês: 29.810.953 - Viagens/dia: 25.138                                            |
|                                                                         | Infraestrutura do Transporte coletivo: Ônibus. Total de tratamento de Pista Exclusiva - 26,49km Total de tratamento de Faixa Preferencial - 39 km – Estações para embarque/desembarque para pista exclusiva (incluem plataformas nos dois sentidos): 49 – Estações de embarque/desembarque para faixa preferencial (consideradas uma por sentido): 132 – Velocidade Média dos ônibus: 20,4 km/h (pico manhã) 21,6 km/h (pico tarde) 36,5 km/h nas linhas diretas. |
|                                                                         | Táxi: Nº de veículos: 3.912                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|                                                                         | Escolar: Nº de veículos: 613                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|                                                                         | Metrô: 06 estações em Porto Alegre Embarque em Porto Alegre: 43.000 passageiros/dias = 39,8% do total do Metrô                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|                                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| <b>Indicadores da Qualidade de Vida (fonte: IBGE, DMAE, PMPA, FEE):</b> | Expectativa de vida: 71,59 anos; masculino: 64,8 anos - feminino: 72 anos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|                                                                         | População alfabetizada: 91%                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|                                                                         | Homicídios: 2,43 por 10.000 habitantes                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|                                                                         | Mortalidade Infantil: 10,76 por 1.000 habitantes                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|                                                                         | Abastecimento de água: 99,5%                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|                                                                         | Abastecimento de energia elétrica: 98%                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|                                                                         | Recolhimento de lixo: 100%                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|                                                                         | Coleta de esgoto: 85%                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|                                                                         | Esgoto tratado: 44%                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |

Fonte: Elaborado pelos autores

Porto Alegre caracteriza-se por ser uma cidade com número significativamente crescente de egressos do nível médio que poderão buscar mais um centro de excelência na formação superior.

O Brasil vive um momento de transição de seu contexto educacional, especialmente a partir das várias propostas de reforma universitária que tramitam no contexto político e acadêmico. Embora o foco principal das propostas sejam as Instituições de Ensino Superior Federais, todo o sistema educacional brasileiro está sofrendo um processo de mudança que poderá trazer benefícios representativos para a qualificação da educação superior brasileira.

Dentro desse contexto de mudanças das últimas décadas do ensino superior no Brasil, Andrade (2003), apresenta uma evolução histórica dos principais processos de expansão e desafios do sistema educacional superior brasileiro. Dentre os tópicos discutidos, um dos mais destacados é o aumento considerável da demanda pela educação superior no Brasil percebido nos últimos anos. Para ele, as mudanças no mundo do trabalho têm intensificado a demanda por educação superior. No Brasil, o sistema de ensino superior, o qual foi predominantemente público até a década de 70, teve seu perfil radicalmente modificado após esse período, com a predominância progressiva das matrículas no setor privado.

A partir dos anos 90, o ensino superior privado cresceu intensamente. Prossegue o movimento de transformação de instituições isoladas privadas em universidades, bem como o seu crescimento físico. Ademais, a multiplicação dos *campi* e a diversificação dos cursos empreendida por parte de universidades recentemente criadas são tendências características daquela década. Esses fenômenos ocorreram primeiramente e de forma mais intensa em São Paulo e depois nas demais regiões do país. A mesma tendência de crescimento do setor privado ocorre nas demais regiões, embora com intensidades e patamares diferentes. Na Região Sudeste, excluindo-se o Estado de São Paulo, o setor privado passa de 64% em relação ao total da matrícula, em 1995, para 76% em 2002; na região Sul de 51% para 74%;



nas regiões Nordeste e Norte de 32% e 28% para 42% e 40%, respectivamente. No Estado de São Paulo a variação no mesmo período foi de 80% para 84%.

Outro ponto de destaque é a estrutura altamente desigual da sociedade brasileira, resultante da intensa concentração de riqueza e renda, que constitui limite natural à expansão do setor do ensino superior por meio da iniciativa privada. Quando se observa a população de 18 a 24 anos que cursa ensino superior segundo as faixas de renda (renda familiar per capita em salários mínimos), pode-se observar que as proporções de alunos aumentam conforme crescem as faixas de renda. Nas faixas acima de três salários mínimos a proporção de estudantes é superior a 30%.

A lógica desse cenário é a de que a população de maior renda tem uma participação no ensino superior brasileiro muito maior que a população de faixas de renda mais baixas. Dentro desse contexto, a Faculdade São Francisco de Assis foi projetada pelos seus idealizadores como uma instituição que deve contribuir para a diminuição da desigualdade de oportunidades do ensino superior brasileiro, tanto que uma de suas diretrizes é oferecer ensino de qualidade com preço diferenciado.

Assim, a Faculdade São Francisco de Assis, dentro de seu processo de inserção regional procurou, desde a sua criação, contribuir com a comunidade através de ações proativas que contribuíram significativamente com a sociedade local. Arquétipos dessas ações insertivas são as bolsas disponibilizadas pela instituição através de programas governamentais como o Prouni, bolsas por meio do Educa mais Brasil e do programa Quero Bolsas e de Bolsas fornecidas pela Faculdade São Francisco de Assis, ou financiamentos através do Fies. Mas, especialmente o que mais caracteriza as ações de inserção regional da faculdade é sua política de preços praticados nas mensalidades de seus cursos. Hoje, indubitavelmente, a Faculdade São Francisco de Assis é a instituição de ensino superior na região da Grande Porto Alegre que oferece mais oportunidades para a população de baixa renda. Na média, as mensalidades cobradas pelos seus cursos estão, historicamente, quase 43% abaixo da média do mercado, conforme demonstrado no Quadro 4.

Quadro 4: Comparativo de Mensalidades

| Ano    | 2019     | 2020     | 2021     | 2022   | 2023   | 2024   | 2025   |
|--------|----------|----------|----------|--------|--------|--------|--------|
| A) R\$ | 941,12   | 981,58   | 1.011,27 | 582,93 | 563,09 | 505,58 | 535,20 |
| B) %   | 49,46    | 49,33    | 49,42    | 27,43  | 27,85  | 33,42  | 33,51  |
| C) R\$ | 1.861,97 | 1.937,37 | 1.999,36 | 803,27 | 780,45 | 759,36 | 804,92 |

Fonte: Elaborado pelos autores

Onde:

- a) Valor médio da mensalidade da Faculdade São Francisco de Assis;
- b) % do valor médio da mensalidade da Faculdade São Francisco de Assis abaixo da média do mercado;
- c) Valor médio da mensalidade do mercado da região da Grande Porto Alegre. Esses valores foram retirados dos sites das próprias instituições de ensino.

Embora a Faculdade São Francisco de Assis pratique um valor de mensalidade, em média, 43% abaixo do mercado, a qualidade do ensino não está sendo prejudicada, considerando que o seu corpo docente é formado por **85,52%** com formação *stricto sensu*, conforme Censo (2023), conforme Figura 2.

Figura 2: Percentual de Docentes com Formação Stricto Sensu



Ministério da Educação

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Percentual de Docentes em Exercício com Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Instituição de Educação Superior - 2023

Percentual de Docentes em Exercício com Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Cursos de Graduação, desagregado por Total, Mestrado e Doutorado - Instituição de Educação Superior - 2023

| Ano  | Código da Instituição | Nome da Instituição              | Sigla da Instituição | Categoria Administrativa    | Organização Acadêmica | Região Geográfica | Unidade da Federação | Percentual de Docentes com Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> |                  |           |
|------|-----------------------|----------------------------------|----------------------|-----------------------------|-----------------------|-------------------|----------------------|---------------------------------------------------------------|------------------|-----------|
|      |                       |                                  |                      |                             |                       |                   |                      | Total                                                         | Grau de Formação |           |
|      |                       |                                  |                      |                             |                       |                   |                      |                                                               | Mestrado         | Doutorado |
|      |                       |                                  |                      |                             |                       |                   |                      |                                                               |                  |           |
| 2023 | 0855                  | FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS | FSPA                 | Privada com fins lucrativos | Faculdade             | Sul               | Rio Grande do Sul    | 85,5                                                          | 52,6             | 32,9      |

Fonte: Censo de Educação Superior - INEP

Fonte: Censo da Educação Superior - Inep/MEC

Fonte: Censo da Educação Superior - Inep/MEC 2023

## Condições Objetivas de Oferta e a Vocação do Curso

A **Faculdade São Francisco de Assis** nasceu vocacionada para o Ensino Superior de qualidade, sob as mais diversas formas, respeitando as vocações da Região. Dentro desse contexto se insere o curso de **Direito**.

As principais diretrizes pedagógicas que estão norteando o curso estão consubstanciadas nas crenças e valores de seus idealizadores. A partir do claro entendimento destas crenças e valores, pode-se definir as principais diretrizes pedagógicas institucionais e, conseqüentemente, do curso como sendo as seguintes:

- ✿ Igualdade de condições de acesso e permanência no curso: mesmo que haja uma desigualdade natural no ponto de partida, a igualdade no ponto de chegada deverá ser garantida pela mediação da Instituição;
- ✿ Qualidade que não pode ser privilégio de alguns, pois o projeto pedagógico do curso busca propiciar a mesma qualidade para todos, tanto na forma instrumental, metodológica e técnica, como na forma de participação socioeducativa;
- ✿ Gestão democrática abrangendo a dimensão pedagógica e administrativa do curso;
- ✿ Liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o saber através da experiência dos educadores na construção de uma vivência coletiva e interpessoal;
- ✿ Valorização dos docentes do curso como um princípio central da discussão do projeto pedagógico do curso.

Essas diretrizes pedagógicas buscam fundamentar as ações do curso em todas as suas frentes de construção pedagógica.

## Atribuições dos Profissionais de Direito

De acordo com Moraes (2017) o termo advogado provém do latim, “ad vocatus”, que significa aquele que foi chamado para socorrer outro perante a justiça, significa também patrono, defensor ou intercessor. O verbo “advoco”, no sentido próprio, pode ser compreendido como chamar a si, convocar, convidar; significa, portanto, que advogado é àquele a quem se chama, convoca, convida para sua defesa.

A profissão ou o exercício da advocacia “lato sensu”, vem de longa data. Isto porque, no início das experiências comunitárias, fruto da própria convivência social, surgiu a figura do conselheiro, mesmo nos regimes tribais mais simples, evoluindo para os grandes impérios, especialmente nas dinastias egípcias, na Grécia e no Império Romano. A figura do “jurisconsulto”, àquele a quem se recorria, para obter o aconselhamento quanto a melhor forma de solucionar determinado conflito, era muito comum no âmbito dessas civilizações, notadamente naquelas mais complexas em organização estrutural e hierárquica.

Demóstenes (384-322 a.C.), teria sido o primeiro grande advogado da Grécia, inicialmente ao empregar sua eloquência no combate aos projetos ambiciosos de Filipe, rei da Macedônia (385-336 a.C.), numa série de discursos chamados Filípicas e, depois, na defesa de Ctesifonte, em arenga intitulada Oração da Coroa.

Em Roma, o papel do advogado teve importante configuração, através das atuações dos patronos, homens de profundo saber jurídico que eram encarregados no aconselhamento e defesa dos seus clientes, principalmente os denominados “gentios”, que não possuíam a cidadania romana mesmo residindo na cidade de Roma. No período de Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.) a advocacia ainda ficou elevada no nível de “múnus público”, vale dizer, função social, dada a importância que assumiu aos olhos da civilização romana.



Atualmente a advocacia é uma profissão mundialmente conhecida e sua atuação permeia quase todas as áreas das relações humanas, tendo sido necessário a ampliação e o desmembramento em ramos e especialidades.

Assim, temos profissionais advogados que atuam na área trabalhista, no direito aeronáutico, na seara das relações de consumo, no direito ambiental, no direito tributário e tantos outros segmentos sociais. Neste sentido, o Advogado é o profissional chamado a aconselhar, ajudar, defender, interceder, hoje muito mais no conceito técnico-jurídico, objetivando a consecução da cidadania.

Consoante outras profissões que exigem a técnica para a correta atuação, os Advogados são capacitados e credenciados através da formação acadêmica e admissão nos quadros da entidade de classe, que no Brasil se denomina [Ordem dos Advogados do Brasil \(OAB\)](#). Outros países ocidentais importantes como Estados Unidos, Portugal, França, Inglaterra e Alemanha, também possuem sistema semelhante de controle através da Ordem dos Advogados respectiva, para aqueles juristas locais que pretendam advogar.

No Brasil, a Constituição de 1988 consagrou a profissão do advogado como indispensável à administração da justiça nos seguintes termos: “art. 133 - O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”.

O advogado é um dos operadores do direito, tal como o Juiz, o Promotor e o Defensor Público e os juristas em geral. Sendo que a profissão possui “múnus público”, isto é, tem um papel de prestação de serviço público, exatamente porque indispensável à administração da Justiça, aplicada pelo Judiciário: um dos três Poderes fundamentais da República Federativa do Brasil. Porque o Judiciário é considerado um Poder inerte, somente pode atuar quando acionado por algum cidadão, ente público ou privado. Com raras exceções, tais pedidos somente podem ser efetivados por Advogados regularmente constituídos pela parte interessada. Daí a função precípua do Advogado na administração da Justiça.

Sendo o profissional que atua para demandar, requerer ou pedir ao Poder Judiciário que se pronuncie sobre determinado tema jurídico, o advogado tanto pode postular no interesse privado quanto no interesse público. Cabendo destacar que o advogado ao defender um direito particular, defende também a própria ordem jurídica e a sociedade que necessita do equilíbrio da justiça, promovida por este profissional.

Todos os estudantes de direito que desejarem atuar na condição de Advogado, necessitam se inscrever na OAB, ainda no quarto ano ou 7º período do curso de bacharelado, quando iniciará estágio por dois anos consecutivos, sob a supervisão da Faculdade São Francisco de Assis, do MEC e da OAB.

Após o término do curso de bacharelado, e tendo cumprido o estágio de mínimo de 300 (trezentas) horas de prática forense, poderá se credenciar como advogado, desde que seja aprovado no Exame promovido pela OAB, cuja seleção é regionalizada por Estado da Federação. Sendo aprovado, poderá exercer a profissão legalmente e obterá a inscrição definitiva para atuar em qualquer lugar do país, e no exterior naqueles países com os quais o Brasil possua Tratado ou Convenção.

Durante todo o seu exercício profissional, o advogado, de forma semelhante a outros profissionais liberais, tais como, médicos, contadores e engenheiros, também possui uma entidade de classe, que regula e fiscaliza as suas atividades, que no caso é a própria OAB do Estado em que ele se encontra inscrito de forma definitiva. A Lei nº 8.906/94 regula atualmente a profissão dos advogados no Brasil, dispondo sobre os direitos e deveres do Advogado, no que se inclui o Código de Ética da categoria, que disciplina a forma de atuação do profissional, bem como regula o papel da OAB no credenciamento e fiscalização do profissional em todo Brasil.

Destaque-se que o Promotor Público, o Procurador do Estado ou da República, e o próprio Magistrado necessitam anteriormente atuar na condição de Advogado, com prática forense, para se qualificar a investidura na função pública pretendida.

Em qualquer ramo, as principais atividades dos advogados são: atendem clientes, avaliam seus casos, recomendam os procedimentos necessários em cada caso e prestam assistência durante todo o processo, muitas vezes implicando participação ativa na vida pessoal do indivíduo ou no cotidiano da



empresa; pesquisam o histórico do caso e de outros semelhantes, que formam a chamada jurisprudência; participam de reuniões de discussão do processo com sócios, assistentes, pesquisadores e pessoal de apoio, para debater os vários caminhos que um processo pode tomar; encaminham processos à justiça e acompanham seu andamento em todas as instâncias; promovem investigações ou acompanham as investigações da polícia e apresentam recursos; preparam defesas e alegações; participam de audiências e julgamentos, interrogando testemunhas e argumentando com o juiz ou com o corpo de jurados, em se tratando de tribunais de júri; o advogado pode ainda aprofundar seus estudos legais e transformar-se em jurista, prestando consultoria de alto nível a governos e instituições, ou dedicar-se ao ensino do direito.

Além disso, atua na Advocacia Pública a qual representa os interesses da União, Estados e Municípios, zelando pela legalidade de seus atos. Defender cidadãos que não podem arcar com despesas de processo.

Na advocacia atua na representação de empresas, instituições ou pessoas físicas em ações, processos ou contratos que envolvam clientes, sejam réus, vítimas ou simples interessados.

No direito Administrativo, aplica normas e legislações específicas que regulam as atividades do poder público, empresas estatais, autarquias e fundações públicas na relação com empresas privadas e com cidadãos.

No direito Civil, que representa uma área muito ampla do direito, e que se subdivide em Direito das Coisas (propriedade e posse de bens); Direito de Família (divórcios, testamentos e heranças); e Direito das Obrigações (compra, venda, locação e empréstimos).

No direito ambiental, trabalha em ONGs e empresas públicas ou privadas, atuando em questões que envolvam a relação do homem com o meio ambiente, visando à preservação deste.

No direito Comercial, atua na intermediação das relações jurídicas que se referem ao comércio, participando da abertura, funcionamento e encerramento das empresas.

No direito do Consumidor atua no campo das relações jurídicas que envolvam qualquer relação de consumo, visando preservar os direitos dos consumidores em face das empresas que fornecem bens e serviços.

No Direito de Propriedade Intelectual atua na área de direitos autorais, protegendo os autores da falsificação, plágio e roubo de suas obras.

No Direito Penal ou Criminal atua na preparação e apresentação de defesa ou acusação em juízo em ações que envolvam crime ou contravenção contra pessoa física ou jurídica. O advogado é responsável pela defesa, podendo atuar como assistente na acusação.

No Direito Tributário, atua na aplicação das normas que regulam a arrecadação de impostos e taxas, obrigações fiscais e tributárias.

No Direito Trabalhista ou Previdenciário atua na representação de pessoas físicas ou jurídicas em disputas referentes à relação entre empregado e empregador em causas ligadas ao contrato de trabalho, previdência social e ações sindicais.

### **Justificativa da Oferta do Curso**

A oferta do curso de graduação em Direito pela Faculdade São Francisco de Assis fundamenta-se em uma análise detalhada das necessidades sociais, econômicas e educacionais da Grande Porto Alegre, bem como na relevância da formação jurídica de excelência para o desenvolvimento de uma sociedade justa e equânime.

Historicamente, o profissional do Direito no Brasil sempre esteve na linha de frente dos grandes movimentos sociais e políticos, atuando como pilar na construção e manutenção das instituições democráticas. A vocação para a Justiça é o cerne dessa profissão, que vai além da mera aplicação de leis, abrangendo o desenvolvimento de pensamento crítico e cultura jurídica, moldando o Estado e suas relações com os cidadãos. O curso de Direito, portanto, assume papel estratégico ao formar indivíduos tecnicamente competentes e dotados de sólida formação humanística e sociológica, essenciais para

compreender e intervir de maneira eficaz na complexidade das relações sociais, empresariais e institucionais contemporâneas.

A Região Metropolitana de Porto Alegre tem demonstrado crescimento econômico e populacional consistente, superando, em muitos aspectos, a média nacional. Esse dinamismo gera aumento das interações humanas, comerciais e institucionais, resultando em maior demanda por profissionais jurídicos qualificados. O interesse pela formação em Direito é comprovadamente alto, evidenciado pela intensa concorrência nos processos seletivos de instituições renomadas, como o vestibular da UFRGS, que registrou mais de dez candidatos por vaga em 2025. Tal cenário demonstra o potencial da região para absorver novos graduados em Direito, especialmente quando aliado a políticas institucionais de acessibilidade, como programas de bolsas e preços competitivos.

Nesse sentido, cabe destacar que todos os estudantes da instituição contam com algum tipo de bolsa de estudo, refletindo o compromisso da faculdade com a inclusão e o acesso à educação superior. O que mais evidencia essa atuação é a política de preços praticada nas mensalidades de seus cursos, historicamente quase 43% abaixo da média do mercado. Dessa forma, a Faculdade São Francisco de Assis se consolida como a instituição de ensino superior da Grande Porto Alegre que mais amplia oportunidades para a população de baixa renda, reforçando seu papel social e sua vocação para promover o desenvolvimento regional por meio da educação.

A Faculdade São Francisco de Assis busca atender essa demanda, oferecendo formação completa e capacitando profissionais para diversas áreas de atuação, incluindo advocacia em suas múltiplas especialidades, magistratura, Ministério Público, carreiras policiais, consultoria jurídica, docência e serviço público. O curso vai além da formação técnica, promovendo o desenvolvimento do espírito de argumentação, embasamento científico e contínuo aperfeiçoamento. A estrutura curricular integra conhecimento jurídico com visão das relações sociais, econômicas e empresariais, preparando profissionais estratégicos e adaptáveis ao mercado e à sociedade.

Um dos diferenciais do curso é seu caráter social e inovador. O currículo inclui práticas que atendem e orientam a população hipossuficiente, por meio de disciplinas como estágio supervisionado de prática jurídica, direitos humanos, conciliação, mediação, arbitragem e disciplinas optativas que permitem aprofundamento em áreas de interesse social e profissional. Essa abordagem forma profissionais mais completos e éticos, democratizando o acesso à justiça e contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e pacífica.

O mercado de trabalho para profissionais do Direito é historicamente sólido e apresenta-se cada vez mais diversificado. A necessidade de suporte legal em múltiplos setores da economia e da sociedade garante oportunidades promissoras, reforçando a importância de profissionais capazes de analisar criticamente, argumentar com solidez e aplicar o conhecimento jurídico em contextos variados.

Assim, a oferta do curso de Direito pela Faculdade São Francisco de Assis é uma resposta estratégica e socialmente responsável a uma demanda crescente. Ela se justifica pela vocação histórica da profissão, pelo crescimento da região, pela procura consistente por esta formação e, principalmente, pelo compromisso da instituição em formar profissionais altamente capacitados, com base humanística sólida, engajados na construção de uma sociedade mais justa, democrática e cidadã. O curso alinha conhecimento técnico, compromisso ético e responsabilidade social, preparando líderes e agentes de transformação para o presente e o futuro.

## **1.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO (ARTICULAÇÃO DO PPC COM O PDI)**

O termo projeto vem do latim, que em seu sentido mais estrito, significa “lançar para diante”, portanto, estruturar um Projeto Pedagógico é planejar o trabalho de formação humana em seu sentido mais amplo. A Faculdade São Francisco de Assis entende que o Projeto Pedagógico dos seus Cursos representa muito mais do que um documento estruturado e estático que norteia as ações de formação humana e profissional da instituição. É antes a representação da sua visão acerca de como o futuro se



apresenta e a consequente tradução e incorporação desta visão nas ações que norteiam e circunscrevem os seus Projetos Pedagógicos.

Em outras palavras, a construção das diretrizes para formar as pessoas para o futuro acontece no presente. Daí a importância de se propor Projetos Pedagógicos, que considerem as condições atuais e de se confrontar as mesmas com o que a instituição julga ser necessário. É nesta perspectiva que se insere a concepção da Faculdade São Francisco de Assis acerca dos seus Projetos Pedagógicos; é do confronto entre as condições atuais e as desejáveis que surge a melhor forma de construir o que é possível na formação humana e profissional. O possível neste âmbito significa a exploração dos limites do real tendo como instrumento de transformação da realidade a identificação de alternativas de ação.

A elaboração de um Projeto Pedagógico para a Faculdade São Francisco de Assis implica em analisar o contexto real e o acadêmico definindo ações, estabelecendo o que alcançar criando percursos e fases para o trabalho, definindo tarefas para os atores envolvidos e acompanhando e avaliando a trajetória percorrida e os resultados parciais e finais.

Esta função não pode ser assumida, na visão da Faculdade São Francisco de Assis, sem que haja uma efetiva articulação com outros instrumentos que sinalizam a direção institucional para o alcance de compromissos sociais. Assim, torna-se imprescindível a implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que junto com o Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) sustentam o cumprimento da missão institucional e social da Faculdade.

O Plano de Desenvolvimento Institucional define princípios que orientam os agentes responsáveis pela sua operacionalização. É um instrumento que estabelece o pensamento institucional acerca das concepções da instituição sobre educação, é a construção da identidade institucional. Implica numa análise coletiva tanto da sua história (a que lhe deu as características que apresenta no momento) quanto das direções intencionais que serão assumidas em função das definições tomadas pelo Projeto Pedagógico dos Cursos.

O PDI contribui efetivamente para tornar os Projetos Pedagógicos dos Cursos da Faculdade São Francisco de Assis em um instrumento de condução do presente e do futuro. O PDI da Faculdade São Francisco de Assis é um instrumento que serve de guia para a prática pedagógica dos cursos e promove a unidade pedagógica que expressa a sua filosofia educacional. A Diretoria é o principal agente articulador dos projetos, tanto institucional, quanto pedagógico. É a partir dessa concepção que se está permanentemente ligando e articulando as ações de ambos os projetos visando a potencialização das suas relações e a composição da teia curricular que circunscreve cada um dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

A implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional da Faculdade São Francisco de Assis norteia a ação transformadora da realidade e viabiliza as ideias inseridas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos. A articulação entre o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico se dá a partir de várias dimensões. De um lado os responsáveis principais da Faculdade São Francisco de Assis articulam ações para promover as relações entre ambos e de outro o compromisso e envolvimento dos Coordenadores dos Cursos e do corpo docente no sentido de tornar concretas as ações consignadas no Projeto Pedagógico dos Cursos. A reflexão permanente e o exercício das ações traçadas em ambos os documentos vão delineando a construção e a reconstrução das diretrizes curriculares.

A Faculdade São Francisco de Assis entende que tanto o PDI quanto o PPC são frutos de uma reflexão consciente de todos os atores envolvidos na sua implementação. Acredita que esta concepção oferece unidade, singularidade e especificidade aos Cursos que possui. Assim assume o compromisso de promover a contínua construção, avaliação e reelaboração de ambos visando torná-lo uma expressão atualizada da visão que adquire sobre educação superior, sobre universidade e sua função social, sobre o curso, sobre o ensino, sobre a pesquisa e sua relação com o ensino, sobre a extensão e sua relação com o currículo, sobre a relação teoria e prática. Compromete-se a abrir espaços institucionalizados para a discussão e troca de informações visando à promoção do acompanhamento da articulação entre



PDI e PPC. Compromete-se também a gerar instrumentos que efetivamente sinalizem a necessidade de alteração das concepções e ações inseridas no PDI e nos PPCs.

Estes compromissos de acompanhamento das ações consignadas em ambos os documentos e sua articulação entre si e com os demais instrumentos é percebido como uma ação de grande relevância à medida que pode revelar as características da instituição, nos cursos e entre os cursos, do sistema educacional superior e do contexto social do qual faz parte.

O PDI é um instrumento que mapeia a organização e o planejamento institucional da Faculdade São Francisco de Assis, bem como indica um conjunto de objetivos, estratégias e ações básicas para viabilizar sua reestruturação. É um instrumento que oferece condições da Faculdade executar seus Projetos Pedagógicos de Cursos.

O PDI serviu de alicerce para a conformação da grade curricular e dos correspondentes conteúdos programáticos, na medida em que se contemplou as várias das atividades técnicas que historicamente foram reconhecidas como sendo da alçada do arquiteto e urbanista, a exemplo do projeto arquitetônico, urbanístico e paisagístico, bem como aquelas do âmbito do patrimônio histórico.

Os Projetos Pedagógicos, em constante desenvolvimento e aperfeiçoamento, são acompanhados pela Direção, Coordenação de Curso e Corpo Docente em um compromisso conjunto pela qualidade. A Coordenação de Curso tem como uma das principais atribuições acadêmicas, o acompanhamento e a análise do andamento do projeto pedagógico. Contudo, a Direção e os Professores também são responsáveis pela consolidação e pela qualidade do mesmo. A Direção, sobretudo, na logística institucional administrativa para o desenvolvimento de cada projeto de curso da Faculdade São Francisco de Assis e os professores especificamente, encaminhando a parte voltada para a dimensão didático-pedagógica do curso. Todos com a consciência coletiva de responsabilidade de avaliar constantemente os trabalhos desenvolvidos e a qualidade dos cursos oferecidos. Tal avaliação é formalizada através da Avaliação Institucional onde todos terão a oportunidade de registrar suas críticas e sugestões.

As atividades acadêmicas permanentes de ensino, pesquisa e extensão estão integradas de forma a se reforçarem mutuamente. O compromisso maior da Faculdade São Francisco de Assis é com o Ensino de qualidade com um preço diferenciado. Assim, a pesquisa na Instituição tem característica empírica de aplicação prática. Contam como pesquisa: os trabalhos discentes de conclusão de curso (Trabalho de Conclusão de Curso – TCC), as pesquisas de iniciação científica (PIC) e as atividades desenvolvidas nas disciplinas de metodologia científica e atividades complementares. A extensão é incentivada pelas semanas acadêmicas que são organizadas semestralmente sob a responsabilidade de um coordenador geral, bem como com a participação de cada coordenação de curso, as visitas técnicas desenvolvidas por professores fora e dentro da Faculdade. A natureza da pesquisa possível nesta realidade educacional é voltada quase que inteiramente para as questões do Ensino, estando aí a integração legítima entre Pesquisa e Ensino.

Ao observar-se a política de desenvolvimento institucional apresentada pela Faculdade São Francisco de Assis, percebe-se a articulação entre os cursos de graduação efetuada por meio de uma proposta de desenvolvimento comum das experiências de inovação metodológica, dos projetos de produção de pesquisa e publicação e de um rico trânsito docente e discente entre os diversos projetos institucionais. Isso demonstra como a política de desenvolvimento institucional responde às reflexões do projeto pedagógico do curso, que valoriza essa integração no processo de construção de sua qualidade acadêmica.

Por outro lado, a política de acervo, o plano de carreira, os projetos de qualificação docente, as atividades de extensão, os incentivos institucionais e as práticas avaliativas presentes no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) confirmam uma compreensão de complementaridade entre as experiências acadêmicas institucionais e um compromisso de que os investimentos institucionais atendam às demandas pedagógicas que sustentam os projetos de curso da instituição.



A construção da estrutura curricular da proposta pedagógica do Curso constitui-se de um conjunto encadeado de disciplinas teóricas e práticas. Todas estas ações e outras complementares visam atender as especificações contidas no PDI e são detalhadas no Quadro 5. Neste quadro estão descritas as correlações entre o PDI e as ações tomadas para sua implementação no curso.

Quadro 5: Articulação entre gestão institucional e a gestão do curso para implementação do PDI

| Tópico do PDI*                                                                                           | Seção do PDI       | Tópico do PPC                                                                                                                | Seção do PPC | Página do PPC |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|---------------|
| Missão, objetivos e metas na sua área de atuação.                                                        | Seção I, item 2    | - Objetivos do curso<br>- Perfil do egresso                                                                                  | 1.2          | 21            |
|                                                                                                          |                    |                                                                                                                              | 1.3          | 23            |
| Metas e ações institucionais                                                                             | Seção I, item 3    | - Missão<br>- Produção científica, técnica ou artística                                                                      | 2.15         | 8             |
|                                                                                                          | Seção II, item 8   |                                                                                                                              |              | 124           |
| Estrutura organizacional da instituição                                                                  | Seção V, item 2.2  | - Atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)<br>- Funcionamento do colegiado de curso                                      | 2.1          | 105           |
|                                                                                                          | Seção V, item 2.1  |                                                                                                                              | 2.11         | 121           |
| Projeto Pedagógico da Instituição                                                                        | Seção II           | - Contexto educacional<br>- Políticas institucionais no âmbito do curso                                                      | 1.1          | 7             |
|                                                                                                          | Seção II, item 2   |                                                                                                                              |              | 18            |
| Histórico e desenvolvimento da Instituição de Ensino                                                     | Seção I, item 1    | - Histórico da IES<br>- Justificativa da oferta do curso                                                                     |              | 7             |
|                                                                                                          |                    |                                                                                                                              |              | 10            |
| Procedimentos de autoavaliação institucional                                                             | Seção VIII         | - Gestão do Curso e os Processos de Avaliações Internas e Externas                                                           | 1.13         | 80            |
| Perfil do corpo docente, tutorial e corpo técnico-administrativo                                         | Seção IV, item 1   | - Corpo docente<br>- Corpo tutorial<br>- Corpo técnico-administrativo                                                        | 2 a          | 105 a         |
|                                                                                                          | Seção IV, item 3   |                                                                                                                              | 2.15         | 126           |
|                                                                                                          | Seção IV, item 2   |                                                                                                                              |              |               |
| Estrutura organizacional da instituição                                                                  | Seção V            | - Atuação do coordenador                                                                                                     | 2.3.1        | 109           |
| Procedimentos de atendimento aos alunos                                                                  | Seção VI           | - Apoio ao discente                                                                                                          | 1.12         | 71            |
| Implantação e desenvolvimento da instituição: programa de abertura de cursos de Pós-graduação e extensão | Seção II, item 4   | - Metodologia<br>- Atividades complementares<br>- Visitas técnicas                                                           | 1.6          | 61            |
|                                                                                                          | Seção II, item 4.4 |                                                                                                                              | 1.10         | 68            |
|                                                                                                          | Seção VI, item 2.6 |                                                                                                                              | 1.12.14      | 79            |
| Infraestrutura e instalações acadêmicas                                                                  | Seção VII, item 1  | - Infraestrutura<br>- Política de aquisição de Livros da bibliografia básica e complementar<br>- Laboratórios especializados | 3            | 127           |
|                                                                                                          | Seção VII, item 2  |                                                                                                                              | 3.7          | 129           |
|                                                                                                          | Seção VII, item 3  |                                                                                                                              | 3.9          | 133           |

\*Referente ao PDI: Período 2017 a 2021

Fonte: Elaborado pelos autores

### 1.1.1 Compromisso Social

A Faculdade São Francisco de Assis, em razão das crenças e valores de seus fundadores e das suas opções como IES, está diretamente engajada no processo de desenvolvimento da sociedade. Assim, é possível identificar os compromissos sociais nos ambientes local, nacional e internacional.



No seu compromisso social, a Faculdade São Francisco de Assis se caracteriza pela oferta de ensino de excelência, pela criação de um ambiente para discussão de temas relevantes para a sociedade, pela edificação de um espaço para a investigação dos temas vinculados ao curso, pela busca de soluções criativas para a melhora na qualidade do ensino, pela formação de agentes qualificados para atuação no mercado de trabalho, pela formação de profissionais competentes e aptos para atuar no espaço empresarial, pela construção de formuladores de política públicas e pelas parcerias com instituições e/ou entidades sem fins lucrativos.

O compromisso social assumido e que vem sendo realizado pela Faculdade São Francisco de Assis espelha sua responsabilidade institucional. A Instituição tem consciência de seu compromisso com a promoção do desenvolvimento e o bem-estar da sociedade e prioriza, na formação profissional, a excelência, a ética e o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes.

## 1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral do curso de **Direito** é o de formar profissionais da área jurídica, qualificados para o exercício do **Direito** em suas diversas áreas, comprometidos com a ética e a justiça, sem olvidar da formação para que os mesmos estejam conscientes de sua participação nos processos de transformação da sociedade, do Estado e do Direito brasileiro.

O Curso visa à formação teórica e prática de profissionais altamente qualificados com uma visão social, humanista e conciliadora, além de forte conteúdo técnico jurídico para o exercício da profissão com excelência, em todas as áreas do curso, para tanto a Faculdade São Francisco de Assis buscará:

- a) proporcionar ao aluno domínio dos conteúdos sociais, históricos, jurídicos e filosóficos que lhe permitam compreender as modificações da sociedade;
- b) proporcionar ao aluno preparação intelectual, jurídica, humanista e cultural para que seja capaz de exercer funções em todos os órgãos de possível atuação profissional, sejam públicos ou privados;
- c) capacitar o aluno para que possa optar pelas diversas profissões **no meio jurídico**, tais como: Advogado, Consultor Jurídico, Assessor Jurídico, Magistrado, Membro do Ministério Público, Conciliador, Árbitro, Jurista e outras que necessitem de profissionais com profundo conhecimento da ordem política, jurídica e social;
- d) proporcionar aos alunos aulas e atividades práticas desde o primeiro dia de aula, para que este saia dos bancos acadêmicos da faculdade efetivamente preparados para o mercado de trabalho;
- e) formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento no campo do **Direito** e em áreas correlatas, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar para sua formação contínua.

Em termos mais restritos, o curso possui os seguintes objetivos específicos:

1. Proporcionar uma sólida formação geral, humanística e axiológica com o domínio dos fundamentos de compreensão e utilização do **Direito** em suas variadas manifestações e aplicações;
2. Possibilitar ao aluno desenvolver a postura reflexiva e a visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica;
3. Desenvolver no aluno, juntamente com o conhecimento teórico, habilidades práticas que permitam a conjugação eficaz e o domínio das teorias e técnicas forenses e não forenses com a solução das questões complexas surgidas no cotidiano do exercício da profissão;
4. Incentivar o estudo dos fenômenos de massa, a evolução da sociedade brasileira e seus anseios, de forma a poder aplicar o **Direito** de forma efetiva e adequada à realidade social;
5. Incentivar o estudo da Ciência Jurídica nas diversas formas que se apresenta na realidade em que se revela, com ênfase nas questões que permeiam a questão social regional;
6. Permitir a compreensão, sob o ângulo jurídico, do universo dos problemas e questões sociais que atingem a comunidade regional, qualificando o aluno para o exercício da atividade profissional pertinente e, ainda, prepará-lo para adotar uma postura de julgamento crítico;



7. Capacitar os alunos para as demandas da realidade onde a Instituição está inserida;
8. Incentivar a atuação do aluno junto à comunidade regional, como forma de, não apenas prover o atendimento às necessidades da comunidade, mas também de tomar consciência da importância do **Direito** como instrumento de transformação social e de construção da cidadania;
9. Estimular a pesquisa e a extensão, visando à produção e a divulgação do conhecimento jurídico adequado à realidade social, assim como a adequação da formação oferecida às demandas da sociedade;
10. Possibilitar a construção de referências teóricas e a vivência de experiências concretas que proporcionem a implementação dos parâmetros que ensejarão a qualidade do ensino, da pesquisa e da produção acadêmica, bem como da extensão, visando o exercício competente das atividades profissionais;
11. Preparar os alunos para assumirem suas atribuições e deveres sociais como operadores jurídicos aptos e responsáveis a desenvolverem suas atividades técnico-jurídicas em sintonia com a realidade social, fundadas em referenciais humanistas, éticos e solidários;
12. Despertar nos alunos que, como futuros profissionais de uma área das ciências sociais aplicadas, devem ter consciência da importância que o exercício de suas atividades profissionais tem como condição de possibilidade de realização e exercício da cidadania, em função de poder proporcionar avanços sociais, econômicos e culturais, através da efetivação dos direitos e do Estado democrático;
13. Manter intercâmbio com instituições de ensino e pesquisa nacionais ou estrangeiras;
14. Estimular o conhecimento e o debate da atualidade em uma visão global, dando ênfase a questões nacionais e regionais.

### 1.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Título concedido ao concluinte do curso de **Direito** é o de bacharel em **Direito**, e o exercício da profissão é reconhecido pela Lei 11.179 de 22 de setembro de 2005, que delega a OAB e a seus órgãos, dentro da competência de cada um orientar, disciplinar e fiscalizar, legal, técnica e eticamente, o exercício da profissão em todo o território nacional.

Seguindo os parâmetros definidos no PDI, para traduzir adequadamente as crenças e valores da Mantenedora e de suas mantidas foi elaborada a construção do projeto pedagógico com características de contemporaneidade a qual contou com a participação dos dirigentes da mantida, com boa parte dos professores a serem contratados e com os futuros coordenadores, que incluiu os seguintes documentos:

- ✿ Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e demais legislações educacionais brasileiras em vigor;
- ✿ Legislação específica sobre a profissão do Advogado, emitida pelo OAB;
- ✿ Diretrizes da Comissão de Especialistas de Ensino em **Direito** expressas na página do MEC;
- ✿ Documentos do INEP e da SESU.

O curso de graduação objeto desse projeto deverá criar as condições necessárias para que os egressos formados pela Faculdade São Francisco de Assis, sejam preparados para a realidade do mercado, buscando atitudes e procedimentos norteados pelos seguintes vetores:

- ✿ Voltado para exercer sua profissão, independentemente do nível de atuação geográfica;
- ✿ Espírito competitivo e integrado (apoiado no “saber” e conhecedor das necessidades e do ambiente);
- ✿ Responsabilidade social (dirigido para a satisfação da sociedade em geral, respeitando a ética e o meio ambiente).

Esse projeto pedagógico caracteriza-se pela suficiente flexibilidade para que haja oportunidades para o desenvolvimento de competências e habilidades específicas dos alunos, respeitando as especificidades da Faculdade São Francisco de Assis e de sua comunidade.



### 1.3.1 Perfil Profissiográfico do Egresso

O profissional egresso do curso terá uma forte formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos **jurídicos** e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da ciência do **Direito**, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania, com perfil de advogado empresarial e tributarista, estando apto a desempenhar suas funções profissionais em empresas de pequeno, médio, de grande porte e como profissional liberal.

O Curso possibilitará que o futuro egresso desempenhe funções de executivo de instituições públicas e privadas e como profissional liberal. Além disso, o curso deverá fornecer condições para que o profissional tenha capacitado de compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do advogado, seguindo os parâmetros definidos pelas Diretrizes Curriculares do curso.

A profissão de **advogado**, semelhante a qualquer outra profissão regulamentada, com prerrogativas e funções bem definidas, é caracterizada por certos elementos e princípios fundamentais. Alguns desses elementos e princípios que o profissional deverá seguir e/ou possuir são:

- ✿ Um ponto de vista objetivo e independente;
- ✿ Domínio da competência técnica e das habilitações necessárias;
- ✿ Desempenho das suas responsabilidades de forma ética, com altos padrões de qualidade e respeito à confidencialidade;
- ✿ Reconhecimento de que há responsabilidade perante a sociedade como um todo, além da responsabilidade para com um cliente ou empregador específico.

No projeto pedagógico do curso, com observação das diretrizes curriculares, são apresentadas todas as disciplinas e seus respectivos códigos. Na periodização do curso, apresentam-se suas atividades ao longo de, no mínimo, **10** (dez) semestres letivos e, no máximo em **10** (dez) anos.

Os programas das disciplinas têm em comum dois itens considerados fundamentais: a inclusão de conhecimentos técnicos para enfrentar as complexidades crescentes da sociedade em geral, e a manutenção da eficiência profissional que requer um processo de aprendizagem contínua. Assim, os programas de ensino de graduação estabelecem uma base da qual possa derivar-se uma aprendizagem contínua e o aperfeiçoamento da educação **jurídica** em seu alunado.

### 1.3.2 Competências e Habilidades a serem Desenvolvidas pelo Egresso

O curso de **Direito**, de um modo geral, deverá possibilitar a formação profissional que busque as seguintes competências e habilidades:

I - interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;

II - demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

III - demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;

IV - dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;

V - adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;

VI - desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;

VII - compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;



VIII - atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

IX - utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;

X - aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;

XI - compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;

XII - possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;

XIII - desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e

XIV - apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

O futuro egresso deverá também ser capaz de participar, aportando seus conhecimentos jurídicos e interdisciplinares na formulação de políticas públicas preventivas, capazes de administrar os conflitos sociais antecipadamente pela reestruturação social.

Em função dos pressupostos elencados anteriormente, com as principais características formacionais e de conteúdo de conhecimentos, o perfil do egresso do curso repousa em uma sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania. (Conforme Resolução CNES/CES 05/2018).

No tocante ao atendimento dos objetivos institucionais e às novas demandas sociais e do mercado profissional do **Direito**, podem ser reconhecidos os seguintes predicados para o bacharel egresso:

- ✿ ter capacidade, técnica ou não, para comunicar-se com precisão, muitas vezes em mais de um idioma;
- ✿ ter compreensão real da dinâmica econômica da **realidade jurídica** sob sua análise;
- ✿ compreender a estrutura básica de diversos institutos e sistemas jurídicos que lhe permitam rapidamente estudar e compreender novas situações jurídico-institucionais que se lhe apresentem;
- ✿ trabalhar de forma cooperativa com outros profissionais;
- ✿ adaptar-se às velozes mudanças nos quadros jurídico-institucionais impostas pelos fenômenos da privatização, pelo advento do novo Estado regulador e do novo mercado de capitais, pelas mudanças radicais nos sistemas previdenciário, securitário, trabalhista, tributário, internacional público e internacional privado e aos desafios de uma economia globalizada que precisa atender a projetos de desenvolvimento econômico de mundo sustentável;
- ✿ capacidade de análise e de interpretação do **Direito**.

Aos predicados intelectuais do bacharel em **Direito** devem corresponder também uma nova atitude e aptidão moral que o recoloquem nos centros de decisão, na área pública ou privada, como protagonista capaz de atender às demandas presentes na sociedade em que se insere o curso desenvolvido na cidade de Porto Alegre, o qual, para além de demandas regionalizadas, deve responder a pautas nacionais e internacionais.

### 1.3.3 Formas de Acesso ao Curso

#### 1.3.3.1 Do ingresso pelo Concurso Vestibular

O concurso vestibular abrange conhecimentos humanísticos e aferição de perfil psicológico do candidato com base nos conteúdos ministrados no ensino médio, para avaliar a formação recebida e sua aptidão intelectual para os estudos superiores, constando do mesmo inclusive, uma prova de redação.

O concurso vestibular é anunciado por meio de edital publicado em lugar próprio da Faculdade São Francisco de Assis, até 15 (quinze) dias antes do início das inscrições do qual deve constar número de vagas, prazo de matrículas dos classificados e outros esclarecimentos de interesse dos candidatos. A inscrição ao concurso vestibular é feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- ✿ Comprovante de conclusão do ensino médio ou comprovação de que o candidato estará apto até a data da matrícula;
- ✿ Requerimento;
- ✿ Fotocópia de documento de identidade;
- ✿ Comprovante de pagamento da taxa de inscrição.

Têm direito à preferência de matrícula, dentro do limite de vagas fixado, os candidatos que atinjam o maior número de pontos.

O candidato ao concurso vestibular poderá solicitar, no ato da inscrição, o aproveitamento da nota de conhecimentos gerais do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, isentando da realização da prova; todavia, o candidato deverá fornecer a nota do ENEM mais recente, no momento de sua inscrição. A nota a ser contabilizada será calculada como segue:

$$\frac{E}{100}$$

Em que E é o número de pontos obtidos na prova do ENEM.

Se o candidato com nota de ENEM resolver realizar a prova de vestibular, para fins de resultado contará a maior.

Havendo empate na classificação, o desempate é feito segundo os critérios pré-estabelecidos pela Comissão do Vestibular.

Perde o direito à classificação obtida o candidato que deixar de apresentar até a data fixada para matrícula prova de escolaridade do ensino médio ou equivalente.

Existindo vagas remanescentes nos cursos, podem ser neles recebidos alunos transferidos e diplomados.

As vagas oferecidas para concurso são as autorizadas pelo órgão legal competente e se encontram registradas em Processo protocolizado junto ao Ministério da Educação.

Quando o número de candidatos classificados não preencher as vagas fixadas pode ser aberto outro vestibular para preenchimento das vagas existentes, desde que, no primeiro concurso realizado, o número de candidatos tenha sido inferior ao número de vagas oferecidas.

A Faculdade São Francisco de Assis pode abrir Concurso Vestibular, a qualquer momento, antes do início do primeiro ou do segundo período letivo, respeitando as vagas fixadas.

Os resultados obtidos no Concurso Vestibular são válidos apenas para o respectivo período.

A Faculdade São Francisco de Assis, ouvido o Conselho Superior de Administração, poderá celebrar convênios com outras Instituições especializadas, visando à realização de Concurso Vestibular conjunto.

As condições de desempate na classificação e de chamada obedecem às normas fixadas em convênio estabelecido.

Das provas do Concurso Vestibular, não são concedidas vistas ou revisão.



### 1.3.3.2 Do ingresso por Transferências Discentes

É concedida matrícula ao aluno transferido de curso superior de instituição congênere nacional ou estrangeira, de acordo com a legislação em vigor, na conformidade dos prazos fixados pelo calendário escolar da Faculdade, das vagas existentes e desde que o curso de origem do candidato à transferência tenha afinidade com o curso ministrado pela Faculdade São Francisco de Assis e seja autorizado e/ou reconhecido.

As transferências *ex officio*, isto é, aquelas asseguradas aos servidores públicos federais e seus dependentes transferidos no interesse da administração pública, na forma da legislação específica (Lei nº 9.536/97) se operarão independentemente de época e disponibilidade de vagas, desde que o curso de origem do candidato à transferência tenha afinidade com o curso ministrado pela Faculdade São Francisco de Assis nos termos da legislação federal vigente.

As matérias competentes do currículo de qualquer curso superior, estudadas com aproveitamento em instituição autorizada e/ou reconhecida, podem ser aproveitadas pela Faculdade São Francisco de Assis, desde que exista equivalência de conteúdo, carga horária e observância às diretrizes curriculares após análise de cada caso, pelo coordenador de curso, atribuindo-lhes as notas, conceitos e carga horária obtidos no estabelecimento de procedência.

O reconhecimento a que se refere este item implica na dispensa de qualquer adaptação e da suplementação da carga horária.

Quando os candidatos provêm de estabelecimento estrangeiro de ensino, os documentos devem ser autenticados pela autoridade consular brasileira e, quando não, escritos originalmente em português, legalmente traduzidos.

As transferências de outro estabelecimento são recebidas nos períodos fixados para matrícula ou durante o período letivo, desde que existam vagas. Nas transferências são requeridos pela Secretaria os seguintes documentos:

- Guia de Transferência;
- Histórico Escolar Completo;
- Fotocópia dos programas de ensino das disciplinas cursadas;
- Recibo de pagamento da parcela de matrícula.

As transferências para outros Estabelecimentos de Ensino podem ser requeridas, em qualquer época, junto ao protocolo, pelo interessado.

Na hipótese de transferência facultativa, a expedição das guias respectivas fica condicionada à apresentação da declaração de vaga emitida pelo Estabelecimento de Ensino.

### 1.3.3.3 Do ingresso Diplomado

Havendo vaga, os graduados em curso de nível superior podem obter matrícula nos cursos ministrados e, ainda, dispensados do concurso vestibular e de disciplinas já cursadas.

Os interessados devem apresentar prova de equivalência das disciplinas já cursadas, que passará a constar na sua pasta junto aos arquivos.

É concedida matrícula ao aluno diplomado em qualquer curso superior de instituição congênere nacional ou estrangeira, de acordo com a legislação em vigor, na conformidade dos prazos fixados pelo calendário escolar da Faculdade, das vagas existentes.

As matérias competentes do currículo de qualquer curso superior, estudadas com aproveitamento em instituição autorizada e/ou reconhecida, podem ser aproveitadas pela Faculdade, após análise de cada caso, pelo coordenador de curso, atribuindo-lhes as notas, conceitos e carga horária obtidos no estabelecimento de procedência.

Quando os candidatos provêm de estabelecimento estrangeiro de ensino, os documentos devem ser autenticados pela autoridade consular brasileira e, quando não, escritos originalmente em português, legalmente traduzidos.

A matrícula de alunos por meio de ingresso diplomado pode ser requerida, em qualquer época, a secretaria, pelo interessado.

#### **1.3.3.4 Do ingresso pelo PROUNI, Programa de Bolsas da FSFA e demais programas de bolsas.**

É concedida matrícula ao aluno aprovado no PROUNI, de acordo com a legislação em vigor, ou selecionado por meio dos programas de bolsas da FSFA e dos programas de bolsas do Educa mais Brasil e Quero bolsas, na conformidade dos prazos fixados pelo calendário escolar da Faculdade, das vagas existentes.

#### **1.3.3.5 Do Ingresso de Veteranos**

É concedida matrícula ao aluno veterano com desconto, isto é, alunos que tenham a partir de 40 anos completos e que tenham sido aprovados no concurso vestibular. Esses candidatos poderão solicitar, no ato da inscrição, o aproveitamento da nota de conhecimentos gerais do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, isentando da realização da prova; todavia, o candidato deverá fornecer a nota do ENEM mais recente, no momento de sua inscrição.

### **1.4 ESTRUTURA CURRICULAR**

#### **1.4.1 Aspectos Gerais**

O curso de graduação em **Direito** está estruturado de forma que os egressos terão nos conteúdos uma possibilidade de buscarem conhecimentos que revelem inter-relações com o contexto nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio através da utilização de tecnologias inovadoras.

A matriz curricular do curso é subdividida em núcleos conforme as diretrizes curriculares nacionais para o curso de Graduação em:

- ✿ Núcleo de formação geral: é um conjunto de disciplinas que tem por objetivo oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação, abrangendo estudos que, em atenção ao PPC, envolvam saberes de outras áreas formativas, tais como: Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia;
- ✿ Núcleo de formação técnico-jurídica: é um conjunto de disciplinas que abrangem, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se, necessariamente, dentre outros condizentes com o PPC, conteúdos essenciais referentes às áreas de Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual, Direito Digital, Direito Financeiro, Direito Previdenciário, Formas Consensuais de Solução de Conflitos; e
- ✿ Núcleo de formação prático-profissional: que objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica, as atividades complementares, as atividades de extensão e o Trabalho de Conclusão de Curso.

O projeto pedagógico do curso está assentado nas disposições da Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, sem perder de vista as diretrizes contidas nos Pareceres CNE/CES que lhes dão



sustentação, particularmente nos de números 776/97, 67/2003 e 211/2004, de sorte que a criatividade, a flexibilidade e também a responsabilidade institucional estejam presentes.

Com esse referencial, construiu-se uma estrutura curricular calcada nos eixos de formação preconizados na Resolução CNE/CES nº 05/2018, e em unidades de estudos que delimitam diferentes conjuntos de conhecimentos. Nessa estrutura, a flexibilização está presente no núcleo de formação geral, destinado a integrar o estudante no seu campo de estudos, estabelecendo as relações do **Direito** com outras áreas do saber. Nas unidades de estudos que compõem o **Núcleo de Formação Geral**, os componentes curriculares prescindem de pré-requisitos, possibilitando que o contato com essas áreas se dê, em diferentes momentos da formação do estudante ao longo do curso.

Complementarmente a essa conformação curricular, existe ainda com a possibilidade de que o aluno possa se matricular em disciplinas de outros cursos de graduação oferecidos pela instituição, propiciando aos alunos o acesso aos conteúdos de formação fundamental comum a vários cursos de graduação.

Os conteúdos curriculares do **Núcleo de Formação Geral** desempenham importante papel na formação dos alunos, já que possibilitam o desenvolvimento do senso crítico e de uma visão humanista, além de preparar o aluno para o aprendizado das disciplinas profissionais e específicas do curso. Integram este núcleo os seguintes conteúdos curriculares:

Quadro 6: Núcleo de Formação Geral

|                                                                                                                      |                                    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------|
| Antropologia e Ética Jurídica                                                                                        | Introdução ao Estudo do Direito I  |
| Ciência Política I                                                                                                   | Introdução ao Estudo do Direito II |
| Comunicação e Expressão                                                                                              | Macroeconomia I                    |
| Direitos Fundamentais                                                                                                | Metodologia Científica             |
| Educação Ambiental                                                                                                   | Psicologia Jurídica                |
| Educação em Direitos Humanos e das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena | Sociologia Geral                   |
| História do Direito                                                                                                  |                                    |

Fonte: Elaborado pelos autores

Por outro lado, o **Núcleo de Formação Técnico-Jurídica** abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação do **Direito**, observadas as peculiaridades dos seus diversos ramos, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da Ciência do **Direito** e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais.

Os conteúdos deste núcleo estão organizados e selecionados de sorte a fornecer um referencial mínimo que permita a formação básica do bacharel em **Direito** com aptidão para a compreensão do fenômeno jurídico e sua operacionalização prática, dando conta de suas especificidades. O conjunto estabelecido não tem pretensões de exaurir o conhecimento jurídico, com domínio total de áreas diversificadas, até porque o período de 05 (cinco) anos de formação seria insuficiente, mas apresentar aos alunos os vários campos do conhecimento jurídico com suas particularidades. Integram este núcleo os seguintes conteúdos curriculares:

Quadro 7: Núcleo de Formação Técnico-Jurídica

|                               |                        |                              |
|-------------------------------|------------------------|------------------------------|
| Direito Administrativo I      | Direito do Consumidor  | Direito Processual Civil I   |
| Direito Administrativo II     | Direito do Trabalho I  | Direito Processual Civil II  |
| Direito Civil I – Parte Geral | Direito do Trabalho II | Direito Processual Civil III |



|                                   |                        |                                |
|-----------------------------------|------------------------|--------------------------------|
| Direito Civil II – Obrigações I   | Direito Empresarial I  | Direito Processual Civil IV    |
| Direito Civil III – Obrigações II | Direito Empresarial II | Direito Processual do Trabalho |
| Direito Civil IV – Contratos      | Direito Financeiro     | Direito Processual Penal I     |
| Direito Civil V – Família         | Direito Internacional  | Direito Processual Penal II    |
| Direito Civil VI – Sucessões      | Direito Penal I        | Direito Processual Penal III   |
| Direito Civil VII – Coisas        | Direito Penal II       | Direito Tributário I           |
| Direito Constitucional I          | Direito Penal III      | Direito Tributário II          |
| Direito Constitucional II         | Direito Penal IV       | Medição e Arbitragem           |
| Direito Digital                   | Direito Previdenciário | Teoria Geral do Processo       |

Fonte: Elaborado pelos autores

Já o **Núcleo de Formação Prático-Profissional** objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica e o Trabalho de Conclusão de Curso. Integram este núcleo os seguintes conteúdos curriculares:

Quadro 8: Núcleo de Formação Prático-Profissional

|                                |                                            |
|--------------------------------|--------------------------------------------|
| Atividades Complementares      | Prática Jurídica III - Penal               |
| Atividades de Extensão         | Prática Jurídica IV - Trabalho             |
| Prática Jurídica I - Civil     | Serviço de Assistência Judiciária Gratuita |
| Prática Jurídica II - Recursos | Trabalho de Conclusão – Artigo             |

Fonte: Elaborado pelos autores

O Trabalho de Conclusão de Curso, a ser realizado no 10º semestre, consiste em uma pesquisa, relatada sob a forma de artigo, em qualquer área do **Direito**, envolvendo conhecimentos teóricos e práticos, desenvolvida individualmente pelo aluno, sob orientação docente.

Ao longo do curso, os alunos deverão cumprir um mínimo de **400 horas** de atividades de extensão e **32** horas de Atividades Complementares. Permeiam a estrutura curricular desde o primeiro semestre do curso, de tal modo que o aluno se vincule ao meio acadêmico e interaja com a Faculdade São Francisco de Assis, com a comunidade e também com o meio **jurídico**, nos seus mais diversos segmentos.

No aspecto normativo, há uma constante preocupação em atender as exigências constantes nos instrumentos legislativos que regulam e traçam as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação, adotando-se a integralidade das manifestações contidas nesses instrumentos e acrescentando as características regionais e necessidades diagnosticadas junto à comunidade local. Representa, portanto, uma revisão qualitativa das fórmulas propostas a partir da Resolução CNE/CES nº 05/2018 e da Resolução CNE/CES nº 2, de 04/2021.

O curso oferece ainda as seguintes disciplinas eletivas, permitindo aos alunos explorar áreas adicionais e ampliar competências: Ciência Política II, Contabilidade Introdutória, Criminologia, Direito Ambiental, Ensino da Língua Brasileira de Sinais para Alunos Ouvintes, Espanhol Instrumental, Filosofia do Direito, Fundamentos de Administração, Fundamentos de Inglês, Geografia Política, Sociologia Jurídica e Temas Emergentes do Direito.



### 1.4.2 Flexibilidade do Curso

O Direito é uma área em constante transformação, influenciada por mudanças sociais, econômicas, tecnológicas, ambientais e pelo surgimento contínuo de novas legislações e interpretações jurídicas. Essas mudanças exigem que o profissional esteja preparado para atuar com visão crítica, adaptabilidade e capacidade de análise frente a novas demandas e práticas jurídicas.

Para acompanhar essa dinâmica, a grade curricular do curso de Direito é estruturada de forma a permitir atualização constante e flexibilidade, incorporando disciplinas eletivas com os seguintes objetivos:

- ✿ Complementar o conteúdo das disciplinas obrigatórias, ampliando a formação jurídica básica;
- ✿ Introduzir temas atuais e emergentes, alinhados às necessidades da sociedade, do mercado e das carreiras jurídicas;
- ✿ Permitir a inclusão de novas metodologias, estudos de caso e ferramentas inovadoras do Direito, como práticas de mediação, conciliação, arbitragem e tecnologia aplicada ao Direito;
- ✿ Oferecer aos estudantes a oportunidade de aprofundar conhecimentos em áreas específicas de interesse, favorecendo especialização e orientação para a carreira.

Dessa forma, a flexibilidade do curso assegura que o egresso esteja continuamente capacitado, preparado para atuar de forma estratégica e adaptável em diferentes organizações e contextos jurídicos, atendendo às exigências contemporâneas da profissão e contribuindo para a inovação, a responsabilidade social e a promoção da Justiça na sociedade.

### 1.4.3 Interdisciplinaridade do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso valoriza a interdisciplinaridade como eixo estruturante da formação profissional. Esse processo se dá por meio da integração de conhecimentos entre alunos, professores, comunidade e Direção, promovendo uma aprendizagem contextualizada e significativa.

A interdisciplinaridade é essencial para superar a visão fragmentada do conhecimento, permitindo que os discentes compreendam a realidade organizacional em suas múltiplas dimensões: sociais, econômicas, tecnológicas e ambientais. Ao estudar um objeto de conhecimento, busca-se não apenas identificar os conteúdos relevantes, mas também compreender como eles se interrelacionam e se complementam, preparando o estudante para analisar, interpretar e propor soluções integradas nos **processos jurídicos** sob sua análise.

A Faculdade São Francisco de Assis entende que o bacharel em direito deve desenvolver habilidades interdisciplinares, capaz de articular diferentes áreas do conhecimento para atender às demandas complexas das organizações.

O curso promove a interdisciplinaridade pelos seguintes meios:

- ✿ Oferta de disciplinas com caráter multidisciplinar e interdisciplinar, que conectam conteúdos teóricos e práticos;
- ✿ Diversificação dos métodos de ensino, incluindo estudos de caso, projetos e atividades em grupo;
- ✿ Incentivo à visão empreendedora, estimulando os estudantes a propor soluções inovadoras e criativas;
- ✿ Construção de competências amplas, que vão além das atribuições tradicionais da profissão, preparando profissionais estratégicos, adaptáveis e capazes de atuar em diferentes contextos organizacionais.

Dessa forma, o currículo do curso oferece ao estudante uma formação integrada, ampla e contextualizada, fortalecendo sua capacidade de tomar decisões estratégicas, promover mudanças organizacionais e contribuir para a inovação, ética e sustentabilidade no ambiente de trabalho.



#### 1.4.4 Coerência do currículo com os objetivos do Curso

Desde a concepção de seu projeto pedagógico, a Faculdade São Francisco de Assis definiu com clareza o perfil do egresso em Direito, estabelecendo as competências, habilidades e atitudes necessárias para que o profissional atue de forma eficaz nos diferentes contextos do universo jurídico.

A estrutura curricular do curso foi elaborada para garantir total coerência com o perfil do egresso e com os objetivos do curso, integrando:

- ✿ Disciplinas obrigatórias, que proporcionam sólida formação técnico-científica em todas as áreas do Direito;
- ✿ Disciplinas eletivas, que permitem atualização constante, abordagem de temas emergentes e aprofundamento em áreas específicas de interesse;
- ✿ Atividades práticas, como as atividades complementares e as atividades de extensão, as práticas jurídicas, a assistência judiciária gratuita e o trabalho de conclusão de curso, que aproximam o estudante da realidade do exercício profissional;
- ✿ Metodologias ativas de ensino, que estimulam o desenvolvimento de competências socioemocionais, habilidades de argumentação, pensamento crítico e análise interdisciplinar.

Dessa forma, o currículo prepara o egresso para enfrentar os desafios reais do exercício da profissão jurídica, promovendo a capacidade de análise crítica e tomada de decisão fundamentada, a visão sistêmica e integrada das questões jurídicas e sociais, o desenvolvimento contínuo e aprendizado autônomo e a ética, responsabilidade social e compromisso com a justiça em suas práticas profissionais.

A integração entre o planejamento curricular, os objetivos do curso e o perfil profissional esperado assegura que o egresso esteja preparado para atuar de maneira estratégica, inovadora e socialmente responsável no campo jurídico, contribuindo para a promoção da justiça, o respeito aos direitos humanos e o fortalecimento das instituições da sociedade.

#### 1.4.5 Coerência do currículo com o perfil do egresso

A construção da estrutura curricular do curso reflete sua proposta educacional de oferecer formação integral ao jurista, contemplando aspectos fundamentais, sociopolíticos, técnicos e práticos da profissão.

A instituição acompanha, de forma contínua, as transformações das relações sociais e jurídicas em nível local, nacional e internacional, reconhecendo a necessidade de um currículo capaz de atender às exigências de um mercado de trabalho cada vez mais especializado. Nesse contexto, a seleção de conteúdos estruturantes do pensamento jurídico, aliada a metodologias de ensino que privilegiam o desenvolvimento de habilidades e competências, assegura a formação de profissionais de alta qualidade, intelectualmente autônomos e capazes de propor soluções jurídicas inovadoras.

O egresso formado sob essa perspectiva estará preparado para atuar em um mundo jurídico dinâmico e globalizado, adaptando-se às mudanças constantes, tomando decisões fundamentadas e contribuindo de maneira estratégica, ética e responsável para o fortalecimento das instituições e da justiça na sociedade.

#### 1.4.6 Coerência do currículo face às Diretrizes Curriculares Nacionais

A Faculdade São Francisco de Assis organiza sua estrutura curricular com base na Resolução CNE/CES n.º 5, de 17.12.2018. Portanto, o projeto pedagógico contempla de forma plena os conteúdos e atividades que atendem aos três núcleos de formação de forma interligada.

#### 1.4.7 Adequação e atualização de ementas, programas de ensino e bibliografia

O curso adota um processo contínuo de avaliação, revisão e atualização das ementas, dos programas de ensino e das bibliografias, garantindo a pertinência e a atualidade dos conteúdos em relação às demandas do mercado de trabalho e às evoluções científicas e tecnológicas da área.



Esse processo é conduzido de forma colaborativa pelo Colegiado de Curso e pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), que analisam periodicamente as disciplinas, identificam a necessidade de ajustes e propõem melhorias alinhadas às diretrizes institucionais e às práticas de ensino-aprendizagem.

Além disso, são realizadas discussões temáticas entre docentes de áreas afins, favorecendo a integração interdisciplinar e o aprimoramento coletivo das propostas pedagógicas.

A bibliografia básica e a complementar são atualizadas regularmente, de modo a incluir obras, periódicos e materiais digitais recentes e relevantes. A biblioteca da instituição mantém uma política permanente de renovação e ampliação do acervo, assegurando que o corpo discente tenha acesso às referências bibliográficas indispensáveis à sua formação acadêmica e profissional.

#### 1.4.8 Papel dos Docentes

A eficiência e eficácia do Projeto Pedagógico de qualquer curso estão associadas também ao seu corpo docente, o qual se constitui no sustentáculo de qualquer programa educacional. Nesse sentido, são contratados docentes que reúnam competência associada a todos os componentes da estrutura curricular. Seu número e dedicação são adequados para garantir um bom nível de interação entre estudantes e docentes.

Os professores devem ter qualificação adequada. Sua competência global poderá ser inferida de fatores como: qualificação acadêmica por meio da titulação obtida ao longo de sua vida; experiência docente, traduzida no tempo de exercício do magistério; experiência profissional na sua área de atuação, pelo tempo do exercício profissional na área em que atua ou afim; adequação da formação, proporcionada pela adequação da formação do professor às disciplinas que ministra. Outras qualidades que deverão compor o perfil do professor, almejado para o curso, consistem em: habilidade para a comunicação, entusiasmo para o desenvolvimento de estratégias educacionais mais efetivas, participação em sociedades educacionais e técnico-científicas, exercício efetivo de atividades de **Direito** em áreas compatíveis com as do ensino do programa.

O Projeto Pedagógico requer dos docentes o desenvolvimento de uma consciência de comprometimento com a implantação e execução desse projeto. Para tal, alguns aspectos relacionados ao seu comportamento são esperados, tais como:

- ✿ Busca de um contexto de inserção do curso no propósito da **Faculdade São Francisco de Assis** de desenvolvimento sustentável regional com foco no social, criando oportunidades para a comunidade menos assistida;
- ✿ Comprometimento de todos os professores com o Projeto Pedagógico e com a proposta curricular do curso;
- ✿ Promover o debate crítico sobre implicações éticas, sociais, econômicas e sustentabilidade ambiental do emprego do seu conhecimento no contexto da sociedade;
- ✿ Compromisso com a docência formadora, afastando a postura cômoda de facilitar excessivamente ao aluno o acesso ao conhecimento já elaborado, criando condições para o crescimento conjunto aluno/professor na busca do saber, isto é, o compromisso com o professor orientador, que leva o aluno a questionar, e não com o professor que se sente na obrigação de saber todas as respostas;
- ✿ Disponibilidade para orientação de alunos em projetos de iniciação científica ou de extensão, consciente do conteúdo metodológico e educativo contido no processo de investigação e importância da extensão na formação do profissional/cidadão, num cenário de realidade regional e nacional;
- ✿ Uso adequado dos instrumentos de avaliação, visando correção de rumos e melhoria no processo de ensino/aprendizagem, não reduzindo o nível de exigência, mas sem transformar as provas em elemento de intimidação e superdimensionamento do grau de complexidade da disciplina, o que afasta e desmotiva o aluno, prejudicando o processo de aprendizagem;
- ✿ Sensibilidade para aquisição e desenvolvimento de instrumentos didático-pedagógicos que possam estabelecer a motivação e a criatividade no ensino;



- ✿ Inserção do curso na comunidade científica profissional, por meio da participação em comissões científicas, movimentos associativos, grupos de pesquisa, eventos científicos e profissionais;
- ✿ Valorização e ênfase da dimensão interdisciplinar e do trabalho multiprofissional, bem como da inter-relação das disciplinas do currículo do curso;
- ✿ Busca permanente de uma maior qualificação técnico/científica e das respostas tecnológicas que permitam o desenvolvimento sustentável do país e sua inserção soberana no processo de globalização.

### 1.5 CONTEÚDOS CURRICULARES

O currículo apresenta uma estrutura que observa as novas tendências do campo educacional, focada na formação profissional que capacita o aluno a realizar transformações efetivas diante dos desafios sociais presentes. A compreensão do currículo parte da concepção de um conjunto de experiências que o aluno vivencia na instituição de ensino, planejadas e desenvolvidas pelo conjunto dos profissionais que ali atuam. Tem como centro a relação estabelecida entre o aluno e os diferentes objetos do conhecimento presentes e envolvidos. Como sujeito ativo do processo, o aluno participa na construção de seu conhecimento contando com a mediação do professor, que viabilizará os meios e o acesso aos diferentes posicionamentos teóricos.

A grade curricular oferece uma visão estática dos princípios que norteiam as competências e habilidades do bacharel em direito, propostos e apresentados anteriormente. Assim, o curso possui os seguintes componentes curriculares, conforme Quadro 9:



Quadro 9: Grade Curricular do Curso de Direito

| PRIMEIRO SEMESTRE                                                                                                    |                             |                           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|---------------------------|
| DENOMINAÇÃO DA DISCIPLINA                                                                                            | Carga Horária da disciplina | Carga Horária de Extensão |
| Comunicação e Expressão                                                                                              | 64                          |                           |
| Direito Civil I - Parte Geral                                                                                        | 64                          |                           |
| Introdução ao Estudo do Direito I                                                                                    | 64                          |                           |
| Macroeconomia I                                                                                                      | 64                          |                           |
| Sociologia Geral                                                                                                     | 64                          |                           |
| Atividades complementares                                                                                            | 32                          |                           |
| <b>TOTAL DO SEMESTRE</b>                                                                                             | <b>352</b>                  |                           |
| SEGUNDO SEMESTRE                                                                                                     |                             |                           |
| Direito Penal I                                                                                                      | 64                          |                           |
| Direito do Trabalho I                                                                                                | 48                          | 50                        |
| Educação em Direitos Humanos e das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena | 32                          |                           |
| Educação Ambiental                                                                                                   | 32                          |                           |
| História do Direito                                                                                                  | 48                          | 50                        |
| Introdução ao Estudo do Direito II                                                                                   | 64                          |                           |
| <b>TOTAL DO SEMESTRE</b>                                                                                             | <b>288</b>                  | <b>100</b>                |
| TERCEIRO SEMESTRE                                                                                                    |                             |                           |
| Ciência Política I                                                                                                   | 48                          |                           |
| Direito Civil II - Obrigações I                                                                                      | 64                          |                           |
| Direito Constitucional I                                                                                             | 64                          |                           |
| Direitos Fundamentais                                                                                                | 48                          | 50                        |
| Direito Penal II                                                                                                     | 64                          |                           |
| <b>TOTAL DO SEMESTRE</b>                                                                                             | <b>288</b>                  | <b>50</b>                 |
| QUARTO SEMESTRE                                                                                                      |                             |                           |
| Direito Civil III - Obrigações II                                                                                    | 64                          |                           |
| Direito Constitucional II                                                                                            | 64                          |                           |
| Direito do Trabalho II                                                                                               | 64                          |                           |
| Direito Penal III                                                                                                    | 64                          |                           |
| Teoria Geral do Processo                                                                                             | 64                          |                           |
| <b>TOTAL DO SEMESTRE</b>                                                                                             | <b>320</b>                  |                           |
| QUINTO SEMESTRE                                                                                                      |                             |                           |
| Antropologia e Ética Jurídica                                                                                        | 48                          |                           |
| Direito Civil IV - Contratos                                                                                         | 64                          |                           |
| Direito Empresarial I                                                                                                | 64                          |                           |
| Direito Penal IV                                                                                                     | 64                          |                           |
| Direito Processual Civil I                                                                                           | 64                          |                           |
| <b>TOTAL DO SEMESTRE</b>                                                                                             | <b>304</b>                  |                           |



| DENOMINAÇÃO DA DISCIPLINA         | Carga Horária da disciplina | Carga Horária de Extensão |
|-----------------------------------|-----------------------------|---------------------------|
| <b>SEXTO SEMESTRE</b>             |                             |                           |
| Direito Civil V - Família         | 64                          |                           |
| Direito do Consumidor             | 48                          | 50                        |
| Direito Empresarial II            | 48                          |                           |
| Direito Processual Civil II       | 64                          |                           |
| Metodologia Científica            | 64                          |                           |
| <b>TOTAL DO SEMESTRE</b>          | <b>288</b>                  | <b>50</b>                 |
| <b>SÉTIMO SEMESTRE</b>            |                             |                           |
| Direito Civil VI - Sucessões      | 64                          |                           |
| Direito Internacional             | 48                          |                           |
| Direito Processual Civil III      | 64                          |                           |
| Direito Processual Penal I        | 64                          |                           |
| Direito Digital                   | 48                          | 50                        |
| Prática Jurídica I - Civil        | 64                          |                           |
| <b>TOTAL DO SEMESTRE</b>          | <b>352</b>                  | <b>50</b>                 |
| <b>OITAVO SEMESTRE</b>            |                             |                           |
| Eletiva I                         | 64                          |                           |
| Direito Administrativo I          | 64                          |                           |
| Direito Civil VII - Coisas        | 64                          |                           |
| Direito Processual Civil IV       | 64                          |                           |
| Direito Processual Penal II       | 64                          |                           |
| Direito Tributário I              | 64                          |                           |
| Prática Jurídica II - Recursos    | 64                          |                           |
| <b>TOTAL DO SEMESTRE</b>          | <b>448</b>                  |                           |
| <b>NONO SEMESTRE</b>              |                             |                           |
| Direito Processual do Trabalho    | 64                          |                           |
| Direito Processual Penal III      | 64                          |                           |
| Eletiva II                        | 64                          |                           |
| Mediação e Arbitragem             | 48                          | 50                        |
| Prática Jurídica III - Penal      | 64                          |                           |
| Serviço de Assistência Judiciária | 64                          |                           |
| <b>TOTAL DO SEMESTRE</b>          | <b>368</b>                  | <b>50</b>                 |



| DENOMINAÇÃO DA DISCIPLINA                                  | Carga Horária da disciplina | Carga Horária de Extensão |
|------------------------------------------------------------|-----------------------------|---------------------------|
| <b>DÉCIMO SEMESTRE</b>                                     |                             |                           |
| Direito Administrativo II                                  | 48                          | 50                        |
| Direito Previdenciário                                     | 48                          | 50                        |
| Direito Tributário II                                      | 64                          |                           |
| Direito Financeiro                                         | 64                          |                           |
| Prática Jurídica IV - Trabalho                             | 64                          |                           |
| Psicologia Jurídica                                        | 48                          |                           |
| Trabalho de Conclusão - Artigo                             | 96                          |                           |
| <b>TOTAL DO SEMESTRE</b>                                   | <b>432</b>                  | <b>100</b>                |
|                                                            |                             |                           |
| <b>TOTAL GERAL DO CURSO</b>                                | <b>3.440</b>                | <b>400</b>                |
|                                                            |                             |                           |
| <b>ELETIVAS</b>                                            |                             |                           |
| Ciência Política II                                        | 64                          |                           |
| Contabilidade Introdutória                                 | 64                          |                           |
| Criminologia                                               | 64                          |                           |
| Direito Ambiental                                          | 64                          |                           |
| Ensino da Língua Brasileira de Sinais para Alunos Ouvintes | 64                          |                           |
| Espanhol Instrumental                                      | 64                          |                           |
| Filosofia do Direito                                       | 64                          |                           |
| Fundamentos de Administração                               | 64                          |                           |
| Fundamentos de Inglês                                      | 64                          |                           |
| Geografia Política                                         | 64                          |                           |
| Sociologia Jurídica                                        | 64                          |                           |
| Temas Emergentes do Direito                                | 64                          |                           |

Fonte: Elaborado pelos autores



---

DISCIPLINAS DO PRIMEIRO SEMESTRE

**COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO**

**Ementa:** Abordagem teórico-prática da linguagem, na forma de exposição oral, compreensão e produção de textos, cujo propósito é a ampliação da competência linguística dos alunos. Promoção, através de atividades contextualizadas, de condições para que o aluno não só fale, leia e escreva, mas também observe, formule hipóteses, investigue e teorize, dominando a linguagem como forma de acesso à informação. Trabalho de leitura e compreensão de textos diversos com o objetivo de sensibilizar o aluno para as diferentes estruturas textuais. Revisão de aspectos gramaticais a partir das necessidades detectadas na produção textual dos acadêmicos. Elaboração de textos de diferentes modalidades, inclusive os técnicos e/ou administrativos, visando à atuação profissional do aluno.

**Objetivos Gerais da Disciplina:** Desenvolver competências, habilidades e estratégias de compreensão, interpretação e produção de textos de circulação acadêmica e técnico-administrativos.

**Bibliografia básica:**

- BLIKSTEIN, I. **Técnicas de comunicação escrita**. São Paulo: Contexto, 2016.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/34847>
- CHIAPINOTTO, D. **Texto didático na educação a distância**. Caxias do Sul: EDUCS, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198201>
- MARTIN-BARBERO, J. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6968>
- MEDEIROS, J. B. **Português instrumental**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

**Bibliografia complementar:**

- DISCINI, N. **Comunicação nos textos: leitura, produção, exercícios**. São Paulo: Contexto, 2005.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1502>
- GUIMARAES, T. C. **Comunicação e linguagem**. São Paulo: Pearson, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3053>
- LEON, C. B. et al (orgs.). **Comunicação e expressão**. Curitiba: Intersaberes, 2012.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3838>
- MARQUIONI, C. E. **Teorias contemporâneas da comunicação**. Curitiba: Intersaberes, 2017.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/124241>
- SILVA, L. A. **Redação: qualidade na comunicação escrita**. Curitiba: Intersaberes, 2012.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6085>
- FERRARI, P. **Hipertexto hipermídia: as novas ferramentas de comunicação digital**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M.; PAVANI, C. F. **Prática textual: atividades de leitura e escrita**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- HARTMANN, A. M. **Descomplicando a redação**. Porto Alegre: AGE, 2015.
- PUBLIFOLHA. **Manual de redação**. São Paulo: Publifolha, 2010.

**DIREITO CIVIL I – PARTE GERAL**

**Objetivo Geral:** O ensino de Direito Civil tem por finalidade habilitar o futuro bacharel ao exercício consciente e responsável da profissão, mediante conhecimento de cada um dos dispositivos do Código Civil e leis complementares, dos textos fundamentais da doutrina nacional e estrangeira, da jurisprudência, preparando-o gradualmente, para complementar os conhecimentos básicos adquiridos em aulas teóricas e práticas com o desembaraço necessário para o desempenho das funções que o aguardam como operador do direito.

**Ementa:** Teoria do Direito Civil: o Direito Civil - conceito, formação histórica e ideológica. O movimento de codificação. Pessoa e Direitos da Personalidade. Fato e Ato jurídicos. Bens. Prescrição e decadência.



---

#### **Bibliografia Básica:**

- ARAUJO, R. A. C. **Direito civil brasileiro:** parte geral. São Paulo: Foco, 2021.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/195168>
- BARBOZA, H. H. **Direito civil:** o futuro do direito. Rio de Janeiro: Processo, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/205034>
- DESGUALDO, J. G. **Direito civil.** Curitiba: Rideel, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203725>
- MELLO, C. M. **Direito civil:** parte geral. 6. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2023.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208173>

#### **Bibliografia Complementar:**

- ANGHER, A. J. **Código civil.** 27. ed. São Paulo: Rideel, 2021.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188199>
- BOURET, A. **Direito civil:** parte geral, contratos, obrigações e responsabilidade civil.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209325>
- FERNANDES, A. C. **Direito civil:** introdução, pessoas e bens. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2017.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/175336>
- GUERRA, C. E. (org.). **Direito civil.** São Paulo: Freitas Bastos, 2015.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37886>
- HIRONAKA, G. M. (org.). **Direito civil:** estudos. São Paulo: Blucher, 2018.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/171155>
- DINIZ, M. H. **Manual de direito civil.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- FARIAS, C.; ROSENVALD, N. **Curso de direito civil:** parte geral e LINDB. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- GONÇALVES, C. R. **Direito civil brasileiro.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- PEREIRA, C. M. da S. **Instituições de direito civil.** 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
- VENOSA, S. **Direito civil.** São Paulo: Atlas, 2015. v.1

#### **INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO I**

**Objetivo Geral:** A disciplina de introdução ao estudo do direito tem por fim responder as perguntas: "Que é Direito?", "Como o direito é conhecido?", revelar os objetos principais, a que se estende o termo "Direito" (Direito Objetivo, Direito Subjetivo). Situar o direito na sociedade. Situar a Ciência do Direito no quadro das Ciências. Dar uma visão panorâmica das histórias do pensamento jurídico; dar os traços principais da dogmática jurídica e seus modelos básicos: analítico, hermenêutico e decisório.

**Ementa:** I - Definições e acepções da palavra Direito. Fundamentos do Direito O Estudo do Direito. A metodologia do Direito. A questão da cientificidade do Direito. Ordenamento, sistema e norma jurídica. As disciplinas jurídicas. Sociedade e Direito. Instrumentos de controle social. Direito Natural. O Jusnaturalismo. O Historicismo. O Sociologismo. O Positivismo Jurídico. O Normativismo Jurídico. A Tridimensionalidade do Direito. Norma jurídica. A divisão do Direito Positivo. Justiça e Equidade. Segurança Jurídica. Direito e Estado. Fontes do Direito. Direito Costumeiro. Jurisprudência. Analogia Legal. Princípios Gerais do Direito. Ramos do Direito Público. Ramos do Direito Privado.

#### **Bibliografia Básica:**

- FRIEDE, A. C. R. **Lições esquematizadas de introdução ao estudo do direito.** 6. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208643>
- GLASENAPP, R. (org.). **Introdução ao direito.** 2. ed. São Paulo: Pearson, 2019.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/176758>
- MELLO, C. M. **Introdução ao estudo do direito.** 4. ed. São Paulo: Processo, 2023.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208182>
- MEZZOMO, C. **Introdução ao direito.** Caxias do Sul: EDUCS, 2011.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3081>



#### Bibliografia Complementar:

- BOBBIO, N. **O positivismo jurídico**. São Paulo: Ícone, 2021.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/195173>
- GUANDALINI JUNIOR, W. **Teoria dos sistemas jurídicos**. Curitiba: Intersaberes, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186561>
- JHERING, R. G. **A dogmática jurídica**. São Paulo: Ícone, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184868>
- MUYLAERT, E. **Direito no cotidiano: guia de sobrevivência na selva das leis**. São Paulo: Contexto, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182319>
- OSHIMA, E. B. F. **Relação jurídica: diálogos entre teoria e prática**. Curitiba: Intersaberes, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/197777>
- DIMOULIS, D. **Manual de introdução ao direito**. 4. ed. São Paulo: RT, 2011.
- NADER, P. **Introdução ao estudo do direito**. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- QUEIROZ, C. A. M. de. **O caso dos exploradores de cavernas de Lon L. Fuller: à luz do ordenamento penal brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2011.
- VON IHERING, R. **A luta pelo direito**. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

#### MACROECONOMIA I

**Ementa:** Conceitos Básicos e mensuração da atividade econômica. Inflação. Setor público. Políticas de estabilização econômica: política monetária e política fiscal. O setor externo e a política econômica.

**Objetivos:** Oferecer aos alunos os conceitos macroeconômicos básicos para que se possa analisar o panorama econômico em que se insere a economia brasileira.

##### Bibliografia básica:

- ABEL, A.; BERNANKE, B. S.; CROUSHORE, D. **Macroeconomia**. 6.ed. São Paulo: Pearson, 2008.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/274>
- BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 7.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2017.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/151481>
- ISRAEL, J.; PEREIRA, R. **Análise da conjuntura econômica**. Curitiba: Intersaberes, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185166>

##### Bibliografia complementar:

- EDITORA PEARSON. **Economia**. 2.ed. São Paulo: Pearson, 2018.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184054>
- EDITORA PEARSON. **Economia e mercado**. 2.ed. São Paulo: Pearson, 2019.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/176632>
- KRUGMAM; OBSTFELD. **Economia internacional: teoria e política**. 8.ed. São Paulo: Pearson, 2009.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1096>
- MOCHÓN, F. **Princípios de economia**. São Paulo: Pearson, 2007.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/15>
- PARKIN, M. **Macroeconomia**. 5.ed. São Paulo: Pearson, 2003.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/26>
- BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 3.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- FRANK, R. H.; BERNANKE, B. S. **Princípios de economia**. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- LOPES, L. M.; VASCONCELLOS, M. A. S (orgs). **Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

#### SOCIOLOGIA GERAL

**Ementa:** A sociologia: caracterização geral. A sociologia como ciência: a construção do objeto. Sociologia, cultura e sociedade Características e processos da sociedade moderna; A produção da subjetividade: a relação sujeito-objeto na sociedade contemporânea; Movimentos sociais na atualidade. Noções básicas de antropologia social e cultural. Construção do conceito de cultura. Identidade e



expressões culturais regionais e expressões multiculturais. A natureza humana e sua relação com a cultura. Família e sistema de parentesco. Reflexão sobre o fenômeno da 'família moderna', à luz da comparação etnográfica e histórica, com ênfase em suas implicações para a construção social da pessoa na cultura ocidental moderna. Família e Natureza na Cultura Ocidental Moderna.

**Objetivos:** Apresentar os fundamentos da sociologia, a relação sujeito-objeto na sociologia. Introduzir os conceitos sobre cultura e suas implicações na contemporaneidade.

**Bibliografia básica:**

DIAS, R. **Introdução à sociologia**. 2.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1093>

PRAXEDES, W.; PILETTI, N. **Principais correntes da sociologia da educação**. São Paulo: Contexto, 2021.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191395>

SOUZA, J. V. **Introdução à sociologia da educação**. São Paulo: Autêntica, 2015.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191526>

**Bibliografia complementar:**

BRIDI, M. A.; ARAUJO, S. M.; MOTIM, B. L. **Ensinar e aprender sociologia**. São Paulo: Contexto, 2009.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1516>

NERY, M. C. **Sociologia da educação**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/9989>

SELL, C. E. **Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/149515>

CASTRO, Sociologia geral. São Paulo: Atlas, 2000.

DEMO, P. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Atlas, 2002.

DIAS, R. **Introdução à sociologia**. 2.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Sociologia geral**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NOVA, S. **Introdução à sociologia**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

**ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

De acordo com o manual próprio.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:** Não se aplica.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:** Não se aplica

**DISCIPLINAS DO SEGUNDO SEMESTRE**

**DIREITO PENAL I**

**Objetivo Geral:** Visa oferecer ao corpo discente:

- Instruir o aluno no sentido de torná-lo capaz de lidar com a doutrina e com a jurisprudência, segundo os preceitos teóricos.

- Treinar o aluno, habilitando-o a colocar em prática os conhecimentos e as técnicas adquiridas, tornando-o capaz de servir ao ordenamento jurídico penal, na defesa da ordem e da paz social.

- Habilitar o aluno para as profissões que requisitam o diploma de bacharel, tais como a Magistratura, o Ministério Público, a Advocacia etc.

- Colocar o aluno em contato com a realidade forense e atividades afins através de estágios, visitas a estabelecimentos sociais e penais, realização de júris simulados, pesquisas de doutrina e jurisprudência.

**Ementa:** Conceito, Formação Histórica. Princípios Constitucionais. Aplicação da Lei Penal. Crime. Imputabilidade Penal. Concurso de Pessoas. Crimes contra a pessoa: delitos contra a vida, liberdade, corpo, honra, correspondência, costumes.

**Bibliografia Básica:**

BRAGA, H. R. **Manual de direito penal: parte geral**. São Paulo: Rideel, 2018.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182327>



ESTEFAM, A.; BARONOVSKY, R. **Direito penal: parte geral**. São Paulo: Rideel, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209330>

RODRIGUES, C. **Manual de direito penal**. 2.ed. São Paulo: Foco, 2021.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/193517>

VENERAL, D. C.; FERREIRA, E. A. **Elementos do direito penal**. Curitiba: Intersaberes, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/179736>

#### **Bibliografia Complementar:**

BACILA, C. B. **Introdução ao direito penal e à criminologia**. Curitiba: Intersaberes, 2016.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/42141>

FIGUEIREDO, R. V. (org.). **Código penal**. 27. ed. São Paulo: Rideel, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203743>

GILABERTE, B. **Crimes contra a dignidade sexual**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184132>

GILABERTE, B. **Crimes contra a pessoa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/187179>

HUNGRIA, N.; DOTTI, R. A. **Comentários ao Código penal**. São Paulo: GZ, 2017.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189311>

MOREIRA FILHO, G. **Código penal comentado**. 10. ed. Curitiba: Rideel, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186384>

OLIVEIRA, A. J. F. **Manual de direito penal policial aplicado**. Curitiba: Intersaberes, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/179770>

PEREIRA, G. M. **Direito penal I**. Caxias do Sul: EDUCS, 2012.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/5884>

BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: CL Dijur, 2012.

BITENCOURT, C. **Tratado de direito penal: parte geral**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v.1

#### **DIREITO DO TRABALHO I**

**Objetivo Geral:** 1. Levar aos alunos as principais categorias jurídicas de Direito do Trabalho e da Segurança Social e sua problemática quanto à atuação de tais institutos.

2. Preparar adequadamente o aluno para a vida profissional na área trabalhista judicial e extrajudicial, por meio de aulas, estágios e outros trabalhos.

3. Tentar obter a participação direta do aluno no processo da aprendizagem e manter o interesse dele durante o desenvolvimento das atividades docentes e discentes.

**Ementa:** Direito do trabalho: Formação, conceito e fontes do Direito do trabalho. Objeto, Divisão e importância. Direito Tutelar do Trabalho. Contrato Individual de Trabalho. Relação de Emprego. Identificação Profissional. Direito do Trabalho na Constituição. Direitos dos Trabalhadores e das Empresas: nascimento, desenvolvimento e extinção. Ideologias Políticas e o Direito do Trabalho. Higiene e segurança do trabalho.

**Extensão:** A atividade de extensão da disciplina de Direito do Trabalho I tem como objetivo desenvolver a compreensão crítica dos estudantes sobre a formação histórica do Direito do Trabalho e a construção jurídica do conceito de empregado, conforme previsto no artigo 3º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Os alunos deverão analisar a evolução histórica das relações laborais, desde as formas de trabalho nas civilizações antigas até a consolidação dos direitos trabalhistas na modernidade, destacando o papel das lutas sociais e dos movimentos operários na criação de um sistema jurídico voltado à proteção do trabalhador. Em seguida, os estudantes deverão estudar o conceito de empregado na CLT, identificando e interpretando seus cinco requisitos essenciais: pessoa física, não eventualidade, subordinação, remuneração e pessoalidade, compreendendo como esses elementos distinguem o empregado de outras formas de trabalho (autônomo, eventual, avulso, entre outros). A proposta extensionista consistirá na realização de ações educativas voltadas à conscientização sobre os direitos trabalhistas e a valorização do trabalho humano. Posteriormente, os grupos deverão produzir uma análise crítica sobre



os desafios enfrentados pelo Direito do Trabalho na atualidade. Essa atividade deverá ser enviada para o AVA da faculdade e para a empresa, se for o caso.

**Bibliografia Básica:**

- ALMEIDA, A. L. P. **CLT e súmulas do TST comentadas**. 20. ed. São Paulo: Rideel, 2019.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182337>
- BENATTO, P. H. A. **Direito do trabalho**. Curitiba: Rideel, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203726>
- PRAZERES, I. A. (org.). **Manual de direito do trabalho**. São Paulo: Rideel, 2018.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182332>
- SOUZA, F. C.; AZEVEDO NETO, P. T. (orgs.). **Consolidação das leis do trabalho**. 28. ed. São Paulo: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203736>

**Bibliografia Complementar:**

- ALMEIDA, A. L. P. **Direito do trabalho**. 19. ed. São Paulo: Rideel, 2019.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182484>
- ALMEIDA, A. L. P. **Vade Mecum Trabalhista**. 33. ed. São Paulo: Rideel, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203768>
- BARBOZA, H. H. **Direito do trabalho**. Rio de Janeiro: Processo, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/205043>
- BRASIL. **CLT de bolso**. 6. ed. São Paulo: Rideel, 2021.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188203>
- PRETTI, G. **Manual de direito do trabalho**. São Paulo: Ícone, 2014.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186245>
- CARRION, V. **CLT comentários à Consolidação das leis trabalhistas**. 43. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- SABATOVSKI, E.; FONTOURA, I. **Consolidação das leis do trabalho anotada**. Curitiba: Juruá, 2009.
- SARAIVA. **Código 4X1 CLT, CPC legislação previdenciária e constituição federal**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

**EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E HISTÓRIA CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA.**

**Objetivo Geral:** A disciplina propõe-se a mudar o ponto de referência do aluno para pensar o “outro”, o diferente, percebendo a complexidade de outras formações culturais e entendendo outras práticas culturais dentro de uma lógica própria, partindo de seus próprios parâmetros, construindo desta forma, uma percepção de que a nossa cultura é apenas uma das formas possíveis de perceber e interpretar o mundo e que todas as culturas são igualmente válidas e fazem sentido para seus participantes.

**Ementa:** Tratar os conceitos de etnia, raça, racialização, identidade, diversidade, diferença. Políticas afirmativas para populações étnicas e políticas afirmativas específicas em educação. Populações étnicas e diáspora. Racismo, discriminação e perspectiva didático-pedagógica de educação antirracista. Reflexões sobre os aspectos caracterizadores da formação cultural brasileira, Africana e indígena: história e memória dos povos afro-brasileiros, africanos e indígenas. As diversidades culturais delineadas através das singularidades nas línguas, nas religiões, nos símbolos, nas artes e nas literaturas. O legado dos povos Quilombolas e Guarani.

**Bibliografia Básica:**

- AMSELLE, J.-L.; M'BOKOLO, E. **No centro da etnia**. Petrópolis: Vozes, 2017.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/160256>
- HALL, G. M. **Escravidão e etnias africanas nas Américas**. Petrópolis: Vozes, 2017.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/155313>
- MACEDO, J. R. **História da África**. São Paulo: Contexto, 2014.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6729>



MALAGUIAS, M. C. **Psicodrama e relações étnico-raciais - Diálogos e reflexões**. São Paulo: Ágora, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/180911>

MARCHIORO, M. **Questão indígena no Brasil: uma perspectiva histórica**. Curitiba: Intersaberes, 2018. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/158941>

RADVANSKEI, I. A., JUNIOR, E. A. **Estudo das relações étnico-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena**. Curitiba: Contentus, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186412>

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**. São Paulo: Global, 2017. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184464>

#### **Bibliografia Complementar:**

AFONSO, G. B. **Ensino de história e cultura indígenas**. Curitiba: Intersaberes, 2016. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/42572>

BRAGA, L. MELO, E. **História Da África e Afro-Brasileira**. São Paulo: Summus, 2010. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/36951>

CARVALHO, A. P. et al. **Desigualdades de gênero, raça e etnia**. Curitiba: Intersaberes, 2013. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3241>

LOEWE, D. **Multiculturalismo e direitos culturais**. Caxias do Sul: Educ, 2011. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3085>

PATTO, M. H. S. (org.). **A Cidadania negada: políticas públicas e formas de viver**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2424>

PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2010. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2223>

TERRA, M. L. E. (org.). **Humanidades, Ciências Sociais e Cidadania**. São Paulo: Pearson, 2014. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/22159>

KABENGELE, M. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, cultura e civilizações**. São Paulo: Global, 2009.

RODRIGUES, R. **Nós do Brasil: Estudos das Relações Étnico-Raciais**. São Paulo: Editora Moderna, 2013.

#### **EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**Ementa:** Princípios e objetivos da Educação Ambiental. Diversidade biogeográfica e seus processos ecológicos vitais. Sociedade, meio ambiente, natureza, cultura, ciência e tecnologia. Reconhecimento e valorização da diversidade dos múltiplos saberes e olhares científicos e populares sobre o meio ambiente. Convívio cuidadoso com os seres vivos e seu habitat, desigualdades socioeconômicas e seus impactos ambientais. Educomunicação Socioambiental. Educação e ambiente na perspectiva socioambiental. Histórico da legislação ambiental brasileira. Educação para o Desenvolvimento Sustentável e a Sustentabilidade socioambiental. Aspectos bióticos, abióticos e a biodiversidade

**Objetivo Geral:** Proporcionar ao aluno uma visão mais ampla sobre Educação Ambiental. Desenvolver no aluno o entendimento da importância da Educação Ambiental.

#### **Bibliografia Básica:**

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208866>

FARIAS, A. L. **Normas do meio ambiente e o impacto na logística**. Curitiba: Contentus, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191641>

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. Campinas: Papirus, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/204684>

LIMA, A. L. **Educação ambiental: perspectivas para uma prática integradora**. Curitiba: Intersaberes, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/197436>

#### **Bibliografia Complementar:**



BARBIEI, J. C. **Desenvolvimento sustentável**: das origens à Agenda 2030. Petrópolis: Vozes, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/201722>

GUIMARÃES, M. (org.). **Caminhos da educação ambiental**: da forma à ação. Campinas: Papirus, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/204685>

SILVA, M. C.; FLORENTINO, L. A.; PAPARIDIS, O. S. (orgs.). **Educação ambiental**: a sustentabilidade em construção. Jundiaí: Paco e Littera, 2019. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/207416>

SOUZA, A. A. C.; TAVARES, F. B. (orgs.). **Políticas públicas em educação e meio ambiente**: visões interdisciplinares. Jundiaí: Paco e Littera, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/206813>

VIEIRA, E. R. **Educação ambiental para a sustentabilidade**. Curitiba: Contentus, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184752>

## HISTÓRIA DO DIREITO

**Objetivo Geral:** Identificar os documentos e institutos históricos a fim de possibilitar a concretização do conhecimento. Compreender a interação dialética entre História, Sociedade e Direito tendo em vista a orientação do pensamento jurídico.

**Ementa:** A formação do Direito como conquista dos povos. O Direito Romano: características primitivas e transformações do seu espírito no Sistema Atual. Formação e características da "Civil Law" e da "Common Law". A formação do Direito Moderno. O processo de codificação.

**Extensão:** A atividade de extensão da disciplina tem como objetivo desenvolver nos estudantes uma compreensão crítica acerca da formação histórica do Direito e sua relevância para a cidadania contemporânea, promovendo o reconhecimento das raízes jurídicas, filosóficas e sociais que estruturam o ordenamento jurídico atual. Os alunos deverão analisar o processo histórico de construção das normas, instituições e valores jurídicos desde as civilizações antigas, passando pelo Direito Romano, pela influência do Direito Canônico e das universidades medievais, até a consolidação do Estado Moderno e do positivismo jurídico. Também deverão relacionar esse percurso com a formação do Direito Brasileiro, destacando a influência europeia e as transformações ocorridas a partir das Constituições de 1824, 1891, 1934 e 1988. Em seguida, os estudantes deverão propor uma ação extensionista voltada à valorização da história e da cultura jurídica como instrumento de educação e cidadania, por meio da criação de cartilhas, folders, exposições, palestras, vídeos curtos ou publicações digitais, que mostrem, de forma acessível, como o Direito evoluiu e de que modo essa trajetória contribui para a defesa da democracia, dos direitos humanos e da justiça social. Posteriormente, deverão elaborar uma análise crítica sobre os desafios de compreender e valorizar o Direito sob uma perspectiva histórica na atualidade, refletindo sobre como o esquecimento das origens jurídicas pode levar à repetição de injustiças sociais e sobre o papel do jurista na preservação da memória e na promoção da ética e da democracia. Essa atividade deverá ser enviada para o AVA da faculdade e para a empresa, se for o caso.

### Bibliografia Básica:

ANGELOZZI, G. **História do direito no Brasil**. São Paulo: Freitas Bastos, 2009. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37831>

GUANDALINI JUNIOR, W. **História do direito romano**. Curitiba: Intersaberes, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186195>

OLIVEIRA, M. A. **Constitucionalismo e história do direito**. 2. ed. São Paulo: Conhecimento, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189716>

### Bibliografia Complementar:

CAMPELLO, A. B. **Manual jurídico da escravidão**. São Paulo: Paco e Littera, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/206776>

BASTOS, A. W. **O ensino jurídico do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/199251>



- DOMINGOS, P. D. **Percursos do direito**: a advocacia durante a segunda metade do Século XX. São Paulo: Paco e Littera, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/206752>
- MENDES, F. A. **Da tradição coimbrã ao bacharelismo liberal**: como os bacharéis em direito inventaram a nação no Brasil. São Paulo: Paco e Littera, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/206308>
- SOUZA, A. P. (org.). **Estudos de história e histografia do direito em homenagem ao Professor Antônio Manuel Hespanha**. Curitiba: Intersaberes, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185168>
- BITTAR, E. (Org.). **História do direito brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2006.
- CRETELLA JR., J. **Curso de direito romano**. 30. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- KLABIN, A. **História geral do direito**. Rio de Janeiro: RT, 2004.
- MACIEL, J.; AGUIRAR, R. **História do direito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- MADEIRA, H. **História da advocacia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- ROMÃO, J.; CAVALCANTI, V.; KOGAN, F. **História do direito**. Rio de Janeiro: Rio, 2003.
- SOARES, G. F. S. **Common Law**: introdução ao direito dos EUA. 2.e d. São Paulo: RT, 2000.

## INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO II

**Objetivo Geral:** A disciplina de introdução ao estudo do direito II tem por fim responder as perguntas: "Que é Direito?", "Como o direito é conhecido?", revelar os objetos principais, a que se estende o termo "Direito" (Direito Objetivo, Direito Subjetivo). Situar o direito na sociedade. Situar a Ciência do Direito no quadro das Ciências. Dar uma visão panorâmica das histórias do pensamento jurídico; dar os traços principais da dogmática jurídica e seus modelos básicos: analítico, hermenêutico e decisório.

**Ementa:** Norma Jurídica. A eficácia da Lei no Tempo e no Espaço. Hermenêutica e Interpretação do Direito. A jurisprudência e operação de julgamento: fins sociais e o bem comum, vontade da lei, vontade do legislador ou vontade do juiz? II - Sujeitos de Direito. Pessoa Natural e Pessoa Jurídica. Relação jurídica: conceito, formação, elementos. Direito Subjetivo. Dever jurídico. III - Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro. Coisa julgada. Ato jurídico perfeito. Direito adquirido. IV - Técnica Legislativa. Lei Complementar 95/98.

### Bibliografia Básica:

- GUANDALINI JUNIOR, W. **Teoria dos sistemas jurídicos**. Curitiba: Intersaberes, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186561>
- JHERING, R. G. **A dogmática jurídica**. São Paulo: Ícone, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184868>
- MUYLAERT, E. **Direito no cotidiano**: guia de sobrevivência na selva das leis. São Paulo: Contexto, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182319>

### Bibliografia Complementar:

- FRIEDE, A. C. R. **Lições esquematizadas de introdução ao estudo do direito**. 6. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208643>
- GLASENAPP, R. (org.). **Introdução ao direito**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2019. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/176758>
- MELLO, C. M. **Introdução ao estudo do direito**. 4. ed. São Paulo: Processo, 2023. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208182>
- MEZZOMO, C. **Introdução ao direito**. Caxias do Sul: EDUCS, 2011. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3081>
- OSHIMA, E. B. F. **Relação jurídica**: diálogos entre teoria e prática. Curitiba: Intersaberes, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/197777>
- SCHMIDT, L. K. **Hermenêutica**. Petrópolis: Vozes, 2014. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/54230>
- BOBBIO, N. **Teoria da norma jurídica**. 5. ed. São Paulo: Edipro, 2012.



NADER, P. **Introdução ao estudo do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.  
VON LHERING, R. **A luta pelo direito**. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

## DISCIPLINAS DO TERCEIRO SEMESTRE

### CIÊNCIA POLÍTICA I

**Objetivo Geral:** Visam contemporizar e ampliar os conhecimentos dos alunos quanto à realidade brasileira, com a colaboração de docentes especializados nos diversos temas a serem tratados.

**Ementa:** Teoria do Estado: noção, objeto, método. Origem da Sociedade. Finalidade Social. Ordem Social e Ordem Jurídica. Poder Social. As Sociedades Políticas. Origem do Estado. Evolução do Estado. Soberania. Território. Povo. O Poder do Estado. Finalidades e Funções do Estado. Conceito de Estado. Personalidade Jurídica do Estado. Estado e Direito. Estado e Nação. Atualização do Estado.

**Bibliografia Básica:**

CHUCARINO, T. (org.). **Teorias políticas, estado e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2019.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/176767>  
FRIEDE, R. **Lições esquematizadas de ciência política e TGE**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2017.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/49247>  
LEITE, F. **Ciência política: da antiguidade aos dias de hoje**. Curitiba: Intersaberes, 2016.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/42167>  
LUCAS, J. I. P. **Ciência política**. Caxias do Sul: EDUCS, 2021.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198259>

**Bibliografia Complementar:**

FIGUEIREDO FILHO, D. B. **Métodos quantitativos em ciência política**. Curitiba: Intersaberes, 2019.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/177673>  
FRIEDE, R. **Curso de ciência política e teoria geral do estado**. 5. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2013.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37825>  
KELLSTEDT, P. M.; WHITTEN, G. D. **Fundamentos da pesquisa em ciência política**. São Paulo: Edgar Blucher, 2015. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/164084>  
MARTINELLI, V. V. **O Instituto Nacional de Ciência Política**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203076>  
SILOTTO, G.; et al. **Poder e território: uma abordagem a partir da ciência política**. Curitiba: Intersaberes, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/187449>

### DIREITO CIVIL II – OBRIGAÇÕES I

**Objetivo Geral:** O ensino de Direito Civil tem por finalidade habilitar o futuro bacharel ao exercício consciente e responsável da profissão, mediante conhecimento de cada um dos dispositivos do Código Civil e leis complementares, dos textos fundamentais da doutrina nacional e estrangeira, da jurisprudência, preparando-o gradualmente, para complementar os conhecimentos básicos adquiridos em aulas teóricas e práticas com o desembaraço necessário para o desempenho das funções que o aguardam como operador do direito.

**Ementa:** Direito das Obrigações I: conceito, espécies e fontes das obrigações. O individualismo e a doutrina social. Modalidades e efeitos das obrigações. Nascimento e extinção das obrigações. Dano moral e patrimonial. Cessão de crédito

**Bibliografia Básica:**

FERNANDES, A. C. **Direito civil: obrigações**. Caxias do Sul: EDUCS, 2019.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/175209>  
MELLO, C. M. **Direito civil: obrigações**. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198494>



TERRA, A. M. V.; GUEDES, J. S. C. **Inexecução das obrigações**. Rio de Janeiro: Processo, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185373>

**Bibliografia Complementar:**

ANGHER, A. J. **Código civil**. 27. ed. São Paulo: Rideel, 2021.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188199>

BARBOZA, H. H. **Direito civil: o futuro do direito**. Rio de Janeiro: Processo, 2022.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/205034>

BONNA, A. P. **Dano moral**. São Paulo: Foco, 2021.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/192930>

DESGUALDO, J. G. **Direito civil**. Curitiba: Rideel, 2022.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203725>

GUERRA, C. E. (org.). **Direito civil**. São Paulo: Freitas Bastos, 2015.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37886>

GONÇALVES, C. R. **Direito civil brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.2

PEREIRA, C. M. **Instituições de direito civil**. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. v.2.

RIZZARDO, A. **Direito das obrigações: lei nº 10.406, de 10.01.2002**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

VENOSA, S. de S. **Direito civil**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013. v.2.

**DIREITO CONSTITUCIONAL I**

**Objetivo Geral:** Noções básicas sobre a ordem social, a natureza e o papel do Estado, sua organização e o funcionamento do Estado em face dos interesses sociais e posição do indivíduo em relação ao Estado, para que este seja a expressão da vontade de seus componentes. Tudo isso objetivando a preparação dos alunos para o estudo do direito positivo com uma clara consciência de seus componentes.

**Ementa:** Teoria do Estado: As Teorias sobre a origem e formação do Estado: os clássicos. Regime e Sistemas de Governo. A democracia. Teoria da Constituição: História do Constitucionalismo Brasileiro. Poder Constituinte. Normas Constitucionais. Princípios Constitucionais e Supraconstitucionais. Direito Constitucional: Princípios Fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais. Organização do Estado. Administração Pública.

**Bibliografia Básica:**

ÂLCANTARA, S. A. **Direito constitucional**. Curitiba: Contentus, 2020.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188231>

BARONOVSKY, R. **Direito constitucional**. São Paulo: Rideel, 2022.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209332>

GÓES, G. S.; MELLO, C. M. **Direito constitucional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198181>

PAGLIARINI, A. C. **Direito constitucional: primeiras linhas**. Curitiba: Intersaberes, 2022.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/201423>

**Bibliografia Complementar:**

DANTAS, P. R. **Curso de direito constitucional**. 6. ed. São Paulo: Foco, 2012.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188667>

DRAGO, G. D. **Manual de direito constitucional**. Caxias do Sul: EDUCS, 2019.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/175208>

MESSA, A. M. **Direito constitucional**. 6.ed. São Paulo: Rideel, 2022.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209342>

OLIVEIRA, E. S.; PEIXOTO, P. H. L. **Praticando para passar na 2ª fase da OAB: direito constitucional**. São Paulo: Rideel, 2022.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209365>

PEREIRA, F. F. **Direito constitucional**. Curitiba: Rideel, 2022.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203723>



SANTOS, E. **Direito constitucional sistematizado**. São Paulo: Foco, 2021.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188675>  
FERREIRA FILHO, M. G. **Curso de direito constitucional**. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.  
FÜHRER, M.; FÜHRER, M. **Resumo de direito constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2008.  
LENZA, P. **Direito constitucional esquematizado**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.  
MENDES, G. F; BRANCO, P.G. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2013.

## DIREITOS FUNDAMENTAIS

**Objetivo Geral:** O objetivo central desta disciplina é o estudo dos principais temas e problemas dos direitos fundamentais no Estado de Direito contemporâneo, de forma a proporcionar ao corpo discente um amplo conhecimento dessa matéria e de seus desafios.

**Ementa:** Parte Geral: A teoria dos Direitos Fundamentais: Direitos Fundamentais e Liberdades Públicas: A Doutrina dos Direitos Fundamentais e sua Evolução. As Primeiras Declarações de Direitos e suas características. A segunda geração de Direitos. Os Direitos Econômicos e Sociais. A terceira geração de Direitos. Os direitos de solidariedade. O Estado de Direito e seus postulados básicos. II - Parte especial: Teoria Jurídica dos Direitos Fundamentais. Seção I - Técnicas de tratamento das Liberdades Públicas: Sistema Repressivo; Sistema Preventivo; Disciplina Excepcional das Liberdades Públicas. Seção II - Técnica de Proteção das Liberdades Públicas. Sistema Político: Elaboração da Lei; Proteção contra a Lei. Sistema Administrativo. Sistema Jurisdicional: Jurisdição Una; Contencioso Administrativo.

**Extensão:** A atividade de extensão vinculada a esta disciplina tem como objetivo promover a compreensão crítica dos estudantes acerca da efetivação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes no Brasil, à luz da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os alunos deverão identificar e analisar casos reais ou situações sociais em que os direitos de crianças e adolescentes tenham sido garantidos ou violados, reconhecendo os instrumentos jurídicos disponíveis para sua proteção e o papel das instituições responsáveis pela sua defesa como família, sociedade, Estado, Ministério Público e Conselhos Tutelares. Em um segundo momento, os estudantes deverão propor uma ação extensionista de conscientização voltada à comunidade, como a produção de cartilhas, folders informativos ou conteúdos digitais sobre o ECA, destacando canais de denúncia, mecanismos de proteção e o dever legal de corresponsabilidade previsto no Art. 4º do Estatuto. A partir dessas ações, será elaborada uma análise crítica sobre os desafios e avanços na efetivação dos direitos fundamentais da infância e adolescência, refletindo sobre a distância entre teoria e prática, o alcance das políticas públicas e o papel social do estudante de Direito na defesa desses direitos. Essa atividade deverá ser enviada para o AVA da faculdade e para a empresa, se for o caso.

### Bibliografia Básica:

KOWARSKI, C. B.; VAL, E. M.; CASAMASSO, M. A. **Estado de direito: temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Processo, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203012>  
MELLO, C. M. **Direitos fundamentais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2023. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208108>  
SOARES, M. L.; CHAVES, J. M. **Direitos fundamentais e direito internacional**. São Paulo: Conhecimento, 2019. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189242>  
OMMATI, J. E. **Uma teoria dos direitos fundamentais**. 7.ed São Paulo: Conhecimento, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189723>

### Bibliografia Complementar:

BELLO, E. (org.). **Ensaio crítico sobre direitos humanos e constitucionalismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2012. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/5862>  
BRANCO, A. A.; et al. **Serviço social, direito e cidadania**. Curitiba: Intersaberes, 2017. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/149584>



- BUHRING, M. A. Direitos fundamentais: direito ambiental e os novos direitos para o desenvolvimento socioeconômico. Caxias do Sul: EDUCS, 2018.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/162281>
- CHICARINO, T. S. Educação em direitos humanos. São Paulo: Pearson, 2016.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/129399>
- GOHN, M. G. **Ativismos no Brasil**: movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis - como impactam e por que importam?. Petrópolis: Vozes, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/204256>
- OMMATI, J. E. (org.). **Escritos de direitos fundamentais**. São Paulo: Conhecimento, 2021.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189769>
- PAGLIARINI, A. C. **Jurisdição (inter) nacional e direitos fundamentais**. Curitiba: Intersaberes, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/178172>
- FERREIRA FILHO, M. **Direitos humanos fundamentais**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- RIBEIRO, M. **Direitos humanos e fundamentais**. São Paulo: Russel, 2009.
- SARLET, I. W. **A eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

## DIREITO PENAL II

**Objetivo Geral:** Visa oferecer ao corpo discente:

- Instruir o aluno no sentido de torná-lo capaz de lidar com a doutrina e com a jurisprudência, segundo os preceitos teóricos.
- Treinar o aluno, habilitando-o a colocar em prática os conhecimentos e as técnicas adquiridas, tornando-o capaz de servir ao ordenamento jurídico penal, na defesa da ordem e da paz social.
- Habilitar o aluno para as profissões que requisitam o diploma de bacharel, tais como a Magistratura, o Ministério Público, a Advocacia etc.
- Colocar o aluno em contato com a realidade forense e atividades afins através de estágios, visitas a estabelecimentos sociais e penais, realização de júris simulados, pesquisas de doutrina e jurisprudência.

**Ementa:** Penas: espécies, cominação, aplicação, suspensão e livramento condicional, efeitos da condenação, reabilitação. Medidas de Segurança. Ação Penal. Extinção da Punibilidade.

Crimes contra o patrimônio: furto, roubo, estelionato, propriedade imaterial. Crimes contra a ordem social. Crimes contra a família.

### Bibliografia Básica:

- GILABERTE, B. **Crimes contra o patrimônio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/183514>
- MOREIRA FILHO, G. **Código penal comentado**. 10. ed. Curitiba: Rideel, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186384>
- OLIVEIRA, A. J. Manual de direito penal policial aplicado: repressão imediata. Curitiba: Intersaberes, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/179770>
- PEDROSO, F. G. **Direito penal: parte especial**. São Paulo: Rideel, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209329>

### Bibliografia Complementar:

- BACILA, C. B. **Introdução ao direito penal e à criminologia**. Curitiba: Intersaberes, 2016.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/42141>
- FIGUEIREDO, R. V. (org.). **Código penal**. 27. ed. São Paulo: Rideel, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203743>
- RODRIGUES, C. **Manual de direito penal**. 2. ed. São Paulo: Foco, 2021.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/193517>
- VENERAL, D. C.; FERREIRA, E. A. **Elementos do direito penal**. Curitiba: Intersaberes, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/179736>
- BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: CL Dijur, 2012.



BITENCOURT, C. **Tratado de direito penal**: parte geral. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v.1  
CUNHA, R. S. **Manual de direito penal**: parte especial. 7. ed. Salvador: Juspodivm, 2015.  
BITENCOURT, C. R. **Falência da pena de prisão**: causas e alternativas. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.  
BITENCOURT, C. **Tratado de direito penal**: parte especial 2. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.2

## DISCIPLINAS DO QUARTO SEMESTRE

### DIREITO CIVIL III – OBRIGAÇÕES II

**Objetivo Geral:** O ensino de Direito Civil tem por finalidade habilitar o futuro bacharel ao exercício consciente e responsável da profissão, mediante conhecimento de cada um dos dispositivos do Código Civil e leis complementares, dos textos fundamentais da doutrina nacional e estrangeira, da jurisprudência, preparando-o gradualmente, para complementar os conhecimentos básicos adquiridos em aulas teóricas e práticas com o desembaraço necessário para o desempenho das funções que o aguardam como operador do direito.

**Ementa:** Direito das Obrigações: Teoria Geral do Negócio Jurídico. Contrato. Atos Ilícitos. Responsabilidade Civil. Liquidação das obrigações decorrentes de atos ilícitos. Concurso de Credores. Declaração Unilateral de Vontade.

#### Bibliografia Básica:

FERNANDES, A. C. **Direito civil**: obrigações. Caxias do Sul: EDUCS, 2019.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/175209>  
LOPES, O. A. **Fundamentos da responsabilidade civil**. Rio de Janeiro: Processo, 2019.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185227>  
MELLO, C. M. **Direito civil**: obrigações. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198494>  
MELLO, C. M. **Responsabilidade civil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Processo, 2023.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208096>

#### Bibliografia Complementar:

ANGHER, A. J. **Código civil**. 27. ed. São Paulo: Rideel, 2021.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188199>  
FREITAS, A. M. **Temas de responsabilidade civil ambiental**. Caxias do Sul: EDUCS, 2013.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/5874>  
KRELLING NETO, A. O. **Responsabilidade civil**: ciber Crimes. São Paulo: Contentus, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184103>  
QUEIROZ, J. Q. **Responsabilidade civil na rede, danos a liberdade à luz do marco civil da internet**. Rio de Janeiro: Processo, 2019. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185308>  
RUZYK, C. E.; ROSENVALD, N. **Novas fronteiras da responsabilidade civil**: direito comparado. São Paulo: Foco, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188662>  
TERRA, A. M. V.; GUEDES, J. S. C. **Inexecução das obrigações**. Rio de Janeiro: Processo, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185373>  
CAVALIERI FILHO, S. **Programa de responsabilidade civil**. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.  
FARIAS, C.; ROSENVALD, N. **Curso de direito civil**: obrigações. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2015.v.2  
FARIAS, C.; ROSENVALD, N. **Curso de direito civil**: responsabilidade civil. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. v.3  
GONÇALVES, C. R. **Direito civil brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.2  
MONTEIRO, W. de B.; MALUF, C. A. D. **Direito civil**. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.4.  
PEREIRA, C. M. **Instituições de direito civil**. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. v.2.  
RIZZARDO, A. **Direito das obrigações**: lei nº 10.406, de 10.01.2002. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.  
VENOSA, S. de S. **Direito civil**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013. v.2.



## DIREITO CONSTITUCIONAL II

**Objetivo Geral:** Noções básicas sobre a ordem social, a natureza e o papel do Estado, sua organização e o funcionamento do Estado em face dos interesses sociais e posição do indivíduo em relação ao Estado, para que este seja a expressão da vontade de seus componentes. Tudo isso objetivando a preparação dos alunos para o estudo do direito positivo com uma clara consciência de seus componentes.

**Ementa:** Direito Constitucional: Organização dos Poderes. Funções Essenciais à Justiça. Processo Legislativo. Controle de Constitucionalidade. Ordem Econômica e Financeira. Ordem social. Disposições Constitucionais Transitórias.

### Bibliografia Básica:

- DRAGO, G. D. **Manual de direito constitucional.** Caxias do Sul: EDUCS, 2019.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/175208>
- MESSA, A. M. **Direito constitucional.** 6.ed. São Paulo: Rideel, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209342>
- PEREIRA, F. F. **Direito constitucional.** Curitiba: Rideel, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203723>

### Bibliografia Complementar:

- ÂLCANTARA, S. A. **Direito constitucional.** Curitiba: Contentus, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188231>
- DANTAS, P. R. **Curso de direito constitucional.** 6. ed. São Paulo: Foco, 2012.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188667>
- GÓES, G. S.; MELLO, C. M. **Direito constitucional.** 2. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198181>
- HACK, É. **Direito constitucional:** conceitos, fundamentos e princípios básicos. Curitiba: Intersaberes, 2012. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6004>
- PAGLIARINI, A. C. **Direito constitucional:** primeiras linhas. Curitiba: Intersaberes, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/201423>
- SANTOS, E. **Direito constitucional sistematizado.** São Paulo: Foco, 2021.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188675>
- FERREIRA FILHO, M. G. **Curso de direito constitucional.** 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- LENZA, P. **Direito constitucional esquematizado.** 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- MENDES, G. F; BRANCO, P.G. **Curso de direito constitucional.** São Paulo: Saraiva, 2013.
- MORAES, G. P. **Curso de direito constitucional.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

## DIREITO DO TRABALHO II

**Objetivo Geral:** 1. Levar aos alunos as principais categorias jurídicas de Direito do Trabalho e da Segurança Social e sua problemática quanto à atuação de tais institutos.

2. Preparar adequadamente o aluno para a vida profissional na área trabalhista judicial e extrajudicial, por meio de aulas, estágios e outros trabalhos.

3. Tentar obter a participação direta do aluno no processo da aprendizagem e manter o interesse dele durante o desenvolvimento das atividades docentes e discentes.

**Ementa:** Direito Sindical, Direito Coletivo e Direito Processual Coletivo do Trabalho: Formação do movimento sindical no mundo e no Brasil. As correntes sindicais. Contrato, Acordo e Convenção Coletivos. Direito Internacional do Trabalho. Trabalhadores Públicos e Privados. Negociação e Greve. Dissídios Coletivos. A Substituição Processual: Poder dos Sindicatos. CIPA. Assembleias. Normas Internacionais do Trabalho. OIT.

### Bibliografia Básica:

- ALVAR, M. V. **Direito processual do trabalho.** Curitiba: Rideel, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203730>



BARBOZA, H. H. **Direito do trabalho**. Rio de Janeiro: Processo, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/205043>

GOMES, E. B. **Direito internacional do trabalho**. Curitiba: Contentus, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/183536>

RODRIGUES JUNIOR, S. A. **Direito processual do trabalho e direito processual laboral**. Rio de Janeiro: Processo, 2023. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208114>

#### **Bibliografia Complementar:**

ALMEIDA, A. L. P. **CLT e súmulas do TST comentadas**. 20. ed. São Paulo: Rideel, 2019. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182337>

ALMEIDA, A. L. P. **Direito do trabalho**. 19. ed. São Paulo: Rideel, 2019. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182484>

ALMEIDA, A. L. P. **Vade Mecum trabalhista**. 33. ed. São Paulo: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203768>

BENATTO, P. H. A. **Direito do trabalho**. Curitiba: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203726>

BRASIL. **CLT de bolso**. 6. ed. São Paulo: Rideel, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188203>

PRAZERES, I. A. (org.). **Manual de direito do trabalho**. São Paulo: Rideel, 2018. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182332>

PRETTI, G. **Direito internacional do trabalho e convenções da OIT ratificadas pelo Brasil**. São Paulo: Ícone, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/195548>

SOUZA, F. C.; AZEVEDO NETO, P. T. (orgs.). **Consolidação das leis do trabalho**. 28. ed. São Paulo: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203736>

SPALLER, A. V. **Direito processual do trabalho: da fase de conhecimento às ações especiais**. Curitiba: Intersaberes, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191711>

CARRION, V. **CLT comentários à Consolidação das leis trabalhistas**. 43. ed. São Paulo: Saraivam 2019.

SARAIVA. **Código 4X1 CLT, CPC legislação previdenciária e constituição federal**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

#### **DIREITO PENAL III**

**Objetivo Geral:** Visa oferecer ao corpo discente:

- Instruir o aluno no sentido de torná-lo capaz de lidar com a doutrina e com a jurisprudência, segundo os preceitos teóricos.
- Treinar o aluno, habilitando-o a colocar em prática os conhecimentos e as técnicas adquiridas, tornando-o capaz de servir ao ordenamento jurídico penal, na defesa da ordem e da paz social.
- Habilitar o aluno para as profissões que requisitam o diploma de bacharel, tais como a Magistratura, o Ministério Público, a Advocacia etc.

- Colocar o aluno em contato com a realidade forense e atividades afins através de estágios, visitas a estabelecimentos sociais e penais, realização de júris simulados, pesquisas de doutrina e jurisprudência.

**Ementa:** Crimes contra a ordem econômica: crimes contra o consumidor, contra a fauna e flora, contra o sistema financeiro, contra o orçamento, contra a ordem tributária, de responsabilidade, administração pública, fé pública, incolumidade.

#### **Bibliografia Básica:**

MATTHES, R. **Manual de direito ambiental**. São Paulo: Rideel, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182496>

MOREIRA FILHO, G. **Código penal comentado**. 11. ed. São Paulo: Rideel, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191636>

ROCHA JUNIOR, F. R.; GIZZI, G. F. **Fraudes corporativas e programas de compliance**. Curitiba: Intersaberes, 2018. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/158376>



#### **Bibliografia Complementar:**

- BATTAGLIN, B. A. A. **Direito ambiental**. Curitiba: Intersaberes, 2021.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/196917>
- COSTA, L. L. **Os crimes de acumulação no direito penal ambiental**. Porto Alegre: PUCRS, 2012.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/54615>
- FIGUEIREDO, R. V. (org.). **Código penal**. 27. ed. São Paulo: Rideel, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203743>
- SIRVINSKAS, L. P. (org.). **Legislação de direito ambiental**. 16. ed. São Paulo: Rideel, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203748>
- BITENCOURT, C. R. **Tratado de direito penal: parte especial 4**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- BITENCOURT, C. R. **Tratado de direito penal: parte especial 5**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- CAPEZ, F. **Curso de direito penal**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v.4
- ESTEFAM, A. **Direito penal**. São Paulo: Saraiva, 2011. v.4
- MASSON, C. **Direito penal esquematizado**. 4. ed. São Paulo: Método, 2014. v.3

#### **TEORIA GERAL DO PROCESSO**

**Objetivo Geral:** O ensino de Direito Processual Civil e Penal visa:

01. Instruir o aluno no sentido de torná-lo capaz de lidar com a doutrina, com a legislação, com a jurisprudência, segundo os preceitos teóricos;
02. Treinar o aluno, habilitando-o a colocar em prática os conhecimentos e a técnica adquiridos, tornando-o capaz de servir ao ordenamento jurídico-processual, na defesa da ordem e da paz social;
03. Habilitar o aluno para as profissões que requisitam o diploma de bacharel, tais como: a Magistratura, o Ministério Público, a Advocacia etc.;
04. Colocar o aluno em contato com a realidade forense e atividades afins através de estágios, visitas a estabelecimentos policiais e penais, realização de júris simulados, pesquisa de doutrina e jurisprudência; outras pesquisas.

**Ementa:** Estado, Jurisdição, Princípios Gerais. Princípios Constitucionais, Ação, Defesa, Tutela dos interesses individuais e transindividuais, a ideologia e o Direito Processual. Composição de conflitos. Relação processual. Processo. Procedimento.

#### **Bibliografia Básica:**

- DANTAS, P. R. F. **Direito processual constitucional**. 11. ed. Rio de Janeiro: Foco, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208770>
- MELLO, C. M. **Processo civil: teoria geral do processo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2023.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208311>
- SILVA, R. O. M. **Teoria geral do processo**. Curitiba: Intersaberes, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/197775>

#### **Bibliografia Complementar:**

- ANGHER, A. J. **Código civil**. 27. ed. São Paulo: Rideel, 2021.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188199>
- CABRAL, T. N. X. **Limites da liberdade processual**. 2. ed. São Paulo: Foco, 2021.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/190976>
- CHRISTÓFOLO, J. E. **Princípios constitucionais de relações internacionais**. São Paulo: Del Rey, 2019.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/204489>
- MELLO, C. M. **Teoria geral do processo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2023.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208339>
- SALLES, R. B. **Autotutela nas relações contratuais**. Rio de Janeiro: Processo, 2019.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185218>
- BARROSO, C. **Teoria geral do processo e do conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2013.



OLIVEIRA, A. de; MITIDIERO, D. **Curso de processo civil**: volume I teoria geral do processo civil e parte geral do direito processual civil. São Paulo: Atlas, 2012.

## DISCIPLINAS DO QUINTO SEMESTRE

### ANTROPOLOGIA E ÉTICA JURÍDICA

**Objetivo Geral:** Levar o estudante a aprender o sentido unitário da experiência jurídica em todas as suas manifestações específicas, em conexão com vários problemas fundamentais inclusive quanto às razões da unidade concreta e dinâmica da ordem jurídica positiva, cuja compreensão é indispensável à formação do jurista, e que nenhuma disciplina jurídica positiva particular poderia propiciar; realizar a crítica dos pressupostos ou das condições lógicas e metodológicas das demais ciências jurídicas, que nenhuma destas poderia ter como objeto; determinar o fundamento ético da fenomenologia jurídica e do comportamento do jurista nos múltiplos campos de sua atividade.

**Ementa:** Atualidade do questionamento ético. A ética clássica e ética cristã. O formalismo ético kantiano. A ética materialista. Problemas de ética contemporânea. Bioética.

#### Bibliografia Básica:

MACHADO, I. **Introdução à antropologia**. São Paulo: Contexto, 2023.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208550>

NALINI, J. R. (org.). **Magistratura e ética**: perspectivas. São Paulo: Contexto, 2013.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/4149>

VALLATTI, D. B. **Manual de ética profissional e estatuto da OAB**. São Paulo: Rideel, 2018.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182334>

#### Bibliografia Complementar:

GOMES, M. P. **Antropologia**: ciência do homem, filosofia da cultura. São Paulo: Contexto, 2008.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1267>

OLIVEIRA, A. P. **Antropologia**: questões, conceitos e histórias. Curitiba: Intersaberes, 2018.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/161681>

RIDEEL. **Novo código de ética e disciplina da OAB comparado**. São Paulo: Rideel, 2016.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/174282>

SALES, F. A.; MENDES, M. K. **Ética para concursos e OAB**. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2015.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/174330>

WEBER, T. **Ética e filosofia do direito**. Petrópolis: Vozes, 2013.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/53777>

### DIREITO CIVIL IV - CONTRATOS

**Objetivo Geral:** O ensino de Direito Civil tem por finalidade habilitar o futuro bacharel ao exercício consciente e responsável da profissão, mediante conhecimento de cada um dos dispositivos do Código Civil e leis complementares, dos textos fundamentais da doutrina nacional e estrangeira, da jurisprudência, preparando-o gradualmente, para complementar os conhecimentos básicos adquiridos em aulas teóricas e práticas com o desembaraço necessário para o desempenho das funções que o aguardam como operador do direito.

**Ementa:** Tipos Contratuais: Contratos Cíveis e Contratos Comerciais. Locação de Imóveis. Alienação Fiduciária. Leasing. Franquias Comerciais. Outros contratos relevantes.

#### Bibliografia Básica:

HACK, E. **Licitações e contratos administrativos**. Curitiba: Intersaberes, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/187463>

MELLO, C. M. **Direito civil**: contratos. 5. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2023.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208152>



OLIVEIRA, R. C. R. **Nova lei de licitações e contratos administrativos**. Rio de Janeiro: Processo, 2023.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/205662>

**Bibliografia Complementar:**

CAMPOS, F. **Comentários à nova Lei de licitações e contratos administrativos**. Rio de Janeiro: Foco, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208754>

HIGA, A. S. et al. **Comentários à Lei de licitações e contratos administrativos**. Curitiba: Rideel, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203755>

PÁDUA, F. R. C. **O atual problema da interpretação dos contratos**. Rio de Janeiro: Processo, 2019. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185377>

ROXO, G. H. S. **Licitações e contratos administrativos**. Curitiba: Intersaberes, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198356>

TEIXEIRA, A. C. B.; RODRIGUES, R. L. **Contratos, família e sucessões**. 3. ed. São Paulo: Foco, 2023. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208894>

WENCESLAU, R. R. **Contratos empresariais**. Curitiba: Intersaberes, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186492>

DINIZ, M. H. **Curso de direito civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2012. v.4.

FARIAS, C.; ROSENVALD, N. **Curso de direito civil: contratos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015. v.4

GAGLIANO, P.; PAMPLONA FILHO, R. **Novo curso de direito civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.4. t.2

GAGLIANO, P.; PAMPLONA FILHO, R. **Novo curso de direito civil**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.4. t.1

GONÇALVES, C. R. **Direito civil brasileiro**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v.3

PEREIRA, C. M. **Instituições de direito civil: contratos**. Rio de Janeiro: Forense, 2014. v.3

SOUZA, S. C. de. **A lei do inquilinato comentada**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

VENOSA, S. **Direito civil**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013. v.2.

**DIREITO EMPRESARIAL I**

**Objetivo Geral:** O ensino de Direito empresarial tem por objetivo:

- Ministrar ao aluno conhecimentos teóricos de doutrina, legislação e jurisprudência.
- Treinar o aluno na aplicação prática dos conhecimentos e da técnica jurídica, no âmbito econômico-comercial.
- Habilitar o aluno para as profissões que exigem o conhecimento da matéria comercial, tais como a Magistratura, o Ministério Público, a Advocacia etc.
- Exercitar o aluno nos problemas de consultoria e assessoria jurídica de empresas.

**Ementa:** Teoria Geral, Sociedades Comerciais, microempresa.

**Bibliografia Básica:**

ALQUALO, F. P. **Direito empresarial**. Curitiba: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203727>

EDITORA PEARSON. **Direito empresarial**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/177790>

FREITAS, G. K. C. **Direito empresarial de leve na prática**. Curitiba: Rideel, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188214>

**Bibliografia Complementar:**

ALCÂNTARA, S. A. **Direito empresarial e direito do consumidor**. 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209012>

ALCÂNTARA, S. A. **Legislação comercial e societária**. Curitiba: Contentus, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/187768>

GABRIEL, S. **Manual de direito empresarial**. São Paulo: Rideel, 2018. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182333>

NÓBREGA, C. S. **Direito empresarial e societário**. 3. ed. Curitiba: Intersaberes, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/206121>



- SARHAN JUNIOR, S. **Curso de direito empresarial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2019. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185225>
- COELHO, F. **Curso de direito comercial**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.3
- COELHO, F. **Curso de direito comercial**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.2
- COELHO, F. U. **Curso de direito comercial: direito de empresa**. 28. ed. São Paulo: RT, 2016.
- COELHO, F. U. **Novo manual de direito comercial**. 30. ed. São Paulo: Thomson, 2018.
- DINIZ, M. H. **Curso de direito civil brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.8.
- REQUIÃO, R. **Curso de direito comercial**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.2
- REQUIÃO, R. **Curso de direito comercial**. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.1

#### DIREITO PENAL IV

**Objetivo Geral:** Visa oferecer ao corpo discente:

- Instruir o aluno no sentido de torná-lo capaz de lidar com a doutrina e com a jurisprudência, segundo os preceitos teóricos.
- Treinar o aluno, habilitando-o a colocar em prática os conhecimentos e as técnicas adquiridas, tornando-o capaz de servir ao ordenamento jurídico penal, na defesa da ordem e da paz social.
- Habilitar o aluno para as profissões que requisitam o diploma de bacharel, tais como a Magistratura, o Ministério Público, a Advocacia etc.
- Colocar o aluno em contato com a realidade forense e atividades afins através de estágios, visitas a estabelecimentos sociais e penais, realização de júris simulados, pesquisas de doutrina e jurisprudência.

**Ementa:** Leis especiais: repressão a entorpecentes, Direito Penal Militar. Menor Infrator. Contravenções Penais. Crimes Falimentares. Tópicos Especiais de Direito Penal.

#### Bibliografia Básica:

- CAMPARINI, J. C. **Estudos avançados em direito militar**. 2.ed. São Paulo: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209352>
- FIGUEIREDO, R. V. (org.). **Código penal militar e Código de processo penal militar**. 20. ed. São Paulo: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203744>
- PAGLIUCA, J. C.; CURY, M. G. **Lei de drogas**. São Paulo: Rideel, 2016. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/174291>
- RAMIDOFF, M. L. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente**. Curitiba: Intersaberes, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/206115>

#### Bibliografia Complementar:

- BORN, R. C. **Panorama do direito militar brasileiro e do direito humanitário internacional**. Curitiba: Intersaberes, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/200883>
- FAUTH, G. S. **Direito militar**. Curitiba: Intersaberes, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186630>
- FIGUEIREDO, R. V. (org.). **Código penal**. 27. ed. São Paulo: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203743>
- MOREIRA FILHO, G. **Código penal comentado**. 11. ed. São Paulo: Rideel, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191636>
- NEVES, G. B.; LOYOLA, K.; ROSA, E. **ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente: leis especiais comentadas**. 2. d. Curitiba: Rideel, 2019. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/174308>
- BITENCOURT, C. R. **Tratado de direito penal**. São Paulo: Saraiva, 2013. 5 v.
- CUNHA, R. S. **Manual de direito penal: especial**. São Paulo: Juspodivm, 2015.
- CUNHA, R. S. **Manual de direito penal: parte geral**. São Paulo: Juspodivm, 2015.
- GRECO, R. **Curso de direito penal: parte especial**. 9.ed. Niterói, RJ: Impetus, 2013. v.4
- GREGO, R. **Curso de direito penal: parte especial v. 4**. 9. ed. Niterói: Impetus, 2013.
- LIMA, R. B. de. **Legislação criminal especial comentada**. São Paulo: Juspodivm, 2015.



## DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

**Objetivo Geral:** 01. Instruir o aluno no sentido de torná-lo capaz de lidar com a doutrina, com a legislação, com a jurisprudência, segundo os preceitos teóricos;  
02. Treinar o aluno, habilitando-o a colocar em prática os conhecimentos e a técnica adquiridos, tornando-o capaz de servir ao ordenamento jurídico-processual, na defesa da ordem e da paz social;  
03. Habilitar o aluno para as profissões que requisitam o diploma de bacharel, tais como: a Magistratura, o Ministério Público, a Advocacia etc.;  
04. Colocar o aluno em contato com a realidade forense e atividades afins através de estágios, visitas a estabelecimentos policiais e penais, realização de júris simulados, pesquisa de doutrina e jurisprudência; outras pesquisas.

**Ementa:** Competência, Intervenção de Terceiros e Substituição Processual, Petição inicial, Resposta, Sentença.

### Bibliografia Básica:

- ALVES, M. F. **Direito processual civil**. Curitiba: Rideel, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203729>  
ANGHER, A. J. (org.). **Código de processo civil**. 28. ed. São Paulo: Rideel, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203739>  
BRANT, R. X. **Inovações no Código de processo civil**. São Paulo: Del Rey, 2021.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/196972>  
FRANCISCO, E.; BUENO, R. **Direito processual civil**. São Paulo: Rideel, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209323>

### Bibliografia Complementar:

- ANDRADE, P. **Sentenças aditivas**. Caxias do Sul: EDUCS, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208521>  
EDITORA RIDEEL. **Código de processo civil de bolso**. 3.ed. Curitiba: Rideel, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188354>  
GAIO JR., A. P.; MELLO, C. M. **Código de processo civil comentado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198111>  
MOTA, A. **Lições essenciais de processo civil**. 2. ed. Curitiba: Rideel, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191635>  
POLONI, I. R. **Sentença cível: teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184828>  
SALES, F. A. **Manual de direito processual civil**. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2018.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182336>  
BARROSO, C. **Teoria geral do processo e processo de conhecimento**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.  
BRASIL. **Novo Código de processo civil: Lei n.13.105, de 16 de março de 2015**. São Paulo: Atlas, 2015.  
MONTENEGRO FILHO, M. **Código de processo civil comentado: versão universitária: com referências ao novo CPC**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.  
OLIVEIRA, Á.; MITIDIERO, D. **Curso de processo civil: volume I teoria geral do processo civil e parte geral do direito processual civil**. São Paulo: Atlas, 2012. v.1

## DISCIPLINAS DO SEXTO SEMESTRE

### DIREITO CIVIL V - FAMÍLIA

**Objetivo Geral:** O ensino de Direito Civil tem por finalidade habilitar o futuro bacharel ao exercício consciente e responsável da profissão, mediante conhecimento de cada um dos dispositivos do Código Civil e leis complementares, dos textos fundamentais da doutrina nacional e estrangeira, da jurisprudência, preparando-o gradualmente, para complementar os conhecimentos básicos adquiridos



em aulas teóricas e práticas com o desembaraço necessário para o desempenho das funções que o aguardam como operador do direito.

**Ementa:** Direito de Família: Normas Constitucionais. Casamento. Efeitos. Regime de Bens. Dissolução da Sociedade Conjugal, anulação, separação, divórcio. Relações de parentesco, adoção. Tutela, Curatela, ausência. Estatuto do Menor e do Adolescente.

**Bibliografia Básica:**

MELLO, C. M. **Direito civil: famílias**. 3. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198491>

FERNANDES, A. C. **Direito civil: direito de família**. Caxias do Sul: EDUCS, 2015.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/47895>

TEIXEIRA, A. C. B. **Responsabilidade civil e direito de família**. São Paulo: Foco, 2021.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/192945>

**Bibliografia Complementar:**

CALMON, P. N. **Direito das famílias e do idoso**. São Paulo: Foco, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208789>

CAMPOS, A.; ROESEL, C. **O instituto da responsabilidade civil no âmbito do direito de família**. São Paulo: Del Rey, 2019. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/204334>

DANIAN, T. **Família e filiação socioafetiva**. São Paulo: Paco e Littera, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/206917>

GENTIL, E. **Direito da criança e do adolescente**. São Paulo: Rideel, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209336>

LIMA, J. M. **Família homoafetiva: na jurisprudência do STF e do STJ**. São Paulo: Foco, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208837>

NIGRI, T. **União estável**. São Paulo: Blucher, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182447>

ARAÚJO JR, G. C. **Prática no direito de família**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DIAS, M. B. **Manual de direito das famílias**. 12. ed. São Paulo: RT, 2017.

DINIZ, M. H. **Curso de direito civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2012. v.5.

FARIAS, C.; ROSENVALD, N. **Curso de direito civil: famílias**. São Paulo: Atlas, 2015. v.6

LADVOCAT, C.; DIUANA, S. **Guia de adoção: no jurídico, no social, no psicológico e na família**. São Paulo: Roca, 2014.

NERY, R. M. de A. **Manual de direito civil: família**. São Paulo: RT, 2013.

PEREIRA, C. M. da S. **Instituições de direito civil**. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. v.5

**DIREITO DO CONSUMIDOR**

**Objetivo Geral:** 01. Apresentar, do ângulo jurídico, o universo dos problemas econômicos qualificá-lo para atividade profissional pertinente e prepará-lo para julgamento crítico.

02. Dar ao aluno noção do conjunto dos problemas jurídicos das Finanças Públicas.

03. Instruir o aluno de maneira a torná-lo capaz de utilizar-se da doutrina, legislação e jurisprudência.

04. Levar ao conhecimento do aluno as principais categorias jurídicas da matéria tributária e de sua problemática.

05. Dar informação sobre os fenômenos econômicos de consumo de massa, tutela da concorrência e defesa ecológica.

**Ementa:** História, conceito, formação. Princípios Constitucionais e legais. Direitos do Consumidor como exercício da Cidadania. Órgãos de Proteção e Fiscalização. A Composição extrajudicial de litígios. Instrumentos processuais para defesa do consumidor.

**Extensão:** A atividade de extensão desta disciplina tem como objetivo promover a compreensão crítica dos estudantes acerca da responsabilidade do fornecedor e da responsabilidade em cadeia nas relações de consumo, conforme previsto no Código de Defesa do Consumidor (CDC). Os alunos deverão



identificar situações reais ou hipotéticas que envolvam falhas na prestação de serviços, vícios ou defeitos em produtos, analisando como se estabelece a responsabilidade objetiva e solidária entre os diferentes integrantes da cadeia de consumo, com base nos artigos 12, 14, 18 e 25 do CDC. Em seguida, os estudantes deverão desenvolver uma ação extensionista voltada à educação e conscientização da comunidade, por meio da produção de cartilhas, folders, questionários ou publicações digitais, com linguagem acessível e foco na orientação do consumidor quanto aos seus direitos e aos canais de defesa existentes, como o PROCON e o Juizado Especial Cível. A partir dessa ação, os participantes deverão elaborar uma análise crítica sobre a efetividade das normas de proteção ao consumidor no cotidiano, refletindo sobre o nível de informação da população, as dificuldades de acesso aos mecanismos de defesa e o papel da educação jurídica na promoção da cidadania e da justiça social. Essa atividade deverá ser enviada para o AVA da faculdade e para a empresa, se for o caso.

**Bibliografia Básica:**

ALCÂNTARA, S. A. **Direito empresarial e direito do consumidor**. 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2022.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209012>

ANGHER, A. (org.). **Código de defesa do consumidor**. 22. ed. São Paulo: Rideel, 2022.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203738>

MELLO, C. M. **Manual de direito do consumidor**. Rio de Janeiro: Processo, 2023.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209135>

**Bibliografia Complementar:**

ALQUALO, F. P. **Direito do consumidor**. São Paulo: Rideel, 2022.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209335>

AZEVEDO, N. Q. **Direito do consumidor**. Curitiba: Intersaberes, 2015.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/30494>

GAIO JR., A. P.; MELLO, C. M. **Código de defesa do consumidor comentado**. 3.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/197502>

SCHWARTZ, F. **Manual de direito do consumidor: tópicos e controvérsias**. 2.ed. Rio de Janeiro: Processo, 2019. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185374>

VARALLI, R. M. **Direito do consumidor**. Curitiba: Rideel, 2022.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203734>

CAVALIERI FILHO, S. **Programa de direito do consumidor**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DEL MASSO, F. **Curso de direito do consumidor**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GARCIA, L. M. **Direito do consumidor: código comentado e jurisprudência**. São Paulo: Jurispodivm, 2013.

**DIREITO EMPRESARIAL II**

**Objetivo Geral:** O ensino de Direito empresarial tem por objetivo:

- Ministrar ao aluno conhecimentos teóricos de doutrina, legislação e jurisprudência.
- Treinar o aluno na aplicação prática dos conhecimentos e da técnica jurídica, no âmbito econômico-comercial.
- Habilitar o aluno para as profissões que exigem o conhecimento da matéria comercial, tais como a Magistratura, o Ministério Público, a Advocacia etc.
- Exercitar o aluno nos problemas de consultoria e assessoria jurídica de empresas.

**Ementa:** Direito comercial: Títulos de Crédito. Propriedade Industrial.

**Bibliografia Básica:**

GABRIEL, S. **Manual de direito empresarial**. São Paulo: Rideel, 2018.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182333>

NÓBREGA, C. S. **Direito empresarial e societário**. 3. ed. Curitiba: Intersaberes, 2022.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/206121>

SARHAN JUNIOR, S. **Curso de direito empresarial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2019.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185225>



WENCESLAU, R. R. **Títulos de crédito.** Curitiba: Intersaberes, 2021.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186645>

**Bibliografia Complementar:**

ALCÂNTARA, S. A. **Direito empresarial e direito do consumidor.** 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209012>

ALCÂNTARA, S. A. **Legislação comercial e societária.** Curitiba: Contentus, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/187768>

ALQUALO, F. P. **Direito empresarial.** Curitiba: Rideel, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203727>

AZEVEDO, S. N. O protesto de títulos e outros documentos de dívida. Porto Alegre: PUCRS, 2014.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/52902>

BURGARELLI, A. **Código comercial.** 25. ed. Curitiba: Rideel, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182360>

EDITORA PEARSON. **Direito empresarial.** 2. ed. São Paulo: Pearson, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/177790>

FREITAS, G. K. C. **Direito empresarial de leve na prática.** Curitiba: Rideel, 2021.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188214>

COELHO, F. **Curso de direito comercial.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.3

COELHO, F. **Curso de direito comercial.** 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.2

COELHO, F. U. **Curso de direito comercial: direito de empresa.** 28. ed. São Paulo: RT, 2016.

COELHO, F. U. **Novo manual de direito comercial.** 30. ed. São Paulo: Thomson, 2018.

DINIZ, M. H. **Curso de direito civil brasileiro.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.8.

NEGRÃO, R. **Manual de direito comercial e de empresa: títulos de crédito e contratos empresariais.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.

REQUIÃO, R. **Curso de direito comercial.** 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.2

REQUIÃO, R. **Curso de direito comercial.** 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.1

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL II**

**Objetivo Geral:** 01. Instruir o aluno no sentido de torná-lo capaz de lidar com a doutrina, com a legislação, com a jurisprudência, segundo os preceitos teóricos;

02. Treinar o aluno, habilitando-o a colocar em prática os conhecimentos e a técnica adquiridos, tornando-o capaz de servir ao ordenamento jurídico-processual, na defesa da ordem e da paz social;

03. Habilitar o aluno para as profissões que requisitam o diploma de bacharel, tais como: a Magistratura, o Ministério Público, a Advocacia etc.;

04. Colocar o aluno em contato com a realidade forense e atividades afins através de estágios, visitas a estabelecimentos policiais e penais, realização de júris simulados, pesquisa de doutrina e jurisprudência; outras pesquisas.

**Ementa:** Processo Cautelar: Poder Geral de Cautela e Restrições. Medidas Cautelares. Execução dos Títulos Judiciais e Extrajudiciais.

**Bibliografia Básica:**

GAIO JR., A. P.; MELLO, C. M. **Código de processo civil comentado.** 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198111>

POLONI, I. R. **Sentença cível: teoria e prática.** 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184828>

SALES, F. A. **Manual de direito processual civil.** 2. ed. São Paulo: Rideel, 2018. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182336>

**Bibliografia Complementar:**

ALVES, M. F. **Direito processual civil.** Curitiba: Rideel, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203729>



ANGHER, A. J. (org.). **Código de processo civil**. 28. ed. São Paulo: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203739>

BRANT, R. X. **Inovações no Código de processo civil**. São Paulo: Del Rey, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/196972>

MADEIRA, A. S. **Lei de execução fiscal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2013. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37823>

MOTA, A. **Lições essenciais de processo civil**. 2. ed. Curitiba: Rideel, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191635>

BARROSO, C. **Teoria geral do processo e processo de conhecimento**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL. **Novo Código de processo civil**: Lei n.13.105, de 16 de março de 2015. São Paulo: Atlas, 2015.

DONIZETTI, E. **Novo Código de processo civil comentado**. São Paulo: Atlas, 2015.

MONTENEGRO FILHO, M. **Código de processo civil comentado**: versão universitária: com referências ao novo CPC. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, Á.; MITIDIERO, D. **Curso de processo civil**: volume I teoria geral do processo civil e parte geral do direito processual civil. São Paulo: Atlas, 2012. v.1

## METODOLOGIA CIENTÍFICA

**Objetivo Geral:** Criar o ambiente propício para o aprendizado do método científico. Apresentação do processo metodológico para o desenvolvimento de pesquisas, projetos e monografias científicas. Propiciar condições para que o aluno seja capaz de organizar conhecimentos dispersos de forma sistematizada, ao longo da vida acadêmica e na atuação profissional, considerando que a ciências sociais necessita de uma metodologia que atenda às próprias necessidades de pesquisa e de análise.

**Ementa:** Procedimentos didáticos; Pesquisa bibliográfica e resumos; Ciência e conhecimento científico; Métodos científicos; Fatos, leis e teoria; Hipóteses; Variáveis; Pesquisa; Técnicas de pesquisa; Projeto e relatório de pesquisa; Trabalhos científicos.

### Bibliografia Básica:

CARVALHO, M. C. (org.). **Construindo o saber**: metodologia científica fundamentos e técnicas. Campinas: Papyrus, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/194459>

KOCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**. Petrópolis: Vozes, 2014. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/54223>

PEARSON. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2018. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/183213>

### Bibliografia Complementar

BARROS, A. J.; LEHFELD, N. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2007. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/419>

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2006. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/341>

CORDEIRO, G. C.; MOLINA, N. L.; DIAS, V. F. **Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos**. Curitiba: Intersaberes, 2014. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6582>

SANTOS, S. C.; CARVALHO, M. A. **Normas e técnicas para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos**. Petrópolis: Vozes, 2015. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/114665>

MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, G. de A. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MEDEIROS, J. B. **Português instrumental**: contém técnicas para elaboração de trabalho de conclusão de curso (TCC). 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SEVERINO, A. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.



---

## DISCIPLINAS DO SÉTIMO SEMESTRE

### DIREITO CIVIL VI - SUCESSÕES

**Objetivo Geral:** O ensino de Direito Civil tem por finalidade habilitar o futuro bacharel ao exercício consciente e responsável da profissão, mediante conhecimento de cada um dos dispositivos do Código Civil e leis complementares, dos textos fundamentais da doutrina nacional e estrangeira, da jurisprudência, preparando-o gradualmente, para complementar os conhecimentos básicos adquiridos em aulas teóricas e práticas com o desembaraço necessário para o desempenho das funções que o aguardam como operador do direito.

**Ementa:** Direito de Sucessões: Normas Constitucionais. Sucessão em Geral. Sucessão Legítima e Testamentária. Inventário e Partilha.

#### **Bibliografia Básica:**

GAMA, G. C. N. **Direito das famílias e sucessões**. Rio de Janeiro: Processo, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/199249>

MELLO, C. M. **Direito civil: sucessões**. 5. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2023. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208174>

TEIXEIRA, A. C. B.; NEVARES, A. L. M. **Direito das sucessões: problemas e tendências**. Rio de Janeiro: Foco, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208765>

#### **Bibliografia Complementar:**

ANGHER, A. J. **Código civil**. 28. ed. São Paulo: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203737>

FERNANDES, A. C. **Direito civil: direito das sucessões**. Caxias do Sul: EDUCS, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/187368>

GAMA, G. C. N.; JOSEPHSON, H. A. P. **Multiparentalidade no direito das sucessões**. Rio de Janeiro: Processo, 2023. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208368>

TEIXEIRA, A. C. B.; RIBEIRO, G. P. L. **Manual de direito das famílias e das sucessões**. Rio de Janeiro: Processo, 2017. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185150>

ZANINI, L. E. A. **Direito civil: direito das sucessões**. 2. ed. São Paulo: Foco, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208784>

DINIZ, M. H. **Curso de direito civil brasileiro**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.6.

GONÇALVES, C. R. **Direito das sucessões**. São Paulo: Saraiva, 2010.

GONÇALVES, C. R. **Curso de direito civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2013. v.7

VENOSA, S. **Direito civil**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011. v.7

FARIAS, C.; ROSENVALD, N. **Curso de direito civil: sucessões**. São Paulo: Atlas, 2015. v.7

### DIREITO INTERNACIONAL

#### **Objetivo Geral:**

- a) Ministrar conhecimentos básicos sobre as normas e instituições jurídicas da sociedade internacional, assim como sobre os princípios e leis que solucionam os conflitos de normas no espaço;
- b) Fornecer as diretrizes sobre utilização das fontes de direito internacional e de direito interno em relação a problemas que transcendem o interesse exclusivo de uma única ordem jurídica estatal;
- c) Dar informações sobre as funções e competência de nosso país na ordem jurídica internacional;
- d) Fornecer os elementos de análise e compreensão que possibilitem ao aluno resolver problemas de repercussão internacional, de acordo com o direito positivo pátrio e tratados internacionais pertinentes;
- e) Dar diretrizes sobre a utilização das fontes de direito estrangeiro.

**Ementa:** Conceito, fontes. Pessoas Internacionais. Organizações Internacionais. Relações entre Estados. Organizações Internacionais. A Proteção Universal dos Direitos Humanos e da Democracia. A Repressão Internacional aos Crimes. Comunidades Econômicas e Integração.



#### Bibliografia Básica:

GOMES, E. B. **Introdução aos estudos de direito internacional**. 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/194847>

HARFF, G. **Discurso de ódio no direito comparado: um enfoque sobre o tratamento jurídico nos Estados Unidos, Alemanha e Brasil**. São Paulo: Foco, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/ACERVO/PUBLICACAO/208834>

SALIBA, A. T. **Legislação de direito internacional**. 16. ed. São Paulo: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203749>

#### Bibliografia Complementar:

ALCÂNTARA, S. A. **Direito internacional econômico**. Curitiba: Contentus, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186049>

DOMINGUES, J. O. **Direito econômico internacional**. Curitiba: Intersaberes, 2017. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/51993>

KNIHS, K. K. **Direito internacional público**. Curitiba: Contentus, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184177>

GOMES, E. B. **Direito internacional do trabalho**. São Paulo: Contentus, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/183536>

NOGUEIRA, R. **Direito Internacional**. São Paulo: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209338>

SOARES, M. L.; CHAVES, J. M. (orgs.). **Direitos fundamentais e direito internacional**. São Paulo: Conhecimento, 2019. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189242>

MALHEIRO, E. **Direito internacional público**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MAZZUOLI, V. **Curso de direito internacional público**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

REZEK, F. **Direito internacional público: curso elementar**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL III

**Objetivo Geral:** 01. Instruir o aluno no sentido de torná-lo capaz de lidar com a doutrina, com a legislação, com a jurisprudência, segundo os preceitos teóricos;

02. Treinar o aluno, habilitando-o a colocar em prática os conhecimentos e a técnica adquiridos, tornando-o capaz de servir ao ordenamento jurídico-processual, na defesa da ordem e da paz social;

03. Habilitar o aluno para as profissões que requisitam o diploma de bacharel, tais como: a Magistratura, o Ministério Público, a Advocacia etc.;

04. Colocar o aluno em contato com a realidade forense e atividades afins através de estágios, visitas a estabelecimentos policiais e penais, realização de júris simulados, pesquisa de doutrina e jurisprudência; outras pesquisas.

**Ementa:** Coisa Julgada, Recursos Constitucionais e legais.

#### Bibliografia Básica:

ALVES, M. F. **Direito processual civil**. Curitiba: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203729>

ANDRADE, E.; FARIA, J. C.; ZULBERTI, M. **Coisa julgada**. Rio de Janeiro: Foco, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208838>

BRANT, R. X. **Inovações no Código de processo civil**. São Paulo: Del Rey, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/196972>

#### Bibliografia Complementar:

ANGHER, A. J. (org.). **Código de processo civil**. 28. ed. São Paulo: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203739>

GAIO JR., A. P.; MELLO, C. M. **Código de processo civil comentado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198111>



- MADEIRA, A. S. **Lei de execução fiscal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2013. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37823>
- MOTA, A. **Lições essenciais de processo civil**. 2. ed. Curitiba: Rideel, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191635>
- POLONI, I. R. **Sentença cível: teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184828>
- SALES, F. A. **Manual de direito processual civil**. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2018. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182336>
- BARROSO, C. **Teoria geral do processo e processo de conhecimento**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- BRASIL. **Novo Código de processo civil: Lei n.13.105, de 16 de março de 2015**. São Paulo: Atlas, 2015.
- DONIZETTI, E. **Novo Código de processo civil comentado**. São Paulo: Atlas, 2015.
- MONTENEGRO FILHO, M. **Código de processo civil comentado: versão universitária: com referências ao novo CPC**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- OLIVEIRA, Á.; MITIDIERO, D. **Curso de processo civil: volume I teoria geral do processo civil e parte geral do direito processual civil**. São Paulo: Atlas, 2012. v.1

## DIREITO PROCESSUAL PENAL I

**Objetivo Geral:** O ensino de Direito Processual Civil e Penal visa:

01. Instruir o aluno no sentido de torná-lo capaz de lidar com a doutrina, com a legislação, com a jurisprudência, segundo os preceitos teóricos;
02. Treinar o aluno, habilitando-o a colocar em prática os conhecimentos e a técnica adquiridos, tornando-o capaz de servir ao ordenamento jurídico-processual, na defesa da ordem e da paz social;
03. Habilitar o aluno para as profissões que requisitam o diploma de bacharel, tais como: a Magistratura, o Ministério Público, a Advocacia etc.;
04. Colocar o aluno em contato com a realidade forense e atividades afins através de estágios, visitas a estabelecimentos policiais e penais, realização de júris simulados, pesquisa de doutrina e jurisprudência; outras pesquisas.

**Ementa:** Princípios do Processo Penal. Aplicação da lei processual penal. Inquérito Policial. Ação Penal. Competência. Questões e Processos incidentes.

### Bibliografia Básica:

- ARANHO FILHO, A. J.; CURY, L. E. **Temas atuais de direito pena e de direito processual penal**. Curitiba: Rideel, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203777>
- BEZERRA, F.; OLIVEIRA, F. **Direito processual penal**. São Paulo: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209328>
- FIGUEIREDO, G. V. **Código de processo penal**. 27. ed. São Paulo: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203740>
- MACIEL NETO, A. A. **Execução penal**. São Paulo: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209326>
- VARALLI, J. D. **Direito processual penal**. Curitiba: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203731>

### Bibliografia Complementar:

- GARCIA, F. C. **Inquérito policial: uma visão panorâmica**. Curitiba: Intersaberes, 2017. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/123216>
- GARCIA, F. C. O. **Noções de direito processual penal à luz de alguns de seus princípios**. Curitiba: Intersaberes, 2016. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37391>
- PAGLIUCA, J. C.; CURY, M. G. **Execução penal: leis especiais comentadas**. São Paulo: Rideel, 2016. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/174334>
- TEIXEIRA, P. I. O. **Questões controvertidas de direito processual penal militar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Del Rey, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203818>



VENERAL, D. **Execução penal: teoria e prática**. Curitiba: Intersaberes, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186632>

CURY, R. **Vade mecum penal**. 23. ed. São Paulo: Rideel, 2020. (e-book)

RAMIDOFF, M. L. **Elementos de processo penal**. Curitiba: Intersaberes, 2017. (e-book)

AVENA, N. **Execução penal esquematizado**. 2. ed. São Paulo: Método, 2015.

BONFIM, E. M. **Curso de processo penal**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. **Código penal, processo penal e constituição federal**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CAPEZ, F. **Curso de processo penal**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

## DIREITO DIGITAL

**Ementa:** A disciplina de Direito Digital tem como objetivo fornecer uma visão abrangente das implicações jurídicas do uso de tecnologias da informação e da comunicação. A Disciplina aborda a regulamentação de questões como proteção de dados pessoais, segurança cibernética, crimes digitais, e-commerce, propriedade intelectual na internet, e a aplicação da legislação nacional no cenário digital.

**Objetivo:** Analisar os aspectos jurídicos relacionados ao uso das tecnologias da informação, abordando temas como proteção de dados, segurança cibernética, crimes digitais, comércio eletrônico e propriedade intelectual no ambiente virtual.

**Extensão:** A atividade de extensão desta disciplina tem como objetivo promover a compreensão crítica dos estudantes sobre o Direito Digital e o Direito ao Esquecimento, considerando os desafios jurídicos e éticos da sociedade contemporânea marcada pelo uso intenso das tecnologias, da internet e das redes sociais. Os alunos deverão identificar e analisar situações concretas que envolvam a exposição de dados pessoais, conteúdos ofensivos ou a circulação indevida de informações online, avaliando os limites entre o direito à informação, à privacidade e o direito ao esquecimento. A análise deverá considerar a aplicação prática de legislações como o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018). Em seguida, os estudantes deverão propor uma ação extensionista voltada à educação digital e à conscientização da comunidade, por meio da criação de cartilhas, folders informativos, vídeos curtos ou publicações em redes sociais, explicando de forma acessível o que é o direito ao esquecimento, como exercê-lo e onde buscar auxílio em casos de violação de direitos digitais. Posteriormente, será elaborada uma análise crítica sobre a efetividade do direito ao esquecimento no Brasil, discutindo seus limites e possíveis conflitos com o direito à liberdade de expressão e à informação, bem como os desafios enfrentados pelos cidadãos no exercício desse direito perante as plataformas digitais. Essa atividade deverá ser enviada para o AVA da faculdade e para a empresa, se for o caso.

### Bibliografia Básica:

ALECRIM, M. **Introdução ao direito digital e seus temas**. Rio de Janeiro: Dialética, 2024. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/215467>

BARBOSA, M. M.; BRAGA NETTO, F.; SILVA, M. C. FALEIROS JUNIOR, J. L. **Direito digital e inteligência artificial: diálogos entre Brasil e Europa**. Rio de Janeiro: Foco, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/211372>

MARTINS, G. M.; LONGHI, J. V. **Direito digital: direito privado e internet**. 5.ed. Rio de Janeiro: Foco, 2024. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/213472>

### Bibliografia Complementar:

EDITORA FOCO. **Vade Mecum de Direito Digital**. Rio de Janeiro: Foco, 2024. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/220807>

MARQUES, C. L.; MARTINS, G. M.; MARTINS, F. R. **10 anos de marco civil da internet: avaliando impactos e desafios**. Rio de Janeiro: Foco, 2024. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/221847>

MENEZES, E. D. **Curso de direito autoral: do clássico ao digital**. 2.ed. Rio de Janeiro: Del Rey, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/195944>



PINHO, A. C. (org.). **Manual de direito na era digital: constitucional e ambiental**. Rio de Janeiro: Foco, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208871>

RABELO, T. C. **Processo judicial eletrônico e Direito digital**. Curitiba: Rideel, 2023. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/213147>

### PRÁTICA JURÍDICA I - CIVIL

**Objetivo Geral:** A disciplina complementa um processo de aplicação do conhecimento já iniciado nas disciplinas de direito e tem os seguintes objetivos:

- confecções de peças processuais, tanto na figura de autores como de réus;
- acompanhamento de audiências e confecção de relatórios;
- complementar o processo ensino-aprendizagem, através da conscientização das deficiências individuais e incentivo pela busca do aprimoramento pessoal e profissional;
- atenuar o impacto da passagem da vida de estudante para a vida profissional;
- facilitar o processo de atualização de conteúdos disciplinares, permitindo adequar aquelas de caráter profissionalizante às constantes inovações tecnológicas, políticas, sociais e econômicas a que estão sujeitas;
- incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando o surgimento de novas gerações de **juristas**.

**Ementa:** Elaboração de petições judiciais de ações e acompanhamento de audiências com a confecção de relatórios na área civil.

#### Bibliografia Básica:

ALVES, H. R. **As audiências no processo civil brasileiro**. São Paulo: Conhecimento, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189729>

SILVA, B. I. S. **Prática de recursos criminais e ações autônomas**. Curitiba: Intersaberes, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198943>

GABRIEL, S. **Prática civil**. 7.ed. Curitiba: Rideel, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186395>

#### Bibliografia Complementar:

COELHO, M. P. R.; KIBRIT, O. **Leis dos juizados especiais cíveis e criminais**. São Paulo: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209337>

GARCIA, W.; PINHEIRO, G.; SANTOS, L. **Prática civil**. 5.ed. Rio de Janeiro: Foco, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188681>

MARTINS, N. F. et al. **O problema da formação do (a) jurista enquanto pesquisador (a)**. Rio de Janeiro: Processo, 2019. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185327>

PAVAN, B. et al. **Praticando para passar na 2ª fase da OAB: direito civil**. São Paulo: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/acervo/publicacao/209368>

XAVIER, V. H. **Primeiros passos do advogado trabalhista**. Curitiba: Rideel, 2013. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/174285>

## DISCIPLINAS DO OITAVO SEMESTRE

### DIREITO ADMINISTRATIVO I

**Objetivo Geral:** Visa oferecer ao corpo discente noções teóricas, fundamento essencial indispensável para a futura fixação em qualquer setor de sua especialidade; habituar o aluno a advogar, pelo que todos os anos são feitas visitas ao Fórum - Varas Especializadas, nas três esferas, mostrando-se ao vivo e com a participação dos discentes, os principais processos relativos ao Direito Administrativo; habilitar o aluno para os setores do Direito, a saber, Concursos Públicos, Procuradores do Estado, Conselheiros dos Tribunais de Contas, Magistério Superior.



**Ementa:** Administração e Políticas Públicas. Princípios Constitucionais da Administração. Direito Administrativo: conceito, fontes, objeto. Poder, ato e fato administrativo. Licitações e Contratos. Função Pública: agentes políticos e servidores públicos. Noções sobre o controle da administração pública.

**Bibliografia Básica:**

ABRAHÃO, A. J. (org.). **Legislação de direito administrativo**. 16. ed. São Paulo: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203747>

HIGA, A. S.; CASTRO, M. P.; OLIVEIRA, S. Z. **Manual de direito administrativo**. 2. ed. Curitiba: Rideel, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203756>

L'ASTORINA, F. B.; SCREMIN NETO, F. **Direito administrativo**. São Paulo: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209331>

MADEIRA, J. M. P. **Direito administrativo**. 13. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/200936>

**Bibliografia Complementar:**

HACK, E. **Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário**. 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2017. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/147876>

MADEIRA, J. M. P.; KNÖLLER, P. V.; NEPOMUCENO, A. M. **Direito administrativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37804>

MAZZA, A. **Vade Mecum administrativo e constitucional**. 25. ed. Curitiba: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203767>

QUENEHEN, R. **Direito administrativo**. Curitiba: Contentus, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191803>

QUENEHEN, R. **Direito administrativo no setor público**. Curitiba: Contentus, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184696>

SANTOS, M. A. M. **Direito administrativo**. Curitiba: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203724>

VALLATTI, D.B. et al. **Praticando para passar na 2ª fase da OAB: direito administrativo**. São Paulo: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209369>

ARAGÃO, A. S. de. **Curso de direito administrativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. 38. ed. São Paulo: RT, 2012.

OLIVEIRA, R. C. **Princípios de direito administrativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2013.

SANTANNA, G. S. **Direito administrativo: série objetiva**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2011.

**DIREITO CIVIL VII - COISAS**

**Objetivo Geral:** O ensino de Direito Civil tem por finalidade habilitar o futuro bacharel ao exercício consciente e responsável da profissão, mediante conhecimento de cada um dos dispositivos do Código Civil e leis complementares, dos textos fundamentais da doutrina nacional e estrangeira, da jurisprudência, preparando-o gradualmente, para complementar os conhecimentos básicos adquiridos em aulas teóricas e práticas com o desembaraço necessário para o desempenho das funções que o aguardam como operador do direito.

**Ementa:** Direito das Coisas: Posse. Propriedade. Direitos Reais sobre coisa alheia.

**Bibliografia Básica:**

FERNANDES, A. C. **Direito civil: direito reais**. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2016. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/175333>

MELLO, C. M. **Direito civil: direito das coisas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2023. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208158>

STANLEY, A. **Direito das coisas**. 8. ed. São Paulo: Del Rey, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203811>



#### Bibliografia Complementar:

- ANGHER, A. J. **Código civil**. 28. ed. São Paulo: Rideel, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203737>
- BENATTO, P. H. A. **Direito civil**. Curitiba: Rideel, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203725>
- CASSETTARI, C. **Elementos de direito civil**. 11. ed. São Paulo: Foco, 2023.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208913>
- COSTA, P. H. V. **Processo administrativo e intervenção na propriedade**. Curitiba: Intersaberes, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/201473>
- GOMES, R. M. A. **A propriedade no direito brasileiro**. Rio de Janeiro: Processo, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185394>
- MONTEIRO FILHO, C. E. **A reforma dos direitos reais**. Rio de Janeiro: Processo, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185337>
- DINIZ, M. H. **Curso de direito civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2012. v.4.
- FARIAS, C.; ROSENVALD, N. **Curso de direito civil: direitos reais**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012. v.5

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV

**Objetivo Geral:** 01. Instruir o aluno no sentido de torná-lo capaz de lidar com a doutrina, com a legislação, com a jurisprudência, segundo os preceitos teóricos;

02. Treinar o aluno, habilitando-o a colocar em prática os conhecimentos e a técnica adquiridos, tornando-o capaz de servir ao ordenamento jurídico-processual, na defesa da ordem e da paz social;

03. Habilitar o aluno para as profissões que requisitam o diploma de bacharel, tais como: a Magistratura, o Ministério Público, a Advocacia etc.;

04. Colocar o aluno em contato com a realidade forense e atividades afins através de estágios, visitas a estabelecimentos policiais e penais, realização de júris simulados, pesquisa de doutrina e jurisprudência; outras pesquisas.

**Ementa:** Procedimentos Especiais no CPC. Procedimento no Juizado Especial Cível. Procedimentos Especiais não codificados. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Segurança individual e coletivo. Mandado de Injunção. Habeas Data. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Constitucional. Questões especiais de Direito Processual Civil.

#### Bibliografia Básica:

- ANGHER, A. J. (org.). **Código de processo civil**. 28. ed. São Paulo: Rideel, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203739>
- GAIO JR., A. P.; MELLO, C. M. **Código de processo civil comentado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198111>
- MELLO, C. M. **Mandado de segurança**. 2.ed. Rio de Janeiro: Processo, 2023.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208305>

#### Bibliografia Complementar:

- ALVES, M. F. **Direito processual civil**. Curitiba: Rideel, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203729>
- BRANT, R. X. **Inovações no Código de processo civil**. São Paulo: Del Rey, 2021.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/196972>
- MOTA, A. **Lições essenciais de processo civil**. 2. ed. Curitiba: Rideel, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191635>
- SALES, F. A. **Comentários à Lei do mandado de segurança**. São Paulo: Rideel, 2015.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182495>
- SALES, F. A. **Manual de direito processual civil**. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2018.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182336>



DONIZETTI, E. **Novo Código de processo civil comentado**. São Paulo: Atlas, 2015.

GONÇALVES, M. V. R. **Novo curso de direito processual civil: execução e processo cautelar**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v.3

MARINONI, L. G.; ARENHART, S. **Processo cautelar**. 5. ed. São Paulo: RT, 2013. (CPC;4)

MONTENEGRO FILHO, M. **Código de processo civil comentado: versão universitária: com referências ao novo CPC**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MONTENEGRO FILHO, M. **Curso de direito processual civil: medidas de urgência, tutela antecipada e ação cautelar, procedimentos especiais: de acordo com o novo CPC**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. v.3

## DIREITO PROCESSUAL PENAL II

**Objetivo Geral:** O ensino de Direito Processual Civil e Penal visa:

01. Instruir o aluno no sentido de torná-lo capaz de lidar com a doutrina, com a legislação, com a jurisprudência, segundo os preceitos teóricos;
02. Treinar o aluno, habilitando-o a colocar em prática os conhecimentos e a técnica adquiridos, tornando-o capaz de servir ao ordenamento jurídico-processual, na defesa da ordem e da paz social;
03. Habilitar o aluno para as profissões que requisitam o diploma de bacharel, tais como: a Magistratura, o Ministério Público, a Advocacia, etc.;
04. Colocar o aluno em contato com a realidade forense e atividades afins através de estágios, visitas a estabelecimentos policiais e penais, realização de júris simulados, pesquisa de doutrina e jurisprudência; outras pesquisas.

**Ementa:** Prova. Juiz. Ministério Público. Acusado e defensor. Assistentes. Funcionários da justiça. Peritos e intérpretes. Prisão e liberdade provisória. Citações e Intimações. Sentença. Processo comum. Processos Especiais. Processo nos Tribunais.

### Bibliografia Básica:

CURY, R. **Vade mecum penal**. 26. ed. São Paulo: Rideel, 2022.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203770>

FIGUEIREDO, G. V. **Código de processo penal**. 27. ed. São Paulo: Rideel, 2022.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203740>

RAMIDOFF, M. L. **Elementos de processo penal**. 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186190>

### Bibliografia Complementar:

ARANHO FILHO, A. J.; CURY, L. E. **Temas atuais de direito pena e de direito processual penal**. Curitiba: Rideel, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203777>

GARCIA, F. C. O. **Noções de direito processual penal à luz de alguns de seus princípios**. Curitiba: Intersaberes. 2016. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37391>

KALACHE, K. V. **Prisão e medidas cautelares: práticas e consequências**. Curitiba: Intersaberes, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186642>

POLINI, I. R. **Sentença cível: teoria e prática**. 3.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184828>

VARALLI, J. D. **Direito processual penal**. Curitiba: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203731>

AVENA, N. **Execução penal esquematizado**. 2. ed. São Paulo: Método, 2015.

BONFIM, E. M. **Curso de processo penal**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. **Código penal, processo penal e constituição federal**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CAPEZ, F. **Curso de processo penal**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

## DIREITO TRIBUTÁRIO I

**Objetivo Geral:** Visa oferecer ao corpo discente noções teóricas, fundamento essencial indispensável para a futura fixação em qualquer setor de sua especialidade; habituar o aluno a advogar, pelo que



todos os anos são feitas visitas ao Fórum - Varas Especializadas, nas três esferas, mostrando-se ao vivo e com a participação dos discentes, os principais processos relativos ao Direito Tributário; habilitar o aluno para os setores do Direito, a saber, Concursos Públicos, Procuradores do Estado, Conselheiros dos Tribunais de Contas, Magistério Superior.

**Ementa:** Sistema Constitucional Tributário. Princípios. Competências. Repartição das Competências. Limitações ao poder de tributar. Direito Tributário. Tributos.

**Bibliografia Básica:**

ASSONI FILHO, S. **Direito tributário.** Curitiba: Rideel, 2022.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203732>

MATTHES, R. **Manual de direito tributário.** 2.ed. Curitiba: Rideel, 2020.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186391>

MESSA, A. F. **Direito tributário e financeiro.** 8.ed. São Paulo: Rideel, 2022.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203752>

**Bibliografia Complementar:**

CAROTA, J. C. **Manual de direito tributário e financeiro aplicado.** 4.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/210281>

GLASENAPP, R. (org.). **Direito tributário.** 2. ed. São Paulo: Pearson, 2019.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/176607>

HACK, E. **Direito tributário brasileiro.** Curitiba: Intersaberes, 2015.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/30473>

HARADA, K. **Código Tributário Nacional.** 26. ed. Curitiba: Rideel, 2020.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182368>

PICHILIANI, M. C. **Manual de direito tributário.** Curitiba: Rideel, 2018.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182328>

SILVA, V. B. **Direito tributário.** São Paulo: Rideel, 2015.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/174320>

VALLATTI, D. B.; SODRÉ, H. W. **Praticando para passar na 2ª fase da OAB: direito tributário.** São Paulo: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209370>

AMARO, L. **Direito tributário brasileiro.** 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

**PRÁTICA JURÍDICA II - RECURSOS**

**Objetivo Geral:** A disciplina complementa um processo de aplicação do conhecimento já iniciado nas disciplinas de direito e tem os seguintes objetivos:

- confecção dos recursos cabíveis aos Tribunais, tanto na figura de recorrentes como recorridos;
- acompanhamento de seções de julgamento e confecção de relatórios;
- complementar o processo ensino-aprendizagem, através da conscientização das deficiências individuais e incentivo pela busca do aprimoramento pessoal e profissional;
- atenuar o impacto da passagem da vida de estudante para a vida profissional;
- facilitar o processo de atualização de conteúdos disciplinares, permitindo adequar aquelas de caráter profissionalizante às constantes inovações tecnológicas, políticas, sociais e econômicas a que estão sujeitas;
- incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando o surgimento de novas gerações de **juristas**.

**Ementa:** Elaboração de peças processuais e acompanhamento de seções de julgamento e confecção de relatórios.

**Bibliografia Básica:**

ANGHER, A. J. (org.). **Código de processo civil.** 28. ed. São Paulo: Rideel, 2022.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203739>



BRANT, R. X. **Inovações no Código de processo civil**. São Paulo: Del Rey, 2021.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/196972>

MOTA, A. **Lições essenciais de processo civil**. 2. ed. Curitiba: Rideel, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191635>

**Bibliografia Complementar:**

ALVES, M. F. **Direito processual civil**. Curitiba: Rideel, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203729>

GAIO JR., A. P.; MELLO, C. M. **Código de processo civil comentado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198111>

SALES, F. A. **Manual de direito processual civil**. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2018.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182336>

SILVA, B. I. RUTHES, I. F. **Prática de recursos criminais e ações autônomas**. Curitiba: Intersaberes, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198943>

DONIZETTI, E. **Novo Código de processo civil comentado**. São Paulo: Atlas, 2015.

GONÇALVES, M. V. R. **Novo curso de direito processual civil: execução e processo cautelar**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v.3

MONTENEGRO FILHO, M. **Código de processo civil comentado: versão universitária: com referências ao novo CPC**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MONTENEGRO FILHO, M. **Curso de direito processual civil: medidas de urgência, tutela antecipada e ação cautelar, procedimentos especiais: de acordo com o novo CPC**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. v.3

## DISCIPLINAS DO NONO SEMESTRE

### DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

**Objetivo Geral:** 1. Levar ao alunado as principais categorias jurídicas de Direito do Processo do Trabalho e sua problemática quanto à atuação de tais institutos.

2. Preparar adequadamente o aluno para a vida profissional na área processual trabalhista judicial e extrajudicial, por meio de aulas, estágios e outros trabalhos.

3. Tentar obter a participação direta do aluno no processo da aprendizagem e manter o interesse dele durante o desenvolvimento das atividades docentes e discentes.

**Ementa:** O Processo Trabalhista e sua relação com o processo civil: diferenças e semelhanças. Fontes e Princípios do Direito Processual Trabalhista. Competência. Partes. Dissídios Individuais: petição inicial, notificação audiência, conciliação, prova, valor da causa. Instrução Trabalhista, Sentença, Recursos e Execução. Procedimentos Especiais. Órgãos da Justiça do Trabalho. O Ministério Público.

**Bibliografia Básica:**

ALMEIDA, A. L. **Prática trabalhista**. 12. ed. São Paulo: Rideel, 2019.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182339>

ALVAR, M. V. **Direito processual do trabalho**. Curitiba: Rideel, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203730>

RODRIGUES JUNIOR, S. A. **Direito processual do trabalho e direito processual laboral**. Rio de Janeiro: Processo, 2023. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208114>

**Bibliografia Complementar:**

ALMEIDA, A. L. **Direito do trabalho: material, processual e legislação especial**. 19. ed. São Paulo: Rideel, 2019. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182484>

SALES, F. A. **Manual de processo do trabalho**. São Paulo: Rideel, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182497>

SANDES, F.; AIDAR, L. **Jurisprudência do TST organizada**. Curitiba: Rideel, 2021.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203759>



SOUZA, F. C.; AZEVEDO NETO, P. T. (orgs.). **Consolidação das leis do trabalho**. 28. ed. Curitiba: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203736>

SPALLER, A. V. **Direito processual do trabalho: da fase de conhecimento às ações especiais**. Curitiba: Intersaberes, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191711>

GARCIA, G. F. **Curso de direito processual do trabalho**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

MARTINS, S. P. **Fundamentos de direito processual do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2014.

NASCIMENTO, A. M. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2013.

THOMÉ, C.; SCHWAZ, R. (orgs.). **Sentenças trabalhistas selecionadas**. São Paulo: LTr, 2014. v.1

THOMÉ, C.; SCHWAZ, R. (orgs.). **Sentenças trabalhistas selecionadas**. São Paulo: LTr, 2014. v.2

THOMÉ, C.; SCHWAZ, R. (orgs.). **Sentenças trabalhistas selecionadas**. São Paulo: LTr, 2014. v.3

THOMÉ, C.; SCHWAZ, R. (orgs.). **Sentenças trabalhistas selecionadas**. São Paulo: LTr, 2014. v.4

### DIREITO PROCESSUAL PENAL III

**Objetivo Geral:** O ensino de Direito Processual Civil e Penal visa:

01. Instruir o aluno no sentido de torná-lo capaz de lidar com a doutrina, com a legislação, com a jurisprudência, segundo os preceitos teóricos;

02. Treinar o aluno, habilitando-o a colocar em prática os conhecimentos e a técnica adquiridos, tornando-o capaz de servir ao ordenamento jurídico-processual, na defesa da ordem e da paz social;

03. Habilitar o aluno para as profissões que requisitam o diploma de bacharel, tais como: a Magistratura, o Ministério Público, a Advocacia etc.;

04. Colocar o aluno em contato com a realidade forense e atividades afins através de estágios, visitas a estabelecimentos policiais e penais, realização de júris simulados, pesquisa de doutrina e jurisprudência; outras pesquisas.

**Ementa:** Lei no 9.099/95 – Juizados Especiais Criminais. Recursos. Noções gerais de execução. Nulidades.

#### Bibliografia Básica:

FIGUEIREDO, G. V. **Código de processo penal**. 27. ed. São Paulo: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203740>

RAMIDOFF, M. L. **Elementos de processo penal**. 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186190>

SILVA, B. I.; RUTHES, I. F. **Prática de recursos criminais e ações autônomas**. Curitiba: Intersaberes, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198943>

#### Bibliografia Complementar:

ARANHO FILHO, A. J.; CURY, L. E. **Temas atuais de direito pena e de direito processual penal**. Curitiba: Rideel, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203777>

BARROS, F. D. **Acordos criminais**. São Paulo: JH Mizuno, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189437>

CURY, R. **Vade mecum penal**. 26. ed. São Paulo: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203770>

GARCIA, F. C. O. **Noções de direito processual penal à luz de alguns de seus princípios**. Curitiba: Intersaberes, 2016. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37391>

KALACHE, K. V. **Prisão e medidas cautelares: práticas e consequências**. Curitiba: Intersaberes, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186642>

VARALLI, J. D. **Direito processual penal**. Curitiba: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203731>

AVENA, N. **Execução penal esquematizado**. 2. ed. São Paulo: Método, 2015.

BONFIM, E. M. **Curso de processo penal**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. **Código penal, processo penal e constituição federal**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CAPEZ, F. **Curso de processo penal**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.



## MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

**Objetivo Geral:** Proporcionar aos alunos um estudo analítico acerca dos métodos extrajudiciais de resolução de conflitos, agregando conhecimentos ao direito processual civil, mediante uma abordagem transdisciplinar.

**Ementa:** Métodos ou meios extrajudiciais de resolução de conflitos. Mudança de paradigma no tratamento dos conflitos e no perfil dos profissionais do Direito. Princípios fundamentais à negociação. Teoria geral da Conciliação, Mediação e Arbitragem. Análise legislativa no direito brasileiro. Mediadores e técnicas de Mediação. Arbitragem no Brasil. Convenção de Arbitragem e seus efeitos. Os árbitros e o procedimento arbitral. Sentença Arbitral.

**Extensão:** A atividade de extensão desta disciplina tem como objetivo desenvolver uma compreensão crítica dos estudantes acerca dos métodos adequados de resolução de conflitos, especialmente a mediação e a arbitragem, como instrumentos legítimos e eficazes de acesso à justiça no Brasil. Os alunos deverão identificar e analisar situações práticas ou casos reais em que esses métodos tenham sido utilizados para solucionar controvérsias de forma célere, imparcial e colaborativa, observando seus princípios fundamentais, como a autonomia da vontade, confidencialidade, celeridade e imparcialidade. Em seguida, os estudantes deverão propor uma ação extensionista de educação jurídica, voltada à conscientização da comunidade sobre a importância da mediação e da arbitragem como alternativas ao litígio judicial. Essa ação poderá envolver a elaboração de uma cartilha informativa, produção de materiais digitais ou campanhas educativas que expliquem as etapas, vantagens e formas de acesso a esses mecanismos de resolução de conflitos. Posteriormente, os alunos deverão elaborar uma análise crítica sobre os desafios e limitações na aplicação prática da mediação e da arbitragem no cenário brasileiro, considerando aspectos culturais, institucionais e sociais que influenciam a adoção desses métodos. Essa atividade deverá ser enviada para o AVA da faculdade e para a empresa, se for o caso.

### Bibliografia Básica:

- BACELLAR, R. P. **Mediação e arbitragem.** São Paulo: Contentus, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184109>
- KAMEL, A. Y. **Mediação e arbitragem.** Curitiba: Intersaberes, 2017.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/147874>
- SANTOS, M. L. **Resolução de conflitos.** Curitiba: Intersaberes, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184964>

### Bibliografia Complementar:

- DORECKI, A. C. **Resolução pacífica de conflitos.** Curitiba: Intersaberes, 2017.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/47511>
- GABRIEL, V. D. R. **Diplomacia, mediação e arbitragem.** Curitiba: Contentus, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188178>
- GARBELINI, V. M. **Negociação e conflitos.** Curitiba: Intersaberes, 2016.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37447>
- HENRIQUE, M. R. **Perícia, avaliação e arbitragem.** Curitiba: Intersaberes, 2015.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/31410>
- MARTINS, A. N. **Mediação familiar para idosos em situação de risco.** São Paulo: Blucher, 2017.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/163864>
- SARTORI, M. B. **Resolução de conflitos.** São Paulo: Contentus, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184020>

## PRÁTICA JURÍDICA III - PENAL

**Objetivo Geral:** A disciplina complementa um processo de aplicação do conhecimento já iniciado nas disciplinas de direito e tem os seguintes objetivos:

- confecção de peças processuais;
- acompanhamento de audiências;



- confecção de recursos, acompanhamento de seções de julgamento e confecção de relatórios;
- complementar o processo ensino-aprendizagem, através da conscientização das deficiências individuais e incentivo pela busca do aprimoramento pessoal e profissional;
- atenuar o impacto da passagem da vida de estudante para a vida profissional;
- facilitar o processo de atualização de conteúdos disciplinares, permitindo adequar aquelas de caráter profissionalizante às constantes inovações tecnológicas, políticas, sociais e econômicas a que estão sujeitas;
- incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando o surgimento de novas gerações de **juristas**.

**Ementa:** Elaboração de peças processuais, confecção de recursos, audiências e seções de julgamentos e confecção de relatórios na área de direito penal.

**Bibliografia Básica:**

CURY, R. **Vade mecum penal**. 26. ed. São Paulo: Rideel, 2022.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203770>

FIGUEIREDO, G. V. **Código de processo penal**. 27. ed. São Paulo: Rideel, 2022.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203740>

SILVA, B. I.; RUTHES, I. F. **Prática de recursos criminais e ações autônomas**. Curitiba: Intersaberes, 2022.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198943>

**Bibliografia Complementar:**

BARROS, F. D. **Acordos criminais**. São Paulo: JH Mizuno, 2020.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189437>

KALACHE, K. V. **Prisão e medidas cautelares: práticas e consequências**. Curitiba: Intersaberes, 2021.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186642>

MOREIRA FILHO, G. **Código penal comentado**. 11. ed. São Paulo: Rideel, 2021.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191636>

POLINI, I. R. **Sentença cível: teoria e prática**. 3.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2020.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184828>

BONFIM, E. M. **Curso de processo penal**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. **Código penal, processo penal e constituição federal**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CAPEZ, F. **Curso de processo penal**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

## SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

**Objetivo Geral:** O serviço de assistência judiciária consiste no atendimento jurídico à população carente na área de Direito Civil (família, consumidor).

**Ementa:** Elaboração de petições em laboratório prático no qual os alunos deverão desenvolver o conteúdo adquirido nas demais disciplinas do Curso, sob a orientação de professores, com o escopo de entrelaçar o conhecimento teórico e o prático, objetivando a consolidação de uma formação jurídica de qualidade, bem como o atendimento jurídico à população carente.

**Bibliografia Básica:**

Não se aplica.

**Bibliografia Complementar:**

Não se aplica.

## DISCIPLINAS DO DÉCIMO SEMESTRE

### DIREITO ADMINISTRATIVO II

**Objetivo Geral:** Visa oferecer ao corpo discente noções teóricas, fundamento essencial indispensável para a futura fixação em qualquer setor de sua especialidade; habituar o aluno a advogar, pelo que todos os anos são feitas visitas ao Fórum - Varas Especializadas, nas três esferas, mostrando-se ao vivo e



com a participação dos discentes, os principais processos relativos ao Direito Administrativo; habilitar o aluno para os setores do Direito, a saber, Concursos Públicos, Procuradores do Estado, Conselheiros dos Tribunais de Contas, Magistério Superior.

**Ementa:** Controle da Administração Pública: poderes das associações e do cidadão na esfera judicial e extrajudicial. Serviços e Bens Públicos. Responsabilidades Cíveis do Estado. Processo Administrativo. Direitos e Deveres dos Servidores Públicos: análise detalhada dos seus Estatutos.

**Extensão:** A atividade de extensão da disciplina de Direito Administrativo II tem como objetivo promover a compreensão crítica e prática dos estudantes acerca do Princípio da Moralidade Administrativa, previsto no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, como um dos fundamentos da boa governança e da legitimidade dos atos da Administração Pública. Os alunos deverão estudar o conceito, os fundamentos constitucionais e o alcance desse princípio, compreendendo que a moralidade administrativa ultrapassa o mero cumprimento da lei, exigindo que a atuação dos agentes públicos esteja pautada também em valores éticos, honestidade, boa-fé e justiça. A partir da reflexão sobre o ensinamento romano *“non omne quod licet honestum est”* (“nem tudo que é legal é honesto”), os estudantes deverão analisar situações reais ou hipotéticas em que a conduta administrativa, ainda que legal, possa contrariar os padrões éticos e de boa administração. Em seguida, os discentes deverão propor uma ação extensionista voltada à promoção da ética e da moralidade na gestão pública, por meio da criação de cartilhas, folders, vídeos educativos, rodas de conversa ou publicações digitais, com o propósito de conscientizar a comunidade sobre a importância da integridade e da transparência na Administração Pública. Na sequência, os grupos deverão elaborar uma análise crítica abordando os principais desafios enfrentados na efetivação do princípio da moralidade no Brasil, considerando práticas como o clientelismo, o favorecimento político e a corrupção, além do papel dos órgãos de controle e da sociedade civil na fiscalização da conduta administrativa. Essa atividade deverá ser enviada para o AVA da faculdade e para a empresa, se for o caso.

#### **Bibliografia Básica:**

HIGA, A. S.; CASTRO, M. P.; OLIVEIRA, S. Z. **Manual de direito administrativo**. 2. ed. Curitiba: Rideel, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203756>

MARIA SOBRINHO, R. K. **Introdução aos aspectos jurídicos da administração pública**. Curitiba: Intersaberes, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186485>

QUENEHEN, R. **Direito administrativo**. Curitiba: Contentus, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191803>

SANTOS, M. A. M. **Direito administrativo**. Curitiba: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203724>

#### **Bibliografia Complementar:**

ALCÂNTARA, S. A. **Direito administrativo para serviços jurídicos e notariais**. São Paulo: Contentus, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184704>

ABRAHÃO, A. J. (org.). **Legislação de direito administrativo**. 16. ed. São Paulo: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203747>

MADEIRA, J. M. P. **Direito administrativo**. 13. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/200936>

MAZZA, A. **Vade Mecum administrativo e constitucional**. 25. ed. Curitiba: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203767>

QUENEHEN, R. **Direito administrativo no setor público**. Curitiba: Contentus, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184696>

SCHREIBER, A.; MAINIER, P. E. **Controle da legalidade da administração pública**. Rio de Janeiro: Foco, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208817>

ARAGÃO, A. S. de. **Curso de direito administrativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

JUSTEN FILHO, M. **Curso de direito administrativo**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

OLIVEIRA, R. C. **Princípios de direito administrativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2013.



## DIREITO PREVIDENCIÁRIO

**Objetivo Geral:** Preparar o aluno para conhecer o sistema da seguridade social brasileira.

**Ementa:** A seguridade social como gênero: saúde, assistência e previdência social. Princípios da Seguridade Social. Direito Previdenciário: conceito, objeto, princípios e normas. Benefícios Previdenciários. Assistência Social. Ações Previdenciárias.

**Extensão:** A atividade de extensão da disciplina de Direito Previdenciário tem como objetivo desenvolver a compreensão crítica dos estudantes sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e sua importância social como instrumento de efetivação da dignidade humana e da proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade. Os alunos deverão analisar o BPC como uma prestação assistencial garantida pela Constituição Federal de 1988 (art. 203, inciso V) e regulamentada pela Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), compreendendo que o benefício assegura o pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas idosas com 65 anos ou mais e a pessoas com deficiência que não possuam meios próprios de subsistência nem possam ser sustentadas por suas famílias. Em seguida, os estudantes deverão propor uma ação extensionista voltada à conscientização da comunidade sobre o BPC e os direitos assistenciais, por meio da criação de cartilhas, folders, vídeos educativos, rodas de conversa ou palestras comunitárias, orientando sobre os critérios de elegibilidade, os canais de acesso e a importância da inclusão social promovida pelo benefício. Posteriormente, será elaborada uma análise crítica sobre a efetividade do BPC no Brasil. Por fim, os grupos deverão produzir um relatório reflexivo, sistematizando as etapas da atividade, os resultados da ação extensionista e as conclusões sobre o papel do Direito Previdenciário na promoção da cidadania, a ser entregue pelo ambiente virtual de aprendizagem da instituição.

### Bibliografia Básica:

- GLASENAPP, R. (org.). **Direito previdenciário**. 2.ed. São Paulo: Pearson, 2019. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/176603>
- LOPES JR., N. M. **Legislação de direito previdenciário**. 16. ed. São Paulo: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203750>
- RIBEIRO, J. **Manual de direito previdenciário em esquemas**. 6.ed. Curitiba: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209350>
- SANTOS, E. S. F. **Manual de direito previdenciário**. Curitiba: Intersaberes, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/193278>

### Bibliografia Complementar:

- DALVI, L.; DALVI, F. **Questões de direito previdenciário comentadas**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2104. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37827>
- HORVATH JUNIOR, M. **Direito previdenciário**. 13.ed. Curitiba: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209349>
- NEVES, G. B.; LOYOLA, K. **Direito previdenciário**. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2016. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/174288>
- RIBEIRO, J. **Advocacia previdenciária: guia prático de atendimento**. 2. ed. Curitiba: Rideel, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188359>
- RIBEIRO, J.; HORVATH JUNIOR, M. **A proteção à família no direito previdenciário**. Curitiba: Rideel, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186379>
- SANTORO, J. J.; SANTORO, M. F. **Manual de direito previdenciário**. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37881>

## DIREITO TRIBUTÁRIO II

**Objetivo Geral:** Visa oferecer ao corpo discente noções teóricas, fundamento essencial indispensável para a futura fixação em qualquer setor de sua especialidade; habituar o aluno a advogar, pelo que



todos os anos são feitas visitas ao Fórum - Varas Especializadas, nas três esferas, mostrando-se ao vivo e com a participação dos discentes, os principais processos relativos ao Direito Tributário; habilitar o aluno para os setores do Direito, a saber, Concursos Públicos, Procuradores do Estado, Conselheiros dos Tribunais de Contas, Magistério Superior.

**Ementa:** Fontes do Direito Tributário. Vigência, Aplicação e Interpretação da Legislação Tributária. Obrigação Tributária. Crédito tributário. Lançamento. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Extinção do Crédito Tributário. Exclusão do crédito tributário. Processo Administrativo Tributário. Processo Judicial Tributário.

**Bibliografia Básica:**

CAROTA, J. C. **Manual de direito tributário e financeiro aplicado**. 4.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/210281>

GLASENAPP, R. (org.). **Direito tributário**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2019. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/176607>

HACK, E. **Direito tributário brasileiro**. Curitiba: Intersaberes, 2015. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/30473>

**Bibliografia Complementar:**

ASSONI FILHO, S. **Direito tributário**. Curitiba: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203732>

HARADA, K. **Código Tributário Nacional**. 26. ed. Curitiba: Rideel, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182368>

MATTHES, R. **Manual de direito tributário**. 2. ed. Curitiba: Rideel, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186391>

MESSA, A. F. **Direito tributário e financeiro**. 8. ed. São Paulo: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203752>

NORBIM, F. D.; NORBIM, L. D. **Questões de direito tributário comentadas**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37873>

PICHILIANI, M. C. **Manual de direito tributário**. Curitiba: Rideel, 2018. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182328>

SILVA, V. B. **Direito tributário**. São Paulo: Rideel, 2015. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/174320>

VALLATTI, D. B.; SODRÉ, H. W. **Praticando para passar na 2ª fase da OAB: direito tributário**. São Paulo: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209370>

**DIREITO FINANCEIRO**

**Ementa:** Sistema financeiro no Brasil; Instituições financeiras; Bolsa de valores; Competência para a instituição de tributos; Programas de financiamento das regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste; Lei de responsabilidade fiscal; Leis orçamentárias; Vedações orçamentárias constitucionais; Estrutura orçamentária; Princípios orçamentários; Classificação orçamentária; Ciclo orçamentário; Dívida ativa e dívida fundada; Levantamento da dívida pública; Controle, fiscalização e auditoria no setor público; Tribunal de contas; Poder Judiciário; Ministério Público; Outras funções essenciais da Justiça.

**Objetivo:** Compreender os princípios e instrumentos do Direito Financeiro, analisando o sistema financeiro nacional, a responsabilidade fiscal, o processo orçamentário e os mecanismos de controle e fiscalização das finanças públicas.

**Bibliografia Básica:**

CAROTA, J. C. **Manual de direito tributário e financeiro aplicado**. 4.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/210281>

CONTI, J. M. **A luta pelo direito financeiro**. 2.ed. Rio de Janeiro: Blucher, 2024. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/221110>



MESSA, A. F. **Direito tributário e financeiro**. 8.ed. São Paulo: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203752>

SOUZA, M. C. **Manual de direito financeiro e tributário**. Curitiba: Intersaberes, 2024. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/215934>

**Bibliografia Complementar:**

BITENCOURT, R. O. M. **Criptomoedas e o sistema financeiro internacional**. Curitiba: Contentus, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/187998>

FARIA, R. O. **Emendas parlamentares e processo orçamentário no presidencialismo de coalisão**. São Paulo: Blucher, 2023. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/215313>

FERREIRA, L. S. **Direito financeiro**. Curitiba: Contentus, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184433>

MURAKAMI, E. B. L. **Noções gerais sobre orçamento público e responsabilidade fiscal**. Curitiba: Intersaberes, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/197339>

PIMENTA, D. E. S.; REINOSO, J. E. T.; ÁVILA, M. L. (orgs.). **Temas contemporâneos de direito financeiro e tributário**. Belo Horizonte: Del Rey, 2024. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/216993>

ROCHA, L. B. **A execução fiscal e o princípio da eficiência: da ação judicial à cobrança administrativa**. Belo Horizonte: Del Rey, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/205589>

**PRÁTICA JURÍDICA IV - TRABALHO**

**Objetivo Geral:** A disciplina complementa um processo de aplicação do conhecimento já iniciado nas disciplinas de direito e tem os seguintes objetivos:

- confecção de peças processuais;
- acompanhamento de audiências;
- confecção de recursos, acompanhamento de seções de julgamento e confecção de relatórios;
- complementar o processo ensino-aprendizagem, através da conscientização das deficiências individuais e incentivo pela busca do aprimoramento pessoal e profissional;
- atenuar o impacto da passagem da vida de estudante para a vida profissional;
- facilitar o processo de atualização de conteúdos disciplinares, permitindo adequar aquelas de caráter profissionalizante às constantes inovações tecnológicas, políticas, sociais e econômicas a que estão sujeitas;
- incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando o surgimento de novas gerações de **juristas**.

**Ementa:** Elaboração de peças processuais, confecção de recursos, audiências e seções de julgamentos e confecção de relatórios na área de direito do trabalho.

**Bibliografia Básica:**

ALMEIDA, A. L. **Prática trabalhista**. 12. ed. São Paulo: Rideel, 2019. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182339>

RODRIGUES JUNIOR, S. A. **Direito processual do trabalho e direito processual laboral**. Rio de Janeiro: Processo, 2023. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208114>

SALES, F. A. **Manual de processo do trabalho**. São Paulo: Rideel, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182497>

**Bibliografia Complementar:**

ALMEIDA, A. L. **Direito do trabalho: material, processual e legislação especial**. 19. ed. São Paulo: Rideel, 2019. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182484>

ALVAR, M. V. **Direito processual do trabalho**. Curitiba: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203730>

SANDES, F.; AIDAR, L. **Jurisprudência do TST organizada**. Curitiba: Rideel, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203759>



SOUZA, F. C.; AZEVEDO NETO, P. T. (orgs.). **Consolidação das leis do trabalho**. 28. ed. Curitiba: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203736>

SPALLER, A. V. **Direito processual do trabalho: da fase de conhecimento às ações especiais**. Curitiba: Intersaberes, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191711>

GARCIA, G. F. **Curso de direito processual do trabalho**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

MARTINS, S. P. **Fundamentos de direito processual do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2014.

NASCIMENTO, A. M. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2013.

THOMÉ, C.; SCHWAZ, R. (orgs.). **Sentenças trabalhistas selecionadas**. São Paulo: LTr, 2014. v.1

THOMÉ, C.; SCHWAZ, R. (orgs.). **Sentenças trabalhistas selecionadas**. São Paulo: LTr, 2014. v.2

THOMÉ, C.; SCHWAZ, R. (orgs.). **Sentenças trabalhistas selecionadas**. São Paulo: LTr, 2014. v.3

THOMÉ, C.; SCHWAZ, R. (orgs.). **Sentenças trabalhistas selecionadas**. São Paulo: LTr, 2014. v.4

## PSICOLOGIA JURÍDICA

**Objetivo Geral:** Capacitar o estudante para uma atuação na interação entre a Psicologia e o Direito, enfocando, prioritariamente, as áreas de Justiça da Infância e da Juventude, Varas de Família e Sistema Penal.

**Ementa:** Introdução ao estudo da Psicologia. Aspectos psicológicos das relações humanas. Relação entre Psicologia e Direito. As práticas e suas aplicações no contexto jurídico. Avaliação psicológica no judiciário.

### Bibliografia Básica:

CANEDA, C. R. G.; ZAPPER, J. G. (orgs.). **Psicologia e direito no enfrentamento de problemáticas contemporâneas**. Santa Maria: UFSM, 2022.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/206704>

DAGOSTIN, A. P. **Psicologia investigativa**. São Paulo: Contentus, 2020.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184229>

LEMONS, S. J.; VASCONCELLOS, V. D. **A psicologia jurídica e suas interfaces**. 2. ed. Santa Maria: UFSM, 2022.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/206696>

SERAFIM, A. C. et al. **Avaliação neuropsicológica forense**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2017.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/180313>

SOUZA, A. P.; SCHERER, D. C. **Psicologia jurídica**. Curitiba: Intersaberes, 2020.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185160>

### Bibliografia Complementar:

DAGOSTIN, A. P. **Psicologia aplicada à investigação**. Curitiba: Intersaberes, 2019.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/177803>

MALLOY-DINIZ, L. F. **Neuropsicologia forense e detecção de mentiras: enfrentando os crimes contra a administração da justiça**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2019.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/180322>

FRANCO, A. A.; RIBEIRO, M. J. (orgs.). **Diálogos interdisciplinares: a psicologia e o serviço social nas práticas judiciais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2468>

REZENDE, L. F. **A psicologia jurídica e proteção das crianças e adolescentes**. Curitiba: Contentus, 2020.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185212>

RIGONATTI, S. P. **Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica**. São Paulo: Vetor, 2003.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/193520>

CRUZ, R. M.; BEIRAS, A.; MARTINS, S. **Reflexões e experiências em psicologia jurídica no contexto criminal/penal**. São Paulo: Vetor, 2012.

SÁ, A. A. **Criminologia clínica e psicologia criminal**. 4. ed. São Paulo: RT, 2014.



## TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - ARTIGO

**Objetivo Geral:** O objetivo principal de trabalho de conclusão de curso é o de propiciar aos alunos do curso de direito a ocasião de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, à consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação crítica.

**Ementa:** O trabalho de conclusão de curso consiste em uma pesquisa individual orientada, relatada sob a forma de um artigo científico, em qualquer área de conhecimento da contabilidade, de acordo com regulamento próprio.

### Bibliografia Básica:

BELLO, E.; ENGELMANN, W. (orgs.). **Metodologia da pesquisa em direito**. Caxias do Sul: EDUCS, 2015.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/30808>

MARTINS, V.; MELLO, C. M. **Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/204466>

CORDEIRO, G. C.; MOLINA, N. L.; DIAS, V. F. **Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos**. Curitiba: Intersaberes, 2014. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6582>

SANTOS, J. H. **Manual de normas técnicas de formatação de trabalhos de conclusão de curso**. Rio de Janeiro: Interciência, 2019. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/176619>

### Bibliografia Complementar:

BRUN, A. B. **Orientação de trabalho de conclusão de curso**. São Paulo: Contentus, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184096>

CARVALHO, M. C. (org.). **Construindo o saber: metodologia científica fundamentos e técnicas**. Campinas: Papyrus, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/194459>

KOCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**. Petrópolis: Vozes, 2014. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/54223>

PEARSON. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2018. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/183213>

SANTOS, S. C.; CARVALHO, M. A. **Normas e técnicas para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos**. Petrópolis: Vozes, 2015. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/114665>

## DISCIPLINAS ELETIVAS

### CIÊNCIA POLÍTICA II

**Objetivo Geral:** Capacitar os estudantes a conhecerem, compreenderem, aplicarem, analisarem e avaliarem as categorias de poder estatal, poliarquia moderna, relação voto e classes sociais e o desenho dos complexos aparelhos estatais do século XIX.

**Ementa:** O conceito de Estado moderno e os projetos em disputa tanto no Brasil como na formação dos países ocidentalizados. A disciplina dialoga com Política 1 e toma como marco temporal de início a chamada Primavera dos Povos, de 1848 e termina com o final da Bipolaridade, com a dissolução da União Soviética. Avalia-se a crítica ao Estado capitalista, a crítica da burocracia soviética e os modelos de Estado a partir dos anos 1930, na comparação entre Estado de Bem Estar Social e Estado Nacional Desenvolvimentista. A cadeira conclui no período da retomada neoliberal concomitante com o aprofundamento da democracia no Brasil.

### Bibliografia Básica:

BARROS, V. S. **10 lições sobre Maquiavel**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/49028>

MAGALHÃES, F. **10 lições sobre Hobbes**. Petrópolis: Vozes, 2014. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/49026>

SHERIDAN, P. **Compreender Locke**. Petrópolis: Vozes, 2013. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/49227>



STEFANI, J. **O conhecimento em Aristóteles.** Caxias do Sul: EDUCS, 2018.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/175210>

**Bibliografia Complementar:**

HOBBS, T. **Leviatã: ou a matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil.** 3. ed. São Paulo: Ícone, 2014. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184863>

MAQUIAVEL, N. **O príncipe.** Petrópolis: Vozes, 2011.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/41418>

QUADROS, D. G. **O estado na teoria política clássica: Platão, Aristóteles, Maquiavel e os contratualistas.** Curitiba: Intersaberes, 2016. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/42175>

ARISTÓTELES. **Retórica.** São Paulo: EDIPRO, 2011.

ROUSSEAU, J.-J. **Discurso sobre a economia política.** Petrópolis: Vozes, 2017. (e-book)

MAQUIAVEL, N. **O príncipe.** Porto Alegre: Landscape, 2012.

ROUSSEAU, J.-J. **O contrato social.** Porto Alegre: L&PM, 2012.

### CONTABILIDADE INTRODUTÓRIA

**Objetivo Geral:** Estimular o aprendizado da linguagem da contabilidade, mostrando sua importância para as organizações. Além disso, a disciplina busca capacitar o aluno a identificar os fatos contábeis e seus efeitos patrimoniais e a utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das ciências contábeis.

**Ementa:** Fundamentos básicos de Contabilidade, estudo do patrimônio, estruturação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício segundo a Lei 6.404/76, estudo de teoria das contas e variações patrimoniais.

**Bibliografia Básica:**

MULLER, A. **Contabilidade Introdutória.** 2.ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182650>

SAPORITO, A. **Contabilidade geral: fundamentos e prática do raciocínio contábil.** Curitiba: Intersaberes, 2017. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/129463>

SANTOS, A. S. (org.). **Contabilidade.** 2.ed. São Paulo: Pearson, 2019.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/176557>

**Bibliografia Complementar:**

ATHAR, R. A. **Introdução à Contabilidade.** São Paulo: Pearson, 2004.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/320>

DANTAS, I. **Contabilidade - introdução e intermediária.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37839>

LUZ, É. E.; OLIVEIRA, A. C. L. **Contabilidade geral das sociedades.** Curitiba: Intersaberes, 2017.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/116277>

MULLER, A. N. **Contabilidade Básica: fundamentos essenciais.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1245>

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade geral.** Curitiba: Intersaberes, 2017.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/42170>

SANTOS, J. L. et. al. **Introdução à contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, J. L. et. al. **Contabilidade geral.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

### CRIMINOLOGIA

**Objetivo Geral:** A disciplina de Criminologia busca desenvolver a capacidade de compreensão crítica da problemática do crime e do controle social nas sociedades contemporâneas. 2. Identificar a natureza política das agências oficiais de controle social: lei penal, polícia, justiça e prisão; mostrar a relação entre o Sistema de Justiça Criminal (prisão) e a estrutura social (relação capital/trabalho assalariado).



**Ementa:** Direito Penal e Política Criminal. Teorias penais e teorias criminológicas. Criminologia etiológica individual. Criminologia etiológica socioestrutural. Criminologia crítica individual. Criminologia crítica socioestrutural. Criminalidade e criminalização. Mecanismos institucionais de criminalização: Lei penal, Justiça Criminal e Prisão. Sistema penal e desigualdade social. Política criminal alternativa. Temas especiais de Criminologia: a) Crime do colarinho branco (White-collar crime). b) Cifra negra da criminalidade. c) adolescente infrator. d) Crime organizado. e) Polícia e Segurança pública. f) Mídia e criminalidade.

**Bibliografia Básica:**

- BACILA, C. B. **Manual de criminologia e política criminal**. Curitiba: Intersaberes, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/180355>
- BREUNIG, A. E. **Sociologia do crime e da violência**. Curitiba: Intersaberes, 2018. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/180268>
- MOTTA, F. H. R. **Introdução ao estudo da criminologia**. Curitiba: Intersaberes, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/193290>

**Bibliografia Complementar:**

- BACILA, C. B. **Introdução do direito penal e à criminologia**. Curitiba: Intersaberes, 2016. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/42141>
- FAVERO, A. O.; FAVERO, B. O. **Cibercriminologia**. São Paulo: Paco e Littera, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/206747>
- GLOECKNER, R. J. **Criminologia e(m) crítica**. Porto Alegre: PUCRS, 2013. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/52832>
- LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6682>
- MACCARIO, B.; MELO, M. B. **Análise criminal**. Curitiba: Intersaberes, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/197763>
- BARATTA, A. **Criminologia crítica e crítica ao direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- CARVALHO, S. **Antimanual de criminologia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- MENDES, S. R. **Criminologia feminista: novos paradigmas**. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MOLINA, A. G. **O que é criminologia?** São Paulo: RT, 2013.

**DIREITO AMBIENTAL**

**Objetivo Geral:** Fornecer elementos básicos sobre tutela jurídica do meio ambiente, políticas públicas aplicadas ao meio ambiente, medidas protetivas e punitivas. Despertar o interesse pelo tema no futuro profissional, que poderá ser aprofundado através da prática profissional, cursos e atividades de extensão ou educação continuada.

**Ementa:** Teoria Geral do Direito Ambiental. Conceito, princípios, autonomia, fontes e relações com outras disciplinas. O bem jurídico ambiental. O direito subjetivo ao meio ambiente como direito fundamental. Dano Ambiental e as responsabilidades administrativa, civil e penal. O Direito Ambiental Positivo. Direito Constitucional Ambiental, Direito Administrativo Ambiental, Direito Penal Ambiental. Direito Civil Ambiental. Proteção do Ambiente e dos bens ambientais em legislação específica. Instrumentos processuais de proteção do Ambiente. O Ambiente Internacional Ambiental.

**Bibliografia Básica:**

- MATTHES, R. **Manual de direito ambiental**. Curitiba: Rideel, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182496>
- SILVEIRA, C. E. **Direito ambiental: um transitar pelos direitos humanos e o processo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2016. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/123575>
- SIRVINSKAS, L. P. (org.). **Legislação de direito ambiental**. 16. ed. São Paulo: Rideel, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203748>



#### **Bibliografia Complementar:**

- ASSUNÇÃO, T. **Direito ambiental internacional**. São Paulo: Contentus, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/183527>
- AUGUSTIN, S.; CUNHA, B. P. (orgs.). **Diálogos de direito ambiental brasileiro**. Caxias do Sul: EDUCS, 2012. v.1 <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/5716>
- CARVALHO JR., M. R. **Apontamentos sobre o direito processual ambiental**. Curitiba: Intersaberes, 2017. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/193173>
- COSTA, L. L. **Os crimes de acumulação no direito penal ambiental**. Porto Alegre: PUCRS, 2012. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/54615>
- POLIZIO JUNIOR, V. **Novo Código Florestal comentado**. 3.ed. Curitiba: Rideel, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182494>
- RECH, A. U.; MARIN, J.; AUGUSTIN, S. **Direito ambiental e sociedade**. Caxias do Sul: EDUCS, 2015. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/30807>
- SILVEIRA, C. E. (org.). **Princípios de direito ambiental: atualidades**. Caxias do Sul: EDUCS, 2012. v.1 <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/5872>

#### **ENSINO DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS PARA ALUNOS OUVINTES**

**Ementa:** aspectos históricos da educação dos surdos; oralismo, comunicação total, bilinguismo; legislações que fundamentam a Libras; aspectos da identidade, comunidade e cultura dos surdos e surdez; conhecendo a estrutura gramatical da Libras e parâmetros da Libras; conhecendo os classificadores em Libras e sintaxe da Libras; pronomes e advérbios em libras; sinais compostos, sinais soletrados e/ou soletração rítmica; numerais e valores monetários em Libras; vocabulário básico; tecnologia assistiva.

**Objetivo Geral:** possibilitar a experiência de inclusão para alunos ouvintes que têm a oportunidade de conviver com a diferença, que podem melhor elaborar seus conceitos sobre a surdez, a língua de sinais e a comunidade surda, desenvolvendo-se como cidadãos mais inclusivos. Além disso, a disciplina apresenta como a tecnologia assistiva pode auxiliar no processo de inclusão de pessoas surdas na sociedade contemporânea.

#### **Bibliografia básica:**

- COSTA, M. T. A. **Tecnologia assistiva: uma prática para a promoção dos direitos humanos**. Curitiba: Intersaberes, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/178150>
- MOURA, C.; DE VIT BEGROW, D. (orgs.). **Libras e surdos: políticas, linguagem e inclusão**. São Paulo: Contexto, 2024. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/213556>
- SANTANA, A. P. **Surdez e linguagem**. 5.ed. Porto Alegre: Summus, 2019. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/177963>

#### **Bibliografia complementar:**

- BAGGIO, M. A; CASA NOVA, M. G. **Libras**. Curitiba: Intersaberes, 2017. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/129456>
- COSTA, M. T. A. **Tecnologia assistiva**. Curitiba: Intersaberes, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182444>
- MARTINS, V. R. (org.). **Libras: aspectos fundamentais**. Curitiba: Intersaberes, 2019. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/169745>
- MUZY, E. **Direito das pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/200214>
- PEREIRA, M. C. et al. **Libras: conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson, 2011. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2658>
- SARNIK, M. V. T. **Libras**. Curitiba: Contentus, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186507>



SILVA, R. D. (org.). **Linguagem Brasileira de Sinais**. São Paulo: Pearson, 2016.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/35534>

TESKE, O. **Sociologia da acessibilidade**. Curitiba: Intersaberes, 2019.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/147875>

### ESPAÑHOL INSTRUMENTAL

**Objetivo Geral:** A disciplina tem o objetivo de proporcionar ao aluno o contato com a língua espanhola (em sua diversidade) e capacitá-lo para interpretar o funcionamento dessa língua estrangeira em relação ao funcionamento da língua portuguesa do Brasil. Permitir ao estudante ter um panorama das variantes do espanhol. Habilita-lo a ler e interpretar textos em espanhol.

**Ementa:** Elementos comunicacionais da língua espanhola nas relações internacionais. A língua espanhola em situações específicas na área diplomática internacional dos negócios. Espanhol instrumental. Aspectos do discurso em espanhol. A tradução juramentada e comercial.

#### **Bibliografia Básica:**

EDITORA RIDEEL. **Dicionário espanhol português espanhol**. 3.ed. Curitiba: Rideel, 2017.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185008>

ENGELMANN, P. C. **Língua estrangeira moderna: espanhol**. Curitiba: Intersaberes, 2016.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/39246>

SIERRA, T. V. **Espanhol instrumental**. Curitiba: Intersaberes, 2012.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/5958>

#### **Bibliografia Complementar:**

RIDEEL. **Manual compacto de gramática da língua espanhola**. São Paulo: Rideel, 2012.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182196>

RETAMAR, H. J. C. **Língua espanhola, pesquisa, ensino médio brasileiro e contextualização sociocultural**. São Paulo: Paco e Littera, 2021.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/206797>

SIERRA, T. V. **Espanhol: a prática profissional do idioma**. Curitiba: Intersaberes, 2012.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6102>

SIERRA, T. V. **Espanhol para negócios**. Curitiba: Intersaberes, 2012.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/5542>

ANHAIA, E. F. **Espanhol: gramática, vocabulário, interpretação de textos e exercícios**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2013.

MILANI, E. M. **Gramática de Espanhol para brasileiros**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

WALD, S. **Espanhol para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2014.

### FILOSOFIA DO DIREITO

**Objetivo Geral:** O Ensino da Filosofia do Direito encerra, entre outras, três funções principais intimamente correlacionadas: 1. levar o estudante a aprender o sentido unitário da experiência jurídica em todas as suas manifestações específicas, em conexão com vários problemas fundamentais inclusive quanto às razões da unidade concreta e dinâmica da ordem jurídica positiva, cuja compreensão é indispensável à formação do jurista, e que nenhuma disciplina jurídica positiva particular poderia propiciar; 2. realizar a crítica dos pressupostos ou das condições lógicas e metodológicas das demais ciências jurídicas.

**Ementa:** O fenômeno Jurídico e sua Ontologia. Possibilidade, natureza e condições de conhecimento jurídico. Lógica jurídica, formal e dialética. Experiência do Direito na História das Ideias e das Instituições. Projeção da Sociologia do Conhecimento Jurídico. Teoria dos Valores Jurídicos.

#### **Bibliografia Básica:**

BOBBIO, N. **O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito**. São Paulo: Ícone, 2021.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/195173>



FERNANDES, A. C.; LUCAS, J. I. **Escritos sobre a filosofia do direito**. Caxias do Sul: EDUCS, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208187>

MORAES, C. E. **Teoria e filosofia do direito**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37860>

**Bibliografia Complementar:**

COELHO, N. M.; MELLO, C. M. **O fundamento do direito**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2009. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37816>

FARIA, A. A. **Filosofia do direito**. Curitiba: Intersaberes, 2017. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/49394>

WEBER, T. **Ética e filosofia do direito**. Petrópolis: Vozes, 2013. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/53777>

## FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO

**Objetivo Geral:** Compreender os elementos conceituais básicos da administração, bem como sua atual contribuição e influência na sociedade. Caracterizar a escola clássica da administração e a sua importância para a organização. Demonstrar a aplicabilidade das abordagens humanas, estruturalista e neoclássica da administração através de uma visão prática.

**Ementa:** Conceitos básicos de Administração. Teoria da Administração Científica. Teoria clássica da Administração. Teoria da burocracia. Humanismo Empresarial. Teoria das Relações Humanas. Abordagem Comportamental. Evolução dos Fundamentos da Administração.

**Bibliografia Básica:**

MULLER, R. et al. **Construindo relacionamentos no contexto organizacional**. Curitiba: Intersaberes, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/177825>

SILVA, M. M. **Administração para estudantes e profissionais de áreas técnicas**. São Paulo: Brasport, 2018. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/164696>

SPÍNOLA, L. **Gestão, a essência para grandes resultados**. São Paulo: Labrador, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182184>

**Bibliografia Complementar:**

CAMARGO, P. S. **Liderança e linguagem corporal**. São Paulo: Summus, 2018. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/148981>

MANDELLI, L. **Liderança nua e crua**. Petrópolis: Vozes, 2015. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/114669>

MAXIMIANO, A. C. **Administração para empreendedores: fundamentos da criação e gestão de novos negócios**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2011. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1994>

SOBRAL, F. **Fundamentos de administração**. São Paulo: Pearson, 2012. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3283>

SOUZA JUNIOR, A. P. **Modelo híbrido: evolução na gestão empresarial para eficiência e inovação ágil**. Rio de Janeiro: Brasport, 2021. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/194657>

## FUNDAMENTOS DE INGLÊS

**Ementa:** História da língua inglesa; Iniciação à comunicação em língua inglesa como língua estrangeira; O processo de aprendizagem de uma Língua Estrangeira; Fatores essenciais do aprendizado de L2; Constituinte comunicativo; Leitura e escrita em língua inglesa; Planejar a leitura; Técnicas de Leitura; Skimming; Scanning; Redação de parágrafos e e-mails em inglês; Técnicas e estratégias de leitura intensiva e extensiva; Formação e derivação de palavras na língua inglesa; Morfologia; Gêneros textuais; Linguagem formal x linguagem informal; Grupos nominais; Tempos e formas verbais; Referência Pronominal; Orações condicionais.

**Objetivo Geral:** O objetivo principal é fornecer aos estudantes uma base introdutória para o aprendizado da língua inglesa, para que possa utilizar no desenvolvimento de seu curso. Essa base abrange tanto o



conhecimento inicial de elementos gramaticais e vocabulário quanto o desenvolvimento de habilidades como leitura, escrita e, eventualmente, fala.

**Bibliografia básica:**

BONAMIN, M. C. (org.). **Oficina de textos em inglês**. São Paulo: Pearson, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184088>

DIENER, P. **Inglês instrumental**. Curitiba: Contentus, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184102>

MARQUES, F. S. **Ensinar e aprender inglês: o processo comunicativo em sala de aula**. Curitiba: Intersaberes, 2012. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/5935>

**Bibliografia complementar:**

MESQUITA, M. L. **Didática e métodos de ensino em língua inglesa**. Curitiba: Contentus, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188373>

EDITORA RIDEEL. **Manual compacto de gramática da língua inglesa**. Curitiba: Rideel, 2010. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182197>

FINBOW, T. (org.). **Gramática histórica da língua inglesa**. São Paulo: Pearson, 2017. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/151085>

LAPKOSKI, G. A. **Do texto ao sentido: teoria e prática de leitura em língua inglesa**. Curitiba: Intersaberes, 2012. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6436>

CANO, M. R. O.; LIBERALI, F. C. **Inglês linguagem em atividades sociais**. 3.ed. São Paulo: Blucher, 2016. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/158694>

LIMA, T. C. S.; KOPPE, C. T. **Inglês básico nas organizações**. Curitiba: Intersaberes, 2013. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6464>

## GEOGRAFIA POLÍTICA

**Objetivo Geral:** Capacitar os estudantes a conhecerem, compreenderem, aplicarem, analisarem e avaliarem as categorias de poder e a importância do conhecimento geopolítico para o planejamento e a inserção do estudante nas atividades internacionais.

**Ementa:** O conceito de geopolítica. A geopolítica como teoria do poder. A geopolítica e a globalização: fragmentação territorial versus integração regional. A determinação geográfica do poder e da política externa. A geopolítica como instrumento de análise. As teorias geopolíticas: a teoria do poder marítimo; a teoria do poder terrestre e a teoria do poder aéreo. A Geopolítica no século XXI, o poder nuclear, espacial e cibernético. A geopolítica e as relações internacionais. Mudanças de equilíbrio de poder e a ascensão de potências emergentes. Geopolítica dos Recursos Energéticos. Geopolítica do Brasil. Geopolítica, segurança internacional e conflitos regionais.

**Bibliografia Básica:**

FROTA, A. F. M. **Geopolítica**. Curitiba: Contentus, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186496>

SILVA, R. A.; SILVA, R. S. **Geografia política e geopolítica**. Curitiba: Intersaberes, 2018. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/161676>

TEIXEIRA, JR., A. W. **Geopolítica: do pensamento clássico aos conflitos contemporâneos**. Curitiba: Intersaberes, 2017. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/51997>

**Bibliografia Complementar:**

LOGHAGEN, J. C. P. **Geopolítica, defesa e segurança internacional**. Curitiba: Contentus, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186497>

MAGRINI, A.; SZKLO, A. S. **Textos de discussão em geopolítica e gestão ambiental de petróleo**. Rio de Janeiro: Interciência, 2008. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/123786>

MOREIRA, R. **Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas**. São Paulo: Contexto, 2012. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3469>



SILVA, M. A. **Geografia cultural: caminhos e perspectivas.** Curitiba: Intersaberes, 2019.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/171285>

VESENTINI, J. W. **Novas geopolíticas.** São Paulo: Contexto, 2012.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3481>

## **SOCIOLOGIA JURÍDICA**

**Objetivo Geral:** A disciplina de Sociologia Jurídica tem por objetivo fazer com que o aluno compreenda, reflexivamente, o objeto e a importância da Sociologia do Direito, identificando seu campo de estudo, sua natureza científica e sua utilidade, bem assim as relações dessa disciplina com as ciências da dogmática jurídica, a Filosofia do Direito e a Teoria Geral do Direito. Apreender o Direito como fenômeno social, no bojo das relações entre sociedade (comunidade) e poder, acompanhando a evolução do pensamento dos sociólogos e dos juristas na matéria, bem assim a especificidade cultural das experiências jurídicas do common law e do direito continental. Identificar os pressupostos sociais de uma ordem jus-política pluralista e democrática, bem assim a contribuição do pensamento sociológico para entender, embasar, criticar e aperfeiçoar a referida ordem. Refletir, na medida do possível, a posição, atuação e ethos dos diversos segmentos do staff jurídico no regime democrático. Descobrir, de forma existencial, a utilidade e os limites da Sociologia do Direito na atuação do staff jurídico, especialmente no que se refere à aplicação e interpretação do Direito.

**Ementa:** O conceito sociológico do Direito no bojo das relações entre sociedade (comunidade) e poder. A Sociologia do Direito como ciência da sociedade. A estrutura do Direito e a estrutura da Sociedade. Tendências de desenvolvimento do Direito na Sociedade atual. Funções sociais do Direito. Direito e mudança social. A efetividade do Direito. A Sociologia do Direito no Brasil.

### **Bibliografia Básica:**

BASTOS, A. W. **Teoria e sociologia do direito.** 6. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2017.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184075>

FERREIRA, L. P.; GUANABARA, R.; JORGE, V. L. **Curso de sociologia jurídica.** 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/201023>

OLIVEIRA, L. **Manual de sociologia jurídica.** Petrópolis: Vozes, 2015.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/114688>

### **Bibliografia Complementar:**

BREUNIG, A. E.; SOUZA, V. **Sociologia do crime e da violência.** Curitiba: Intersaberes, 2018.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/180268>

DIAS, W. C. **A jornada do direito.** São Paulo: Paco e Littera, 2021.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/206258>

LUHMANN, N. **O direito da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2016.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191316>

PESCAROLO, J. K. **Sociologia urbana e da violência.** Curitiba: Intersaberes, 2017.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/54342>

RODRIGUES, L. P.; NEVES, F. M. **Sociologia de Niklas Luhmann.** Petrópolis: Vozes, 2017.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/155326>

## **TEMAS EMERGENTES DO DIREITO**

**Objetivo Geral:** Discussões das principais questões teóricas, culturais e das próprias práticas jurídicas trazidas pelas contínuas mudanças na esfera do Direito, principalmente, aquelas decorrentes das novas demandas sociais, econômicas, legislativas sobre o Judiciário e o Estado.

**Ementa:** Problemáticas emergentes dos diversos ramos do Direito: A violação dos direitos humanos na mídia; Eficácia da Legislação social: LOAS, ECA etc.; Mudanças de paradigmas de situações fático-jurídicas no contexto da atualidade; Homoafetividade; Questões emergentes do Biodireito; Bioética; O acesso à informação governamental; A violação da ética na esfera administrativa; Gestão Ambiental no



setor energético; direito dos povos indígenas; Reforma eleitoral; Cidadania e movimentos sociais; Análise hermenêutica e reflexões do Direito Público e do Direito Privado na sociedade contemporânea frente a novas demandas sociais que venham a surgir sobre o Estado sobre a legislação e a administração da justiça no Brasil; Procedimentos antidogmáticos do Direito Alternativo.

**Bibliografia Básica:**

BERTHOLDI, J. **Crimes cibernéticos**. São Paulo: Contentus, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184412>

GRANZIERA, M. L. M. **Direito das águas**: disciplina jurídica das águas doces. 5.ed. São Paulo: Foco, 2023.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208857>

IACOMINI, V. **Biodireito, biodiversidade e bioética**. São Paulo: Contentus, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184749>

MASSA, A. A. **Socioeducação**: introdução à justiça restaurativa. Curitiba: Intersaberes, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184996>

REDIN, G.; SALDANHA, J. M. L.; SILVA, M. B. O. (orgs.). **Direitos emergentes na sociedade global**. Santa Maria: UFSM, 2020. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/207525>

**Bibliografia Complementar:**

ARAUJO, C. **Violência doméstica contra a mulher e o risco de morte**. São Paulo: Paco e Littera, 2020.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/206384>

BAHIA, A. (org.). **Homotransfobia e direitos sexuais**: debates e embates contemporâneos. São Paulo: Autêntica, 2018. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/192733>

HARFF, G. **Discurso de ódio no direito comparado**: um enfoque sobre o tratamento jurídico nos Estados Unidos, Alemanha e Brasil. São Paulo: Foco, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/ACERVO/PUBLICACAO/208834>

LIMA, J. M. **Família homoafetiva**: na jurisprudência do STF e do STJ. Rio de Janeiro: Foco, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208837>

MACHADO, B. A.; PINHEIRO, C. F. **Relações de gênero e trabalho**. Curitiba: Intersaberes, 2023.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208681>

PICOLLI, A. M.; SOUZA, B. A. **Inovação do ecossistema de justiça**. Rio de Janeiro: Foco, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208859>

SODRÉ, M. **O fascismo da cor**: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis: Vozes, 2023.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208613>

ZAMPIER, B. **Estatuto jurídico da inteligência artificial**. Rio de Janeiro: Foco, 2022.  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208833>



## 1.6 METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

### 1.6.1 Disciplinas oferecidas na modalidade de ensino presencial

O Curso tem duração de no mínimo 10 semestres letivos e no máximo 10 anos, **3.840** horas de atividades teóricas e práticas no período noturno.

A metodologia não se limita em aulas meramente expositivas, desenvolvendo-se através de dinamismo do curso, práticas aplicadas, atividades complementares relevantes, projetos interdisciplinares, visitas técnicas e disciplinas oferecidas na modalidade de ensino a distância. Desse modo, a metodologia utilizada no curso está comprometida com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos de forma plena.

Parte-se da concepção de que um ensino eficaz deve ser de qualidade e, portanto, organizado em função dos alunos aos quais é dirigido, de forma a assegurar que o tempo concedido para o trabalho em sala de aula seja efetivamente dedicado à aprendizagem.

A organização do currículo do curso prevê momentos distintos e intercomplementares:

- ✿ Alunos em atividade de ensino junto com o professor: neste momento, é o professor quem direciona o processo ou as relações de mediação entre o conteúdo e o aluno, no qual o professor, dentre outras coisas, orienta o desenvolvimento de atividades de estudo;
- ✿ Assessoramento individual ou em grupo, pelos professores, no desenvolvimento de projetos ou trabalhos específicos das disciplinas práticas. Esses acompanhamentos são feitos nas salas de aula de modo presencial;
- ✿ Alunos sozinhos ou em grupos em atividades supervisionadas de aprendizagem, ou seja, em contato direto com o objeto de conhecimento: neste momento, é o próprio aluno quem conduz seu processo de aprender, por meio das relações de estudo e a partir das orientações recebidas em sala de aula.

Os princípios metodológicos que dão sustentabilidade a essa organização curricular são:

- ✿ O ensino e, portanto, a aprendizagem, extrapola as atividades desenvolvidas em sala de aula;
- ✿ O saber não é pré-fabricado, mas tem necessidade de ser (re) construído por cada aluno;
- ✿ O processo de (re) construção do saber precisa ser conduzido/guiado/orientado para o sujeito aprendente assumi-lo como seu (relações de mediação);
- ✿ Nas relações de mediação acontece o desenvolvimento das operações lógicas (ativação dos processos mentais) e das operações estratégicas (influencia o desenvolvimento das atividades intelectuais);
- ✿ Não é o professor quem faz as aprendizagens e sim o aluno: o aprender depende muito do envolvimento pessoal do aluno;
- ✿ A aprendizagem é um processo contínuo e intencional que exige esforço pessoal do aluno, e não está limitada à reprodução do conteúdo.

Assim, acredita-se que o aluno deve assumir uma postura de apropriação e compreensão do conteúdo em estudo, o que exige do professor o planejamento das preleções semanais e também das atividades de fixação, reforço e revisão da matéria para serem desenvolvidas de forma individualizada ou em grupos pelos alunos após cada encontro didático em sala de aula. Dessa forma, a metodologia utilizada no desenvolvimento das atividades do curso visa ao desenvolvimento do espírito científico e à formação de sujeitos autônomos e cidadãos.

Além disso, o curso possui núcleo de formação que permitem aos profissionais atuar em diversas áreas. O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), avalia o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para a



atualização permanente e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento.

Ao longo do curso, como estratégia pedagógica, são utilizados Laboratórios de Informática. Esses laboratórios especializados servem para apoiar a graduação, de forma que o aluno interprete os fenômenos jurídicos, desenvolva as capacidades de abstração e fixação dos conceitos teóricos das disciplinas da graduação, conforme exigido no ENADE. Além disso, os laboratórios servirão de suporte para os problemas relacionados às dificuldades de aprendizagem, em razão de uma educação básica insuficiente.

A experiência do aluno na utilização das mais variadas ferramentas tecnológicas, sob a supervisão do professor, poderá capacitar este a identificar e fixar as variáveis fundamentais discutidas em sala de aula, aproximando o acadêmico da realidade prática. O curso impõe aos docentes a realização de atividades de forma a construir o conhecimento, estimulando as reflexões acadêmicas e profissionais, que permitirão ao aluno fazer a interação teórico/prática nas diferentes áreas de atuação profissional.

Para os alunos desenvolverem estas habilidades e competências, o curso deve proporcionar que o discente obtenha parte dos conteúdos teóricos nas disciplinas e, por meio de atividades práticas, consiga interpretar os fenômenos envolvidos e relacioná-los com as práticas profissionais. Isso faz com que o aluno seja capaz de superar as dificuldades, desenvolvendo sua capacidade investigativa para a resolução de problemas relacionados com a sua futura profissão.

O Projeto Pedagógico do Curso deverá ser o instrumento capaz de proporcionar ao graduando uma sólida formação generalista, capacitando-o a superar os desafios do exercício profissional e de produção de conhecimento.

Para a consecução de tal propósito, algumas ações tornam-se necessárias, a saber:

- ✿ Promover a inter-relação dos conteúdos das disciplinas básicas com aqueles das disciplinas profissionalizantes do curso, evitando que os conteúdos das disciplinas básicas sejam ministrados sem que estejam associados à sua utilização/aplicação no decorrer das disciplinas profissionalizantes. Para tal, preconiza-se o inter-relacionamento e hierarquização dos conteúdos;
- ✿ Promover a interação entre a teoria e a prática no desenvolvimento das atividades didáticas, por meio da infraestrutura de laboratórios existentes e a serem criados e de visitas técnicas programadas pelos docentes e coordenadores de cursos.
- ✿ Flexibilizar os conteúdos profissionalizantes, a partir da matriz básica de formação profissional, oportunizando ao aluno aprofundar seus conhecimentos naquele (a) área e/ou tema que lhe for de seu principal interesse.

Com vistas à aquisição das habilidades requeridas, deverá estar calcado em algumas modalidades, tais como:

- ✿ Ensino expositivo, com disponibilidade de recursos modernos: salas adequadas, fisicamente bem dimensionadas, iluminadas e ventiladas, dotadas de meios modernos de multimídia;
- ✿ Ensino experimental ativo, onde o aluno participe efetivamente das atividades, promovendo a sua participação direta no processo de construção do conhecimento;
- ✿ Estímulo ao estudo independente, fora do horário das aulas convencionais e utilização presencial de bibliotecas;
- ✿ Fortalecer a articulação entre a teoria e a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, os estágios profissionais e as atividades de extensão voltadas às necessidades regionais.

O Projeto Pedagógico reconhece o colegiado de curso e o núcleo docente estruturante - NDE como instâncias capazes de estabelecer os critérios de acumulação de atividades na carga horária, como atividades complementares e atividades de extensão, desde que estas atividades efetivamente contribuam para a formação efetiva do profissional.



Como parte das estratégias pedagógicas, deve-se ainda considerar que o Projeto Pedagógico do Curso deverá:

- ✿ Incluir avaliações periódicas que informem e orientem docentes e discentes sobre o desenvolvimento das atividades;
- ✿ Ser suficientemente explícito, tanto nas técnicas quanto nos métodos de ensino utilizados em todas as atividades docentes;
- ✿ Assegurar que os conteúdos sofram revisões periódicas e atualização bibliográfica, sempre que se fizer necessário.

O Projeto Pedagógico deverá orientar e propiciar o desenvolvimento do curso concebido, devendo ser permanentemente avaliado, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários para seu aperfeiçoamento. Nesse sentido, o curso terá um processo contínuo e sistemático de avaliação interna que utilizará metodologias e critérios para o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem em desenvolvimento e a verificação de sua sintonia com o projeto em vigor.

A avaliação proposta pretende reafirmar valores identificados pelo curso, os quais deverão ser buscados e reafirmados continuamente. Constituem-se em valores do curso:

- ✿ Titulação acadêmica dos professores do curso;
- ✿ Produção científica do corpo docente;
- ✿ Corpo técnico-administrativo qualificado e em constante atualização;
- ✿ Pontualidade e assiduidade;
- ✿ Envolvimento dos professores na produção de material didático, tais como livros, apostilas, vídeos, audiovisuais ou softwares educacionais;
- ✿ Atividade de supervisão de estágios curriculares;
- ✿ Dedicção à preparação de práticas de laboratório;
- ✿ Existência de laboratórios que permitam a demonstração de leis, medidas de parâmetros e verificação de cálculos de projetos;
- ✿ Salas de aula confortáveis e providas de meios de multimídia;
- ✿ Currículo atualizado com o desenvolvimento tecnológico e científico da atualidade;
- ✿ Comprometimento dos professores em todos os níveis do curso com o cumprimento e retroalimentação do Projeto Pedagógico do Curso;
- ✿ Estruturação de uma grade curricular que contemple uma distribuição temporal harmônica, permitindo aos alunos tempo disponível para atividades extraclasse;
- ✿ Participação dos alunos em projetos de iniciação científica e de extensão;
- ✿ Disponibilidade do corpo docente para atendimento aos alunos fora dos horários de aula;
- ✿ Contato dos alunos recém-ingressantes no curso com docentes que tenham suficiente experiência na atividade profissional e de magistério, dotados de maior poder de motivação;
- ✿ Estímulo à participação dos alunos em colegiados acadêmicos e na política estudantil;
- ✿ Estímulo à participação dos alunos em programas de intercâmbio acadêmico.

As estratégias pedagógicas aqui expostas deverão estar alicerçadas no comprometimento coletivo (professores, alunos e servidores técnico-administrativos).

Dessa forma, será possível ofertar à sociedade um curso de reconhecida qualidade na busca da inserção social da comunidade alvo da Faculdade São Francisco de Assis.

### **1.6.2 Disciplinas oferecidas na modalidade de ensino a distância**

De acordo com a Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019 do MEC, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância (EaD) em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior pertencentes ao Sistema Federal de Ensino, a Faculdade São Francisco de Assis desenvolveu uma metodologia de ensino com parâmetros específicos para essa modalidade de ensino.

A metodologia não se limita a videoaulas disponibilizadas para os alunos, desenvolvendo-se através de dinamismo do curso, práticas aplicadas, atividades de extensão e atividades complementares



relevantes e projetos interdisciplinares. Desse modo, a metodologia utilizada no curso está comprometida com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos de forma plena.

Parte-se da concepção de que um ensino eficaz deve ser de qualidade e, portanto, organizado em função dos alunos aos quais é dirigido de forma a assegurar que o tempo concedido para o trabalho na plataforma sala de aula Gennera seja efetivamente dedicado à aprendizagem.

A organização do currículo do curso prevê dois momentos distintos e Intercomplementares:

- ✿ alunos em atividade de ensino junto com o tutor: neste momento, é o tutor quem direciona o processo ou as relações de mediação entre o conteúdo e o aluno, no qual o tutor, dentre outras coisas, orienta o desenvolvimento de atividades de estudo;
- ✿ alunos sozinhos ou em grupos em atividades supervisionadas de aprendizagem, ou seja, em contato direto com o objeto de conhecimento: neste momento, é o próprio aluno quem conduz seu processo de aprender, por meio das relações de estudo e a partir das orientações recebidas na plataforma sala de aula Gennera.

Os princípios metodológicos para as aulas em EaD que dão sustentabilidade a essa organização curricular são:

- ✿ O ensino e, portanto, a aprendizagem, extrapola as atividades desenvolvidas na plataforma sala de aula Gennera;
- ✿ O processo de (re) construção do saber precisa ser conduzido/guido/orientado e planejado pelo professor responsável pela disciplina e executado pelo tutor para o sujeito aprendente assumi-lo como seu (relações de mediação);
- ✿ Nas relações de mediação acontece o desenvolvimento das operações lógicas (ativação dos processos mentais) e das operações estratégicas (influencia o desenvolvimento das atividades intelectuais);
- ✿ A aprendizagem na modalidade EaD também é um processo contínuo e intencional que exige esforço pessoal do aluno, e não está limitada à reprodução do conteúdo;
- ✿ Os tutores devem orientar a organização do tempo do aluno, por meio do planejamento de atividades que direcionem os momentos de estudo.

Assim como na modalidade de ensino presencial, acredita-se que o aluno deve assumir uma postura de apropriação e compreensão do conteúdo em estudo, o que exige do professor responsável pela disciplina o planejamento das videoaulas semanais e também das atividades de fixação, reforço e revisão da matéria para serem desenvolvidas de forma individualizada, ou em grupos, pelos alunos após cada encontro didático na plataforma sala de aula Gennera.

Dessa forma, a metodologia utilizada no desenvolvimento das atividades do curso na modalidade de ensino a distância visa o desenvolvimento do espírito científico e a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.

Nesse contexto, professores e tutores são incentivados a utilizar a metodologia da aprendizagem baseada em problemas – ABP, uma metodologia que contribui de forma efetiva para o maior engajamento dos alunos, que é um importante pilar no acompanhamento da aprendizagem. Uma das principais vantagens na utilização dessa metodologia é o desenvolvimento da autonomia e do protagonismo dos alunos no processo de ensino, que são incentivados a aplicar a teoria de forma imediata ao se confrontarem com o desafio de resolver problemas na sua área de atuação.

Além disso, nas disciplinas na modalidade EaD, os tutores são incentivados a utilizar a metodologia da sala de aula invertida, onde os alunos acessam o conteúdo disponibilizado na plataforma sala de aula do Gennera previamente (*e-books*, videoaulas e outros materiais) e realizam exercícios de fixação e exercícios avaliativos. Os encontros virtuais com o tutor servem para revisar, debater e discutir os conteúdos, especialmente através do Grupo de Discussão disponibilizado na plataforma Gennera, possibilitando a complementação dos conteúdos por meio de vídeos e demonstrações de aplicações práticas, realização de seminários etc., promovendo assim maior



envolvimento, engajamento e autonomia do corpo discente, além da possibilidade de realização de fóruns em cada disciplina.

As disciplinas na modalidade EaD são dadas nos mesmos moldes das disciplinas presenciais, inclusive seguem o mesmo calendário e a mesma forma de avaliação. Os alunos devem fazer duas provas e atividades avaliativas para compor a nota final da disciplina.

Assim como na modalidade de ensino presencial, entende-se que o aluno, nas disciplinas oferecidas na modalidade EaD, deve assumir uma postura de apropriação e compreensão do conteúdo em estudo, o que exige do professor responsável pela disciplina o planejamento da indicação dessas trilhas, dos conteúdos propostos e também das atividades de fixação, apoio e revisão desses conteúdos a serem desenvolvidos pelos alunos de forma individualizada, ou em grupos, após cada momento didático na plataforma sala de aula do Gennera. Dessa forma, a metodologia utilizada no desenvolvimento das atividades do curso visa o desenvolvimento do espírito científico e a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.

No que diz respeito ao desenvolvimento de conteúdos, às estratégias de aprendizagem, ao contínuo acompanhamento das atividades e à acessibilidade metodológica para o curso, a faculdade criou um ambiente acadêmico em que as práticas pedagógicas garantem que todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas ou socioeconômicas, possam ter um aprendizado eficiente e igualitário.

A faculdade pensou nesse conceito como um fator essencial para promover a inclusão e reduzir barreiras no processo educacional. Para isso, o modelo adotado é de um ensino multimodal, com o uso de materiais variados, como textos, vídeos, áudios, exercícios com modelos variados etc., permitindo que os alunos tenham vários formatos que melhor atende às suas necessidades e a sua forma de aprendizagem. O curso possui disciplinas que adotam aprendizagem ativa, especialmente com métodos como estudos de caso, projetos interdisciplinares, especialmente na semana de extensão, que ajudam a engajar diferentes perfis de estudantes. O uso de Tecnologias Assistivas, como Ferramentas de leitores de tela, softwares de voz, legendas automáticas e interfaces adaptadas garantem que alunos com deficiência possam acessar o conteúdo.

Além disso, está sendo implementada a avaliação complementar para as disciplinas que ofertam extensão, já que os alunos devem gerar um relatório da atividade na empresa foco da pesquisa, sendo que ao docente é possível complementar a avaliação da disciplina a partir desses trabalhos.

Além da acessibilidade metodológica, a acessibilidade digital é outro fator essencial que garante a inclusão e a igualdade de oportunidades no ambiente educacional. A plataforma Gennera é compatível com leitores de tela e outras tecnologias assistivas, já que os recursos utilizados pelos professores permitem que os alunos com necessidades especiais tenham garantia de acesso aos conteúdos.

Além disso, o curso está sendo operacionalizado através do oferecimento de aulas assíncronas, onde são disponibilizados os materiais necessários para que os alunos consigam crescer em seu percurso acadêmico. Porém, além dos materiais escritos, das videoaulas, dos slides e das atividades práticas, existem ferramentas disponibilizadas pela faculdade no seu AVA que permitem um processo interativo direto dos alunos com os tutores de cada disciplina.

Essa ferramenta está sendo oferecida na plataforma desenvolvida pela empresa Gennera, em conjunto com o SAP (<https://www.gennera.com.br/>), por meio da solução de ensino a distância, disponibilizado por diferentes mídias, suportes e linguagens, onde foi buscada a integração das gestões acadêmica e institucional, por meio do Gennera Academic One, através da plataforma denominada de Sala de Aula. A plataforma utilizada pelo curso é compatível com sistemas Android e iOS, permitindo que os alunos utilizem as principais tecnologias móveis.

Essa interação entre os partícipes do curso pode se dar em dois formatos: um grupo de discussão geral onde o aluno posta o seu texto e todos da turma têm acesso, podendo ser respondido em tempo real pelo tutor, ou ser respondido posteriormente, porém todos terão acesso a essa



interação entre tutores e alunos; a outra forma é através de uma ferramenta de interação individual, onde o aluno dialoga com os tutores particularmente, sem que os demais colegas tenham acesso a esse processo interativo.

Da mesma forma que o grupo de discussão coletivo, as respostas podem ser em tempo real ou serem respondidas posteriormente. Portanto, existe a plena possibilidade de que os alunos interajam entre eles e com seus tutores de forma coletiva ou de forma individualizada, fazendo com que o curso não se limite a ser oferecido estritamente a distância e assincronamente. Essas possibilidades propiciam interações mais eficazes, amplas e multidirecionais

Outra ferramenta de comunicação e de acessibilidade metodológica são os avisos virtuais. Esses avisos encaminhados dentro da plataforma acadêmica da Faculdade são utilizados como uma tecnologia de informação e comunicação disponibilizada no ambiente virtual da Faculdade, permitindo que o processo de interação entre docentes, tutores e corpo discente ocorram com a troca geral de informações de conteúdos de disciplinas, de avisos, de atividades acadêmicas e todas as demais informações necessárias para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra de forma eficaz.

Outro item que merece destaque está relacionado com a realização de atividades práticas. A prática está inserida no âmago do curso, tanto que todas as disciplinas devem disponibilizar para os alunos o material escrito (apostila), vídeos e atividades práticas, promovendo o aprendizado ativo do aluno, pois se envolvem diretamente na realização de tarefas. Essas habilidades práticas desenvolvidas com as atividades propostas, ajudam os alunos na aplicação dos conceitos teóricos apresentados em aula e no entendimento e internalização desses conceitos, promovendo a retenção do conhecimento a partir dessas experiências concretas.

A experiência do aluno na utilização das mais variadas ferramentas tecnológicas, sob a supervisão/acompanhamento do tutor, poderá capacitar este a identificar e fixar as variáveis fundamentais discutidas na plataforma do Gennera no aplicativo sala de aula, aproximando o acadêmico da realidade prática. O curso impõe aos docentes/conteudistas a realização de atividades de forma a facilitar o conhecimento, estimulando as reflexões acadêmicas e interações profissionais, que permitirão ao aluno fazer a articulação teórico/prática nas diferentes áreas de atuação profissional características do curso, assim como a capacidade investigativa.

Para os alunos desenvolverem essas habilidades e competências, o curso deve proporcionar que o discente obtenha parte dos conteúdos teóricos nas disciplinas e, por meio de atividades práticas, consiga interpretar os fenômenos envolvidos e relacioná-los com as práticas profissionais. Isso faz com que o aluno possa solucionar situações relacionadas à sua área de atuação, desenvolvendo sua capacidade para a resolução de problemas na sua futura profissão.

O Projeto Pedagógico do Curso deverá ser o instrumento capaz de proporcionar ao Bacharel uma sólida formação generalista, capacitando-o a superar os desafios do exercício profissional e de produção de conhecimento.

Para a consecução de tal propósito, algumas ações tornam-se necessárias, a saber:

- ✿ Promover a inter-relação dos conteúdos das disciplinas básicas com aqueles das disciplinas profissionalizantes do curso, associados à sua utilização/aplicação no decorrer das disciplinas profissionalizantes. Para tal, preconiza-se o inter-relacionamento e hierarquização dos conteúdos;
- ✿ Promover a interação entre a teoria e a prática no desenvolvimento das atividades didáticas, por meio de utilização de atividades didáticas pertinentes, especialmente pela utilização da metodologia da aprendizagem baseada em problemas, pela realização de fóruns e discussões, pela problematização, pela utilização da infraestrutura dos laboratórios existentes e a serem criados;
- ✿ Flexibilizar os conteúdos profissionalizantes, a partir da matriz básica de formação profissional, oportunizando ao aluno aprofundar seus conhecimentos naquela área e/ou tema que lhe for de maior interesse.



Com vistas à aquisição das habilidades requeridas, deverá estar sedimentado em algumas modalidades, tais como:

- ✿ Metodologias ativas, onde o aluno participe efetivamente nas atividades, promovendo o seu protagonismo no processo de construção do conhecimento;
- ✿ Estímulo ao estudo independente e utilização de biblioteca virtual;
- ✿ Fortalecer a articulação entre a teoria e a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, os estágios profissionais não obrigatórios e as atividades de extensão voltadas às necessidades regionais.

Como parte das estratégias pedagógicas, deve-se ainda considerar que o Projeto Pedagógico do Curso deverá:

- ✿ Incluir avaliações periódicas que informem e orientem docentes, tutores e discentes sobre o desenvolvimento das atividades;
- ✿ Ser suficientemente explícito, tanto nas técnicas quanto nos métodos de ensino utilizados em todas as atividades docentes e tutoriais;
- ✿ Assegurar que os conteúdos sofram revisões periódicas e atualização bibliográfica, sempre que se fizer necessário.

O Projeto Pedagógico deverá orientar e propiciar o desenvolvimento do curso, devendo ser permanentemente avaliado, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários para seu aperfeiçoamento. Nesse sentido, o curso terá um processo contínuo e sistemático de avaliação interna que utilizará metodologias e critérios para o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem em desenvolvimento e a verificação de sua sintonia com o projeto em vigor.

A avaliação proposta pretende reafirmar valores identificados pelo curso, os quais deverão ser buscados e reafirmados continuamente. Constituem-se em valores do curso, especificamente para as disciplinas ofertadas em EAD:

- ✿ Titulação acadêmica dos tutores do curso;
- ✿ Produção científica do corpo tutorial;
- ✿ Envolvimento dos tutores na produção de material didático, tais como livros, apostilas, vídeos, audiovisuais, softwares educacionais e tecnologias;
- ✿ Comprometimento dos tutores em todos os níveis do curso com o cumprimento e retroalimentação do Projeto Pedagógico do Curso;

As estratégias pedagógicas aqui expostas deverão estar alicerçadas no comprometimento coletivo (professores, tutores, alunos e servidores técnico-administrativos).

Dessa forma, será possível ofertar à sociedade um curso de reconhecida qualidade na busca da inserção social da comunidade alvo da Faculdade São Francisco de Assis.

## 1.7 PRÁTICAS JURÍDICAS - ESTÁGIO

Por meio das disciplinas denominadas **Práticas Jurídicas**, o curso de Direito oferece aos discentes a realização de experiências práticas, reais e simuladas, capazes de desenvolver competências e habilidades profissionais indispensáveis ao exercício da advocacia e de outras carreiras jurídicas. O objetivo central é proporcionar condições para que os estudantes enfrentem problemas complexos, promovendo a articulação entre os conteúdos teóricos assimilados ao longo da graduação e sua aplicação em situações concretas.

Nesse sentido, o curso busca, em seu âmago, consolidar um processo de integração entre as representações da realidade transmitida nas disciplinas do currículo e as ações concretas disponibilizadas nas atividades de prática. Essa integração permite que os discentes não apenas compreendam os fundamentos jurídicos de forma abstrata, mas também sejam capazes de transformá-los em soluções efetivas para os diferentes contextos da vida profissional.

Nas disciplinas de prática jurídica, os alunos têm a oportunidade de vivenciar os diversos aspectos do Direito em suas principais áreas de atuação, aproximando-se da realidade forense, do



contato com documentos jurídicos e da construção argumentativa. Essa vivência representa a materialização dos conhecimentos teóricos em atividades empíricas, garantindo um aprendizado significativo que complementa e enriquece a formação integral do futuro bacharel.

Ao longo da graduação, os estudantes devem cursar **quatro disciplinas de Prática Jurídica (I, II, III e IV)**, que se estruturam progressivamente para contemplar diferentes ramos do Direito. Nelas, os discentes desenvolvem a elaboração de peças processuais, a análise crítica de casos concretos e a aplicação de normas jurídicas em áreas fundamentais como o **Direito Civil, Processual Civil, Penal e Trabalhista**.

Além das disciplinas, o curso conta com o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), ambiente institucional que desempenha dupla função: pedagógica e social. De um lado, constitui-se como espaço privilegiado de aprendizagem, no qual os estudantes podem aplicar os conhecimentos adquiridos, desenvolver autonomia e experimentar, de forma supervisionada, a prática profissional. De outro, assume importante papel social ao prestar serviços de assistência jurídica gratuita à comunidade, em especial à população em situação de vulnerabilidade.

Por meio do NPJ, os alunos vivenciam atividades como atendimentos jurídicos, elaboração de petições iniciais, acompanhamento de processos, audiências simuladas e reais, além de projetos de extensão voltados à conscientização sobre direitos fundamentais. Essa interação fortalece a formação cidadã do futuro profissional e amplia sua percepção crítica acerca da função social do Direito.

As práticas jurídicas, somadas à atuação do Núcleo, contribuem ainda para o desenvolvimento de competências transversais, como a capacidade de comunicação, a ética profissional, a postura crítica diante dos desafios sociais e a habilidade de negociação e mediação de conflitos. Dessa forma, o curso assegura que o egresso esteja preparado para enfrentar com segurança os desafios inerentes ao mercado de trabalho e às demandas da sociedade contemporânea.

## 1.8 NSA

## 1.9 NSA

### 1.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

#### 1.10.1 Definição/Objetivos

As Atividades Complementares são práticas acadêmicas extracurriculares, que devem ser cumpridas pelos discentes dos cursos da Faculdade São Francisco de Assis ao longo do período de realização dos cursos. São práticas obrigatórias, ou seja, o aluno que não integralizar a carga horária correspondente às atividades complementares não poderá obter o seu diploma, mesmo que tenha obtido aprovação em todas as disciplinas do currículo do seu curso.

O objetivo das atividades complementares é diversificar e enriquecer a formação dos alunos de graduação, através de sua participação em diversas atividades complementares às suas habilidades e competências.

#### 1.10.2 Aspectos Operacionais

Seguindo os parâmetros da Resolução CNE/CES n.º 5 de 2018, devem ser estimuladas as atividades curriculares de extensão ou de aproximação profissional que articulem o aprimoramento e a inovação de vivências relativas ao campo de formação, podendo, também, dar oportunidade de ações junto à comunidade ou de caráter social, tais como clínicas e projetos, tais como trabalhos de iniciação científica, competições acadêmicas, projetos interdisciplinares e transdisciplinares, projetos de extensão, atividades de voluntariado, visitas técnicas, trabalhos em equipe, desenvolvimento de protótipos, monitorias, participação em empresas junior e outras atividades empreendedoras.

As atividades complementares são componentes curriculares que objetivam enriquecer e complementar os elementos de formação do perfil do graduando, e que possibilitam o reconhecimento



da aquisição, pelo discente, de conteúdos, habilidades e competências, obtidas dentro ou fora do ambiente acadêmico, que estimulem atividades culturais, transdisciplinares e inovadoras, a critério do estudante, respeitadas as normas institucionais do curso. Essas atividades complementares constituem-se, dentro desse contexto, de componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com a prática jurídica ou com o trabalho de conclusão de curso.

O aluno precisa cumprir **32** horas de atividades complementares durante o curso. O cumprimento dessas atividades pode ocorrer sob a forma de participação em palestras, seminários, congressos, conferências, oficinas, cursos e/ou outras modalidades de aprendizagem prática, realizados dentro ou fora da Faculdade São Francisco de Assis. O aluno pode também participar de atividades de monitoria, pesquisa e/ou iniciação científica, estudos e programas de extensão. Sob esse aspecto, salienta-se que todas as atividades realizadas na Faculdade São Francisco de Assis, a exemplo da Semana Acadêmica que contempla o Show do Conhecimento e a Feira de Negócios, contam no cumprimento dessas atividades e os alunos recebem um certificado de participação em cada uma delas.

Os alunos são responsáveis pela comprovação, por meio de declarações, atestados, certificados, relatórios e outros documentos que serão exigidos para a validação da Atividade Complementar, e por apresentá-los no protocolo da Faculdade, para efeito de registro e controle acadêmico, com identificação da Instituição expedidora, constando o período de realização, a carga horária e o (s) nome (s) do responsável (is) pelas respectivas atividades. A apresentação deverá ser realizada de forma integral, ou seja, é necessário que o aluno tenha necessariamente completado a carga integral de atividades complementares para apresentar os documentos no protocolo; assim que apresentar os referidos certificados, o aluno será matriculado na disciplina.

É importante salientar que são válidas atividades realizadas durante a permanência em outras Instituições de Ensino Superior, além das atividades realizadas após o ingresso na Faculdade São Francisco de Assis, desde o primeiro semestre. Contudo, O aluno transferido de outra IES poderá aproveitar no máximo 50% da carga horária de atividades definidas para cada curso referentes às atividades realizadas no período anterior à transferência para a Faculdade São Francisco de Assis, contados a partir da data inicial da matrícula do aluno na IES do qual ele veio transferido.

A disciplina de atividades complementares não é cobrada e não é necessário fazer a matrícula na disciplina, que será realizada após a apresentação dos certificados.

### 1.10.3 Tipos de Atividades Complementares

No intuito de atingir o objetivo de complementar e diversificar a formação do aluno, contribuindo dessa forma para a adequada formação do perfil do egresso, a instituição sugere que o aluno busque a realização de pelo menos quatro atividades dentre as elencadas a seguir:

- ✿ Disciplinas de outros cursos do Ensino Superior, não abrangidas pela matriz curricular do Curso, mas relevantes para a formação acadêmica do aluno.
- ✿ Cursos formais/informais on-line relacionados ao curso, inclusive cursos realizados em empresas.
- ✿ Cursos formais/informais e técnicos presenciais relacionados ao curso, inclusive cursos realizados em empresas.
- ✿ Participação do aluno como monitor em tarefas de ensino.
- ✿ Participação em projeto de pesquisa como aluno bolsista ou voluntário, orientado por professor pesquisador da área do curso.
- ✿ Apresentação de trabalho de Caráter Científico em seminário, palestra, simpósio, congresso, conferência, workshop, encontros nacionais ou regionais.
- ✿ Publicações de caráter científico.
- ✿ Cursos de língua estrangeira realizados dentro ou fora da Instituição, realizados durante o curso.
- ✿ Representação em entidades estudantis e no colegiado do curso.



- ✿ Participação em cursos de Instituições de Ensino Superior relacionados com as áreas do curso.
- ✿ Participação efetiva em atividades de trabalho voluntário.
- ✿ Participação efetiva em Empresa Júnior.
- ✿ Participação em seminário, palestra, simpósio, congresso, conferência, workshop, encontros nacionais ou regionais, relacionados à área do curso.
- ✿ Estágios Curriculares Não Obrigatórios.
- ✿ Participação como Mesário nas Eleições Municipais, Estaduais ou Federais.

## 1.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

### 1.11.1 Aspectos Introdutórios

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) visa agregar os vários conhecimentos desenvolvidos pelos alunos durante o curso, de maneira a integrar habilidades e competências desenvolvidas, através de um trabalho de cunho científico. Pode-se explicitar os seguintes objetivos gerais do TCC:

- ✿ Desenvolver nos alunos a capacidade de aplicação das habilidades e competências adquiridas durante o curso de forma integrada;
- ✿ Desenvolver nos alunos a capacidade de planejamento e organização para resolver problemas dentro das áreas de sua formação específica;
- ✿ Despertar o interesse pela pesquisa como meio para a resolução de problemas;
- ✿ Estimular a construção do conhecimento coletivo.

O objetivo geral do Trabalho de Conclusão de Curso é o de propiciar aos alunos do Curso de Graduação a ocasião de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, a consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação crítica.

**Os trabalhos** deverão ser inéditos, ou seja, não devem ter sido publicados em qualquer órgão editorial.

### 1.11.2 Das Atribuições do Coordenador de Estágio e Trabalho de Conclusão de Curso

Ao Coordenador de Estágio e Trabalho de Conclusão de Curso compete:

- I- Elaborar, semestralmente, o calendário de todas as atividades relativas ao Trabalho de Conclusão de Curso;
- II- Atender aos alunos matriculados na disciplina atinente ao Trabalho de Conclusão de Curso, no período noturno;
- III- Proporcionar, com o auxílio dos professores da disciplina Metodologia Científica, a orientação básica aos alunos em fase de iniciação do Trabalho de Conclusão de Curso;
- IV- Elaborar e encaminhar aos professores orientadores as fichas de frequência e avaliação das atividades da disciplina atinente ao Trabalho de Conclusão de Curso;
- V- Convocar, sempre que necessário, as reuniões com os professores orientadores e alunos matriculados na disciplina atinente ao Trabalho de Conclusão de Curso;
- VI- Indicar professores orientadores para os alunos que não os tiverem;
- VII- Providenciar o encaminhamento à biblioteca de cópias dos artigos e monografias aprovados;
- VIII- Tomar, no âmbito de sua competência, todas as demais medidas necessárias ao efetivo cumprimento dessas normas;
- IX- Apresentar semestralmente, ao Coordenador Geral de Cursos, relatório do trabalho desenvolvido no exercício da Coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso.



### 1.11.3 Da Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso é desenvolvido sob a orientação de um professor do Curso preferencialmente com formação na área de conhecimento do tema do trabalho de conclusão.

O Trabalho de Conclusão de Curso é atividade de natureza acadêmica e pressupõe a alocação de parte do tempo de ensino dos professores à atividade de orientação, na forma prevista nas normas internas da Faculdade São Francisco de Assis.

Cabe ao aluno escolher o professor orientador, por escrito, devendo, para esse efeito, realizar o convite levando em consideração os prazos estabelecidos nessas normas para a entrega do projeto de pesquisa.

Ao assinar o convite para orientação do Trabalho de Conclusão de Curso, o professor está aceitando a sua orientação. Contudo, o professor orientador somente poderá orientar até 10 (dez) alunos.

Os trabalhos classificados entre os 3 (três) melhores avaliados serão publicados na revista científica da Faculdade São Francisco de Assis. Os alunos com artigos publicados não serão remunerados, sendo que cada aluno receberá três exemplares do número da revista em que seu artigo for publicado, se a revista for editada na forma impressa.

Na situação em que o aluno não encontrar nenhum professor que se disponha a assumir a sua orientação, deve procurar o Coordenador de Estágio e Trabalho de Conclusão de Curso a fim de que lhe indique um orientador.

A carga horária semanal por aluno destinada à orientação do Trabalho de Conclusão de Curso, para fins do cômputo da carga didática do docente no Plano de Atividades do Curso, obedece à norma específica em vigor na Faculdade São Francisco de Assis.

A substituição de orientador só é permitida quando outro docente assumir formalmente a orientação, mediante aquiescência expressa do professor substituído.

É da competência do Coordenador de Estágio e Trabalho de Conclusão de Curso a solução de casos especiais, podendo, se entender necessário, encaminhá-los para análise do Coordenador Geral de Cursos.

### 1.11.4 Atribuições do Professor Orientador do Trabalho de Conclusão de Curso

O professor orientador tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

- I- Frequentar as reuniões convocadas pelo Coordenador de Estágio e Trabalho de Conclusão de Curso;
- II- Atender semanalmente seus alunos orientandos, em horário previamente fixado;
- III- Entregar à Coordenadoria do Trabalho de Conclusão de Curso, semestralmente, as fichas de frequência e avaliação devidamente preenchidas e assinadas;
- IV- Entregar na Coordenadoria do Trabalho de Conclusão de Curso o Relatório de Avaliação do Trabalho de conclusão de curso entregue pelo aluno.

### 1.11.5 Da Realização do Trabalho de Conclusão de Curso

A responsabilidade pela elaboração do TCC é integralmente do aluno, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas estabelecidas para a sua execução, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

Faz-se importante esclarecer que os professores orientadores têm a função exclusiva de orientar os alunos na busca de soluções autônomas e criativas. Não cabe aos professores orientadores resolver os problemas encontrados pelos alunos, mesmo porque a atividade de orientação não pressupõe o “fazer por”.

O Trabalho de Conclusão de Curso deve estar inserido em um dos campos de atuação do curso.

Considera-se aluno em fase de realização do Trabalho de Conclusão de Curso, aquele regularmente matriculado na disciplina respectiva, pertencente ao currículo do Curso de Graduação.



O aluno em fase de realização do Trabalho de Conclusão de Curso tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

- ✿ Frequentar as reuniões convocadas pelo Coordenador de Estágio e Trabalho de Conclusão de Curso ou pelo seu orientador;
- ✿ Manter contato no mínimo quinzenal com o professor orientador para discussão e aprimoramento de sua pesquisa, devendo justificar eventuais faltas;
- ✿ Cumprir o calendário vigente para entrega de relatórios parciais e versão final do Trabalho de Conclusão do Curso;
- ✿ O aluno deve providenciar 3 (três) cópias do seu TCC: 1 (uma) cópia para o Orientador e 1 (uma) para cada um dos membros titulares da comissão avaliadora.
- ✿ O aluno deve entregar o artigo para o Orientador, para que este encaminhe para a comissão avaliadora no mínimo 15 (quinze) dias antes do período de início das avaliações.

Tem preferência na matrícula os alunos do Curso de Graduação que tiverem concluído a penúltima fase, sucedendo-se a esses os que tiverem concluído a antepenúltima fase e assim sucessivamente.

O número total de vagas oferecidas por semestre para a disciplina atinente ao Trabalho de Conclusão de Curso deve ser, no mínimo, igual ao número de alunos em condições de nele colar grau.

#### **1.11.6 Das Normas de Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso**

O TCC deverá ser apresentado no formato de artigo científico, respeitando as respectivas observações:

- ✿ No seu conteúdo, os Trabalhos de Conclusão visam estabelecer uma vinculação direta do seu tema com um dos ramos do conhecimento, preferencialmente aqueles identificados pelas disciplinas ofertadas no currículo.
- ✿ Na sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT sobre documentação, no que forem a eles aplicáveis e a estrutura constante no manual de normas da Faculdade São Francisco de Assis.

#### **1.11.7 Da Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso**

A Coordenadoria do Curso definirá, em conjunto com os professores do departamento, uma comissão avaliadora, constituída de professores que avaliarão todos os Trabalhos de Conclusão de Curso relacionados ao semestre. Em função das diferentes áreas, poderão ser elencadas várias comissões de avaliação.

A atribuição das notas dá-se pela avaliação do trabalho pela comissão avaliadora.

A avaliação do TCC é realizada pela comissão avaliadora, a qual preencherá formulário de avaliação, levando-se em conta os seguintes atributos:

- a) Relevância temática e adequação teórico-metodológica;
- b) Suficiência e atualização da revisão bibliográfica;
- c) Clareza, concisão e precisão da redação;
- d) Adequação as normas da metodologia científica;
- e) Argumentação na discussão;
- f) Coerência e pertinência da conclusão;

Utiliza-se para a atribuição das notas fichas de avaliação, onde o professor dispõe suas notas para cada item a ser considerado. A nota final do aluno é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pela comissão avaliadora.

Para aprovação o aluno deve obter nota igual ou superior a 5 (cinco) na média das notas individuais atribuídas pela comissão avaliadora.

O aluno que não entregar o Trabalho de Conclusão de Curso, sem motivo justificado na forma da legislação em vigor, está automaticamente reprovado na disciplina.



## 1.12 APOIO AO DISCENTE

Nesta dimensão torna-se importante a qualificação do conjunto de estudantes, considerando fundamental a questão da integração de alunos, professores e tutores de distintos níveis e sua participação efetiva na vida universitária. Torna-se importante conhecer também - para propor soluções - os dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, a realidade dos ex-alunos, as questões da formação profissional, a relação professor/tutor/aluno, a qualidade de vida estudantil, entre outros aspectos:

- a) Avaliação da equidade da instituição relativamente a suas políticas de acesso, seleção e permanência de alunos;
- b) Mensuração da responsabilidade social da instituição relativamente a suas políticas de abertura e ampliação de vagas, considerando se respondem a critérios de necessidades definidas pelas políticas públicas e pelo desenvolvimento das ciências, letras e artes ou a demandas de mercado;
- c) Exame crítico do conjunto das atividades e recursos institucionais em geral em termos do favorecimento também da autoformação do estudante;
- d) Identificação das medidas institucionais para incentivar a participação dos egressos na vida da instituição;
- e) Avaliação dos principais indicadores da qualidade de vida estudantil no espaço institucional na sede (lazer, cultura, atendimento à saúde, facilidade de acesso a pessoas, equipamentos e dependências físicas, participação na vida política, qualidade das relações humanas, condições ambientais, ambiente virtual de aprendizagem, entre outros);
- f) Processos críticos referentes à situação de trabalho dos egressos, e eventuais interferências dessa situação nas atividades institucionais.

Finalizando, foram destacados os conhecimentos sobre a efetiva participação dos estudantes juntamente com os professores em atividades de ensino, pesquisa e extensão (modalidades, objetivos, incentivos para a criação de empresas-júnior e outros projetos conjuntos). Nesse item foram identificados os caminhos que incentivaram a produção do conhecimento por meio de grupos de estudo e de pesquisa.

### 1.12.1 Convênios e Parcerias

A Faculdade São Francisco de Assis mantém parcerias com a comunidade promovendo oportunidades para que seus alunos participem de atividades nas diferentes áreas relativas à profissão do tecnólogo em Gestão Financeira ou com atividades voluntárias fora da IES. Estas parcerias garantem políticas e ações sistemáticas de encaminhamento profissional dos discentes buscando a comprovada participação permanente de seu quadro discente em atividades articuladas com a comunidade.

As parcerias garantem aos alunos oportunidades de participação em programas de iniciação científica ou em práticas investigativas que tragam crescimento mútuo para a instituição e para a comunidade.

Além de atividades de iniciação científica, são criadas parcerias através de atividades de extensão, promovidas pelos Coordenadores de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação. É oferecida, pelo menos, uma atividade de extensão por semestre, que inclui seminários, cursos de pequena duração, congressos, workshops e oficinas.

A Faculdade São Francisco de Assis mantém cooperação e parceria com outras instituições de ensino e com empresas. Essas instituições de ensino oferecem cursos de graduação nas mesmas áreas dos cursos oferecidos pela Faculdade São Francisco de Assis possibilitando, assim, o intercâmbio.

Esses convênios oferecem oportunidades para que os alunos da instituição frequentem cursos de graduação e pós-graduação da IES congêneres. Assim, como alunos terão esta oportunidade, os alunos das coirmãs poderão cursar disciplinas de graduação e de futuras pós-graduações que serão oferecidos pela Faculdade São Francisco de Assis.

Além dos convênios acadêmicos, a Faculdade São Francisco de Assis mantém convênios formais com diversas empresas, possibilitando que seus alunos conheçam a realidade empresarial das diversas áreas que vivenciarão quando do exercício de suas atividades profissionais.

#### **1.12.2 Intercâmbio**

A Faculdade São Francisco de Assis mantém convênio de intercâmbio com a *San Diego State University* e com a *Universidad Evangelica del Paraguay*, também em fase de assinatura de convênio com a *Universidad Católica do Chile* para realização de atividades de intercâmbio dos alunos da Graduação e Pós-Graduação.

#### **1.12.3 Acesso a Seleção e Programas de Apoio Financeiro**

A Faculdade São Francisco de Assis utiliza os resultados do ENEM na composição do resultado final de seu processo seletivo de ingresso em cursos de graduação e tecnológicos, como forma de valorizar essa ação governamental. O ingresso nos cursos de pós-graduação, extensão e outros obedecem a critérios próprios.

Buscando promover o acesso da parcela economicamente menos favorecida da população ao ensino superior, a instituição mantém convênio com os programas governamentais de concessão de auxílio financeiro. A Faculdade São Francisco de Assis disponibiliza, ainda, diversos programas próprios de Bolsas de Estudo, como:

- 🌟 Programa Universidade para todos – PROUNI;
- 🌟 Financiamento Estudantil – FIES;
- 🌟 Programa de Incentivos ao Turno Matutino;
- 🌟 Programa de Bolsas da Faculdade São Francisco de Assis - FSFA;
- 🌟 Programa de Incentivos aos Diplomados;
- 🌟 Programa de Incentivos a Familiares;
- 🌟 Programa de Incentivos aos Veteranos;
- 🌟 Programa de Incentivos aos Amigos;
- 🌟 Programa de Bolsas para os Melhores Alunos Egressos na Pós-Graduação;
- 🌟 Programa Educa mais Brasil;
- 🌟 Programa Quero Bolsa;
- 🌟 Monitorias.

#### **1.12.4 Apoio Psicopedagógico**

Na estrutura organizacional da Faculdade São Francisco de Assis existe um órgão de staff do diretor, com atuação direta em todos os níveis da instituição denominada de Apoio Psicopedagógico.

Cabe ao apoio psicopedagógico prioritariamente fornecer suporte psicopedagógico aos discentes, bem como dar orientação aos professores e tutores, visando seu aprimoramento técnico, mantendo-os atualizados e promovendo seu desenvolvimento pessoal, além de organizar cursos e palestras para o treinamento do corpo docente e tutorial, auxiliar no recrutamento de novos professores e tutores e colaborar na elaboração do projeto pedagógico.

O Apoio psicopedagógico é importante elo entre alunos, professores, tutores, comunidade organizada e Direção, e é realizado pela psicóloga Monica Daniela Pacheco de Paula, que realiza os atendimentos presenciais na sede.

#### **1.12.5 Atividades de Nivelamento**

Existem no quadro de professores e tutores profissionais, especialmente de comunicação e expressão e de Matemática, que ministram aulas de reforço para resgatar eventuais deficiências relativas aos conteúdos do ensino médio para que os alunos tenham mais facilidade no aprendizado das referidas disciplinas e obtenham um melhor desempenho ao longo do semestre. Essas atividades podem ser desenvolvidas de forma presencial (na sede) ou de forma remota para todos os alunos.

#### **1.12.6 Organização Estudantil – Centro Acadêmico**

Os alunos possuem uma entidade registrada no cartório de registros especiais, denominada DCE. O DCE possui um espaço na sede, na qual desempenha as atividades previstas em seu estatuto.

#### **1.12.7 Atendimento Extraclasse**

O atendimento extraclasse aos alunos é realizado pela Coordenadoria do Curso, pelos professores e tutores, de forma síncrona e assíncrona para todos os alunos, quando solicitados pelos mesmos. O atendimento síncrono poderá ser realizado pela plataforma do Gennera, com suas várias possibilidades de comunicação ou através do Google Meet.

#### **1.12.8 Núcleo de Oportunidades**

O Núcleo de Oportunidades, criado em 2006 funciona em duas frentes - Mercado de Emprego/Trabalho e disponibilização de oportunidades para a prática do aluno, foco principal e prioridade da Faculdade São Francisco de Assis. O Núcleo de Oportunidades tem por objetivo viabilizar o fornecimento de informações sobre a disponibilidade de vagas no mercado, sendo parte desta frente responsabilidade da instituição com a busca das vagas e disponibilização das mesmas para alunos da Faculdade. Este procedimento é atualmente operacionalizado por meio do Mural de Oportunidade fixado na sede, no site da faculdade e por mensagens para os alunos.

#### **1.12.9 Acompanhamento dos Egressos**

A cada semestre os egressos recebem um formulário para atualização cadastral e um questionário sobre sua carreira profissional, assim como existe um grupo no Facebook direcionado a todos os egressos para que possam postar informações e se comunicarem entre eles e com a instituição. No site os egressos podem preencher um formulário de atualização no link: <http://kapta.gennera.com.br/view#/formulario/11432105174365>.

Assim, as principais atividades desenvolvidas pela Faculdade São Francisco de Assis, em relação ao acompanhamento de egressos são:

- ✿ Manter registros atualizados dos egressos;
- ✿ Promover o intercâmbio entre alunos e ex-alunos através de eventos acadêmicos propostos pelos cursos e instituições;
- ✿ Propor a condecoração de egresso que tenha se destacado nas atividades profissionais;
- ✿ Conhecer a opinião dos formandos sobre a formação recebida, através da CPA – Comissão Própria de Avaliação;
- ✿ Propor atividades de atualização e formação continuada para os egressos;
- ✿ Estimular a participação dos egressos na formação continuada e pós-graduação;
- ✿ Caracterizar as atividades desenvolvidas pelos egressos, correlacionando-as com as contribuições sociais que essas têm trazido para a sociedade onde estão inseridos.

#### **1.12.10 Atividades de Monitoria**

##### **1.12.10.1 Justificativa**

A implantação do projeto de monitoria para o curso vem ao encontro do que contempla a L.D.B. de Nº 9.394/96, em seu Artigo 84, “os discentes da Educação Superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos”.

É importante a função do monitor, pois lhe possibilitará tornar-se parte fundamental no processo ensino-aprendizagem. Essa função funciona como uma alternativa que desperta vocação para a docência a ser exercida talvez em futuro próximo, e para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão.

#### **1.12.10.2 Objetivo Geral**

Capacitar discentes, com base em nossa realidade, promovendo postura profissional que permita trabalho cooperativo de monitor de forma a atender expectativas desta Instituição e da sociedade, por meio de um serviço de qualidade, aplicável aos diferentes cursos, prestando serviços à administração, coordenação, contribuindo para a realização do ensino, pesquisa e extensão, bem como funcionando como mecanismo de nivelamento dos discentes, eliminando as deficiências oriundas do ensino médio.

#### **1.12.10.3 Objetivo Específico**

- ✿ Despertar vocações para as atividades de pesquisa e docência; e
- ✿ Promover a cooperação entre os discentes, docentes, tutores e técnicos administrativos.

#### **1.12.10.4 Execução**

O início das atividades acontecerá logo após a aprovação pelo Coordenador de Estágio e Trabalho de Conclusão de Curso, ouvido o Coordenador Geral de Cursos da Faculdade São Francisco de Assis.

A Faculdade São Francisco de Assis através da Coordenação de seus cursos e com a utilização de seus professores e tutores desenvolverá a Monitoria relativa às disciplinas necessárias para tal fim. A monitoria funcionará por tempo indeterminado.

Os custos de tal atividade deverão correr por conta da Mantenedora, e deverá constar no Planejamento Financeiro anual da Instituição.

#### **1.12.10.5 Regimento**

A obediência do regimento interno da Instituição deverá ser observada, não sendo permitidas quaisquer alterações que não sejam autorizadas pelo Conselho Superior de Administração.

No que concerne à Monitoria, deve ser ressaltado o seu papel social, sobretudo dirigida ao objetivo de despertar vocações para o magistério e para o exercício de atividades auxiliares do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão educacional.

#### **1.12.10.6 Metodologia**

A seleção do pessoal a ser orientado para a monitoria será feita por meio de uma banca examinadora competente e pré-estabelecida.

A Coordenação de Estágios e Trabalho de Conclusão desenvolverá questões de rotina tais como: planejamento, orientações e avaliações dos discentes.

#### **1.12.10.7 Atribuições do Monitor**

Apoio didático:

- ✿ Auxílio aos professores e tutores nas aulas e no preparo de material didático, fiscalização, acompanhamento de provas, trabalhos escolares e o que mais houver de interesse docente e tutorial;
- ✿ Auxílio aos professores e tutores em trabalhos práticos, experiências, conforme seu conhecimento e aptidão;
- ✿ Apoio aos professores e tutores em atividades laboratoriais;
- ✿ Assistência às aulas da disciplina em que fora aprovado para ajudar, buscando aperfeiçoar-se como monitor e fazendo o acompanhamento das turmas;



- ✿ Organização de grupos de estudos entre os alunos, visando um melhor aproveitamento dos conteúdos ministrados, fixação e reforço de aprendizagem;
- ✿ Apresentação do Relatório Final, ao término do semestre letivo.

Apoio de caráter administrativo:

- ✿ Auxílio à direção da instituição no que tange à organização de palestras, seminários, simpósios, encontros, painéis e outras formas de reuniões acadêmicas tais como eventos artísticos e culturais;
- ✿ Participação em atividades de caráter administrativo quando solicitado pela direção ou pela coordenação geral de cursos;
- ✿ Participação, quando convidado, nas reuniões da coordenação de curso.

#### 1.12.10.8 Perfil Desejado

O monitor deve ter as características de quem vai exercer o magistério superior ou adquiri-las no decorrer do exercício da monitoria. As características necessárias são:

- ✿ Ética profissional;
- ✿ Integração no trabalho;
- ✿ Lealdade;
- ✿ Disciplina;
- ✿ Iniciativa;
- ✿ Organização;
- ✿ Método.

#### 1.12.10.9 Benefícios

Os benefícios da monitoria serão revertidos ao próprio monitor, ao aluno do monitor e a instituição, pois ela estimula o monitor a exercer a profissão no futuro, contribui com a sua renda mensal, através da atribuição de uma bolsa de estudos equivalente a uma disciplina, permite o desenvolvimento técnico-pedagógico próprio do ensino superior, oportunizando a integração do aluno com a vida profissional, e ainda alia a aprendizagem à prática docente.

Para a instituição contribui na melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem, em campo, laboratório, preparação de aulas e material didático.

#### 1.12.10.10 Atribuições do Professor ou Tutor Orientador

- ✿ Elaborar o plano de atividades dos monitores em articulação com o coordenador de curso;
- ✿ Observar a frequência, assiduidade e o cumprimento de horário dos monitores;
- ✿ Orientar as atividades estimulando sempre a produção científica;
- ✿ Emitir parecer em relatórios mensais sobre o trabalho dos monitores;
- ✿ Comunicar ao coordenador de curso qualquer irregularidade.

#### 1.12.10.11 Seleção

A função de monitor será provida mediante concurso interno, constando de prova de títulos com avaliação de histórico escolar e *curriculum vitae* do candidato, prova escrita e prova oral, da qual participarão alunos com bom aproveitamento no conjunto de seus estudos e tenham concluído mais de 1/3 (um terço) das disciplinas exigidas no curso em que estão matriculados.

A prova oral do discente não deve ser inferior a 30 minutos e nem superior a 50 minutos. O tema será selecionado pelo coordenador de estágios e TCC – um entre dez temas a escolher. Terão preferência para o exercício das atividades de monitoria alunos com dificuldades financeiras, desde que



com bom aproveitamento no conjunto de seus estudos e tenham concluído mais de 1/3 (um terço) das disciplinas exigidas no curso em que estão matriculados.

A Banca Examinadora constará do Coordenador de estágios e TCC e dois professores, sendo um da disciplina objeto da monitoria, todos designados pelo Coordenador Geral de Cursos.

Nos casos em que o número de candidatos for inferior ao número de vagas abertas para o exercício da monitoria, cabe a coordenação de estágio e TCC estabelecerem as normas para a seleção dos candidatos.

#### **1.12.10.12 Disposições Gerais**

Ao ser admitido, o monitor deverá assumir suas funções, buscando orientações e participando das reuniões para as quais for convocado.

Deverá ainda, apresentar sumários mensais de atividades para apreciação do professor orientador, que os encaminhará ao coordenador do curso.

Ao concluir o exercício da monitoria o discente apresentará o Relatório Final de suas atividades e o professor orientador deverá emitir, no mesmo, o seu parecer conclusivo, remetendo-o ao Coordenador Geral de Cursos que ouvirá o Coordenador de estágios e TCC no que for necessário.

O monitor poderá ser dispensado de suas funções a critério do Coordenador de estágios e TCC ou ainda por sua própria solicitação.

Aplicar-se-ão ao sistema de monitoria as disposições do Regimento Interno sendo que a carga horária do monitor será de 10 horas/semanais, nos horários estabelecidos pelo Coordenador de estágios e TCC.

O monitor apoiado pelo seu professor orientador elaborará seu plano de trabalho.

A avaliação do monitor terá por base o previsto nesse plano e no seu desempenho à frente da monitoria.

O monitor registrará seu trabalho em Ficha de Frequência, arquivada no final de cada mês, quando então o monitor fará seu relatório mensal, encaminhando-o ao professor orientador.

A monitoria terá prazo de duração equivalente ao semestre, sendo que o monitor ao completar seu período de monitoria com aproveitamento, aferido pelo coordenador de estágios e TCC, receberá Certificado a que faz jus. O monitor poderá candidatar-se novamente no semestre seguinte.

#### **1.12.11 Atividades de Extensão**

No curso de Direito, foram integradas atividades de extensão em oito disciplinas, cada uma com uma carga horária de 50 horas destinadas à extensão universitária. As disciplinas contempladas são: Direito do Trabalho I, História do Direito, Direitos Fundamentais, Direito do Consumidor, Mediação e Arbitragem, Direito Administrativo II, Direito Previdenciário e Direito Digital.

As atividades de extensão previstas em cada uma dessas disciplinas serão desenvolvidas de forma articulada com os conteúdos curriculares, promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme as diretrizes das políticas nacionais de extensão. Essas atividades visam proporcionar a vivência prática e o engajamento social dos estudantes, contribuindo para a formação cidadã e o fortalecimento do vínculo entre a instituição de ensino e a comunidade. As atividades de extensão que deverão ser desenvolvidas em cada disciplina estão apresentadas a seguir:

#### **1. Direito do Trabalho I**

A atividade de extensão da disciplina de Direito do Trabalho I tem como objetivo desenvolver a compreensão crítica dos estudantes sobre a formação histórica do Direito do Trabalho e a construção jurídica do conceito de empregado, conforme previsto no artigo 3º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Os alunos deverão analisar a evolução histórica das relações laborais, desde as formas de trabalho nas civilizações antigas até a consolidação dos direitos trabalhistas na modernidade, destacando o papel



das lutas sociais e dos movimentos operários na criação de um sistema jurídico voltado à proteção do trabalhador. Em seguida, os estudantes deverão estudar o conceito de empregado na CLT, identificando e interpretando seus cinco requisitos essenciais: pessoa física, não eventualidade, subordinação, remuneração e pessoalidade, compreendendo como esses elementos distinguem o empregado de outras formas de trabalho (autônomo, eventual, avulso, entre outros). A proposta extensionista consistirá na realização de ações educativas voltadas à conscientização sobre os direitos trabalhistas e a valorização do trabalho humano. Posteriormente, os grupos deverão produzir uma análise crítica sobre os desafios enfrentados pelo Direito do Trabalho na atualidade. Essa atividade deverá ser enviada para o AVA da faculdade e para a empresa, se for o caso.

## **2. História do Direito**

A atividade de extensão da disciplina de História do Direito tem como objetivo desenvolver nos estudantes uma compreensão crítica acerca da formação histórica do Direito e sua relevância para a cidadania contemporânea, promovendo o reconhecimento das raízes jurídicas, filosóficas e sociais que estruturam o ordenamento jurídico atual. Os alunos deverão analisar o processo histórico de construção das normas, instituições e valores jurídicos desde as civilizações antigas, passando pelo Direito Romano, pela influência do Direito Canônico e das universidades medievais, até a consolidação do Estado Moderno e do positivismo jurídico. Também deverão relacionar esse percurso com a formação do Direito Brasileiro, destacando a influência europeia e as transformações ocorridas a partir das Constituições de 1824, 1891, 1934 e 1988. Em seguida, os estudantes deverão propor uma ação extensionista voltada à valorização da história e da cultura jurídica como instrumento de educação e cidadania, por meio da criação de cartilhas, folders, exposições, palestras, vídeos curtos ou publicações digitais, que mostrem, de forma acessível, como o Direito evoluiu e de que modo essa trajetória contribui para a defesa da democracia, dos direitos humanos e da justiça social. Posteriormente, deverão elaborar uma análise crítica sobre os desafios de compreender e valorizar o Direito sob uma perspectiva histórica na atualidade, refletindo sobre como o esquecimento das origens jurídicas pode levar à repetição de injustiças sociais e sobre o papel do jurista na preservação da memória e na promoção da ética e da democracia. Essa atividade deverá ser enviada para o AVA da faculdade e para a empresa, se for o caso.

## **3. Direitos Fundamentais**

A atividade de extensão vinculada a esta disciplina tem como objetivo promover a compreensão crítica dos estudantes acerca da efetivação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes no Brasil, à luz da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os alunos deverão identificar e analisar casos reais ou situações sociais em que os direitos de crianças e adolescentes tenham sido garantidos ou violados, reconhecendo os instrumentos jurídicos disponíveis para sua proteção e o papel das instituições responsáveis pela sua defesa como família, sociedade, Estado, Ministério Público e Conselhos Tutelares. Em um segundo momento, os estudantes deverão propor uma ação extensionista de conscientização voltada à comunidade, como a produção de cartilhas, folders informativos ou conteúdos digitais sobre o ECA, destacando canais de denúncia, mecanismos de proteção e o dever legal de corresponsabilidade previsto no Art. 4º do Estatuto. A partir dessas ações, será elaborada uma análise crítica sobre os desafios e avanços na efetivação dos direitos fundamentais da infância e adolescência, refletindo sobre a distância entre teoria e prática, o alcance das políticas públicas e o papel social do estudante de Direito na defesa desses direitos. Essa atividade deverá ser enviada para o AVA da faculdade e para a empresa, se for o caso.



#### 4. Direito do Consumidor

A atividade de extensão desta disciplina tem como objetivo promover a compreensão crítica dos estudantes acerca da responsabilidade do fornecedor e da responsabilidade em cadeia nas relações de consumo, conforme previsto no Código de Defesa do Consumidor (CDC). Os alunos deverão identificar situações reais ou hipotéticas que envolvam falhas na prestação de serviços, vícios ou defeitos em produtos, analisando como se estabelece a responsabilidade objetiva e solidária entre os diferentes integrantes da cadeia de consumo, com base nos artigos 12, 14, 18 e 25 do CDC. Em seguida, os estudantes deverão desenvolver uma ação extensionista voltada à educação e conscientização da comunidade, por meio da produção de cartilhas, folders, questionários ou publicações digitais, com linguagem acessível e foco na orientação do consumidor quanto aos seus direitos e aos canais de defesa existentes, como o PROCON e o Juizado Especial Cível. A partir dessa ação, os participantes deverão elaborar uma análise crítica sobre a efetividade das normas de proteção ao consumidor no cotidiano, refletindo sobre o nível de informação da população, as dificuldades de acesso aos mecanismos de defesa e o papel da educação jurídica na promoção da cidadania e da justiça social. Essa atividade deverá ser enviada para o AVA da faculdade e para a empresa, se for o caso.

#### 5. Mediação e Arbitragem

A atividade de extensão desta disciplina tem como objetivo desenvolver uma compreensão crítica dos estudantes acerca dos métodos adequados de resolução de conflitos, especialmente a mediação e a arbitragem, como instrumentos legítimos e eficazes de acesso à justiça no Brasil. Os alunos deverão identificar e analisar situações práticas ou casos reais em que esses métodos tenham sido utilizados para solucionar controvérsias de forma célere, imparcial e colaborativa, observando seus princípios fundamentais, como a autonomia da vontade, confidencialidade, celeridade e imparcialidade. Em seguida, os estudantes deverão propor uma ação extensionista de educação jurídica, voltada à conscientização da comunidade sobre a importância da mediação e da arbitragem como alternativas ao litígio judicial. Essa ação poderá envolver a elaboração de uma cartilha informativa, produção de materiais digitais ou campanhas educativas que expliquem as etapas, vantagens e formas de acesso a esses mecanismos de resolução de conflitos. Posteriormente, os alunos deverão elaborar uma análise crítica sobre os desafios e limitações na aplicação prática da mediação e da arbitragem no cenário brasileiro, considerando aspectos culturais, institucionais e sociais que influenciam a adoção desses métodos. Essa atividade deverá ser enviada para o AVA da faculdade e para a empresa, se for o caso.

#### 6. Direito Administrativo II

A atividade de extensão da disciplina de Direito Administrativo II tem como objetivo promover a compreensão crítica e prática dos estudantes acerca do Princípio da Moralidade Administrativa, previsto no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, como um dos fundamentos da boa governança e da legitimidade dos atos da Administração Pública. Os alunos deverão estudar o conceito, os fundamentos constitucionais e o alcance desse princípio, compreendendo que a moralidade administrativa ultrapassa o mero cumprimento da lei, exigindo que a atuação dos agentes públicos esteja pautada também em valores éticos, honestidade, boa-fé e justiça. A partir da reflexão sobre o ensinamento romano *“non omne quod licet honestum est”* (“nem tudo que é legal é honesto”), os estudantes deverão analisar situações reais ou hipotéticas em que a conduta administrativa, ainda que legal, possa contrariar os padrões éticos e de boa administração. Em seguida, os discentes deverão propor uma ação extensionista voltada à promoção da ética e da moralidade na gestão pública, por meio da criação de cartilhas, folders, vídeos educativos, rodas de conversa ou publicações digitais, com o propósito de conscientizar a comunidade sobre a importância da integridade e da transparência na Administração.



Pública. Na sequência, os grupos deverão elaborar uma análise crítica abordando os principais desafios enfrentados na efetivação do princípio da moralidade no Brasil, considerando práticas como o clientelismo, o favorecimento político e a corrupção, além do papel dos órgãos de controle e da sociedade civil na fiscalização da conduta administrativa. Essa atividade deverá ser enviada para o AVA da faculdade e para a empresa, se for o caso.

## **7. Direito Previdenciário**

A atividade de extensão da disciplina de Direito Previdenciário tem como objetivo desenvolver a compreensão crítica dos estudantes sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e sua importância social como instrumento de efetivação da dignidade humana e da proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade. Os alunos deverão analisar o BPC como uma prestação assistencial garantida pela Constituição Federal de 1988 (art. 203, inciso V) e regulamentada pela Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), compreendendo que o benefício assegura o pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas idosas com 65 anos ou mais e a pessoas com deficiência que não possuam meios próprios de subsistência nem possam ser sustentadas por suas famílias. Em seguida, os estudantes deverão propor uma ação extensionista voltada à conscientização da comunidade sobre o BPC e os direitos assistenciais, por meio da criação de cartilhas, folders, vídeos educativos, rodas de conversa ou palestras comunitárias, orientando sobre os critérios de elegibilidade, os canais de acesso e a importância da inclusão social promovida pelo benefício. Posteriormente, será elaborada uma análise crítica sobre a efetividade do BPC no Brasil. Por fim, os grupos deverão produzir um relatório reflexivo, sistematizando as etapas da atividade, os resultados da ação extensionista e as conclusões sobre o papel do Direito Previdenciário na promoção da cidadania. Essa atividade deverá ser enviada para o AVA da faculdade e para a empresa, se for o caso.

## **8. Direito Digital**

A atividade de extensão desta disciplina tem como objetivo promover a compreensão crítica dos estudantes sobre o Direito Digital e o Direito ao Esquecimento, considerando os desafios jurídicos e éticos da sociedade contemporânea marcada pelo uso intenso das tecnologias, da internet e das redes sociais. Os alunos deverão identificar e analisar situações concretas que envolvam a exposição de dados pessoais, conteúdos ofensivos ou a circulação indevida de informações online, avaliando os limites entre o direito à informação, à privacidade e o direito ao esquecimento. A análise deverá considerar a aplicação prática de legislações como o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018). Em seguida, os estudantes deverão propor uma ação extensionista voltada à educação digital e à conscientização da comunidade, por meio da criação de cartilhas, folders informativos, vídeos curtos ou publicações em redes sociais, explicando de forma acessível o que é o direito ao esquecimento, como exercê-lo e onde buscar auxílio em casos de violação de direitos digitais. Posteriormente, será elaborada uma análise crítica sobre a efetividade do direito ao esquecimento no Brasil, discutindo seus limites e possíveis conflitos com o direito à liberdade de expressão e à informação, bem como os desafios enfrentados pelos cidadãos no exercício desse direito perante as plataformas digitais. Essa atividade deverá ser enviada para o AVA da faculdade e para a empresa, se for o caso.

### **1.12.11.1 Semana Acadêmica**

Na semana acadêmica da faculdade são realizadas várias atividades de extensão, como workshops, palestras, seminários e um congresso.



O curso atuará na área da extensão identificando as situações-problema na sua região de abrangência, com vistas à otimização do ensino e da pesquisa, contribuindo, desse modo, para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da comunidade acadêmica.

Os programas de extensão deverão privilegiar as ações interdisciplinares, que reúnam áreas diferentes em torno de objetivos comuns.

#### **1.12.12 Visitas Técnicas**

As visitas técnicas configuram-se como atividades de campo que possibilitam ao aluno observar a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos, contribuindo significativamente para sua formação e para o aumento da motivação acadêmica.

Além disso, incentiva-se a participação dos estudantes em atividades que extrapolam o âmbito e a coordenação direta da instituição, como cursos de extensão, disciplinas cursadas em outras instituições, participação em eventos científicos ou em ações promovidas por entidades profissionais. Tais experiências, após análise e aprovação pela coordenação do curso, poderão ser reconhecidas para fins de integralização curricular, como atividades de extensão e/ou atividades complementares.

Prevê-se, ainda, o aproveitamento do envolvimento discente em projetos de pesquisa ou de extensão desenvolvidos pelo corpo docente. Quando essas atividades demonstrarem compatibilidade com as habilidades e competências previstas na formação do curso, poderão igualmente ser consideradas para a integralização como atividades de extensão e/ou complementares.

#### **1.12.13 Atividades de iniciação científica e incentivo à pesquisa**

Com o objetivo de integrar os alunos do curso no processo de pesquisa que será desenvolvido pela Faculdade São Francisco de Assis, serão promovidas atividades de Iniciação Científica, instituindo mecanismos que promovam a participação discente em atividades científicas, com ênfase para a pesquisa aplicada que busque conhecimentos que promovam a eficiência das empresas da comunidade, por exemplo:

- Feiras acadêmicas;
- Publicação de artigos de alunos na revista da Faculdade São Francisco de Assis;
- Jogos empresariais.

O foco principal dessas práticas é integrar o aluno do curso com o conceito de pesquisa, dentro do contexto de iniciação científica, fundamental para o desenvolvimento do espírito acadêmico buscado pela Faculdade São Francisco de Assis.

Atualmente, os bolsistas de iniciação científica e Pesquisa são os seguintes:

Ana Carolina Finger – Matrícula nº 20221000714; Fernando Marques da Silva – Matrícula nº 20231001804; Geóice dos Passos Laguna – Matrícula nº 20241003358; Jailson Duarte – Matrícula nº 20212000257 e Janete Ferreira Gomes – Matrícula nº 20231001777

Em relação ao incentivo à produção e participação de docentes em congressos e outras atividades acadêmicas de pesquisa, foram concedidos auxílios aos seguintes docentes:

- Andreia Castiglia Fernandes
- José Luiz dos Santos
- Paulo Schmidt
- Paulo Roberto Pinheiro
- Rebel Zambrano Machado

O incentivo não foi utilizado de forma ampla em razão da Pandemia bem como da enchente que assolou nossa instituição que ficou 25 dias com 1,6 m de água no térreo. No entanto, a Faculdade se compromete a manter esse incentivo de auxílio em congressos e outros eventos nos quais os professores tiverem seus artigos aprovados para apresentação.

Além disso, a instituição concede auxílio de monitoria e também auxílio para a realização de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, abaixo a lista de concessões já realizadas:



| <b>DOCENTES/ALUNOS</b>               | <b>Graduação/Especialização/ Mestrado/Doutorado</b> |
|--------------------------------------|-----------------------------------------------------|
| Akira da Silva Müller da Luz         | Monitoria Graduação                                 |
| Alexandre Alves Fernandes            | Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado     |
| Ana Grazielle dos Santos             | Graduação                                           |
| Andreia Castiglia Fernandes          | Mestrado e Doutorado                                |
| Carolina Fernandes Freitas           | Graduação                                           |
| Diogo Medeiros dos Santos            | Graduação                                           |
| Elisiane Alves Fernandes             | Graduação, Mestrado e Doutorado                     |
| Fernando Florentino da Silva         | Monitoria Graduação e Mestrado                      |
| Gabriella Portella Gotardo           | Graduação                                           |
| Gregory da Cruz de Souza             | Monitoria Graduação                                 |
| Gustavo dos Santos Paes              | Graduação                                           |
| Jonny Werlang Berger                 | Mestrado                                            |
| José Mario Matsumura Gomes           | Mestrado                                            |
| Kelly Regina Kazanowski Pecker       | Graduação                                           |
| Laura Pontin de Oliveira             | Monitoria Graduação                                 |
| Luciane Alves Fernandes              | Especialização, Mestrado e Doutorado                |
| Luciane Oliveira da Silva dos Santos | Monitoria Graduação                                 |
| Lydianne Cristina Klein da Silva     | Monitoria Graduação e Especialização                |
| Marcelo Santos Nunes                 | Mestrado                                            |
| Monica Daniela Pacheco de Paula      | Especialização e Mestrado                           |
| Nilton Luis Machado dos Santos       | Monitoria Graduação                                 |
| Nilson Perinazzo Machado             | Mestrado                                            |
| Paulo Roberto Pinheiro               | Mestrado e Doutorado                                |
| Simon Wittmann da Rosa               | Graduação                                           |
| Rosangela Sassi M. Gomes             | Especialização                                      |
| William de Paula dos Santos          | Monitoria Graduação                                 |
| Yasmin do Nascimento Taborda         | Graduação                                           |

A Faculdade São Francisco de Assis se compromete a continuar auxiliando professores e demais funcionários nas suas formações acadêmicas. Em relação a divulgação de pesquisas ela acontece por meio de publicações em várias revistas nacionais e internacionais e na revista própria da Faculdade São Francisco de Assis: Revista de Gestão, sustentabilidade e negócios – RGSN, onde foram publicados inúmeros artigos de docentes e discentes da Faculdade São Francisco de Assis.

#### **1.12.14 Acompanhamento de estágios não obrigatórios**

Os alunos que estiverem fazendo estágios não obrigatórios serão acompanhados pelo professor responsável, que deverá, entre outras atividades, analisar a adequação do plano de atividades de acordo com o curso frequentado e assinar o relatório de atividades ao final de cada semestre. O professor responsável pelo acompanhamento é nomeado pela coordenação de estágios da faculdade, no início de cada semestre.

#### **1.13 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS**

O processo de autoavaliação institucional (avaliação interna) e os resultados de avaliações externas são componentes do processo de avaliação institucional que servem de insumo para o aprimoramento contínuo do curso e constituem-se em referência de planejamento para os gestores da instituição; da mesma forma, o relatório de autoavaliação produzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), bem como o relatório de avaliações externas são documentos orientadores para o acompanhamento e a avaliação dos projetos institucionais, sejam eles projetos pedagógicos ou projetos administrativos.

Assim, o processo de avaliação institucional subsidia o processo de tomada de decisão e a melhoria da organização curricular, do funcionamento, da infraestrutura, do quadro de pessoal, do sistema normativo e do processo de mudança organizacional na busca da excelência dos serviços que produz, sejam acadêmicos ou administrativos, uma vez que o mesmo permite a identificação de pontos fortes e pontos francos, possibilitando o delineamento de ações a serem tomadas a partir da identificação dessas fragilidades e potencialidades.

Para assegurar a devida articulação com o PDI da Faculdade São Francisco de Assis, o processo de avaliação institucional tem por objetivo principal manter na faculdade um processo permanente de avaliação institucional, sistemático e confiável, de forma que estes dados forneçam subsídios para a instituição a fim de que esta possa diagnosticar, em todos os seus setores e/ou segmentos, as oportunidades de aperfeiçoamento do processo educacional, e assim tenha dados concretos que fomentem melhorias e, consequentemente, contribuam de forma significativa para a busca de excelência na prestação dos serviços.

Dessa forma, a Faculdade São Francisco de Assis, tendo em vista a manutenção e a busca de melhoria da qualidade do ensino oferecido promove um processo sistemático e periódico de avaliação e acompanhamento da efetivação de seus projetos pedagógicos bem como das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão.

Por meio de instrumentos informatizados realiza-se o processo de autoavaliação do curso organizado nas seguintes áreas: docentes, discentes, funcionários, infraestrutura e relacionamento intrainstitucional e interinstitucional, de acordo com as dimensões estabelecidas Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Todo o processo de autoavaliação do curso é gerenciado e desenvolvido pela CPA, constituída por membros designados pelo Diretor e conta com a participação de todos os segmentos internos e externos envolvidos com a instituição, bem como com a participação dos seguintes membros de sua CPA: presidente, Edson Roberto Oaigen, Andréia Castiglia Fernandes como representante docente, Marco Antônio dos Santos Martins como representante da sociedade civil organizada, Elisiane Alves Fernandes como representante do corpo tutorial, Lydianne Cristina Klein da Silva, como representante dos colaboradores da instituição, Gabriele da Silva Fernandes como representante do corpo discente e Mauricio Aristóteles Freitas como representante dos egressos.

A operacionalização busca um diagnóstico da realidade da Instituição, considerando os vários atores envolvidos na atividade educacional. Assim, buscam-se, através da implementação de ferramentas de avaliação, formas de traçar um diagnóstico institucional, identificando as atuais necessidades específicas de cada segmento da Instituição e de sua comunidade em geral, buscando

formas para, a partir desse diagnóstico, implementar soluções para a adequação aos anseios da sociedade.

Para a análise dos resultados obtidos na coleta de dados, são utilizados instrumentos de análise fundamentados em técnicas qualitativas e quantitativas para dar consistência ao diagnóstico.

Dentro desse contexto, o curso passa por um processo constante de avaliação, seguindo o roteiro de autoavaliação institucional, utilizando-se de instrumentos de avaliação dos vários segmentos envolvidos no curso. Os instrumentos de avaliação estão anexados neste Projeto Pedagógico.

O conjunto desses instrumentos de avaliação permite que a Instituição tenha um sistema de diagnóstico sistêmico que deverá subsidiar a melhoria e aperfeiçoamento da qualidade do Curso, incidindo sobre seus docentes, discentes, estrutura curricular, colaboradores, estrutura física etc., identificando as potencialidades e oportunidades para um processo de melhoria contínua. Para a Instituição, esses instrumentos são indispensáveis para que as decisões na busca desse aprimoramento do curso estejam fundamentadas em informações de um cenário comprometido com a comunidade acadêmica.

Esse processo estrutura as condições para a efetivação do sistema de autoavaliação, envolvendo toda a comunidade acadêmica, num esforço de diagnosticar as possíveis falhas ou os pontos de qualidade dos aspectos pedagógicos, administrativos e de infraestrutura. A partir desse diagnóstico elabora-se um Plano de Melhorias para cada período letivo, considerando-se as ações para atender os quesitos que não atingiram o nível mínimo de satisfação do aluno. O plano de melhoria é assumido como meta executiva pelos segmentos institucionais, considerando suas especificidades. Ao final de cada período de vigência do Plano avalia-se o alcance e a efetivação de seus objetivos, comparando-o com o resultado da avaliação institucional subsequente, num processo constante de busca pela melhoria da qualidade dos serviços educacionais oferecidos, bem como os de qualificação institucional.

O método do processo avaliativo adotado pela CPA foi dividido nas seguintes etapas: preparação da avaliação interna, desenvolvimento, consolidação e balanço crítico, onde a Faculdade busca determinar a realidade do processo de aprendizagem dos alunos, buscando conhecer o processo de ensino e aprendizado de forma contínua, buscando caminhos para ajuste das necessidades identificadas dos alunos, terminando com a verificação se o que foi planejado foi implantado e se os objetivos foram alcançados. A partir dessas etapas, os resultados são discutidos para que a prática docente seja redefinida e atenda às necessidades identificadas no processo avaliativo. O “RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2025 - VERSÃO ANUAL”, disponibilizado na página institucional da Faculdade permite que esse relatório seja analisado.

Essas duas variáveis, associados aos relatórios produzidos a partir dos processos avaliativos da CPA e pelas ações planejadas pela Faculdade, são utilizados pelos gestores nas mais variadas instâncias, para proporem alternativas que consideram as dificuldades identificadas na performance dos alunos.

Dentre as ações já previstas e implantadas para os cursos oferecidos pela Faculdade São Francisco de Assis e que serão, da mesma forma, implementados para o Curso de **Direito**, considerando o perfil do egresso constante no PPC e a experiência no exercício da docência superior do corpo docente previsto e seu desempenho em sala de aula, podem ser destacados:

- ✿ Alunos identificados com dificuldades financeiras podem buscar alternativas que a Faculdade disponibiliza através de convênios com os programas governamentais de concessão de auxílio financeiro, além de diversos programas próprios de Bolsas de Estudo;
- ✿ Caso seja identificada alguma dificuldade que o aluno necessite apoio psicopedagógico, pelo próprio aluno, pelo professor ou tutor, pelo coordenador ou algum dos agentes dos processos avaliativos, o suporte psicopedagógico é um importante elo entre alunos, professores, tutores, comunidade organizada e Direção;
- ✿ Atividades de reforço em disciplinas específicas são disponibilizadas para os alunos com dificuldades no processo de ensino e aprendizado. Alguns egressos que se destacaram como monitores e que querem permanecer auxiliando no aprendizado dos alunos, recebem



incentivo financeiro e acadêmico para seguir a carreira de professores e tutores e prestam o serviço de aulas de reforço nas disciplinas em que os alunos enfrentam maiores problemas, a exemplo de contabilidade, custos, matemática, finanças e outras disciplinas em que sejam identificadas dificuldades de aprendizagem.

- ✿ São disponibilizadas atividades de nivelamento, oferecidas por professores e tutores profissionais, especialmente de Comunicação e Expressão e de Matemática, que ministram aulas de reforço para resgatar eventuais deficiências relativas ao conteúdo do ensino médio para que os alunos tenham mais facilidade no aprendizado das referidas disciplinas e obtenham um melhor desempenho ao longo do semestre.
- ✿ O atendimento extraclasse aos alunos, que é realizado pela Coordenadoria do Curso, pelos professores e tutores, de forma remota para todos os alunos, quando solicitados pelos mesmos.

Além disso, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) é um instrumento que se soma ao processo de avaliação discente no sentido de acompanhar as aprendizagens dos alunos. Seu resultado é analisado pela CPA e norteia a eventual necessidade de alteração do processo de ensino-aprendizagem.

Os resultados do processo de avaliação institucional são divulgados para a comunidade acadêmica periodicamente no site, nos murais, na sala dos professores, na sala da secretaria e nos corredores da instituição, também são realizadas ações permanentes de sensibilização; além disso, as melhorias realizadas, frutos de avaliações passadas, também são divulgadas nestes mesmos meios de comunicação.

Portanto, os instrumentos de autoavaliação institucional e os resultados das avaliações externas servem de insumo para o constante aprimoramento do curso, considerando que a cada semestre os resultados das avaliações servem de fundamento para ações a serem implementadas no curto prazo, ou seja, já planejados para o próximo semestre; no médio prazo, quando implementado para o próximo ano, ou de longo prazo, quando planejado para ser implementado após o próximo ano. Todos esses planos derivados dos processos avaliativos internos e externos são instrumentalizados no Plano de Ações de Melhorias, que serve de parâmetro decisório e de acompanhamento das metas e etapas já implementadas.

#### 1.14 ATIVIDADES DE TUTORIA

As atividades de tutoria implantadas no curso buscam atender com qualidade às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular.

Cada uma das disciplinas ofertadas está vinculada a um professor definido, responsável por coordenar a respectiva equipe de tutores e acompanhar o processo de ensino-aprendizagem dos discentes.

Cabe especialmente aos tutores o estabelecimento da relação entre os discentes e professores, considerando que eles estarão diretamente em contato com os alunos e com os professores das disciplinas, pois são agentes presentes na construção do conhecimento.

Portanto, os tutores precisam estar próximos dos professores para que consigam trocar saberes e atingir as metas planejadas para a formação dos egressos, auxiliando ativamente nesse processo. Assim, seu papel é muito importante, pois tem a tarefa de dialogar diretamente com os estudantes e professores, compartilhando ideias, interesses e conhecimentos, levando às reflexões em torno do conteúdo proposto e fazendo o que se fizer necessário para o processo educacional aconteça de forma satisfatória.

Dentro desse processo formativo do futuro egresso do curso, é fundamental que o tutor tenha a capacidade de transmitir claramente suas percepções e experiências da turma de alunos aos professores responsáveis pelas disciplinas, para que todas as demandas didático-pedagógicas possam ser contempladas na estrutura curricular do curso. O tutor é, portanto, um mediador entre o grupo docente



e o grupo discente, tanto nos encontros presenciais, como a distância. Cabe a eles, considerando que a Faculdade utilizará tutores com formação de graduação e, preferencialmente, pós-graduação na área de tutoria da disciplina, possuírem pleno domínio dos conteúdos das disciplinas, dos recursos utilizados nos ambientes de aprendizado, tanto presencial, como a distância e terem a plena capacidade de acompanhar o processo formativo dos alunos.

Os tutores das disciplinas do curso são responsáveis por auxiliar o professor da disciplina nas atividades de mediação do processo de ensino-aprendizagem, tendo como principais atribuições:

- ✿ Participar das reuniões periódicas com o professor responsável pela disciplina para orientações acerca do conteúdo da disciplina, dos parâmetros para avaliação das questões das provas presenciais e dos critérios de avaliação do trabalho semestral;
- ✿ Participar das web-aulas, com a finalidade de conhecer os conteúdos programáticos para a devida orientação e acompanhamento dos alunos, interagindo com os mesmos em cada atividade a ser realizada;
- ✿ Receber do professor as orientações sobre os temas dos trabalhos, bem como sobre os parâmetros de avaliação a serem adotados para a conceituação deles, quando for o caso;
- ✿ Avaliar e conceituar as questões das provas presenciais, de acordo com as orientações do docente responsável pela disciplina, oferecendo ao aluno o devido retorno sobre seu desempenho;
- ✿ Avaliar e conceituar as questões do Exame Final, de acordo com as orientações do docente responsável pela disciplina, oferecendo ao aluno o devido retorno sobre seu desempenho;
- ✿ Participar do fórum de discussão, quando for o caso, incentivando a reflexão dos alunos, tirando dúvidas e fazendo orientações acadêmicas e de conteúdo;
- ✿ Manter o docente responsável informado sobre o andamento das atividades e sobre o desempenho dos alunos;
- ✿ Organizar e encaminhar dúvidas mais frequentes para o professor;
- ✿ Responder as mensagens recebidas, no prazo de até 48h, visando ao pleno atendimento do aluno e equipe envolvida.

## **1.15 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA**

### **1.15.1 Aspectos Gerais**

A Faculdade São Francisco de Assis considera, para fins de plano de carreira, que os tutores são equiparados a professores de acordo com a sua titulação e produção científica.

A atividade de tutoria da Faculdade São Francisco de Assis caracteriza-se como recurso pedagógico fundamental na formação do bacharel que a instituição busca formar. O tutor será um profissional que busca contribuir com a plena formação acadêmica do aluno no processo formativo de aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades profissionais.

A atividade de tutoria, para a Faculdade São Francisco de Assis, dentro do contexto formativo pleno, busca o acompanhamento próximo e a orientação sistemática de grupos de alunos realizada por profissionais na área de formação do curso.

O processo de tutoria deve favorecer o desenvolvimento das habilidades de trabalho no grupo de estudantes, promovendo a cooperação e o estímulo constante entre eles, a troca de mecanismos de enfrentamento de dificuldades, o respeito a objetivos comuns e especialmente um despertar para o processo criativo de enfrentamento de problemas relacionados ao desenvolvimento da prática profissional futura.

Os tutores deverão orientar e discutir todas as atividades relacionadas com o processo ensino-aprendizagem da profissão, oportunizando a reflexão sobre as relações estabelecidas pelo corpo discente e o corpo docente, seus pares e toda a comunidade envolvida no processo formativo do futuro egresso do curso.



A tutoria deverá proporcionar para o corpo discente uma formação com maior aproveitamento do ensino e da capacidade de aprendizagem, bem como um convívio harmônico com toda a comunidade envolvida no processo formativo.

Por outro lado, a tutoria na Faculdade deverá proporcionar, para os cursos que utilizam a modalidade de educação à distância, a obtenção de informações para promover a melhoria do processo ensino-aprendizagem, a identificação de problemas de aprendizagem individuais e coletivos, a orientação adequada quando solicitada pela comunidade acadêmica, o estabelecimento de um canal permanente de comunicação entre alunos e os demais membros da comunidade acadêmica, bem como maior agilidade na solução de problemas acadêmicos que surgirem no processo de formação dos egressos.

Para o exercício da tutoria, a Faculdade definiu os atributos apresentados a seguir.

#### **1.15.2 Atributos Profissionais e Acadêmicos**

- ✿ Ter formação de graduação na área de tutoria da disciplina e, preferencialmente, com formação complementar de pós-graduação lato e/ou stricto sensu;
- ✿ Ter formação na área de educação à distância;
- ✿ Estar disponível para participação de treinamentos e aperfeiçoamentos na sua área de tutoria, em outras áreas de interesse da Faculdade e de novas ferramentas que poderão ser implementadas para a melhoria dos cursos da Faculdade;
- ✿ Manter um comportamento profissional, ético e moral irrepreensível;
- ✿ A Faculdade deverá priorizar tutores que tenham experiência profissional na área da tutoria;
- ✿ Tenham interesse pelo crescimento profissional e pessoal na área do magistério superior, buscando adequação cultural, capacidade didática, experiência profissional e altos predicados morais;
- ✿ Comprometimento com o curso;
- ✿ Os tutores devem ter vocação para o ensino superior e interesse pela melhoria do processo ensino-aprendizagem;
- ✿ Estar disponível sempre que solicitado pelos alunos, professores ou qualquer outro ator da comunidade acadêmica nos horários pré-determinados.

#### **1.15.3 Atributos Pessoais**

- ✿ Os tutores deverão exercer suas atividades sempre buscando evitar conflitos pessoais com todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem;
- ✿ Sempre atender as necessidades do corpo discente, buscando resolver as dificuldades e dúvidas individuais e do grupo de alunos;
- ✿ Os tutores deverão ser capazes de escutar e dialogar de forma colaborativa com todos os envolvidos no processo construtivo dos futuros egressos;
- ✿ Os tutores deverão ser éticos nos exercícios de suas atividades, valorizando as diferentes ideias e opiniões de toda a comunidade acadêmica;
- ✿ A tutoria deverá ser exercida com tolerância, atendendo as diferenças e limitações de cada elemento do grupo.

Cabe aos tutores exercerem suas atividades seguindo as seguintes funções, deveres e responsabilidades:

- ✿ Estimular o interesse dos alunos pelas atividades acadêmicas, discutindo suas expectativas;
- ✿ Colaborar com o corpo docente no planejamento do processo formativo;
- ✿ Possibilitar autonomia aos alunos para a seleção das discussões, bem como encaminhar soluções para estas;
- ✿ Favorecer o pensamento crítico dos alunos na análise dos problemas do processo de ensino-aprendizagem;
- ✿ Desenvolver e promover a comunicação e a troca de experiências entre o grupo;



- ✿ Incentivar e reconhecer as contribuições dos alunos;
- ✿ Evidenciar o interesse pelo desenvolvimento de cada aluno e do grupo como um todo;
- ✿ Participar do processo crítico de autoavaliação contínua das atividades de tutoria;
- ✿ As atividades de tutoria deverão ter um mecanismo de registro para que a Faculdade possa acompanhar o desempenho das tarefas;
- ✿ Constante participação em treinamentos capacitadores para o melhor exercício de suas atividades;
- ✿ Relacionamento diuturno com professores das disciplinas tuteladas e com o coordenador do curso;
- ✿ No exercício da tutoria os tutores deverão seguir as crenças e valores da Faculdade, sempre com espírito colaborativo e ético.

Para o exercício das atividades de tutoria deverão ser atendidos os seguintes parâmetros:

- ✿ É requisito para compor o corpo de tutores que o profissional tenha, no mínimo, graduação na área correlata à de sua atuação;
- ✿ Para fins de plano de carreira, os tutores são equiparados a professores de acordo com a sua titulação e produção científica, portanto, o plano de carreira dos professores se aplica na íntegra para os tutores.

O exercício da atividade de tutoria envolve a participação em encontros com coordenadores de curso, com professores e demais profissionais que planejam as atividades acadêmicas, onde serão definidas as questões relacionadas com o funcionamento das mesmas, quando serão observadas as necessidades e demandas de toda a comunidade acadêmica envolvida no processo de ensino-aprendizagem.

O processo de tutoria será realizado em duas modalidades: modalidade presencial e virtual.

Na modalidade de tutoria presencial, o tutor deverá atender a todas as demandas individuais e em grupo emanadas do corpo discente em dias e horários pré-estabelecidos. Em cada disciplina, o tutor estará disponível em oito encontros síncronos, sendo duas aulas síncronas e seis atendimentos virtuais.

Na modalidade de tutoria virtual, o tutor deverá utilizar as ferramentas de tecnologia da informação e comunicação disponibilizadas pela instituição, atendendo as demandas individuais e em grupo emanadas do corpo discente em dias e horários pré-estabelecidos.

#### **1.15.4 Plano de Carreira dos Tutores**

Os tutores da Faculdade São Francisco de Assis serão equiparados, para fins de plano de carreira, aos docentes e pertencerão, necessariamente, a uma das seguintes classes, as quais serão remuneradas progressivamente, tendo em conta a sua titulação (adicional de aprimoramento), sua produção acadêmica relevante, desempenho no processo de avaliação promovida pela CPA e o tempo dedicado às funções:

- ✿ Professores Titulares (doutores);
- ✿ Professores Adjuntos (doutores);
- ✿ Professores Assistentes (doutores);
- ✿ Professores Auxiliares (mestres);
- ✿ Professores Colaboradores (especialistas e graduados).

Cada classe compreenderá três referências, numeradas de 1 a 3, com exceção das seguintes classes: professor titular e professor colaborador.

A carreira inicial do tutor no Magistério será equiparada ao de professor colaborador.

A contratação de tutor será efetivada pela Entidade Mantenedora, com a apresentação de diploma em curso superior devidamente registrado.

A contratação de tutor equiparado a professor auxiliar será efetivada pela Entidade Mantenedora, com a apresentação de diploma de Mestre em curso superior devidamente registrado.



O tutor equiparado a professor colaborador, ao obter o grau de mestre, progredirá automaticamente para a referência 1 da classe de tutor equiparado a professor auxiliar, a partir do início do semestre seguinte ao da obtenção da titulação.

Haverá progressão horizontal de tutor equiparado a professor auxiliar para a referência consecutiva de sua classe, por requerimento do docente junto ao coordenador de curso, mediante processo de avaliação (conforme regulamento de progressão funcional), após 3 anos na referência em que se encontrar.

O tutor equiparado a professor auxiliar ao obter o grau de doutor, qualquer que seja a sua referência na classe, progredirá automaticamente para a referência 1 da classe de equiparado a professor assistente, a partir do início do semestre seguinte ao da obtenção da titulação.

A contratação de tutor equiparado a professor assistente será efetivada pela Entidade Mantenedora, com a apresentação de diploma de Doutor em curso superior devidamente registrado.

Haverá progressão horizontal do tutor equiparado a professor assistente para a referência consecutiva de sua classe, por requerimento do tutor equiparado à docente junto ao coordenador de curso, mediante processo de avaliação (conforme regulamento de progressão funcional), após 3 anos na referência em que se encontrar.

O tutor equiparado a professor assistente da referência 3, por requerimento do tutor junto ao coordenador de curso, mediante processo de avaliação (conforme regulamento de progressão funcional), após 3 anos na referida referência, progredirá para a referência 1 da classe de tutor equiparado a professor adjunto.

Haverá progressão horizontal do tutor equiparado a professor adjunto para a referência consecutiva de sua classe, por requerimento do tutor junto ao coordenador de curso, mediante processo de avaliação (conforme regulamento de progressão funcional), após 3 anos na referência em que se encontrar.

O provimento como tutor equiparado a professor titular far-se-á mediante concurso pela Entidade Mantenedora, quando houver vaga, de profissionais que apresentem diploma de Doutor em curso superior devidamente registrado junto aos Órgãos competentes, com carga horária de 40 horas/semanais, produção acadêmica relevante, avaliada mediante processo de avaliação (conforme regulamento de progressão funcional) e mais de 5 (cinco) anos de vínculo trabalhista.

O tempo correspondente a cada regime de trabalho será destinado ao desempenho de atividades inerentes ao ensino e/ou à administração escolar e às atividades de extensão, de acordo com o plano de trabalho aprovado pela Diretoria.

A Faculdade São Francisco de Assis possui sistema permanente de avaliação do tutor, coordenado pela comissão própria de avaliação (CPA), contando com a participação discente no processo de avaliação.

#### **1.15.5 Critérios de Seleção e Contratação dos Tutores**

Para selecionar um Tutor são considerados, entre outros, os seguintes fatores relacionados com o serviço para a qual é feita a indicação:

- ✿ Título de Doutor, Mestre, Especialista ou Graduado obtido em curso credenciado no País, ou Instituição idônea no país ou no exterior, com diploma convalidado no Brasil;
- ✿ Trabalhos técnicos e acadêmicos desenvolvidos na área de tutoria e em áreas afins;
- ✿ Profissionais com experiência na área de atuação.

#### **1.15.6 Requisitos de titulação e experiência profissional dos Tutores**

O Corpo de Tutores a ser contratado pela Faculdade São Francisco de Assis deverá possuir os seguintes requisitos:

- ✿ Oferecer amplas garantias de devotamento ao magistério;
- ✿ Adequação cultural;
- ✿ Capacidade didática;



- ✿ Experiência profissional;
- ✿ Titulação compatível com o cargo;
- ✿ Altos predicados morais.

Os tutores são contratados pela Entidade Mantenedora, segundo o regime das leis trabalhistas, observando os critérios e normas de acordo com o Regimento Interno da Faculdade.

#### 1.15.7 Política de Qualificação do Corpo de Tutores

A Faculdade São Francisco de Assis viabilizará a qualificação de tutores integrantes de seu quadro funcional, através de sua participação em:

- ✿ Cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, Especialização, Mestrado e Doutorado;
- ✿ Programas de pós-doutorado;
- ✿ Outras formas de qualificação docentes não enquadradas nas categorias anteriores.

A participação poderá ensejar o afastamento integral ou parcial do tutor no que se refere às suas obrigações. Os afastamentos, quando remunerados, não poderão exceder o teto financeiro anual fixado pela Entidade Mantenedora.

A qualificação deverá se desenvolver em outras Instituições do País e do Exterior.

O afastamento terá duração variável, a depender da natureza da qualificação, conforme os seguintes prazos:

- ✿ Até cinco dias úteis, para apresentação de trabalhos em seminários, congressos e similares;
- ✿ Até 24 (vinte e quatro) meses, para o curso de Especialização e Mestrado;
- ✿ Até 36 (trinta e seis) meses, para o curso de Doutorado;
- ✿ Até 12 (doze) meses para programas de pós-doutorado.

Os prazos estabelecidos anteriormente poderão ser prorrogados com a aprovação da coordenação geral de cursos.

Compete à Coordenação Geral dos Cursos a coordenação e supervisão do Programa de Qualificação dos Tutores.

Compete ao Coordenador de Curso à elaboração dos Planos Anual e Plurianual de Qualificação Tutorial.

À Coordenação Geral de Cursos compete compatibilizar as proposições do Coordenador de Curso dos planos anual e plurianual, observando o teto financeiro fixado pela Mantenedora para execução do Plano de Qualificação Tutorial.

Até o dia 1º de março de cada ano, a Entidade Mantenedora deverá comunicar ao Diretor da Faculdade São Francisco de Assis o teto financeiro anual para operacionalização do Plano de Capacitação Tutorial e a previsão para o triênio subsequente.

Até o dia 30 de junho de cada ano, o Coordenador de Curso deverá apresentar, para compatibilização da Coordenação Geral dos Cursos, os seus Planos Anuais e Plurianuais.

Os Coordenadores de Cursos estimularão os tutores a se engajarem em atividades de pesquisa e de qualificação voltadas para as linhas básicas de pesquisa da Instituição.

Para consecução dessas finalidades, se necessário, poderá ser concedida carga horária destinada à preparação do postulante ao ingresso em programa de pós-graduação.

As atividades a serem desenvolvidas pelo postulante visam:

- ✿ Atualizá-lo sobre conhecimentos fundamentais na área de interesse;
- ✿ Liberá-lo para frequentar, como aluno especial, disciplinas oferecidas por programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*.

O tutor indicado pelo Coordenador Geral dos Cursos, na forma e para os efeitos destas normas, somente terá viabilizado o seu afastamento pelo Diretor da Faculdade, após apresentar:

- ✿ Documento comprobatório de sua aceitação pela Instituição responsável pelo curso ou programa;
- ✿ Escala de férias relativas ao período de afastamento, aprovada pela Secretaria;
- ✿ Plano de estudos, com cronograma de execução.



A prorrogação do afastamento, se necessária, deverá ser solicitada pelo tutor interessado, instruída com a seguinte documentação:

- ✿ Solicitação oficial, com as razões do pedido e antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término do afastamento;
- ✿ Apresentação do plano de estudos para o período de prorrogação, assinado pelo tutor e orientador.

Caberá ao Coordenador Geral dos Cursos o encaminhamento da solicitação à Direção, para sua aprovação.

Caberá ao tutor que estiver afastado para a realização de programas de pós-graduação com ônus para instituição, apresentar à Coordenação Geral dos Cursos, relatórios semestrais de atividades com a documentação comprobatória de seu rendimento, os quais, depois de apreciados, serão encaminhados à Direção.

No caso de não ocorrer 100% de aproveitamento nas disciplinas cursadas o tutor perderá o direito a receber o referido benefício.

Os relatórios deverão ser entregues até o dia 15 do mês subsequente ao fim do semestre.

Na hipótese de interrupção das atividades de qualificação, por greve ou outro evento, deverá ser imediatamente comunicado e os prazos apresentados anteriormente serão dilatados em tempo igual ao da interrupção.

Ao término do curso ou programa, o tutor deverá apresentar à Coordenação geral de cursos, Relatório Final acompanhado de cópia da Ata de Defesa do TCC de Especialização, da Dissertação ou Tese, juntamente com 01 (um) exemplar do TCC, da dissertação ou da tese.

A concessão de afastamento remunerado previsto nestas normas importará no compromisso de, no seu retorno, o tutor manter vínculo com a Instituição por tempo mínimo igual ao do seu afastamento, incluindo as prorrogações, sob pena de indenização de todas as despesas e demais consequências estabelecidas no Contrato de Afastamento, corrigidas monetariamente pelo IPCA.

Também no caso de não haver afastamento, mas ocorrer pagamento de auxílio das mensalidades ao tutor, o mesmo deverá manter vínculo com a Instituição por tempo mínimo igual ao dos pagamentos de auxílio mensalidade, sob pena de indenização de todos os valores recebidos, corrigidos monetariamente pelo IPCA.

Nos casos citados anteriormente a instituição poderá ainda:

- ✿ Emitir uma letra de câmbio, desde já autorizada, no valor da indenização e dos encargos previstos, bem como promover o protesto do título e incluir o devedor em cadastro ou serviços legalmente constituídos e destinados à proteção de crédito;
- ✿ Promover a cobrança através de advogados, de empresas especializadas ou bancos;
- ✿ Promover a cobrança judicial, através de ação monitória, de execução de contrato ou outra prevista na legislação brasileira.

Os casos omissos serão resolvidos pela direção.

### **1.15.8 Regime de Trabalho do Corpo de Tutores**

O corpo de tutores da Faculdade São Francisco de Assis é formado por profissionais capacitados, titulados e contratados em regime de trabalho compatível com as necessidades dos cursos. Em relação ao regime de trabalho, 72,73% dos tutores são contratados em regime de trabalho integral, conforme apresentado no Quadro 10 a seguir.



Quadro 10: Regime de Trabalho dos Tutores

|    | Relação de Tutores                   | Titulação | Regime de Trabalho | Docente ou Tutor |
|----|--------------------------------------|-----------|--------------------|------------------|
| 1  | Alexandre Alberto Werlang dos Santos | Mestrado  | Integral           | Docente/Tutor    |
| 2  | Antonio Ricardo Monteiro Marinho     | Doutorado | Integral           | Docente/Tutor    |
| 3  | Edson Roberto Oaigen                 | Doutorado | Integral           | Docente/Tutor    |
| 4  | Elisiane Alves Fernandes             | Mestrado  | Integral           | Docente/Tutor    |
| 5  | Jonny Werlang Berger                 | Mestrado  | Parcial            | Docente/Tutor    |
| 6  | José Luiz dos Santos                 | Doutorado | Integral           | Docente/Tutor    |
| 7  | Nilson Perinazzo Machado             | Mestrado  | Integral           | Docente/Tutor    |
| 8  | Otávio Borsa Antonello               | Mestrado  | Integral           | Docente/Tutor    |
| 9  | Paulo Schmidt                        | Doutorado | Integral           | Docente/Tutor    |
| 10 | Rebel Zambrano Machado               | Doutorado | Integral           | Docente/Tutor    |

Fonte: Elaborado pelos autores

#### 1.15.9 Procedimentos para Substituição dos Tutores

Quando necessário, em função do processo avaliativo ou por solicitação do tutor, os tutores serão substituídos preferencialmente por outros profissionais de notório saber para tutorear as disciplinas relacionadas com os cursos, que possuam experiência de magistério superior, com titulação, preferencialmente de Especialista, obtido em curso credenciado no País, ou Instituição idônea no país ou no exterior.

#### 1.16 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A incorporação dos avanços tecnológicos na oferta educacional representa uma oportunidade que a instituição proporciona para seus alunos vivenciarem as principais evoluções da sociedade relacionadas à tecnologia da informação, a evolução do mundo digital, aos novos paradigmas de eficiência ao nível de produtividade das empresas, às novas tecnologias industriais, as novas mudanças nas relações de trabalho, entre outras. Essas novas realidades passam a ser incorporadas na formação de profissionais especializados nas suas respectivas áreas de conhecimento.

A Faculdade São Francisco de Assis, dentro dessa realidade evolutiva, tem um constante desafio de incorporar e democratizar para sua comunidade os novos usos e oportunidades que se apresentam na sociedade contemporânea. Na forma de pensar a educação e de praticá-la, a faculdade busca agir em consonância com as rápidas e complexas transformações do mundo atual. Essas mudanças são presenciadas no dia a dia do processo de ensino-aprendizagem, especialmente no uso de novas tecnologias de informação e de comunicação, que são incorporadas no cotidiano acadêmico.

A inclusão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICS) no processo de ensino e aprendizagem do curso é hoje uma realidade na Faculdade São Francisco de Assis, considerando que ao longo de sua formação, o discente terá acesso a diversas tecnologias que integram diretamente no seu processo formativo.

As TICS são consideradas pela Faculdade São Francisco de Assis ferramentas fundamentais como um agente potencializador do processo de formação das competências e habilidades pretendidas para o egresso do curso.

A Faculdade São Francisco de Assis disponibiliza para todo corpo docente, tutorial e discente uma estrutura tecnológica de vanguarda, especialmente com a utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação disponibilizadas na plataforma desenvolvida pela empresa Gennera, em conjunto com o



SAP, (<https://www.gennera.com.br/solucoes/>), por meio de soluções de interação comunicativa de ensino, desenvolvida através da integração das gestões acadêmica e institucional, por meio do Gennera *Academic One*.

As ferramentas disponibilizadas nessa plataforma permitem que os professores e tutores tenham um processo de informação e comunicação com o corpo discente de forma direta e interativa, disponibilizando materiais, planilhas, trabalhos, orientações, e todo tipo de relacionamento acadêmico necessário para ampla formação do aluno.

A plataforma Gennera *Academic One* e outras ferramentas que são utilizadas como Tecnologias da Informação e Comunicação, permitem a ampla interação entre docentes, tutores e estudantes. As principais ferramentas utilizadas nesse processo são as seguintes:

a) Grupo de discussão: o grupo de discussão é um fórum de debates, é um instrumento que permite que docentes, tutores e o corpo discente interajam de forma assíncrona, onde todos os atores podem inter-relacionar-se, falando e escutando ao mesmo tempo, ou quando os grupos não estão relacionando-se de modo simultâneo, e o prazo de retorno das demandas deverá ser de até 48 horas. Essa comunicação entre os interlocutores é viabilizada a partir da utilização das ferramentas do AVA da Faculdade.

b) Avisos virtuais: através de avisos encaminhados com a utilização das tecnologias de informação e comunicação disponibilizadas no ambiente virtual da Faculdade, o processo de interação entre coordenador, docentes, tutores e corpo discente ocorre com a troca geral de informações de conteúdos de disciplinas, de avisos, de atividades acadêmicas e todas as demais informações necessárias para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra de forma eficaz. A periodicidade dos avisos depende do fluxo informacional. Essa ferramenta pode ser utilizada para gerenciar qualquer tipo de questão relacionada com o curso.

c) Rádio Web: a rádio web é uma ferramenta de interação utilizada entre coordenador, docentes, tutores e corpo discente, onde serão disponibilizadas palestras, aulas e todas as informações pertinentes ao curso. Poderão utilizar essa ferramenta todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem e no processo de comunicação de qualquer questão pertinente ao incremento do curso. A Rádio Web está disponível em um link no site da faculdade.

d) Conteúdos Web: a disponibilização dos conteúdos web serve como um fundamento para a construção de um relacionamento pedagógico entre coordenador, docentes, tutores e corpo discente, devendo ser utilizado em todas as disciplinas do curso, bem como na gestão do curso.

e) E-mail: docentes, tutores, coordenador do curso e pessoal da área administrativa relacionam-se com o corpo discente através de mensagens enviadas ao endereço eletrônico com diversas informações relacionadas às atividades das disciplinas, avisos, orientações e todo tipo de informações que forneçam o esclarecimento necessário sobre questões existentes entre esses partícipes do curso.

f) Comunicação visual eletrônica: o processo de comunicação entre os elementos da comunidade acadêmica também é complementado com a disponibilização de informações disponibilizadas no site da faculdade, nas redes sociais e no portal do Gennera.

As Tecnologias da Informação e Comunicação representam, portanto, agentes ativos no processo de formação dos alunos do curso, possibilitando a plena integralização curricular com o uso de ferramentas avançadas, onde o processo digital já é uma realidade plena para a Faculdade São Francisco de Assis. O ambiente tecnológico disponibilizado pela faculdade, com o uso de um ambiente de internet sem fio em todos os prédios da faculdade, projetores multimídia fixos em todas as salas de aula, vários laboratórios de alta tecnologia e outras Tecnologias da Informação e Comunicação, fazem com que o curso esteja plenamente integrado ao novo contexto educativo contemporâneo.

## **1.17 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)**

### **1.17.1 Introdução**

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Faculdade São Francisco de Assis é um espaço onde ocorre o gerenciamento de materiais, recursos e tecnologias que busca a cooperação e o crescimento da comunidade acadêmica no processo de ensino e aprendizagem à distância.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem foi planejado para permitir a utilização de diversas ferramentas de mídias, linguagens e recursos para facilitar a aprendizagem do futuro egresso do curso. Além disso, o ambiente virtual possui ferramentas que permitem a interação entre alunos, tutores e professores, bem como a troca de informações e disponibilização de conteúdo para estudo.

O AVA foi planejado para que o ensino à distância do curso utilize metodologias ativas no intuito de engajar os alunos no processo de construção de conhecimento, em um ambiente movido por redes sociais e aplicativos de envio instantâneo de mensagens. Essas propostas inovadoras estão integradas aos chamados sistemas de gestão educacional virtual.

Nesse sentido, a Faculdade São Francisco de Assis contratou uma plataforma que facilita a comunicação entre professores, tutores e alunos, possibilitando a inserção de conteúdos ministrados em aula e promovendo uma dinâmica nunca antes imaginada para essa relação. Essa ferramenta do AVA foi denominada de Sala de Aula.

Os ganhos com essa ferramenta são percebidos por toda comunidade acadêmica, pois organizam eficientemente as atividades acadêmicas, passando a ser incorporada em todas as nuances da rotina acadêmica. Essa ferramenta tecnológica permite que exista um processo de integração virtual entre professores, tutores e alunos, especialmente porque permite que tudo seja integrado e trabalhado inclusive em telefones celulares. A plataforma permite que todos os partícipes interajam em tempo real, inclusive nos seus próprios celulares. Essa tecnologia permite que se adote um ambiente reflexivo sobre todo processo de aprendizado, de forma especial sobre as disciplinas do curso, inclusive possibilitando que o processo de autoavaliação institucional e das disciplinas seja integrado e documentado, facilitando a gestão por parte das agentes responsáveis pela gestão e melhoria contínua do curso.

### **1.17.2 Melhoria da Comunicação Proporcionada pela Plataforma Sala de Aula**

A comunicação dentro do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA deve ser a mais objetiva possível, ao mesmo tempo em que deve ser ampliado o acesso a toda comunidade acadêmica. O envio de mensagens entre professores, tutores e alunos, as ocorrências relatadas em aulas presenciais e a distância, as discussões sobre os conteúdos das disciplinas, as ponderações sobre acessibilidades e práticas metodológicas, sobre instrumentos e ferramentas de comunicação, sobre o processo avaliativo de um modo geral, sobre a implementação de ações corretivas planejadas a partir das avaliações institucionais na busca de melhorias para o curso são algumas das vantagens possíveis com a implementação dessa ferramenta no AVA da Faculdade. Nesse sentido, a plataforma Sala de Aula permite o envio de informações ao professor e ao tutor e desses para alunos específicos ou para turmas inteiras, inclusive através de celular. Essas características facilitam a disseminação da comunicação.

Essas vantagens garantem objetividade na divulgação das atividades e servem para certificar as informações orais recebidas em aulas presenciais e à distância. Também funcionam como proteção para o emissor e receptor em caso de mensagens ofensivas, ameaçadoras ou de possível assédio.

Outro benefício inovador da plataforma Sala de Aula é a possibilidade de compartilhamento de materiais ricos, a inserção de conteúdo multimídia que complementam os ensinamentos aprendidos nas videoaulas.

Os alunos poderão, com a utilização do sistema, criar grupos de estudos, compartilhar os trabalhos realizados e editá-los durante a sua elaboração. Funciona basicamente como um armazenamento na nuvem que comporta um volume maior de dados do grupo.

A colaboração virtual é um diferencial visto em poucos sistemas informatizados, uma vez que essa tendência é mais recente. Trata-se de uma orientação dos professores para elaboração de trabalhos acadêmicos, interdisciplinares ou de cunho científico.

Todas essas benfeitorias do sistema de comunicação, além da inserção de novos serviços, visam facilitar as atividades acadêmicas, monitorar as mensagens recebidas e enviadas e registrar a movimentação dos alunos.

### **1.17.3 Diferenciais**

Os principais diferenciais do sistema adotado pela Faculdade no seu AVA são questões ligadas à mobilidade e acessibilidade, acesso à web e integração nativa ao Gennera Gestão Educacional (Sistema Acadêmico adotado pela Faculdade que integra o sistema acadêmico e administrativo).

A plataforma Sala de Aula é compatível com os sistemas Androide e iOS, facilitando a utilização dessa plataforma nas principais tecnologias móveis. Sendo assim, durante as aulas presenciais e a distância, os alunos podem acompanhar e fazer anotações em tablets, celulares e notebooks, o que enriquece ainda mais o processo de aprendizagem.

Um dos benefícios desse processo é a oportunidade de acessar o calendário escolar. As datas de provas, entregas de trabalhos acadêmicos, apresentações e demais compromissos podem ser solicitados e visualizados no sistema.

Essa comodidade também é disponibilizada no domínio do professor e do tutor, que resgatam a agenda dos planos de aula para saber o ponto em que devem recomeçar, o conteúdo de cada turma e também podem retomar os pontos mais importantes do conteúdo.

O acesso à web possibilita verificar os dados acadêmicos em qualquer dispositivo, tais como computadores, telefones celulares e outros que estiverem conectados à internet. A plataforma Sala de Aula é nativamente integrada e sincronizada, o que garante a confiabilidade das informações transmitidas.

A plataforma web é integrada ao sistema Gennera de Gestão Educacional, adotado pela faculdade e considerado um dos mais completos para as instituições de ensino. Ele é conhecido por atender instituições de ensino de pequeno, médio e grande porte, com características diferenciadas e propostas inovadoras para atender às diversas demandas educacionais.

Outra praticidade que poderá ser vivenciada é o controle de frequência na disciplina. Os tutores terão disponibilizada a chamada escolar na plataforma do sistema, que mostrará o limite máximo de faltas e o aluno que for reprovado por esse quesito. Esse controle também é introduzido na versão do aluno para que o estudante visualize as faltas obtidas e o aproveitamento na disciplina.

A documentação escolar poderá ser auditada, envolvendo a ementa de cada disciplina, a elaboração de plano de aula, a distribuição de pontos das atividades avaliativas e as sugestões de bibliografia básica e complementar. Tudo isso é englobado dentro da plataforma de forma organizada e coerente, permitindo a atualização e impressão quando necessário.

Ao alimentar o sistema com essas informações, professores e tutores terão a possibilidade de adaptar o calendário conforme o número de turmas para as quais ministram a mesma disciplina, facilitando enormemente a entrada de dados. Tudo isso é conveniente para a vida do professor e do tutor, que com esse sistema organizam melhor o tempo para cada atividade e, conseqüentemente, diminuem o trabalho relativo às atividades extracurriculares.

Também se observa uma melhoria no relacionamento entre professores, tutores e alunos, pois sabendo de suas responsabilidades, respeitam os limites de competências de cada um e monitoram suas atividades.

Na plataforma, professores e tutores terão em suas mãos um diagnóstico mais abrangente de cada turma orientada. É possível levantar dados sobre frequências dos alunos, desempenho nas avaliações, estudo das reclamações enviadas e, com isso, traçar um perfil da turma, sempre buscando ações de melhoria para o desenvolvimento do curso.



Além disso, esse diagnóstico permite aos professores e tutores analisarem os pontos que precisam ser melhorados, alguns motivos de ausência de alunos e outros fatores que interferem no aprendizado escolar.

Os gestores escolares podem analisar a operacionalidade e eficiência do sistema por meio de um levantamento do número de visitas da página, tipos de operações que estão sendo mais requeridas e quais precisam ser reestruturadas.

A grande inovação é que o sistema pode ser operacionalizado de forma individual ou coletiva dentro do ambiente escolar. Ou seja, caso a escola não tenha interesse em integrar essa plataforma ao seu sistema de gestão acadêmica, o educador tem a opção de contratar o serviço de forma individual.

### 1.18 MATERIAL DIDÁTICO

A Faculdade São Francisco de Assis desenvolve o material didático institucional atendendo as demandas definidas por cada disciplina do curso.

Os materiais didáticos desenvolvidos para cada unidade curricular (disciplina) são divididos em dois tipos: material básico e material complementar.

O material básico serve como fonte fundamental de consulta para os alunos, sendo organizada de forma didática para que o processo de ensino e aprendizagem seja pleno em seu objetivo de capacitar os futuros egressos do curso nas competências e habilidades necessárias para o seu exercício profissional.

O material básico deve incluir todo conteúdo referencial para as disciplinas. Esse material deve ser concebido pelo docente conteudista e disponibilizado para o corpo discente por meio da plataforma que a faculdade possui, desenvolvida pela empresa Gennera, em conjunto com o SAP, (<https://www.gennera.com.br/solucoes/>), através da solução de ensino a distância Sala de Aula, onde se procurou buscar a integração das gestões acadêmica e institucional, por meio do Gennera *Academic One*. A plataforma utilizada pela faculdade é compatível com sistemas Androide e iOS, permitindo que os alunos utilizem as principais tecnologias móveis.

O material básico é composto de recursos digitais e impressos, podendo ser disponibilizado para o corpo discente através de livros textos, físicos e eletrônicos (e-books), de videoaulas, quiz, de vídeos de apresentação, além de todo material e tecnologia que os docentes conteudistas propuserem para a apresentação desse material.

O material complementar será disponibilizado por multimeios definidos pelos docentes e tutores das disciplinas, podendo ter o mesmo formato do material básico ou utilizar outros meios necessários para a integralidade do processo de formação do aluno. Esse material poderá ser físico ou digital, sendo apresentado na forma de livros textos, na forma de documentos, de artigos, de vídeos, de documentários, de entrevistas, de filmes, de software etc., disponibilizados para consulta ou download no ambiente virtual de aprendizagem da Faculdade São Francisco de Assis.

Os livros textos devem apresentar todos os conteúdos definidos nas ementas das disciplinas do curso, sendo disponibilizados na forma impressa e na forma digital. Os docentes conteudistas deverão produzir esse material seguindo uma linguagem compatível com o ensino a distância, devendo não se limitar a produção de textos tradicionais, com características mais estáticas e com o uso de figuras. Os textos poderão estar associados com ferramentas de áudio, como músicas, falas, explicações etc., de visualização, como vídeos, mapas, fotos, ilustrações hipertextos etc., assim como todos os recursos que facilitem o aprendizado do aluno.

As videoaulas são fundamentais para a motivação do corpo discente, na busca do melhor aproveitamento no processo de ensino e aprendizagem. As videoaulas devem ser concebidas com o intuito de facilitar esse processo. Esse material deve ser concebido de forma conjunta com os textos em PDF ou em e-book, para que os alunos tenham um conjunto amplo de possibilidade de aprendizado. As videoaulas poderão ser apresentadas na forma de áudio, de captura de tela e de vídeo.



O quiz é uma ferramenta disponibilizada pelo Gennera *Academic One*, que possibilita a realização de testes ao longo do processo de ensino e aprendizagem. As questões que serão utilizadas nessa ferramenta serão desenvolvidas pelos docentes conteudistas, quando da elaboração dos livros textos e pelos docentes responsáveis pelas disciplinas e discutidas com os alunos pelos tutores presenciais e a distância.

Todo material didático institucional deverá ser desenvolvido tendo como referência o plano de ensino de cada disciplina prevista no PPC do curso, considerando as ementas, os conteúdos programáticos, os critérios de avaliação e as bibliografias básicas e complementares dessas disciplinas.

Estarão envolvidos vários atores no desenvolvimento dos materiais didáticos que serão disponibilizados para a operacionalização do curso. Além do professor conteudista, o material será desenvolvido sob a gerência do grupo multidisciplinar, que possui regulamentação própria, e é composto por: Coordenador da Equipe Multidisciplinar, Coordenador do Curso, Revisores dos Conteúdos Desenvolvidos, Revisores Textuais, Catalogadores das Fontes, responsável pelo Projeto Gráfico e Capa e demais membros convidados.

Os materiais didáticos serão desenvolvidos tendo como fundamento o projeto pedagógico do curso, considerando sua abrangência acadêmica, especialmente no que se refere à acessibilidade através das ferramentas do AVA, das indicações bibliográficas das disciplinas do curso, buscando sempre caminhos que facilitem a interação entre professores, tutores e discentes, com linguagens inclusivas e acessíveis a todos os níveis de aprendizado, sempre com ferramentas tecnológicas inovadoras.

O grupo multidisciplinar de apoio na produção e design do material didático deverá disponibilizar toda logística necessária para o desenvolvimento do material didático básico e complementar. Serão os responsáveis pela revisão do material em todos os seus aspectos, que inclui a formatação, diagramação, revisão do português, revisão da utilização de recursos para o ensino em EaD, como links, imagens, áudios, vídeos etc.

O coordenador do curso deverá acompanhar todas as etapas do desenvolvimento do material didático que será utilizado no curso, aprovando o resultado final desenvolvido pelos demais atores.

O professor conteudista poderá ser o próprio professor da disciplina, mas também poderão ser outros professores que atuem como responsáveis pelo desenvolvimento dos materiais básicos e complementares. Esses professores terão um contrato específico para a realização dessa tarefa.

A publicação do material didático institucional básico e complementar ficará a cargo do grupo de apoio na produção e design. Todo material digitalizado será disponibilizado na plataforma Gennera *Academic One*.

O grupo de professores da mantenedora da Faculdade São Francisco de Assis criou uma editora para a faculdade, que tem a responsabilidade de contratar os professores conteudistas e editar os materiais a serem disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

## **1.19 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS ENSINO-APRENDIZAGEM**

### **1.19.1 Processos de Avaliação do Estudante**

#### **1.19.1.1 Sistema de avaliação**

A avaliação do desempenho escolar dos cursos presenciais e a distância é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento escolar. A frequência às aulas e demais atividades escolares é obrigatória e permitida apenas aos alunos matriculados.

Independentemente dos demais resultados obtidos são considerados reprovados na disciplina o aluno que não obtiver frequência de, no mínimo 75 % das aulas. A verificação e o registro de frequência são de responsabilidade do professor nas disciplinas presenciais; já nas disciplinas em EAD o registro de



frequência é feito diretamente pelo sistema Gennera e é de responsabilidade do tutor a verificação e o acompanhamento da frequência.

O aluno convocado para integrar o Conselho de Sentença em Tribunal do Júri, prestar Serviço Militar Obrigatório ou Serviço da Justiça Eleitoral, assim como portadores de doenças infectocontagiosas e gestantes têm direito a atendimentos especiais na forma da legislação em vigor. Desde que devidamente comprovados e amparados pela legislação especial, o prazo para atender pedidos formulados com base no disposto no parágrafo anterior é de 3 (três) dias úteis, contados da data de início do ocorrido.

A aferição do aproveitamento escolar de cada disciplina é feita por meio de notas de zero a dez, utilizando-se uma casa decimal após a vírgula, arredondando matematicamente a primeira casa decimal em razão da segunda casa decimal.

O aproveitamento escolar é mensurado pelo acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nas provas, trabalhos, atividades acadêmicas e outras, e, caso necessário, na realização de exame final.

Durante o semestre, em cada disciplina presencial, dos cursos presenciais, serão aplicadas, obrigatoriamente, duas provas escritas presenciais, elaboradas pelos docentes das disciplinas e corrigidas por eles, uma na metade do semestre e outra ao final do semestre, cujo conteúdo é cumulativo, as quais devem representar, no mínimo, 55% do aproveitamento escolar, ou seja, os trabalhos poderão compor a nota em, no máximo 45%. Essa exigência se aplica como regra geral, exceto nas disciplinas que, pelas suas características específicas, exijam um percentual maior do que 45% para composição da nota, a exemplo de Metodologia Científica e outras aprovadas pela Direção.

Durante o semestre, em cada disciplina EAD, dos cursos presenciais, serão aplicadas, obrigatoriamente, duas provas escritas, sendo a primeira a distância e a segunda obrigatoriamente presencial, elaboradas pelos docentes ou conteudistas das disciplinas e corrigidas pelos professores e tutores, uma na metade do semestre e outra ao final do semestre, cujo conteúdo é cumulativo, as quais devem representar, no mínimo, 55% do aproveitamento escolar.

Durante o semestre letivo, nos cursos presenciais, o professor atribui, para cada disciplina, duas notas, compostas das provas, dos trabalhos e exercícios realizados, se for o caso, e, se o aluno não atingir média para aprovação, uma única prova de substituição presencial cumulativa, que visa substituir alguma nota que porventura o aluno tenha faltado ou não tenha atingido nota para aprovação, portanto, não pode ser realizada com o intuito de melhorar a nota.

A prova de substituição permuta uma das duas notas obtidas no semestre, ou seja, no caso de disciplinas dos cursos presenciais, cuja nota é composta por prova, trabalhos e exercícios, a nota obtida na prova de substituição, substitui a nota obtida anteriormente, portanto, os resultados obtidos em trabalhos e exercícios não são computados na nota da substituição, apenas é considerado o resultado obtido na prova de substituição.

Em qualquer disciplina dos cursos presenciais, os alunos que obtêm média aritmética semestral de aprovação igual ou superior a seis (6,0) na primeira e segunda notas ou, eventualmente, na substituição e frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%) são considerados aprovados. Os que não atingirem média seis (6,0) nas notas descritas anteriormente, poderão realizar exame final, cujo conteúdo será cumulativo.

Em qualquer disciplina, os alunos que não atingirem a média de aprovação, têm direito de realizar exame final. Os alunos que obtêm nota do exame final igual ou superior a cinco (5,00) são considerados aprovados, portanto, não pode ser realizada com o intuito de melhorar a nota.

### **1.19.2 Aproveitamento de Estudos**

Os interessados em aproveitarem estudos devem apresentar prova de equivalência, mediante apresentação dos programas das disciplinas que passará a constar do seu prontuário junto aos arquivos da Faculdade São Francisco de Assis.



Será concedido aproveitamento de disciplina quando o conteúdo e a carga horária da disciplina cursada em outro estabelecimento forem compatíveis em, pelo menos, 75% ou mais do conteúdo e carga horária da disciplina da Faculdade São Francisco de Assis e desde que atendidas às diretrizes curriculares. No caso de dúvida quanto à compatibilidade dos programas das disciplinas, será oportunizado ao aluno a possibilidade de realização de uma prova, cujo conteúdo está fundamentado no programa vigente da disciplina, a ser realizada em até 30 (trinta) dias após o protocolamento do requerimento junto à secretaria da faculdade. O resultado da referida prova será entregue ao aluno no prazo de até 10 (dez) dias da realização da prova. Será considerado aprovado o aproveitamento ao aluno que atingir, no mínimo, nota 5,0 (cinco).

O aluno que demonstrar notável aproveitamento nos estudos, evidenciado pela obtenção de média acima de 9,5 e já tendo cursado, no mínimo, 70% dos créditos relativos ao curso, poderá ter abreviada a duração do seu curso, por meio da realização de uma prova aplicada por banca examinadora especial, sendo que a prova será realizada em um prazo de dois meses a contar do início do semestre seguinte ao da solicitação, mediante protocolo. A banca examinadora que elaborará a prova escrita será composta pelo professor da respectiva disciplina e outro professor que possua conhecimento na área em análise.

A prova para obter aproveitamento de estudos referida no parágrafo anterior não poderá ser solicitada por aluno que reprovou em determinada disciplina, haja vista que claramente não possui notável conhecimento na matéria.

Para realizar a referida prova o aluno deverá se matricular normalmente na disciplina e efetuar o pagamento dos créditos relativos à mesma.

### 1.19.3 Procedimentos de acompanhamento

Os procedimentos de acompanhamento, utilizados nos processos de ensino-aprendizagem da Faculdade São Francisco de Assis, atendem à concepção do curso definida nesse projeto pedagógico, pois permite o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva, uma vez que os Planos de Aprendizagem são disponibilizados aos alunos quando eles realizam as matrículas, sendo que o mesmo contém todas as informações necessárias, tais como: disciplinas a serem cursadas em cada módulo ao longo do curso, a aula-a-aula, o programa da disciplina, a ementa, os objetivos de aprendizagem, habilidades e competências a serem desenvolvidas, a bibliografia básica e complementar, os periódicos, artigos, vídeos disponibilizados no portal, relacionamento com outras disciplinas/temas de estudo, metodologias de ensino-aprendizagem, critérios de avaliação e atividades práticas supervisionadas, quando for o caso.

Quando da realização dos trabalhos e outras atividades avaliativas das disciplinas, o aluno recebe o resultado individualizado identificando os conteúdos em que teve dificuldade e demonstrando o procedimento correto em relação ao mesmo, viabilizando a melhoria da aprendizagem, por meio das avaliações realizadas.

O processo de ensino e aprendizagem é focado no aluno e disponibiliza material didático em diversos formatos para que, independentemente das preferências do aluno, ele possa aproveitar ao máximo seu curso. O tutor/professor faz a gestão individualizada por meio do grupo de discussões no portal do aluno, acompanhando, avaliando e motivando o aluno durante sua caminhada. As interações assíncronas entre tutor/professor e alunos, o material didático disponibilizado e nas atividades avaliativas acontecem em todas as disciplinas, que são oferecidas sequencialmente.

Todos os partícipes do curso compartilham a obrigação de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem, porém o professor/tutor tem um papel extremamente relevante nesse processo, já que cabe a ele, a partir das ferramentas disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem da instituição, uma série de atribuições nesse sentido, tais como:

-  Fomentar o engajamento *on-line* dos alunos de suas disciplinas, considerando que isso representa uma forma natural de avaliar e acompanhar o desempenho discente, o interesse pela disciplina, além de poder identificar os possíveis pontos fortes e fracos dos alunos;

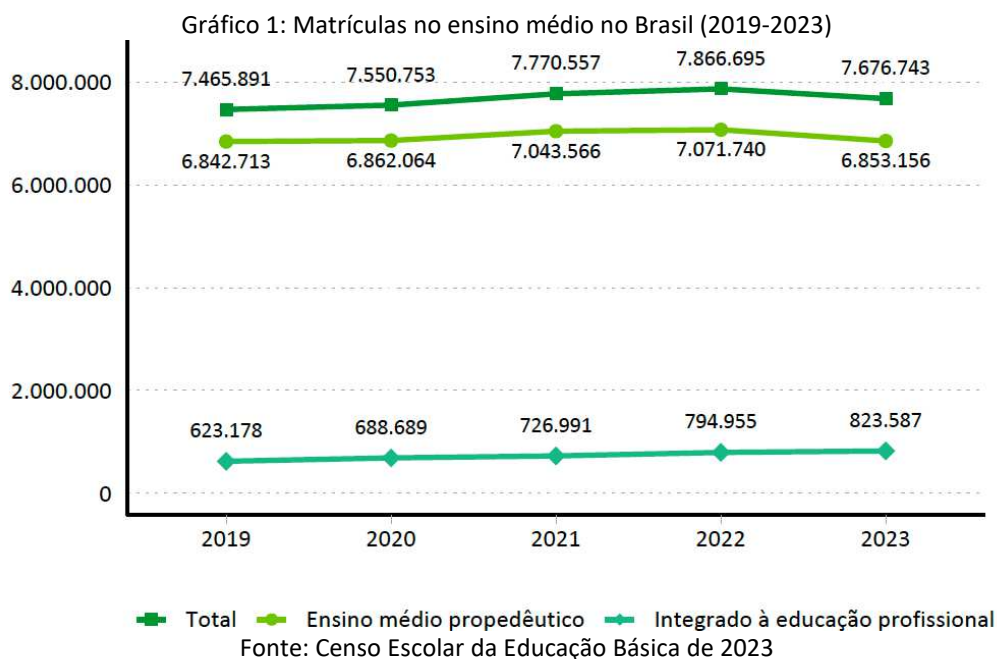


- ✿ Acompanhar o número de acessos as suas disciplinas através dos relatórios disponibilizados na plataforma Gennera, podendo identificar o sucesso da disciplina, como alguns problemas que possam estar acontecendo e que possam ser prontamente solucionados. Esse acompanhamento poderá gerar um *dashboard* com interfaces gráficas, fornecendo rápidas visualizações desse indicador de desempenho relevante para o acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem nas suas disciplinas;
- ✿ Acompanhar a realização de atividades acadêmicas propostas pelos professores responsáveis pelas disciplinas, identificando a regularidade da realização das atividades por parte dos alunos (esse elemento é possível vislumbrar no painel de notificações de realização de atividades, disponibilizado pela plataforma Gennera). Essa supervisão poderá fazer parte do *dashboard* com interfaces gráficas que darão suporte ao processo de acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem nas disciplinas sob sua responsabilidade;
- ✿ Acompanhar a realização das avaliações formais definidas para cada disciplina sob sua responsabilidade, avaliações intermediárias ou finais, para identificar a desempenho de cada aluno, apontando as dificuldades que possam ter ocorrido com o processo de ensino-aprendizagem nas suas disciplinas. A partir desse acompanhamento, poderão sugerir alterações em todos os elementos pertinentes a sua disciplina, colaborando com os professores responsáveis, para que os alunos possam vir a ter um desempenho futuro superior;
- ✿ Gerenciar e fomentar o uso do grupo de discussão (chat) de sua disciplina, fazendo a interação on-line entre os alunos, os professores responsáveis pelas disciplinas, os professores conteudistas e a instituição;
- ✿ Responder os e-mails e mensagens que tenham como origem os alunos das disciplinas sob sua responsabilidade, fazendo com que os alunos tenham um feedback de suas demandas dentro do prazo determinado pela faculdade, garantindo o engajamento dos alunos, mesmo a distância;
- ✿ Gerenciar todo o processo de tutoria on-line, para que os alunos possam ser acompanhados e avaliados no cotidiano do processo de ensino-aprendizagem nas suas disciplinas. Os alunos terão sempre no tutor o caminho para sanar suas dúvidas e um caminho para reforçar seu aprendizado através da tutoria. A efetiva realização da tutoria facilita a identificação da performance dos alunos, ensejando um processo fundamental para o acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem nas suas disciplinas.

## 1.20 NÚMERO DE VAGAS

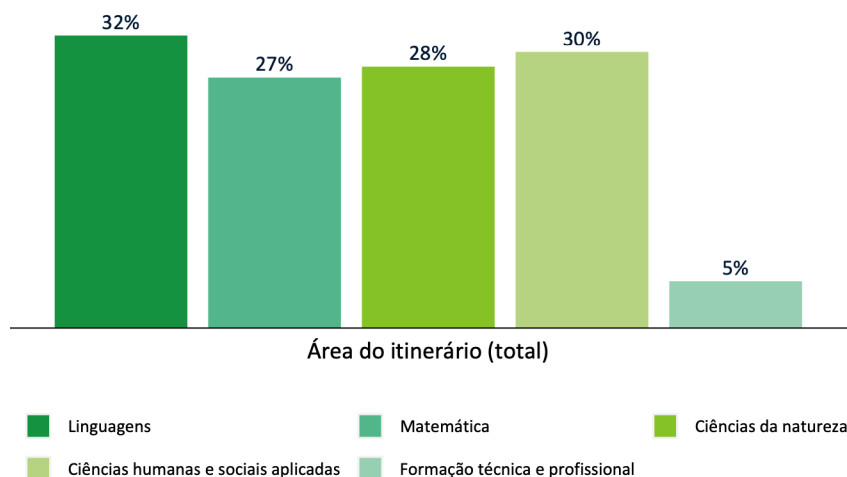
O Curso de **Direito** possui 100 vagas totais anuais. Para a determinação do número de vagas para o curso, foram analisados vários fatores que podem ter impactado positiva no comportamento dos alunos do ensino médio, especialmente na busca de novas oportunidades de ingressarem no ensino superior.

Um fator importante nessa análise foi o aumento no número de alunos matriculados no ensino médio nos anos de 2019 a 2023. Conforme o gráfico 1, o número de matrículas do ensino médio no Brasil, tanto no ensino propedêutico como profissional, se manteve regular, indicando uma estabilidade para o número de candidatos para o ensino superior nos próximos anos se essa tendência se mantiver. Só no ano de 2023, foram registradas 7,7 milhões de matrículas no ensino médio, como pode ser observado no gráfico 1.



Outro fator que deve ser destacado que poderá influenciar na escolha pelo curso de Direito é o percentual alunos do ensino médio segundo a área da trilha de aprofundamento do itinerário formativo de 2023. Percebe-se que as áreas das Linguagens e das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas totalizam 62% das escolhas dos alunos do ensino médio no Brasil, conforme gráfico 2.

Gráfico 2: Percentual de alunos do ensino médio segundo a área da trilha de aprofundamento do itinerário formativo – Brasil – 2023



Além desses fatores, outro elemento que deve ser considerado na análise das vagas do curso de Direito da Faculdade São Francisco de Assis é o número de matrícula na educação de jovens e adultos no nível médio. Segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2023, foram mais de 1 milhão de matriculados nesse segmento de formação de educação básica, sendo que parte pode buscar o curso na área do Direito.

Além disso, de acordo com o Censo Escolar da Educação Básica de 2023, o ensino médio no Brasil foi ofertado por 29.754 escolas naquele ano. Nos últimos cinco anos, tanto as redes públicas



quanto privadas registraram um aumento gradual no número de instituições que oferecem essa etapa de ensino. No período de 2019 a 2023, esse crescimento foi de 3,1% no total.

Diante desse cenário positivo do número de alunos no ensino médio é possível analisar o cenário que deverá ser vivenciado pelo curso de **Direito** que está sendo oferecido pela Faculdade São Francisco de Assis.

Analisando o cenário local, o número de inscritos nos últimos 5 anos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que é a principal Universidade da região e que disponibiliza o curso de Direito, apresentou a seguinte densidade para o curso:

- 🌻 2025: curso diurno: 1029 inscritos para 98 vagas, com 10,5 candidatos por vaga; curso noturno: 973 inscritos para 147 vagas, com 6,62 candidatos por vaga;
- 🌻 2024: curso diurno: 1007 inscritos para 98 vagas, com 10,28 candidatos por vaga; curso noturno: 1014 inscritos para 147 vagas, com 6,9 candidatos por vaga;
- 🌻 2023: curso diurno: 879 inscritos para 98 vagas, com 8,79 candidatos por vaga; curso noturno: 895 inscritos para 147 vagas, com 6,09 candidatos por vaga;
- 🌻 2022: curso diurno: 619 inscritos para 98 vagas, com 6,32 candidatos por vaga; curso noturno: 587 inscritos para 147 vagas, com 3,99 candidatos por vaga.

No ano de 2021, em função da pandemia da COVID, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dividiu o vestibular em duas etapas, dificultando a comparação com os anos posteriores.

Além da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, existem outras instituições em Porto Alegre que oferecem vagas para o curso de Direito, sendo que a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) a principal concorrente. Porém, considerando a estratégia de inclusão adotada pela Faculdade São Francisco de Assis, é possível realizar a comparação do valor do crédito entre essas duas instituições de ensino e perceber que a nossa faculdade cumpre um papel fundamental para o desenvolvimento da região.

O valor de 1 crédito praticado pela Faculdade São Francisco de Assis é de R\$ 52,78 e da PUCRS, conforme disponibilizado pelo portal dessa instituição para o curso de Direito é de R\$ 9.088,69 por semestre. O aluno que faz o curso regular com 5 disciplinas (20 créditos) na semana deverá pagar na Faculdade São Francisco de Assis R\$ 6.333,60 e na PUCRS R\$ 18.035,03, conforme tabela 1.



Tabela 1: Mensalidade do curso de Direito na PUCRS

| Créditos | Semestre  | Primeira Mensalidade | 5 Mensalidades |
|----------|-----------|----------------------|----------------|
| 1        | 9.088,69  | 3.005,67             | 1.216,60       |
| 2        | 9.559,55  | 3.005,67             | 1.310,78       |
| 3        | 10.030,41 | 3.005,67             | 1.404,95       |
| 4        | 10.501,27 | 3.005,67             | 1.499,12       |
| 5        | 10.972,13 | 3.005,67             | 1.593,29       |
| 6        | 11.442,99 | 3.005,67             | 1.687,46       |
| 7        | 11.913,85 | 3.005,67             | 1.781,64       |
| 8        | 12.384,71 | 3.005,67             | 1.875,81       |
| 9        | 12.855,57 | 3.005,67             | 1.969,98       |
| 10       | 13.326,43 | 3.005,67             | 2.064,15       |
| 11       | 13.797,29 | 3.005,67             | 2.158,32       |
| 12       | 14.268,15 | 3.005,67             | 2.252,50       |
| 13       | 14.739,01 | 3.005,67             | 2.346,67       |
| 14       | 15.209,87 | 3.005,67             | 2.440,84       |
| 15       | 15.680,73 | 3.005,67             | 2.535,01       |
| 16       | 16.151,59 | 3.005,67             | 2.629,18       |
| 17       | 16.622,45 | 3.005,67             | 2.723,36       |
| 18       | 17.093,31 | 3.005,67             | 2.817,53       |
| 19       | 17.564,17 | 3.005,67             | 2.911,70       |
| 20       | 18.035,03 | 3.005,67             | 3.005,87       |

Fonte: <https://portal.pucrs.br/wp-content/uploads/2024/12/2024-05-12-informacoes-financeiras-mensalidades-graduacao-tabela-8.pdf>

Conforme informações registradas no sistema financeiro da instituição, todos atuais alunos da Faculdade possuem bolsa, sendo em média um desconto de 50% sobre o valor da mensalidade. Dados obtidos no relatório de bolsas da instituição, os mais de 162 alunos regularmente matriculados no segundo semestre de 2024, tanto na modalidade presencial como EaD tinham, pelo menos, 50% de bolsas.

Considerando dados divulgados pela CNN sobre o Censo da Educação Superior de 2023 (<https://www.cnnbrasil.com.br/educacao/pedagogia-direito-e-mais-veja-ranking-dos-cursos-com-mais-alunos-matriculados/>), o curso de Direito está entre os cursos presenciais mais procurados no Brasil, fundamentando, pelo menos em parte o número de vagas oferecidas pela faculdade. A figura 3 apresenta a relação dos 10 cursos presenciais mais demandados no Brasil, sendo curso de Direito o primeiro mais procurados.



Figura 3: Cursos presenciais mais procurados no Brasil por número de matrículas

1. Direito – 658.530 matrículas
2. Psicologia – 343.261 matrículas
3. Enfermagem – 279.326 matrículas
4. Medicina – 266.507 matrículas
5. Administração – 228.209 matrículas
6. Pedagogia – 162.813 matrículas
7. Odontologia – 162.306 matrículas
8. Medicina veterinária – 149.470 matrículas
9. Fisioterapia – 143.847 matrículas
10. Sistemas de informação – 141.191 matrículas

Fonte: CNN (<https://www.cnnbrasil.com.br/educacao/pedagogia-direito-e-mais-veja-ranking-dos-cursos-com-mais-alunos-matriculados/>)

Portanto, com base na análise dos dados educacionais e do cenário competitivo, é possível afirmar que a oferta de vagas para o curso de Direito da Faculdade São Francisco de Assis está alinhada com a demanda crescente por essa formação no Brasil. O aumento no número de matrículas no ensino médio nos últimos anos, aliado à expressiva escolha dos alunos pelas áreas de Linguagens e Ciências Humanas, reforça a tendência de maior interesse por cursos na área do Direito.

Além disso, a concorrência por vagas nas universidades públicas da região, especialmente na UFRGS, demonstra que há um contingente significativo de candidatos em busca de oportunidades no ensino superior. Nesse contexto, a Faculdade São Francisco de Assis se posiciona como uma alternativa acessível e estratégica, oferecendo um modelo de inclusão educacional por meio de valores competitivos e um sistema de bolsas que beneficia todos os seus alunos.

Por fim, ao considerar que o curso de Direito se mantém como um dos mais procurados no Brasil, conforme apontam os dados do Censo da Educação Superior de 2023, a instituição reforça sua relevância na formação de novos profissionais para o mercado jurídico, contribuindo para o desenvolvimento regional e social.

#### 1.21 NSA

#### 1.22 NSA

#### 1.23 NSA

#### 1.24 NSA

#### 1.25 INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

A integralização Curricular do Curso é de, no mínimo 10 (dez) semestres letivos e no máximo de 10 anos.



O regime acadêmico do Curso caracteriza-se como seriado, sendo a integralização curricular dos cursos feita em blocos acadêmicos que, com oferta semestral, são distribuídos no tempo para integralização dos estudos.

O currículo do curso é constituído de matérias estabelecidas em legislação específica do órgão legal competente e nos respectivos planos de curso, fixados e aprovados pelo órgão legal competente, de matérias complementares e de caráter optativo, fixado pela Faculdade São Francisco de Assis. As matérias do curso são desdobradas em disciplinas de duração semestral.

As disciplinas obrigatórias, exigidas para todos os alunos, constituem-se, ao menos, de matérias do currículo do curso fixadas pelo órgão legal competente. A integralização do currículo do curso habilita o aluno à obtenção do diploma.

Por disciplina entende-se o conjunto delimitado e homogêneo de conhecimentos e técnicas correspondentes a um programa de estudos e atividades, desenvolvido em um determinado número de horas-aulas que são distribuídas ao longo do período letivo.

O plano de cada disciplina juntamente com a respectiva ementa, conteúdo programático e bibliografia básica deve ser elaborado pelos professores que a ministram e encaminhado ao Coordenador do Curso.

A duração da hora-aula para qualquer turno é de, no mínimo, uma hora relógio.

Para cada disciplina é obrigatório o cumprimento integral da carga horária e do conteúdo programático estabelecido em seu plano de ensino.

A integralização curricular é feita pelo sistema de créditos.

#### **1.25.1 Regimento Escolar e Didático Científico do Curso**

O período letivo semestral do curso, independente do ano civil, abrange no mínimo cem dias de atividades efetivas distribuídas em dois períodos letivos regulares, nele não se incluindo os dias reservados aos exames finais.

O ano letivo escolar pode ser prorrogado, para complementar a programação estabelecida, por motivos de greves, calamidade pública, guerra externa, convulsão interna e a critério dos órgãos competentes por outras causas excepcionais, independentes da vontade do corpo discente.

A Faculdade São Francisco de Assis informará aos interessados, antes de cada período letivo, o programa do curso e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

Entre os períodos letivos regulares poderão ser realizados programas de ensino e pesquisa, de modo a assegurar o funcionamento contínuo do curso e atender, entre outros, aos seguintes objetivos: proporcionar oportunidades de recuperação aos alunos de aproveitamento insuficiente e proporcionar a realização de estudos de graduação por meio de disciplinas de duração regular e intensiva, desde que o número de alunos atenda às diretrizes econômicas, administrativas ou pedagógicas da Instituição, observando o prazo mínimo de integralização do Curso determinado pelo órgão legal competente.

As atividades do curso são previstas no calendário semestral no qual constam, pelo menos, as datas de início e de encerramento das matrículas, início e fim do período letivo, períodos de provas e exames, início e encerramento dos prazos de trancamento e cancelamento de matrículas, assim como as datas de reunião do Conselho.

O Diretor da Faculdade tem autorização para efetuar alterações *ad referendum* no calendário semestral devendo submeter estas alterações à apreciação do Conselho Superior de Administração.



1.26 NSA

1.27 NSA

1.28 NSA

1.29 NSA

2. CORPO DOCENTE E TUTORIAL

2.1 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o conjunto de professores do curso, composto por pelo menos cinco docentes que exerçam liderança acadêmica, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela Instituição, que atuem sobre o desenvolvimento do curso e tenham elevada formação e titulação. No mínimo, 60% de seus membros devem ter titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* e todos os seus membros devem ter sido contratados em tempo integral ou parcial, sendo pelo menos 20% em tempo integral. Estes respondem mais diretamente pela concepção, implementação, consolidação e contínua atualização do PPC (Resolução CONAES 1/2010). É formado pelo Coordenador do Curso juntamente com quatro docentes altamente qualificados e engajados na construção dos projetos pedagógicos e que ministram aulas no curso. Suas principais atribuições são:

- ✿ Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- ✿ Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- ✿ Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação e de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- ✿ Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação;
- ✿ Analisar as novas propostas pedagógicas e envolver a comunidade acadêmica com atividades que propiciem a convivência entre os seus membros;
- ✿ Garantir qualidade no processo de formação do aluno, a fim de oferecer à sociedade um egresso capacitado e apto a atuar nos setores nos quais for inserido, entre outras.

No Curso de **Direito** o NDE possui **100%** de titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* reconhecidos pela CAPES/MEC, sendo que deste percentual **20%** são doutores. A composição está sendo apresentada no **Quadro 11**.

Quadro 11: Composição do NDE do Curso de Direito

| Nome do Professor                    | Titulação | Formação Acadêmica | Regime de Trabalho |
|--------------------------------------|-----------|--------------------|--------------------|
| Otávio Borsa Antonello               | Mestrado  | Direito            | Integral           |
| Alexandre Alberto Werlang dos Santos | Mestrado  | Direito            | Integral           |
| Edson Roberto Oaigen                 | Doutorado | Educação           | Integral           |
| Jonny Werlang Berger                 | Mestrado  | Direito            | Parcial            |
| Neida Teresinha Leal Floriano        | Mestrado  | Direito            | Parcial            |

Fonte: Elaborado pelos autores



## 2.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A Faculdade São Francisco de Assis conta com uma equipe técnica multidisciplinar para a concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e recursos educacionais para a educação a distância, composta pelo grupo de apoio na produção e design (GAP), o coordenador do curso e os professores conteudistas. Em todas as fases de produção do material didático, os professores responsáveis pelas disciplinas dos cursos participam do processo de desenvolvimento dos materiais, desde a primeira revisão, onde podem ser sugeridas novas abordagens, especialmente com propostas de inclusão ou alterações de tecnologias e recursos que facilitem o processo de ensino-aprendizagem de cada disciplina.

A Equipe Técnica Multidisciplinar de Graduação EaD é composta, além dos coordenadores dos cursos e da equipe do GAP, pelos professores Antônio Ricardo Monteiro Marinho, Andréia Castiglia Fernandes, Elisiane Alves Fernandes e Paulo Schmidt. A Revisão de Conteúdo é feita pelos Professores Paulo Schmidt e Antônio Ricardo Monteiro Marinho. A Revisão Textual é feita pela colaboradora Josiane Fonseca da Cunha. A Catalogação na Fonte pela Bibliotecária Josiane Fonseca da Cunha. O Projeto Gráfico e Capa pelo colaborador Giovanni Castiglia Fernandes. O coordenador da equipe multidisciplinar é o Prof. Paulo Schmidt. Além dessa equipe permanente, os coordenadores dos cursos EaD são incorporados na equipe multidisciplinar, quando as demandas são dos cursos por eles gerenciados.

A Equipe Multidisciplinar da FSFA, prevista em consonância com o PPCs dos cursos oferecidos na modalidade à distância (EaD) e dos cursos presenciais que ofertam disciplinas EaD, é nomeada pela Direção da Faculdade e será responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a educação à distância, sendo prevista no plano de ação documentado e implementado e dos processos de trabalho formalizados.

O objetivo da Equipe Multidisciplinar da FSFA é elaborar e/ou validar material didático utilizado no processo de ensino-aprendizagem para a modalidade de ensino a distância na Faculdade São Francisco de Assis.

A Equipe Multidisciplinar deverá planejar, elaborar, desenvolver, aprovar e disponibilizar todo material didático-pedagógico previstos nos PPCs dos cursos oferecidos na modalidade de EaD da faculdade, e dos cursos presenciais que ofertam disciplinas EaD, gerenciando os projetos de desenvolvimento desses materiais, especialmente o processo de transformação dos textos e demais produtos desenvolvidos pelos professores conteudistas, para as linguagens da EaD, com a adaptação necessária para utilização no AVA da faculdade.

Cabe a Equipe Multidisciplinar dar todo suporte técnico para criações gráficas e audiovisuais que possam oferecer um material de qualidade para a comunidade acadêmica, considerando aspectos como a sua adequação às ementas das disciplinas, aprofundamento e coerência teórica, sua adequação metodológica e tecnológica, além da adequação da bibliografia indicada, considerando as exigências da formação dos egressos dos cursos oferecidos na modalidade EaD e dos egressos dos cursos presenciais que ofertam disciplinas EaD.

Além disso, a equipe multidisciplinar deverá analisar, sugerir alterações e aprovar os conteúdos educacionais digitais de materiais on-line disponibilizados através de aulas gravadas em vídeo e disponibilizadas de forma digital através do ambiente virtual da Plataforma Educacional ÁUREA (conteúdo digital VG) e do ambiente virtual da plataforma Wayco (conteúdo digital DTCOM), contratadas pela Faculdade São Francisco de Assis.

Na FSFA essa equipe é composta pelos seguintes membros: Coordenador da Equipe Multidisciplinar, Coordenadores dos Cursos EaD, Revisores dos Conteúdos, Revisores Textuais, Responsáveis pela Catalogação na Fonte, Responsáveis pelo Projeto Gráfico e Capa, e demais membros que poderão ser indicados pelo coordenador da equipe multidisciplinar. As atribuições de cada um dos membros da equipe estão descritas a seguir.



**Coordenador da Equipe Multidisciplinar:**

As atividades do coordenador da Equipe Multidisciplinar compreendem:

- ✿ Planejar, em conjunto com os professores, tutores e coordenadores dos cursos, o uso das salas e equipamentos para as atividades dos cursos na sede e nos polos;
- ✿ Gerenciar as demandas de toda comunidade acadêmica, recebendo e enviando para os Coordenadores dos Cursos essas demandas;
- ✿ Ser o canal de comunicação junto à mantenedora, para que todas as necessidades demandadas para o bom funcionamento dos Cursos sejam analisadas;
- ✿ Fazer com que todas as determinações das instâncias superiores sejam cumpridas.

**Coordenadores dos Cursos EaD e dos Cursos Presenciais que ofertam disciplinas EaD:**

É de responsabilidade dos Coordenadores:

- ✿ Participar das atividades da equipe quando a demanda for do seu curso;
- ✿ Propor ao Coordenador Geral dos Cursos a eliminação ou a inclusão de disciplinas EaD, indicando-lhe os objetivos e os conteúdos, o que implicará na participação da equipe multidisciplinar na adequação das novas propostas;
- ✿ Levantar a necessidade de treinamento do seu pessoal e tutores, submetendo à apreciação do Coordenador da equipe;
- ✿ Propor projetos de ensino, pesquisa e extensão, inclusive cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros em EaD;
- ✿ Apresentar sugestões e planos de desenvolvimento de seu curso em EaD, no âmbito de sua competência;
- ✿ Apresentar sugestões e planos de desenvolvimento das disciplinas do seu curso ofertadas na modalidade EaD, no âmbito de sua competência;
- ✿ Orientar a biblioteca na aquisição de obras ou na elaboração ou adequação dos materiais já desenvolvidos pela equipe multidisciplinar;
- ✿ Participar diretamente nas visitas de comissões externas à faculdade no âmbito de seu curso;
- ✿ Providenciar todo apoio necessário para que os tutores tenham um pleno desempenho em suas atividades de tutoria;
- ✿ Acompanhar, avaliar e relatar ao coordenador da equipe multidisciplinar eventuais problemas que possam ocorrer na operacionalização das aulas e dos materiais utilizados nos cursos em EaD e nas disciplinas dos cursos presenciais que ofertam disciplinas na modalidade EaD;
- ✿ Analisar, sugerir alterações e aprovar os conteúdos educacionais digitais na modalidade de material on-line disponibilizados através de aulas gravadas em vídeo e disponibilizadas de forma digital através do ambiente virtual da Plataforma Educacional ÁUREA (conteúdo digital VG) e do ambiente virtual da Plataforma Wayco (conteúdo digital DTCOM).

**Revisores de Conteúdo:**

As atividades dos Revisores dos Conteúdos compreendem:

- ✿ Verificar se os materiais produzidos pela equipe multidisciplinar atingiram os objetivos traçados pelos coordenadores dos cursos e pelos professores responsáveis pelas disciplinas;
- ✿ Conferir se as ênfases determinadas nas ementas das disciplinas estão contempladas nos materiais produzidos;
- ✿ Examinar se a composição didática do material produzido atinge os objetivos propostos pelas disciplinas;



- ✿ Avaliar se o ordenamento, a relevância, o relacionamento e a contextualização dos conteúdos estão adequados aos objetivos propostos pelas disciplinas;
- ✿ Analisar se as técnicas de ensino propostas nos materiais contemplam as TICs no AVA disponibilizado pela faculdade, tanto para a sede, como para os polos;
- ✿ Analisar se os materiais propostos são capazes de possibilitar a interatividade do processo de ensino-aprendizagem no modelo de EaD.

#### **Revisores Textuais:**

As atividades dos Revisores Textuais compreendem:

- ✿ Orientar e dirigir a construção dos materiais, de acordo com os programas das disciplinas, acompanhando o modo como as ideias são empregadas;
- ✿ Fazer as retificações necessárias de palavras; buscando a melhoria do material, ajustando as construções textuais, dando destaque às palavras, reforçando mensagens, trazendo clareza e coesão para o texto;
- ✿ Reelaborar partes dos textos, dando-lhes forma e modalidade linguística que permita aos alunos entender o conteúdo disponibilizado no material didático;
- ✿ Rer ler os textos, atentando para as expressões utilizadas, sintaxe, ortografia e pontuação;
- ✿ Adaptar os materiais para que possam ser utilizados no AVA da faculdade.

#### **Catálogo da Fonte:**

As atividades dos responsáveis pela Catálogo da Fonte compreendem:

- ✿ Gerenciar o processo de criação da ficha catalográfica do material desenvolvido, seguindo a Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada (ISBD), sumariando no verso da página de rosto, dados essenciais da obra, como: responsabilidade da obra, título, editora, ano de publicação, ISBN/ISSN e assunto.

#### **Projeto Gráfico e Capa:**

As atividades do responsável pelo Projeto Gráfico e Capa compreendem:

- ✿ Desenvolver o briefing do material, a partir das necessidades da disciplina em EaD;
- ✿ Desenvolver um esboço do material para aprovação da equipe multidisciplinar;
- ✿ Programar um projeto do material com todos os detalhes necessários para que a equipe entenda o que será desenvolvido;
- ✿ Desenvolver o layout final e acompanhar a elaboração do material.

#### **Demais membros da equipe multidisciplinar:**

Caberá ao coordenador da equipe multidisciplinar indicar os demais membros da equipe e suas responsabilidades para qualificação do material a ser elaborado para as disciplinas ofertadas pela faculdade na modalidade EaD.

#### **2.2.1 Atribuições da Equipe Multidisciplinar da FSFA**

- ✿ Coordenar a produção dos materiais didáticos (apostilas, vídeo aulas, provas, quiz, sites, material impresso e on-line, etc.) utilizados nas disciplinas em EaD;
- ✿ Prestar assistência aos professores e tutores na elaboração de material didático;
- ✿ Auxiliar na implementação da proposta pedagógica que envolve os materiais didáticos de cada disciplina;
- ✿ Participar diretamente na elaboração dos materiais didáticos elaborados;
- ✿ Aprovar a versão final dos materiais elaborados;
- ✿ Avaliar e aprovar os conteúdos disponibilizados pelo material on-line da Plataforma Educacional ÁUREA (conteúdo digital VG) e da plataforma Wayco (conteúdo digital DTCOM);



- ✿ Participar e contribuir com o programa de formação de tutores e docentes para atuação em cursos e disciplinas em EaD.

### 2.2.2 Revisão dos Materiais

Os materiais produzidos pela Equipe Multidisciplinar deverão ser reavaliados e revistos anualmente, seguindo o seguinte processo:

- ✿ Revisão e atualização dos conteúdos, dos materiais complementares, das atividades e avaliações propostas pelo professor conteudista, sob a responsabilidade de implementação dos tutores, com participação da equipe multidisciplinar, consultado o coordenador de cada curso que oferta disciplinas na modalidade EaD.
- ✿ Análise da atualização e adequação pedagógica, da forma de diálogo apresentada em cada material e análise da adequação visual dos elementos gráficos apresentados em cada material produzido e oferecido nas disciplinas em EaD da faculdade.

O processo de produção do material didático deverá considerar as regras e definições estabelecidas no PDI da faculdade e no PPC de cada curso oferecido na modalidade de EaD e em cada curso que oferta disciplinas EaD, bem como as normas que regem o oferecimento de cada curso, as ementas de cada disciplina e todas as determinações que venham a impactar o curso, sejam de origem endógena como exógena.

## 2.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR

A coordenação do curso de **Direito** encontra-se, desde outubro de 2012, sob a orientação do Mestre advogado, Prof. Otávio Borsa Antonello, formado pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA em 2002.

O modelo de gestão adotado na coordenação de curso é participativo e visa a incentivar a cooperação de professores e alunos na efetivação do Projeto Pedagógico do Curso, procurando aumentar progressivamente o interesse de todos pelas questões pedagógicas, no intuito de envolvê-los cada vez mais no processo de consolidação do curso, com qualidade reconhecida.

Como representante do Curso, a coordenação tem a obrigação de participar das reuniões de colegiados e de representante de classe que, na Faculdade, acontecem regularmente. Também, deve atender aos alunos e professores sempre que haja uma solicitação. A disponibilidade do Coordenador de Curso abrange sua atuação no horário de funcionamento do curso e também sempre que houver a necessidade de representatividade em eventos diversos, reuniões com entidades de classe e associações vinculadas ao curso.

Nome: Otávio Borsa Antonello

Titulação: Mestre

- a) Mestrado em Economia pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul - 2006;
- b) Especialista em Administração e Planejamento para Docentes - 2001
- c) Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais – 2002;
- d) Graduado em Administração – 1997.

### 2.3.1 Experiência Profissional

- a) Banco Bradesco S/A de 1988 a 1990;
- b) Planalto Transportes Ltda de 1990 a 1990;
- c) Antonello, Araujo e Werlang Advogados Associados desde 1988 até a presente data.

### 2.3.2 Experiência de Magistério Superior e Gestão Acadêmica

- a) Faculdade São Francisco de Assis – UNIFIN desde 2004.
- b) Coordenação do Curso de Direito da Faculdade São Francisco de Assis desde 2012.

## **2.4 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO**

O regime de trabalho do coordenador do curso é integral (40 horas), contemplando aulas ministradas no curso, atendimento ao discente, planejamento pedagógico e reuniões com a direção.

## **2.5 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO**

As ações de valorização e capacitação continuada dos recursos humanos e de promoção de condições adequadas de trabalho são entendidas, pela Faculdade São Francisco de Assis, como mecanismos de garantia da qualidade dos serviços e do estímulo à permanência.

O perfil do corpo docente e o perfil do corpo técnico-administrativo constantes do PDI orientam desde a contratação de pessoal até a implementação de ações de capacitação e formação continuada, seja pela promoção de atividades e institucionalização de ações com essa finalidade, seja pelo incentivo e apoio, viabilizando a participação do pessoal docente e técnico-administrativo em atividades de formação e aperfeiçoamento.

A composição do corpo docente do curso é estruturada a partir de algumas características que devem trazer impacto direto no desempenho egresso pretendido pela instituição. Foram considerados, além do próprio perfil do egresso proposto para o curso, as principais características do corpo docente, como: de titulação acadêmica como elemento fundamental para fomentar o desempenho em sala de aula, experiência profissional e acadêmica como substância capaz de trazer experiências externas para complementar a formação discente, produção científica como forma de fomento ao raciocínio crítico da comunidade acadêmica, regime de trabalho como agente de comprometimento com o curso e com a instituição, participação em grupos de estudos, de pesquisas e de publicações como agentes incentivadores de transmissão de conhecimento e inovação.

O Quadro 12 de titulação do corpo docente, apresentado a seguir, expõe o perfil do corpo docente do curso, na modalidade à distância, identificando algumas das principais características que podem impactar na capacidade dos professores de analisarem os conteúdos dos componentes curriculares, podendo, certamente, abordar a sua relevância para a futura atuação profissional do egresso pretendido na proposta do curso, considerando as características buscadas na formação desse corpo docente, a plena capacidade de fomentar a criticidade com base no estado da arte da literatura de cada unidade curricular, permitindo que os alunos tenham acesso ao resultado de trabalhos científicos e pesquisas, criando um ambiente favorável ao desenvolvimento de ações construtivas de produção de conhecimento para todos os atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, conforme Quadro 12.



Quadro 12: Composição do Corpo Docente do Curso de Direito

|    | Relação de Professores               | Titulação      | Regime de Trabalho | Docente ou Tutor |
|----|--------------------------------------|----------------|--------------------|------------------|
| 1  | Alexandre Alberto Werlang dos Santos | Mestrado       | Integral           | Docente/Tutor    |
| 2  | Antonio Ricardo Monteiro Marinho     | Doutorado      | Integral           | Docente/Tutor    |
| 3  | Brunna Laport Cazabonet              | Doutorado      | Parcial            | Docente          |
| 4  | Cristiane Dalla Valle                | Mestrado       | Horista            | Docente          |
| 5  | Cristiny Mroczkoski Rocha            | Mestrado       | Parcial            | Docente          |
| 6  | Edson Roberto Oaigen                 | Doutorado      | Integral           | Docente/Tutor    |
| 7  | Elisiane Alves Fernandes             | Mestrado       | Integral           | Docente/Tutor    |
| 8  | Jonny Werlang Berger                 | Mestrado       | Parcial            | Docente/Tutor    |
| 9  | José Luiz dos Santos                 | Doutorado      | Integral           | Docente/Tutor    |
| 10 | Logan Caldas Barcellos               | Mestrado       | Horista            | Docente          |
| 11 | Luciane Alves Fernandes              | Doutorado      | Integral           | Docente          |
| 12 | Luciane Bertoletti                   | Especialização | Horista            | Docente          |
| 13 | Luiz Felipe Otharan                  | Mestrado       | Horista            | Docente          |
| 14 | Luiz Henrique Machado Cordeiro       | Mestrado       | Horista            | Docente          |
| 15 | Maicon Crestani                      | Doutorado      | Horista            | Docente          |
| 16 | Maik Williams Pacheco                | Especialização | Horista            | Docente          |
| 17 | Neida Terezinha Leal Floriano        | Mestrado       | Parcial            | Docente          |
| 18 | Nilson Perinazzo Machado             | Mestrado       | Integral           | Docente/Tutor    |
| 19 | Otávio Borsa Antonello               | Mestrado       | Integral           | Docente/Tutor    |
| 20 | Patrícia Ullmann Palermo             | Doutorado      | Horista            | Docente          |
| 21 | Paulo Schmidt                        | Doutorado      | Integral           | Docente/Tutor    |
| 22 | Rafael Selicani Teixeira             | Doutorado      | Horista            | Docente          |
| 23 | Rebel Zambrano Machado               | Doutorado      | Integral           | Docente/Tutor    |

Fonte: Elaborado pelos autores

Por formação, o corpo docente do curso de **Direito** da Faculdade São Francisco de Assis é composto por dez doutores (43,47%), onze mestres (47,83%) e dois especialistas (8,70%). Além de atender ao disposto no PDI, o quadro de docentes permite o pleno desenvolvimento dos cursos e programas oferecidos pela instituição.

Quadro 13: Titulação do Corpo Docente em Percentual

| Titulação      | Total     | Percentual     |
|----------------|-----------|----------------|
| Doutorado      | 10        | 43,47%         |
| Mestrado       | 11        | 47,83%         |
| Especialização | 2         | 8,70%          |
| <b>Total</b>   | <b>23</b> | <b>100,00%</b> |

Fonte: Elaborado pelos autores



## 2.6 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

O corpo docente do curso possui o seguinte regime de trabalho: 43,48% dos professores são contratados em regime de tempo integral e 17,39% em regime de tempo parcial. O regime de trabalho e a respectiva proporção estão apresentados no quadro 14.

Quadro 14: Regime de Trabalho do Corpo Docente em Percentual

| Regime de trabalho | Total     | Percentual     |
|--------------------|-----------|----------------|
| Integral           | 10        | 43,48%         |
| Parcial            | 4         | 17,39%         |
| Horista            | 9         | 39,13%         |
| <b>Total</b>       | <b>23</b> | <b>100,00%</b> |

Fonte: Elaborado pelos autores

## 2.7 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE

O corpo docente do curso está alinhado com o perfil do egresso proposto e sua relação com a experiência profissional fora do exercício da docência superior. A estruturação do corpo docente é organizada com a conjugação de fatores que envolvem o conhecimento científico e a experiência profissional, especialmente no mercado de trabalho que o futuro egresso deverá atuar.

A Faculdade São Francisco de Assis tem presente a necessidade da conjugação do mundo acadêmico e da pesquisa, com um mundo que demanda profissionais com preparação profissional de alta qualidade, considerando que a empregabilidade dos futuros egressos depende dessa perfeita conjugação. Essa formação plena demanda um corpo docente que traz para o meio acadêmico sua experiência profissional, aliado a uma forte formação acadêmica.

A atual realidade formativa exige que o corpo docente traga para o processo de ensino e aprendizado sua experiência profissional, considerando, especialmente, o perfil profissional pretendido para o futuro egresso.

A atual realidade do ensino, considerando também o ambiente virtual de aprendizado proposto pela Faculdade São Francisco de Assis para as disciplinas do curso na modalidade à distância, permite que o aluno tenha diferentes experiências de aprendizado, buscando informações acadêmicas em várias plataformas, que somente estarão sistemicamente completas se os docentes compartilharem suas experiências profissionais de fora da academia com o corpo docente.

A Faculdade São Francisco de Assis acredita que a experiência profissional deve impactar na forma que o professor deverá transmitir novos conhecimentos para os alunos. A sua experiência profissional é um processo contínuo e construtivo que permitirá que o docente construa um ambiente de aprendizado que atenda às necessidades de um mercado de trabalho para o futuro egresso que pense digitalmente, que busque métodos inovadores, que pense numa sociedade empreendedora e uma Indústria 4.0, dentro do conceito da Quarta Revolução Industrial, englobando tecnologias para automação e troca de dados e utilização de conceitos de Sistemas Ciber Físicos, Internet das Coisas e Computação em Nuvem.

O Quadro 15 a seguir apresenta a relação dos professores do curso, destacando suas experiências profissionais. Como pode ser observado, a grande maioria dos professores tem uma larga experiência profissional. Com base nesses dados, fica claro que o corpo docente tem plena capacidade de apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, podendo relacionar as futuras atividades dos egressos com o mundo profissional, sempre trazendo a interação entre os conteúdos curriculares e as práticas profissionais atualizadas, sempre num contexto interdisciplinar do currículo com a realidade do mercado de trabalho. Nesse contexto, o NDE do curso deverá analisar a as



competências previstas no PPC, sempre atualizando os conteúdos curriculares e a realidade do mercado de trabalho.

Quadro 15: Experiência Profissional do Corpo Docente

|    | Relação de Professores               | Experiência Profissional em anos |
|----|--------------------------------------|----------------------------------|
| 1  | Alexandre Alberto Werlang dos Santos | 27                               |
| 2  | Antonio Ricardo Monteiro Marinho     | 43                               |
| 3  | Brunna Laport Cazabonet              | 17                               |
| 4  | Cristiane Dalla Valle                | 22                               |
| 5  | Cristiny Mroczkoski Rocha            | 14                               |
| 6  | Edson Roberto Oaigen                 | 0                                |
| 7  | Elisiane Alves Fernandes             | 40                               |
| 8  | Jonny Werlang Berger                 | 24                               |
| 9  | José Luiz dos Santos                 | 36                               |
| 10 | Logan Caldas Barcellos               | 18                               |
| 11 | Luciane Alves Fernandes              | 29                               |
| 12 | Luciane Bertoletti                   | 15                               |
| 13 | Luiz Felipe Rosa Otharan             | 21                               |
| 14 | Luiz Henrique Machado Cordeiro       | 4                                |
| 15 | Maicon Crestani                      | 21                               |
| 16 | Maik Williams Pacheco                | 0                                |
| 17 | Neida Terezinha Leal Floriano        | 26                               |
| 18 | Nilson Perinazzo Machado             | 27                               |
| 19 | Otávio Borsa Antonello               | 28                               |
| 20 | Patrícia Ullmann Palermo             | 17                               |
| 21 | Paulo Schmidt                        | 34                               |
| 22 | Rafael Selicani Teixeira             | 12                               |
| 23 | Rebel Zambrano Machado               | 41                               |

Fonte: Elaborado pelos autores

Com relação à experiência profissional, **91,3%** dos docentes do curso contam com mais de três anos de experiência profissional fora do magistério em sua área de formação.

## 2.8 NSA

## 2.9 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

A instituição tem uma preocupação em manter um estreito relacionamento com o perfil pretendido para o egresso e a tipicidade dos professores do curso, especialmente com relação à experiência no exercício da docência superior.

Para a Faculdade, o corpo docente foi constituído a partir da ideia que o atual professor não apenas deve ter forte conhecimento técnico de suas disciplinas, mas deve contribuir com sua experiência prática de docência, para que os discentes sejam mais críticos e conscientes da realidade social, econômica e tecnológica de mundo em que estão inseridos, tendo a capacidade de não apenas buscar conhecimento, mas construir conhecimento em um processo conjunto.

A relação entre a experiência no exercício da docência superior do corpo docente do curso e seu desempenho em sala de aula, permite que, através dos instrumentos de avaliação dos docentes utilizados pela Faculdade, exista o diagnóstico que promova ações que identifiquem as dificuldades do corpo discente, apresente o conteúdo em linguagem aderente às características das turmas, exponha exemplos contextualizados com os conteúdos das disciplinas, busque elaborar atividades que promovam o aprendizado dos alunos com dificuldades, avalie o nível de aprendizado das turmas, o nível de formação e de conhecimento acumulado, além de possibilitar que os resultados apurados permitam a redefinição da prática docente em sala de aula, além de identificar o exercício da liderança e da produção docente. Para isso são aplicados os instrumentos de Avaliação do Desempenho do Docente e Avaliação dos Docentes pela Coordenação, documentos anexados a este processo pedagógico.

A partir do levantamento semestral, identificou-se a relação entre o tempo de exercício da docência de ensino superior do corpo docente do curso e o resultado final das notas atribuídas pelo corpo discente. Percebe-se que a maioria dos professores, os quais já exercem atividades docentes na Faculdade, teve um desempenho altamente satisfatório, conforme Quadro 16 a seguir.



Quadro 16: Relatório de Avaliação Docente e a Relação com a Experiência no Magistério Superior

|    | Relação de Professores               | Experiência<br>Docencia<br>Superior | Avaliação |
|----|--------------------------------------|-------------------------------------|-----------|
| 1  | Alexandre Alberto Werlang dos Santos | 13                                  | 9,14      |
| 2  | Antonio Ricardo Monteiro Marinho     | 26                                  | 7,72      |
| 3  | Brunna Laport Cazabonet              | 11                                  | 9,39      |
| 4  | Cristiane Dalla Valle                | 11                                  | 9,49      |
| 5  | Cristiny Mroczkoski Rocha            | 8                                   | 9,49      |
| 6  | Edson Roberto Oaigen                 | 52                                  | 8,33      |
| 7  | Elisiane Alves Fernandes             | 8                                   | 9,34      |
| 8  | Jonny Werlang Berger                 | 21                                  | 9,75      |
| 9  | José Luiz dos Santos                 | 34                                  | 9,15      |
| 10 | Logan Caldas Barcellos               | 10                                  | 8,8       |
| 11 | Luciane Alves Fernandes              | 23                                  | 9,82      |
| 12 | Luciane Bertoletti                   | 13                                  | 9,11      |
| 13 | Luiz Felipe Rosa Otharan             | 11                                  | 8,95      |
| 14 | Luiz Henrique Machado Cordeiro       | 10                                  | 9,41      |
| 15 | Maicon Crestani                      | 10                                  | 9,51      |
| 16 | Maik Williams Pacheco                | 8                                   | 9,46      |
| 17 | Neida Terezinha Leal Floriano        | 16                                  | 9,08      |
| 18 | Nilson Perinazzo Machado             | 26                                  | 9,23      |
| 19 | Otávio Borsa Antonello               | 17                                  | 8,81      |
| 20 | Patrícia Ullmann Palermo             | 17                                  | 9,54      |
| 21 | Paulo Schmidt                        | 34                                  | 9,38      |
| 22 | Rafael Selicani Teixeira             | 9                                   | 8,70      |
| 23 | Rebel Zambrano Machado               | 23                                  | 8,53      |

Fonte: Elaborado pelos autores

Com relação à experiência na docência, 100% dos docentes do curso contam com pelo menos mais de três anos de experiência na docência superior.

## 2.10 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A experiência dos docentes na educação a distância, em sua grande maioria, teve início a partir da aplicação da Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016 do MEC, Art. 1º, que determina que as instituições de ensino superior que possuam pelo menos um curso de graduação reconhecido poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade à distância. No § 1º desse artigo fica determinado que as disciplinas referidas poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

Posteriormente, com a publicação da Portaria nº 2.177, de 6 de dezembro de 2019, o limite de 20% de oferta de disciplinas na modalidade a distância foi ampliado para 40%, ou seja, a experiência na



modalidade EaD para os docentes da instituição também foi majorada a partir da publicação dessa portaria.

Adicionalmente, todos os docentes da instituição passaram a vivenciar o ensino a distância desde o início do ano de 2020, quando a instituição passou a oferecer, em função de determinação legal, o ensino remoto para os cursos presenciais em andamento.

Conforme descrito no PPC do curso, a Faculdade São Francisco de Assis disponibiliza para todo corpo docente, tutorial e discente uma estrutura tecnológica de vanguarda, especialmente com a utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação disponibilizadas na plataforma desenvolvida pela empresa Gennera, em conjunto com o SAP, (<https://www.gennera.com.br/solucoes/>), por meio de soluções de interação comunicativa de ensino, desenvolvida através da integração das gestões acadêmica e institucional, por meio do Gennera Academic One. As ferramentas disponibilizadas nessa plataforma permitem que os professores e tutores tenham um processo de informação e comunicação com o corpo discente de forma direta e interativa, disponibilizando materiais, planilhas, trabalhos, orientações, e todo tipo de relacionamento acadêmico necessário para ampla formação do aluno.

Além de disponibilizar uma plataforma que permite que a comunidade acadêmica utilize uma tecnologia de última geração, a Faculdade incentiva que seus docentes utilizem esse limite legal de 40%, para que a cultura do ensino a distância já faça parte do processo de ensino e aprendizagem dos cursos presenciais já oferecidos.

De forma complementar a iniciativa de disponibilizar a tecnologia que permita que o ensino a distância já seja oferecido, mesmo nos cursos presenciais, a Faculdade tem proporcionado para seus docentes, tutores e futuros tutores treinamento para o uso das ferramentas de Tecnologias da Informação e Comunicação.

A relação entre a experiência no exercício da docência na educação a distância do corpo docente do curso, e seu desempenho em sala de aula, considerando o perfil do egresso, permite que, através dos instrumentos de avaliação dos docentes utilizados pela Faculdade, diagnosticar as dificuldades do corpo discente, apresentar os conteúdos em linguagem aderente às características das turmas, expor exemplos contextualizados com os conteúdos das disciplinas, buscar elaborar atividades que promovam o aprendizado dos alunos com dificuldades, avaliar o nível de aprendizado das turmas, o nível de formação e de conhecimento acumulado, além de possibilitar que os resultados apurados permitam a redefinição da prática docente em sala de aula, bem como identificar o exercício da liderança e da produção docente.

O Quadro 17 apresenta a relação dos professores do curso com sua experiência em disciplinas oferecidas na modalidade à distância permitido pela legislação, de até 40% à distância e as aulas ministradas de forma virtual e a distância durante a pandemia da Covid-19. Os professores também tem experiência na plataforma Gennera Academic One para apresentar material de aulas nas disciplinas presenciais e alguns professores que já tiveram experiências no ensino a distância em outras instituições superiores de ensino.



Quadro 17: Experiência no Exercício da Docência na Educação à Distância

|    | Relação de Professores               | Experiência<br>Docência<br>EaD |
|----|--------------------------------------|--------------------------------|
| 1  | Alexandre Alberto Werlang dos Santos | 5                              |
| 2  | Antonio Ricardo Monteiro Marinho     | 5                              |
| 3  | Brunna Laport Cazabonet              | 3                              |
| 4  | Cristiane Dalla Valle                | 3                              |
| 5  | Cristiny Mroczkoski Rocha            | 3                              |
| 6  | Edson Roberto Oaigen                 | 5                              |
| 7  | Elisiane Alves Fernandes             | 5                              |
| 8  | Jonny Werlang Berger                 | 5                              |
| 9  | José Luiz dos Santos                 | 8                              |
| 10 | Logan Caldas Barcellos               | 5                              |
| 11 | Luciane Alves Fernandes              | 5                              |
| 12 | Luciane Bertoletti                   | 3                              |
| 13 | Luiz Felipe Rosa Otharan             | 3                              |
| 14 | Luiz Henrique Machado Cordeiro       | 3                              |
| 15 | Maicon Crestani                      | 3                              |
| 16 | Maik Williams Pacheco                | 3                              |
| 17 | Neida Terezinha Leal Floriano        | 4                              |
| 18 | Nilson Perinazzo Machado             | 6                              |
| 19 | Otávio Borsa Antonello               | 5                              |
| 20 | Patrícia Ullmann Palermo             | 3                              |
| 21 | Paulo Schmidt                        | 5                              |
| 22 | Rafael Selicani Teixeira             | 3                              |
| 23 | Rebel Zambrano Machado               | 8                              |

Fonte: Elaborado pelos autores

Com essa conjugação de experiências, o corpo docente do curso tem plena capacidade de identificar as dificuldades dos alunos, tendo capacidade de apresentar os conteúdos em linguagem aderente às características da turma, apresentando exemplos atuais da realidade do mercado de trabalho, atendendo os programas das disciplinas, proporcionando, com essas características, atividades que permitam a maximização do processo de aprendizado dos alunos que possam, por ventura, terem algum tipo de dificuldade nessa modalidade de ensino.

Da mesma forma, o processo de avaliação, já sistematizado na Faculdade São Francisco de Assis, permite que as avaliações tenham a capacidade de identificar o nível de aprendizado dos alunos do curso, permitindo que sejam propostos ajustes e adequações ao processo de aprendizado. Como o processo de avaliação é uma prática contínua institucionalizada, a relação entre a experiência no exercício da docência superior e o processo de ensino e aprendizagem dos alunos permitirá um crescimento constante em todas as etapas avaliativas, identificando se as metas propostas no PPC do curso foram alcançadas, além da identificação do que deve ser constantemente aprimorado.

## 2.11 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A Faculdade São Francisco de Assis considera, para fins de plano de carreira, que os tutores são equiparados a professores de acordo com a sua titulação e produção científica, ou seja, os tutores têm o mesmo “status” dos professores que exercem suas atividades na educação presencial ou à distância.

Como apresentado anteriormente neste projeto pedagógico, a atividade de tutoria caracteriza-se como recurso pedagógico fundamental na formação do futuro egresso do curso. O tutor é um profissional da educação que busca contribuir com a plena formação acadêmica do aluno no processo formativo de aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades profissionais.

O corpo de educadores atuantes na tutoria do curso exerce funções informativas, causadas especialmente no processo de esclarecimento das dúvidas apontadas pelos alunos, e função de orientação, na busca de sanar dificuldades, promovendo a plena formação do futuro egresso do curso. Essas funções permitem que os tutores exerçam suas atividades mediando, facilitando, incentivando, investigando as necessidades dos alunos, tanto no processo de aprendizagem individual, como grupal, fazendo com que suas experiências na tutoria forneçam plena capacidade de dar suporte às atividades dos docentes, realizando com primazia a mediação pedagógica entre os professores responsáveis pelas disciplinas e o corpo discente.

Todos os tutores participantes do curso tiveram formação na solução sistêmica disponibilizada pela Faculdade, que permite plena interação comunicativa de ensino, desenvolvida através da integração das gestões acadêmica e institucional, por meio do Gennera *Academic One*.

O corpo de tutores do curso participará continuamente do processo avaliativo institucionalizado na Faculdade, permitindo que sejam implementados, a partir das avaliações, melhoria nos processos de ensino e aprendizagem, buscando constantemente a melhoria na formação dos alunos, com orientações sobre o estado da arte da profissão, através de atividades e leituras que possam contribuir para a formação do futuro egresso do curso.

O Quadro 18 a seguir apresenta a relação dos tutores do curso. Embora alguns tutores estejam em processo de ampliação de sua experiência específica na modalidade EaD, observa-se que a maioria possui ampla trajetória no magistério superior, trazendo consigo uma sólida base acadêmica e didática que enriquece o processo de tutoria. Essa conjugação de experiências proporciona ao curso uma tutoria qualificada, reflexiva e comprometida com o sucesso dos alunos e com a excelência da formação profissional oferecida pela instituição.



Quadro 18: Relatório de Tutores

|    | Relação de Tutores                   | Graduação                                       | Experiência<br>Docência<br>Superior - anos | Experiência<br>Tutoria EaD -<br>anos |
|----|--------------------------------------|-------------------------------------------------|--------------------------------------------|--------------------------------------|
| 1  | Alexandre Alberto Werlang dos Santos | Direito                                         | 13                                         | 5                                    |
| 2  | Antonio Ricardo Monteiro Marinho     | Ciências Contábeis                              | 26                                         | 5                                    |
| 3  | Edson Roberto Oaigen                 | Ciências e Biologia                             | 52                                         | 5                                    |
| 4  | Elisiane Alves Fernandes             | Administração/Letras -<br>Português e Espanhol  | 8                                          | 5                                    |
| 5  | Jonny Werlang Berger                 | Ciências Jurídicas e Sociais                    | 21                                         | 5                                    |
| 6  | José Luiz dos Santos                 | Administração/Contábeis/<br>Direito/ Matemática | 34                                         | 8                                    |
| 7  | Nilson Perinazzo Machado             | Ciências Contábeis                              | 26                                         | 6                                    |
| 8  | Otávio Borsa Antonello               | Direito                                         | 17                                         | 5                                    |
| 9  | Paulo Schmidt                        | Formação de Professores                         | 34                                         | 9                                    |
| 10 | Rebel Zambrano Machado               | Serviço Social                                  | 23                                         | 9                                    |

Fonte: Elaborado pelos autores

## 2.12 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE

O Colegiado de Curso é o órgão de *staff* da Coordenação Geral de Cursos. É presidido pelo Coordenador do Curso e representa o órgão responsável pelo gerenciamento do Curso, a fim de possuir plena representatividade e importância nas decisões sobre assuntos acadêmicos dos cursos. Ele será constituído:

- ✿ Pelo Coordenador de Curso de Graduação, que presidirá o Colegiado;
- ✿ Por quatro professores eleitos por seus pares;
- ✿ Por um membro do corpo técnico administrativo indicado pela Direção;
- ✿ Por um representante do corpo discente de cada curso, indicado pelo coordenador do curso.

O Colegiado de Curso funciona e delibera, normalmente, com a presença da maioria simples de seus membros e deverá se reunir sempre que necessário, sendo que a convocação fica a cargo do Coordenador do Curso, devendo, obrigatoriamente, se reunir uma vez por semestre, conforme estabelecido no regimento interno da instituição.

A pauta dos trabalhos das sessões ordinárias é obrigatoriamente a seguinte:

- ✿ Leitura e aprovação da ata da sessão anterior;
- ✿ Expediente;
- ✿ Ordem do dia;
- ✿ Outros assuntos de interesse do Curso.

Podem ser submetidos à consideração dos membros os assuntos de urgência, que não constem da Ordem do Dia, se encaminhados por qualquer um de seus membros.

Todo membro do Colegiado de Curso tem direito a voz e voto cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Observam-se nas votações as seguintes normas:

- ✿ Nos casos atinentes a pessoas a votação é por estímulo secreto;
- ✿ Nos demais casos a votação é simbólica;
- ✿ Qualquer membro do Colegiado de Curso pode fazer consignar em ata expressamente o seu voto;
- ✿ Nenhum membro do Colegiado deve votar ou deliberar em assuntos que lhe interessem pessoalmente;



- ✿ Não é admitido voto por procuração, oral ou escrito;
- ✿ É vedado ao Colegiado de Curso deliberar sobre assuntos que não se relacionem exclusivamente com os interesses do curso.

Compete ao Colegiado de Curso de Graduação:

- ✿ Propor ao Conselho Superior de Administração, ouvidos os departamentos envolvidos, a organização curricular e atividades correlatas do curso correspondente;
- ✿ Avaliar periódica e sistematicamente o currículo vigente, com vistas a eventuais reformulações e inovações, deliberando sobre emendas curriculares, observadas as diretrizes curriculares emanadas pelo Poder Público;
- ✿ Propor ações a Diretoria, relacionadas ao ensino de graduação;
- ✿ Avaliar os planos de ensino elaborados pelos professores do curso;
- ✿ Orientar academicamente os alunos e proceder a sua adaptação curricular;
- ✿ Deliberar sobre processo de ingresso, observando a política de ocupação de vagas estabelecida;
- ✿ Aprovar e encaminhar periodicamente à Direção a relação dos alunos aptos a colar grau.

A eleição dos representantes docentes será feita de forma direta entre os professores que compõem o curso de graduação. O representante discente será indicado pelo coordenador do curso.

O mandato dos representantes dos docentes e dos discentes será de dois anos, podendo ser reeleitos para mandatos subsequentes.

### 2.13 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO

O corpo tutorial do curso é composto por cinco doutores e cinco mestres, com formações diversificadas. Além de atender ao disposto no PDI, o quadro de tutores permite o pleno desenvolvimento do curso oferecido pela instituição. A titulação e a respectiva proporção, bem como a formação do corpo de tutores estão apresentadas nos quadros a seguir:

Quadro 19: Titulação do corpo tutorial

| Titulação    | Total     | Percentual     |
|--------------|-----------|----------------|
| Doutorado    | 5         | 50,00%         |
| Mestrado     | 5         | 50,00%         |
| <b>Total</b> | <b>10</b> | <b>100,00%</b> |

Fonte: Elaborado pelos autores



Quadro 20: Formação Acadêmica do corpo tutorial

|    | Relação de Tutores                   | Graduação                                       |
|----|--------------------------------------|-------------------------------------------------|
| 1  | Alexandre Alberto Werlang dos Santos | Direito                                         |
| 2  | Antônio Ricardo Monteiro Marinho     | Ciências Contábeis                              |
| 3  | Edson Roberto Oaigen                 | Ciências e Biologia                             |
| 4  | Elisiane Alves Fernandes             | Administração/Letras -<br>Português e Espanhol  |
| 5  | Jonny Werlang Berger                 | Ciências Jurídicas e Sociais                    |
| 6  | José Luiz dos Santos                 | Administração/Contábeis/<br>Direito/ Matemática |
| 7  | Nilson Perinazzo Machado             | Ciências Contábeis                              |
| 8  | Otávio Borsa Antonello               | Direito                                         |
| 9  | Paulo Schmidt                        | Formação de Professores                         |
| 10 | Rebel Zambrano Machado               | Serviço Social                                  |

Fonte: Elaborado pelos autores

## 2.14 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O corpo de tutores em educação à distância do curso deve desempenhar um papel fundamental no processo formativo dos futuros egressos do curso.

Os profissionais que compõem o corpo de tutores do curso são pensados como sujeitos ativos na prática pedagógica de formação dos alunos do curso, atuando em todas as etapas formativas do processo de ensino e aprendizado.

O corpo de tutores atua em um sistema que disponibiliza a tutoria à distância. O exercício da tutoria a distância deve utilizar todas as ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicação previstas no PPC, como o Grupo de discussão, os fóruns, e-mails, videoconferências, além de outras ferramentas que possam ser incorporadas no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, a tutoria deverá ser exercida a partir do pleno conhecimento do corpo docente do PPC do curso, entendendo todo material didático e conteúdo das disciplinas sob suas responsabilidades, auxiliando os alunos no desenvolvimento de suas tarefas de forma individual e em grupos, sempre buscando criar ambientes que fomentem a pesquisa.

A experiência acadêmica do corpo de tutores do curso permite a plena identificação das dificuldades apresentadas pelos alunos, tanto pelo aspecto tecnológico, como pedagógico e formativo, fazendo com que os tutores sejam presentes na vida acadêmica dos alunos, buscando sempre um processo de comunicação próxima à realidade do corpo discente, trazendo o atual estágio de desenvolvimento da profissão através de apresentações contextualizadas, sempre em consonância com os programas das disciplinas tutoriadas, buscando o desenvolvimento de atividades em conjunto com os docentes responsáveis pelas disciplinas, que contribuam para o desenvolvimento do grupo de alunos, sempre buscando processos inovadores e de sucesso no mundo da educação à distância.

Todo o corpo de tutores do curso recebeu treinamento em tecnologia utilizada na educação a distância da Faculdade, oferecida pela plataforma desenvolvida no Gennera *Academic One*.

O corpo de tutores do curso será sistematicamente avaliado pela na Faculdade, fazendo com exista um processo de melhoria contínuo na oferta de disciplinas na modalidade EaD.



O quadro a seguir apresenta o corpo de tutores do curso. Embora a experiência do corpo de tutores não seja ampla, uma parcela significativa possui experiência no exercício do magistério superior, trazendo essa vivência para a tutoria das disciplinas pelas quais são responsáveis.

Quadro 21: Experiência dos Tutores em Educação a Distância

|    | Relação de Tutores                   | Experiência<br>Docência Superior -<br>anos | Experiência<br>Tutoria EaD - anos |
|----|--------------------------------------|--------------------------------------------|-----------------------------------|
| 1  | Alexandre Alberto Werlang dos Santos | 13                                         | 5                                 |
| 2  | Antônio Ricardo Monteiro Marinho     | 26                                         | 5                                 |
| 3  | Edson Roberto Oaigen                 | 52                                         | 5                                 |
| 4  | Elisiane Alves Fernandes             | 8                                          | 5                                 |
| 5  | Jonny Werlang Berger                 | 21                                         | 5                                 |
| 6  | José Luiz dos Santos                 | 34                                         | 8                                 |
| 7  | Nilson Perinazzo Machado             | 26                                         | 6                                 |
| 8  | Otávio Borsa Antonello               | 17                                         | 5                                 |
| 9  | Paulo Schmidt                        | 34                                         | 9                                 |
| 10 | Rebel Zambrano Machado               | 23                                         | 9                                 |

Fonte: Elaborado pelos autores

## 2.15 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES - PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA, DOCENTES E COORDENADORES DE CURSO

Para Vygotsky (1984), a tutoria é um elemento do processo de ensino-aprendizagem que privilegia a mediação pedagógica entre os atores desse processo.

A dimensão comunicacional na educação a distância, na Faculdade São Francisco de Assis, busca acompanhar o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação no atual cenário tecnológico contemporâneo. Esse processo interativo, dentro do AVA institucional, tem evoluído para disponibilizar processos interativos síncronos e assíncronos.

Os principais mecanismos de interação entre coordenadores, docentes responsáveis pelas disciplinas e tutores permitem a mediação e a articulação entre os atores do curso, buscando, especialmente, a identificação de oportunidades e problemas do curso, como um elemento estratégico fundamental para o sucesso na formação dos futuros egressos. Para isso, são utilizados mecanismos de autoavaliação com o uso de tecnologia da informação que estão disponibilizados na plataforma Sala de Aula, desenvolvida pela empresa Gennera, em conjunto com a SAP. Os principais mecanismos de interação para o encaminhamento de questões do curso entre coordenador, docentes e tutores, previstos no PCC, podem ser definidos como sendo os seguintes:

- 🌸 Grupo de discussão: o grupo de discussão é um fórum, é um instrumento que permite que coordenadores, docentes e tutores interajam de forma assíncrona, onde todos os atores podem inter-relacionar-se, falando e escutando ao mesmo tempo, ou quando não estão relacionando-se de modo simultâneo, e o prazo de retorno das demandas poderá ser realizada em até 48 horas. Essa comunicação entre os interlocutores é viabilizada a partir da utilização das ferramentas do AVA da Faculdade.



- ✿ Avisos virtuais: por meio de avisos encaminhados com a utilização das tecnologias de informação e comunicação disponibilizadas no ambiente virtual da Faculdade, o processo de interação entre coordenador, docentes e tutores ocorre com a troca geral de informações de conteúdos de disciplinas, de avisos, de atividades acadêmicas e todas as demais informações necessárias para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra de forma eficaz. A periodicidade dos avisos depende do fluxo informacional. Essa ferramenta pode ser utilizada para gerenciar qualquer tipo de questão relacionada com o curso.
- ✿ Conferência Web: os encontros virtuais entre coordenador, docentes e tutores ocorrerão por meio do uso de ferramentas da internet, utilizando aplicativos com possibilidade de compartilhamento de apresentações, voz, vídeo, textos e arquivos via web. Nas conferências web que a Faculdade utilizará na gestão do curso no dia-a-dia do processo de ensino e aprendizado, cada integrante poderá participar de seu próprio equipamento (computador, celular, tablet, etc.) ou de computadores disponibilizados nos laboratórios de informática da faculdade.
- ✿ Rádio Web: a rádio web é uma ferramenta de interação utilizada entre coordenador, docentes, tutores e corpo discente, onde serão disponibilizadas palestras, aulas e todas as informações pertinentes ao curso. Poderão utilizar essa ferramenta todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem e no processo de comunicação de qualquer questão pertinente ao incremento do curso.
- ✿ Conteúdos Web: a disponibilização dos conteúdos web serve como um fundamento para a construção de um relacionamento pedagógico entre coordenador, docentes, tutores e corpo discente, devendo ser utilizado em todas as disciplinas do curso, bem como na gestão do curso.
- ✿ E-mail: docentes, tutores, coordenador do curso e pessoal da área administrativa relacionam-se com o corpo discente através de mensagens enviadas ao endereço eletrônico com diversas informações relacionadas às atividades das disciplinas, avisos, orientações e todo tipo de informações que forneçam o esclarecimento necessário sobre questões existentes entre esses partícipes do curso.
- ✿ Reuniões presenciais e via videoconferência: os encontros presenciais possibilitam que coordenadores, docentes e tutores interajam de maneira mais próxima e colaborativa por meio de várias atividades práticas e pedagógicas disponibilizadas pela Faculdade. Esses encontros buscam a constante interação entre os partícipes do curso, buscando uma aproximação construtiva entre os interlocutores do curso. Essas reuniões tem periodicidade semestral e ocorrem após a CPA ter realizados todos os processos avaliativos. A operacionalização dessa reunião semestral ocorrerá de forma presencial, com a participação do coordenador de curso, dos professores responsáveis pelas disciplinas, dos tutores e de forma síncrona, com o uso de videoconferência se necessário.

Essas ferramentas de interatividade também podem ser utilizadas para o diálogo entre os professores responsáveis pelas disciplinas e os tutores. O contato pode ser de forma presencial ou por meio do uso dessas ferramentas de interação disponíveis no AVA.

Para todas as interações síncronas, de coordenadores, professores e tutores a faculdade disponibiliza a plataforma Google Meet.

### 2.15.1 Avaliação do Processo Interativo

O processo avaliativo da interação entre coordenadores, professores e tutores deverá ser realizado pela CPA, buscando identificar os pontos fortes e fracos do processo interativo e o engajamento de todos os partícipes desse processo de relacionamento. O Quadro 22 apresenta o questionário de avaliação da interação:



Quadro 22: Avaliação da Interação entre Coordenação, Professores e Tutores

| Item avaliado                                                                                          | Coordenador                        | Professores                        | Tutores presenciais                | Tutores dos polos                  |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|
| A reunião semestral de interação foi realizada?                                                        | Sim ( )<br>Não ( )                 | Sim ( )<br>Não ( )                 | Sim ( )<br>Não ( )                 | Sim ( )<br>Não ( )                 |
| Os professores responsáveis atenderam as demandas da coordenação, dos tutores presenciais e dos polos? | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: |                                    | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: |
| Os tutores presenciais atenderam as demandas da coordenação e dos professores?                         | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: |                                    | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: |
| Os tutores dos polos atenderam as demandas da coordenação e dos professores?                           | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: |                                    |
| O coordenador estava disponível para atendimento?                                                      |                                    | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: |
| O professor estava disponível para atendimento?                                                        | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: |                                    | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: |
| O tutor presencial estava disponível para atendimento?                                                 | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: |                                    | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: |
| Os tutores dos polos estavam disponíveis para atendimento?                                             | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: |                                    |
| As informações e/ou orientação do coordenador foram de qualidade?                                      |                                    | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: |
| As informações e/ou orientações do professor foram de qualidade?                                       | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: |                                    | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: |
| As informações dos tutores presenciais foram de qualidade?                                             | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: |                                    | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: |
| As informações dos tutores dos polos foram de qualidade?                                               | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: |                                    |
| O coordenador foi ágil nas respostas ou orientações?                                                   |                                    | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: |
| O professor foi ágil nas respostas ou orientações?                                                     | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: |                                    | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: |
| O tutor presencial foi ágil nas respostas?                                                             | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: |                                    | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: |
| Os tutores dos polos foram ágeis nas respostas?                                                        | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: | Sim ( )<br>Não ( )<br>Comentários: |                                    |

Fonte: Elaborado pelos autores

## 2.16 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA

Na Faculdade São Francisco de Assis são realizados diversos programas de incentivo à produção Científica, técnica ou artística, tanto para docentes quanto discentes.

Nesse sentido, a Faculdade São Francisco de Assis considera produção científica, técnica ou artística aquela produzida individualmente e/ou coletivamente relacionada com a área de conhecimento do docente e que apresente contribuição à comunidade acadêmica e/ou à sociedade, tendo caráter original, contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico ou artístico da sociedade.

### 2.16.1 Docentes

Em relação aos docentes a Faculdade São Francisco de Assis, de acordo com as disponibilidades financeiras, procura auxiliar pecuniariamente os docentes na realização de mestrado ou doutorado pagos.

Além disso, também disponibiliza auxílios, de acordo com a disponibilidade orçamentária financeira, para os docentes que tiverem aprovado artigos e forem apresentar os mesmos em eventos científicos ou artísticos nacionais e internacionais.

É importante destacar que a produção científica do docente também é incentivada por meio do plano de carreira do corpo docente da Faculdade São Francisco de Assis, o qual dispõe que a progressão funcional do docente depende principalmente da produção científica por ele realizada.

Por outro lado, o investimento em incentivo à produção científica, técnica ou artística consta do item 8 do capítulo II do PDI.

### 2.16.2 Discentes

Em relação aos discentes a Faculdade São Francisco de Assis possui o Programa de Iniciação Científica que é um instrumento que permite introduzir os estudantes de graduação, potencialmente mais promissores, na pesquisa científica e artística. É a possibilidade de colocar o aluno desde cedo em contato direto com a atividade científica e engajá-lo na pesquisa. Nesta perspectiva, a iniciação científica caracteriza-se como instrumento de apoio teórico e metodológico à realização de um projeto de pesquisa e se constitui em um canal adequado de auxílio para a formação de uma nova mentalidade no aluno. Em síntese, a iniciação científica pode ser definida como instrumento de formação.

A Faculdade São Francisco de Assis oferece ainda o Programa de Pós-Graduação *lato sensu* e extensões nas mais diversas áreas do conhecimento. As atividades são organizadas pela coordenação de pesquisa, extensão e pós-graduação, por docentes e pesquisadores da Faculdade São Francisco de Assis e também por palestrantes convidados, sempre com a perspectiva de aliar a teoria à prática, buscando atualizar o conhecimento que é imprescindível para o sucesso profissional, propiciar diferencial aos discentes no mercado de trabalho, assim como desenvolver a “*network*”.

Além disso, a Faculdade São Francisco de Assis possui monitorias de pesquisa, possibilitando que alunos com o perfil de pesquisador, realizem pesquisas orientados por docente responsável pela área de pesquisa da Faculdade São Francisco de Assis. Ademais, esses monitores também auxiliam alunos em fase de elaboração de trabalhos de conclusão de curso.

A Faculdade São Francisco de Assis também proporciona e incentiva a participação de discentes em eventos científicos, inclusive os de Iniciação Científica, que se constitui em um espaço privilegiado para apresentação e discussão de saberes nas diversas áreas do conhecimento afins com os cursos de graduação e pós-graduação das diversas faculdades da região.

Ainda neste âmbito é incentivada a participação dos discentes em eventos científicos nacionais, tendo por objetivo identificar talentos e estimular a transformação de ideias em realidades, promovendo o interesse pela pesquisa nos campos da Ciência e da Tecnologia, bem como artístico.



## 2.17 APOIO AO DOCENTE

Em relação aos docentes, a Faculdade São Francisco de Assis possui adequada política de qualificação do seu corpo docente visando o desenvolvimento e a atualização das práticas pedagógicas.

A política de qualificação docente da Instituição está centrada no apoio financeiro, por meio de bolsa auxílio, a docentes inscritos em programas de pós-graduação, como forma de incentivo ao docente, para que seus estudos tenham continuidade, buscando seu aperfeiçoamento acadêmico. A Faculdade São Francisco de Assis propicia, também, o aperfeiçoamento e capacitação didático-pedagógico de seus docentes, através de um treinamento com especialistas da área de educação, visando o aprimoramento das metodologias usadas, além de trazer para o debate as novas tendências da área do ensino aprendizagem, e propicia também uma ajuda de custo para participação em congressos ou eventos científicos, tecnológicos, culturais ou artísticos.

Os cursos e palestras são oferecidos de maneira continua, especialmente nas semanas acadêmicas, e de forma gratuita aos professores, com os seguintes objetivos:

- ✿ Propiciar bases teórico-metodológicas para o exercício da docência no ensino superior, articuladas à produção do conhecimento, que se desenvolve através da relação pesquisa científica/prática docente;
- ✿ Fornecer uma atualização das questões educacionais de modo articulado com a experiência já consolidada no exercício da docência no ensino superior;
- ✿ Auxiliar o planejamento da atividade docente em diferentes áreas do currículo, adequando-a às necessidades do aluno.

A Faculdade São Francisco de Assis oferece ainda o Programa de Pós-Graduação *lato sensu* e extensões nas mais diversas áreas do conhecimento, nas quais os professores podem se matricular com desconto de 50%. As atividades são organizadas pela coordenação de pesquisa, extensão e pós-graduação, por docentes e pesquisadores da Faculdade São Francisco de Assis e também por palestrantes convidados, sempre com a perspectiva de aliar a teoria à prática, buscando atualizar o conhecimento que é imprescindível para a atualização do corpo docente.

Nesse contexto, os cursos oferecidos pela Faculdade São Francisco de Assis estão direcionados tanto às expectativas de aprimoramento acadêmico como profissional e têm como objetivo atualizar e qualificar profissionais para atuarem no mercado de trabalho em sintonia com os avanços científicos, tecnológicos e artísticos.

Além disso, a Faculdade São Francisco de Assis, de acordo com as disponibilidades financeiras, procura auxiliar pecuniariamente os docentes na realização de pós-graduação *lato sensu*, mestrado ou doutorado. Ademais, a Faculdade também disponibiliza auxílios, de acordo com a disponibilidade financeira, para os docentes que tiverem aprovado artigos e forem apresentar os mesmos em eventos científicos nacionais e internacionais.

A Faculdade São Francisco de Assis oferece ainda:

- ✿ Auxílio na realização de cursos de Graduação e Pós-graduação oferecidos pela Faculdade São Francisco de Assis;
- ✿ Apoio Psicopedagógico;
- ✿ Plano de Saúde;
- ✿ Vale transporte;
- ✿ Auxílio a participação de eventos.



### **3. INFRAESTRUTURA**

#### **3.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL**

Os docentes em tempo integral trabalham a maior parte da sua carga horária na modalidade home office, se utilizando, entre outras ferramentas, do Google Meet e do portal do professor no Gennera, tendo em conta se tratar de curso na modalidade à distância, sendo que alguns possuem salas próprias, sendo proporcionada aos que não possuem sala fixa, uma sala compartilhada com uma mesa de reuniões com 4 cadeiras, cadeiras estofadas, 4 (quatro) mesas em L, quatro computadores fixos, embora os coordenadores utilizem notebooks, uma vez que eles trabalham a maior parte da sua carga horária na modalidade home office com acesso à internet, um ramal telefônico, no entanto, atualmente a comunicação se dá por meio do Web WhatsApp, impressora, climatização por Split 12.000 BTUs e apoio técnico-administrativo por meio da secretaria. Além disso, seus pertences particulares podem ser guardados nos armários dos professores.

#### **3.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR**

A coordenação do curso está instalada em uma sala de aproximadamente 15m<sup>2</sup>, equipada com um computador com acesso à internet e acesso à rede sem fio, uma impressora, uma mesa, uma cadeira móvel e quatro cadeiras de apoio, armário, ar-condicionado, um ramal telefônico e demais acessórios pertinentes à sua atividade. Tem também apoio técnico-administrativo.

#### **3.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES**

A Faculdade São Francisco de Assis possui uma sala de professores e tutores com aproximadamente 25 m<sup>2</sup>, com iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação adequadas, uma vez que em nenhum turno o número de professores e ou tutores é superior a 18 pessoas, localizada no 1º andar do prédio, para o convívio dos professores nos períodos que antecederem o início do horário letivo e durante os intervalos das atividades. A sala está equipada com mesa de reuniões, cadeiras estofadas, bebedor de água refrigerado, quadro branco, mural, sofá, mesa de apoio ao cafezinho e ao chá, com três microcomputadores interligados em rede e com acesso à Internet, que poderá ser utilizado pelos professores para seus acessos aos programas disponibilizados, bem como para suas pesquisas acadêmicas.

#### **3.4 SALAS DE AULA**

As salas de aula possuem iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação adequadas, sofrem constantes melhorias através da substituição do mobiliário danificado, oferecendo conforto adicional ao aluno, ao professor e ao tutor, sendo que todas as salas possuem projetor multimídia (data show) fixo, tela de projeção, quadro branco, mesas, cadeiras estofadas, cortinas, ventiladores, bem como tomadas para a instalação de equipamentos didático-pedagógicos, celulares e computadores de alunos. Além disso, são previstas melhorias das salas conforme estabelecido no orçamento de investimentos.

#### **3.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**

Os Laboratórios da Faculdade São Francisco de Assis são utilizados para aulas práticas, ministradas pelo professor da disciplina, com apoio operacional de um funcionário do núcleo de informática ou de um monitor. Estas aulas são semanais, contidas no horário dos cursos e estão



relacionadas com os conteúdos prático-teóricos dos mesmos. Os usuários também podem utilizar os laboratórios fora de seus horários normais de aula, desde que os mesmos não estejam sendo utilizados para aulas. Os laboratórios estão disponíveis para que os alunos desenvolvam suas habilidades, realizem seus trabalhos acadêmicos e façam suas pesquisas.

Os equipamentos e a rede da Faculdade São Francisco de Assis são atualizados de acordo com as necessidades tecnológicas existentes.

A Faculdade São Francisco de Assis mantém em seu orçamento um percentual mensal da receita para ser gasto com equipamentos e investimentos em laboratórios. Em casos especiais, quando houver necessidade de verba extra, a Diretoria se reúne e o percentual pode ser aumentado. A maior parte das atualizações tecnológicas feitas nos laboratórios parte de solicitações realizadas pelos coordenadores de cada área à Diretoria, que toma ciência e coloca no plano orçamentário para ser executado.

A Faculdade São Francisco de Assis tem como objetivo a atualização de seus laboratórios fazendo a troca dos equipamentos dos mesmos a cada três anos ou quando se fizer necessário. Neste caso, a Faculdade São Francisco de Assis se responsabilizará pela montagem de laboratórios específicos para as disciplinas que os necessitarem, sempre atendendo as sugestões do Diretor da Faculdade e seus coordenadores.

Todos os setores e departamentos da Faculdade São Francisco de Assis são munidos de equipamentos informatizados e ligados em rede a fim de proporcionar que as informações acadêmicas e administrativas trafeguem de forma rápida e eficiente. A Faculdade São Francisco de Assis utiliza a solução Gennera que tem mais de 15 anos de experiência no desenvolvimento de soluções acadêmicas e financeiras destinadas exclusivamente ao ecossistema de educação, sendo pioneira e líder nas plataformas de gestão educacional online (*cloud computing*). Agora, em parceria com o SAP, oferece o Gennera Education One, uma solução ERP 100% web destinada ao mercado de ensino.

SAP da Gennera que consiste em uma plataforma completa de produtos e serviços para ampliar a capacidade competitiva, aperfeiçoar processos, reduzir custos, aumentar a captação de alunos e manter uma excelente qualidade de ensino. Permite atuar de forma integrada o módulo de Gestão Acadêmica como ERP BackOffice.

A Gestão Acadêmica é constituída por diversas rotinas, a saber: processo seletivo, matrículas e rematrículas, notas e faltas, requerimentos, requerimentos on-line, horários de aula, histórico escolar, entre outros, a fim de gerenciar informações de maneira rápida e eficiente. É um sistema que pode ser operado por qualquer tipo de usuário, não necessitando de pessoal com formação em processamento de dados.

A ferramenta de “BI” contém painéis de gestão totalmente personalizados que permitem uma visão clara dos principais indicadores da Instituição, apoiando a tomada de decisões. Além do sistema de ERP RM integrado, tem-se o Portal da Instituição e serviços de suporte online e Avaliação Institucional.

A estrutura do fluxo de controle acadêmico da Faculdade pode ser descrita considerando o seguinte:

- ✿ Os alunos ingressam na Faculdade São Francisco de Assis por meio de processo seletivo, que tem o objetivo de classificar os concorrentes dentro do número de vagas oferecidas por curso e turno, conforme o edital que prevê prazos de inscrição, critérios de classificação, esclarece sobre a documentação exigida e apresenta demais informações. Este edital é aprovado e publicado pela Diretoria Acadêmica da Faculdade.
  - ✿ Após o ingresso os alunos formalizam seu vínculo com a instituição através da matrícula efetuada na Secretaria da Faculdade.
- O Controle acadêmico funciona da seguinte maneira:
- ✿ O Sistema permite que alunos, professores, tutores, coordenadores e diretores consultem *online* a base de dados do sistema, via terminal de consulta ou via internet;



- ✿ O banco de dados deste sistema é alimentado pelo setor de secretaria e os outros setores utilizam as informações para consultar a situação acadêmica dos alunos, além das diversas informações sobre o corpo docente e tutorial de cada curso;
- ✿ O sistema pode ser utilizado também para a consulta e operacionalização de planos de estudos oferecidos já que armazena todas as informações referentes às matrizes curriculares dos cursos e disciplinas já cursadas pelos alunos.

O acesso aos recursos e equipamentos é permitido aos discentes, docentes e tutores através dos laboratórios de informática, bem como por meio da internet. A utilização dos projetores acontece ao natural uma vez que todas as salas de aula possuem estes equipamentos instalados.

A Faculdade São Francisco de Assis também conta com outros equipamentos, tais como DVD, TV, conforme descrição constante no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da Faculdade São Francisco de Assis. Cada setor e cada funcionário possuem uma conta de e-mail utilizada tanto para contatos externos (Internet) como internos (Intranet).

O acesso à Internet é liberado a todos os funcionários e alunos desde que para uso administrativo ou acadêmico. O controle de acesso é realizado pelo setor de informática da Faculdade São Francisco de Assis.

### 3.6 POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE LIVROS DA BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

A Política de formação do Acervo Bibliográfico da Faculdade procura atender sua missão institucional, disponibilizando os meios necessários para que os estudantes possam “desenvolver seus projetos de vida como cidadãos conscientes dos seus direitos, deveres e responsabilidades sociais”. Assim, possui um acervo de qualidade, constantemente atualizado e formado por obras e fontes das mais diversas, que se constitui em ferramenta indispensável para subsidiar a formação dos alunos no aspecto educacional e cultural. Assim, tem a política de possuir, no mínimo, três livros na bibliografia básica e complementar por disciplina em quantidade que atenda de maneira excelente aos alunos.

O acervo da biblioteca é constantemente atualizado, tanto para a aquisição de novos títulos como para o descarte de títulos obsoletos ou volumes danificados. O descarte será feito anualmente através da avaliação do estado de cada livro e por consultas aos docentes ou coordenadores de curso. As aquisições são feitas de acordo com as seguintes indicações:

- ✿ No início de cada ano letivo, todos os planos de curso de todas as disciplinas são avaliados quanto à sua bibliografia e serão feitas as aquisições necessárias;
- ✿ Durante o ano, todos os catálogos de editoras serão distribuídos entre os coordenadores de curso que avaliam a necessidade de aquisição de alguma obra;
- ✿ A instituição contará com serviço de consultoria especializada para a aquisição de títulos importados ou de referência em todas as áreas, inclusive sobre assuntos de cursos ainda não oferecidos na instituição;
- ✿ Em função da necessidade de atualização do acervo, bem como em função da previsão de início dos novos cursos, a Instituição destina em seu orçamento anual uma verba para a atualização do acervo. As aquisições serão feitas de acordo com as informações obtidas dos coordenadores, professores, consultores externos e alunos, bem como indicação de editoras. Os investimentos previstos constam no orçamento financeiro (em anexo), apresentado de forma resumida no Quadro 23.

Quadro 23: Previsão de Investimento na Biblioteca

| 2023       | 2024       | 2025       | 2026       | 2027       | TOTAL       |
|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|
| R\$ 43.737 | R\$ 45.924 | R\$ 48.679 | R\$ 52.086 | R\$ 56.253 | R\$ 246.679 |

Fonte: Elaborado pelos autores



### 3.6.1 Processo de Aquisição

A atualização do acervo é feita por meio de um trabalho conjunto com os coordenadores de cursos, professores, tutores e bibliotecária da unidade. Os Planos de Ensino das disciplinas são o ponto de referência para a atualização. Por meio de trabalho articulado detectam-se os títulos que são objetos de maior demanda e que necessitam serem adquiridos.

Este trabalho é feito no início de cada semestre, sendo elaborada uma lista de solicitação de compra, padronizada para cotação de preço junto aos fornecedores, encaminhada para comparação após análise conjunta entre Coordenador de Curso e Bibliotecário. A aquisição é feita em 30 (trinta) dias úteis, conforme disponibilidade das obras nas editoras e após a análise e aprovação da Diretoria Acadêmica, que defere as solicitações junto ao Departamento de Compras.

No decorrer de cada semestre, outras sugestões podem ser feitas pelos coordenadores, colaboradores, professores, tutores e alunos, sendo que as obras são adquiridas de acordo com a necessidade de atualização das áreas, respeitada a programação orçamentária.

### 3.6.2 Contextualização da biblioteca

Com mais de 15 mil exemplares físicos, a Biblioteca da Faculdade possui acervo adequado às demandas dos cursos e é constantemente atualizado. Os serviços são informatizados e gerenciados pelo Sistema de Biblioteca da Faculdade (Software Gennera), que tem por objetivo facilitar o acesso dos usuários aos serviços de consulta ao acervo, solicitação de renovação de empréstimos, reservas dos materiais e agendamento das salas de estudos, entre outros.

A Biblioteca da Faculdade disponibiliza, também, acesso digital para diversas publicações periódicas, nas diversas áreas do conhecimento.

Além disso, a instituição adquiriu o direito de uso da Biblioteca Virtual PEARSON, uma plataforma que disponibiliza para os alunos mais de 10 mil e-books, e está presente em mais de 500 Instituições de Ensino Superior.

A BV PEARSON possui inúmeras vantagens, entre as quais se destacam:

- Multiplataforma - A Biblioteca Virtual da Pearson está disponível tanto para desktop, quanto para tablets e smartphones. Dessa maneira, o aluno tem acesso quando e onde quiser para estudar de acordo com seu próprio ritmo.

- Busca Avançada: Os alunos ganham tempo nas suas pesquisas com a ferramenta de busca avançada. Isso acontece porque eles podem pesquisar pelas palavras-chave, temáticas, assuntos ou até mesmo pelos conteúdos específicos. Assim, é possível refinar a busca utilizando filtros especiais disponíveis, evitando perder tempo explorando obras que não são focadas nos seus objetivos.

- Função marca texto - Os usuários podem destacar o que consideram mais importante, como frases, parágrafos, palavras-chave, datas e locais que ajudam a recordar as matérias e a realizar conexões instantâneas com outros conteúdos. A plataforma permite ainda a utilização de até 4 cores diferentes para realce de assuntos, referências e informações.

- Anotações e comentários: Os estudantes e docentes podem marcar as páginas mais importantes, fazer anotações e escrever comentários diretamente nos livros. Além disso, é possível compartilhar, nas redes sociais, os trechos mais instigantes, as citações notáveis ou as obras literárias mais interessantes.

- Sincronização de páginas: Todos os usuários podem continuar lendo as páginas de onde pararam a qualquer momento. A Biblioteca Virtual Pearson permite ainda inserir notas, destaques, marcações, a última página lida e todas as suas interações com os e-books estarão sincronizadas em todos os seus dispositivos, facilitando a leitura, os estudos e a produção de artigos e trabalhos científicos.

- Leituras off-line: Os usuários não precisam se preocupar em ficar sem internet enquanto estão estudando. Por isso, mesmo sem estarem conectados, os usuários têm acesso ao conteúdo às editoras mais importantes do país.



Para isso, basta instruir os estudantes a baixarem o aplicativo e ativar a funcionalidade para ler os e-books sincronizados, quando e onde quiser.

Acessibilidade: O ambiente da Biblioteca Virtual foi desenvolvido para proporcionar leitura e aprendizado estimulantes para todos. A plataforma digital de aprendizagem observa as melhores práticas e padrões de acessibilidade internacionais, oferece recursos para problemas de visão parciais e totais como cegueira, glaucoma e daltonismo. Além disso, tem a usabilidade facilitada para deficientes intelectuais e de mobilidade.

- Cartões de estudo: Os universitários podem estudar qualquer assunto ou disciplina com muito mais praticidade. Essa modalidade é muito utilizada pelos alunos que estão se preparando para concursos públicos, vestibulares ou workshops. Dessa maneira, é possível organizar os cartões de estudo, relacionando os conceitos em um sistema de perguntas e respostas. Com isso, fica muito mais fácil e rápido assimilar os conteúdos, independentemente da complexidade.

O Acesso ao acervo “on-line” é feito pelo portal da instituição, link “Serviços” – “Acervo on-line” para o Professor e para o Aluno. O acesso é feito mediante login e senha no Portal do Aluno. Horário de atendimento: Segunda à sexta: das 13h às 22h

### 3.6.3 Periódicos especializados

Para o curso de Direito, a instituição conta com a assinatura de três periódicos especializados, apresentados a seguir:

- ✿ Revista Brasileira de Direito Civil;
- ✿ Revista Direitos Fundamentais & Justiça e
- ✿ Revista Fórum de Ciências Criminais.

Além desses periódicos, os docentes do curso incentivam e solicitam leitura de artigos ou periódicos científicos disponíveis em base de dados online de acesso gratuito, conforme lista a seguir:

- ✿ ÂMBITO JURÍDICO - REVISTA JURÍDICA ELETRÔNICA TRIMESTRAL - Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php>
- ✿ BIBLIOTECA VIRTUAL DE DIREITOS HUMANOS – USP - Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br>
- ✿ BRASILCON - INSTITUTO BRASILEIRO DE POLITICA E DIREITO DO CONSUMIDOR - Disponível em: <http://www.brasilcon.org.br>
- ✿ CEDIN - CENTRO DE DIREITO INTERNACIONAL - Disponível em: <http://www.cedin.com.br/website/internas/publicacoes/revista/index.php>
- ✿ CONSULTOR JURÍDICO - Disponível em: <http://www.conjur.com.br>
- ✿ DATAVENI@ – REVISTA JURÍDICA - Disponível em: <http://www.datavenia.net>
- ✿ DIREITO DO ESTADO - Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br>
- ✿ REVISTA DA FACULDADE MINEIRA DE DIREITO - Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/Direito>
- ✿ REVISTA ELETRÔNICA DA ESCOLA PAULISTA DE DIREITOS SOCIAIS - Disponível em: [http://www.direitosocial.net/?acao=inc/revista\\_old](http://www.direitosocial.net/?acao=inc/revista_old)
- ✿ REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DR. ROMEU VIANNA - Disponível em: <http://www.viannajr.edu.br/revista/dir/index.asp>
- ✿ REDP - REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO PROCESSUAL - Disponível em: <http://www.redp.com.br>
- ✿ REVISTA DE DIREITO ELETRÔNICO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO – ELETRÔNICO - Disponível em: <http://www.ibde.org.br>
- ✿ REVISTA DO DIREITO MILITAR - Disponível em: <http://www.revistadodireitomilitar.com>
- ✿ REVISTA GÊNERO E DIREITO - Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ged>



- ✿ REVISTA JURÍDICA - CENTRO DE ESTUDOS DA SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/revistajuridica/SobreRevista.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/revistajuridica/SobreRevista.htm)
- ✿ REVISTA JURÍDICA CONSULEX - Disponível em: <http://www.consulex.com.br>
- ✿ REVISTAS ESMAPE - Disponível em: <http://www.esmape.com.br/site>
- ✿ RT INFORMA - Disponível em: <http://www.rt.com.br/?sub=conteudo&id=12>
- ✿ SAJ - Serviços de Apoio Jurídico - Disponível em: <http://www.jurisportal.com.br>
- ✿ SÍNTESE – AUTORIDADE EM PUBLICAÇÕES JURÍDICAS - Disponível em: <http://www.sintese.com>
- ✿ STJ – SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Disponível em: [http://www.stj.jus.br/webstj/Institucional/Biblioteca/artigo/Detalhe.asp?seq\\_revista=79](http://www.stj.jus.br/webstj/Institucional/Biblioteca/artigo/Detalhe.asp?seq_revista=79)
- ✿ ÚLTIMA INSTÂNCIA – NOTÍCIAS JURÍDICAS - Disponível em: <http://ultimainstancia.uol.com.br>
- ✿ Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGDir/UFRGS. (<http://seer.ufrgs.br/ppgdir/>)
- ✿ Dat@venia - Revista Jurídica do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. (<http://revista.uepb.edu.br/index.php/datavenia>)
- ✿ Direito & Justiça - Revista da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. (<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir>)
- ✿ Direito em Ação - Revista do Curso de Direito da Universidade Católica de Brasília. (<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDA>)
- ✿ Direito em Debate - Revista do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI. (<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate>)
- ✿ Eletronic Journal of Comparative Law - Revista do Tilburg University Schoordijk Institute e do Utrecht University Molengraaff Institute. (<http://www.ejcl.org/>)
- ✿ Jus Navigandi. (<http://jus.com.br/revista/>)
- ✿ Meritum - Revista de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde da Universidade FUMEC. (<http://www.fumec.br/revistas/meritum/index>)
- ✿ RDAS - Revista Direito Ambiental e Sociedade - Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul - UCS. (<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental>)
- ✿ RDDA - Revista Digital de Direito Administrativo - Revista da Faculdade de Direito da USP Ribeirão Preto. (<http://www.revistas.usp.br/rdda>)
- ✿ RECHTD - Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito - Revista do Centro de Ciências Jurídicas da UNISINOS. (<http://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD>)
- ✿ Revista Brasileira de Direito Internacional - RBDI - Revista da Universidade Federal do Paraná. (<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/dint>)
- ✿ Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. (<http://www.revistas.usp.br/rfdusp>)
- ✿ Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. (<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistafadir>)
- ✿ Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná - UFPR. (<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/direito/>)
- ✿ Revista da Faculdade Mineira de Direito. (<http://periodicos.pucminas.br/index.php/Direito>)
- ✿ Revista de Direito Internacional Econômico e Tributário - Revista da Universidade Católica de Brasília. (<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDIET>)



- ✿ Revista de Direito Mackenzie – Revista da Faculdade de Direito e Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie. (<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rmd>)
- ✿ Revista Direito GV - Revista da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas - FGV. (<http://direitosp.fgv.br/publicacoes/revista/revista-direito-gv>)
- ✿ Revista do Curso de Direito - Revista da Faculdade de Humanidades e Direito da Universidade Metodista de São Paulo. (<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/RFD>)
- ✿ Revista do Curso de Mestrado em Direito (RVMD) - Revista do Programa de Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília. (<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/rvmd>)
- ✿ Revista Jurídica - Revista da Facultad de Derecho da Universidad Católica de Guayachil. (<http://www.revistajuridicaonline.com/index.php>)
- ✿ RFD - Revista da Faculdade de Direito da UERJ - Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ. (<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj>)
- ✿ Rivista internazionale di filosofia del diritto - Revista da Universidad de la Rioja - España. (<http://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=1308>)
- ✿ SAPIENTIA - Revista do Curso de Direito (graduação) e do Programa de Pós-Graduação em Direito (especialização) do Centro Universitário Estácio de Sá de Belo Horizonte. (<http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/direitobh>)
- ✿ SEQUÊNCIA - Estudos Jurídicos e Políticos - Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. (<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia>)

### 3.7 NSA

### 3.8 NSA

### 3.9 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS

Os equipamentos e a rede da Faculdade São Francisco de Assis são atualizados de acordo com as necessidades tecnológicas existentes, sendo feita a execução de testes de performance, de velocidade, e ao se instalar novos aplicativos e programas verifica-se a possibilidade de Upgrade nos equipamentos e na rede.

A Faculdade São Francisco de Assis mantém em seu orçamento um percentual mensal da receita para ser gasto com equipamentos e investimentos em laboratórios. Em casos especiais, quando da necessidade de verba extra, a Diretoria se reúne e o percentual pode ser aumentado. A maior parte das atualizações tecnológicas feitas nos laboratórios parte de solicitações feitas pelo diretor e coordenadores de cada área à Diretoria, que toma ciência e coloca no plano orçamentário para ser executado.

A Instituição tem como objetivo a atualização de seus laboratórios fazendo a troca dos equipamentos dos mesmos a cada três anos ou quando se fizer necessário.

Neste caso, a Instituição se responsabilizará pela montagem de laboratórios específicos para as disciplinas que os necessitarem, sempre atendendo as sugestões do Diretor da Faculdade e seus coordenadores.

A Instituição disponibiliza, além dos Laboratórios de Informática, um Laboratório de Computação Gráfica, Laboratório de Arquitetura e Redes e um Laboratório de Robótica. Ademais, a Faculdade São Francisco de Assis se responsabilizará pela montagem de laboratórios específicos para as disciplinas que os necessitarem, sempre atendendo as sugestões do Diretor da Faculdade e seus coordenadores.



Para o Curso de **Direito**, além dos laboratórios de informática, temos o NPJ – Núcleo de Prática Jurídica onde os alunos, orientados pelo professor das disciplinas de Prática Jurídicas realizam audiências simuladas, júri simulado, sustentação oral e ainda produzem todas as petições jurídicas desde contrato de prestação de serviço até um recurso ao Supremo Tribunal Federal, a fim de vivenciar na prática o exercício da advocacia. O NPJ reproduz o ambiente de um escritório de advocacia, observando também os requisitos do Conselho Nacional de Educação e da OAB no tocante à estrutura física dos Núcleos de Prática Jurídica em instituições de ensino superior.

Ao longo do curso, os discentes precisam cursar quatro disciplinas de prática jurídica (I, II, III e IV). Nestas disciplinas, os alunos desenvolverão peças jurídicas em cada uma das áreas: civil, processual, penal e trabalhista.

Já no SAJUFIN os alunos atendem a população na solução dos seus conflitos, presidem audiências de mediação e conciliação sob a supervisão do Juiz local e do professor supervisor do Núcleo de Práticas Jurídicas. Não havendo conciliação, nossos alunos que apresentam ao judiciário, através da petição inicial por ele elaborada, o pleito do cidadão, requerendo através da observação da norma jurídica cabível ao caso concreto, a aplicação do direito e da justiça.

### 3.9.1 Laboratórios de Informática

#### 3.9.1.1 Instalações e Equipamentos existentes

A Faculdade São Francisco de Assis possui 5 (cinco) laboratórios de Informática, com 113 computadores de uso dos alunos, como segue:

- ✿ **O Laboratório A**, com 14 computadores, conectadas na INTERNET, com sistema Operacional Windows 10 para uso de aplicações gráficas como: CAD, CorelDraw e Photoshop.
- ✿ **O Laboratório B**, com 12 computadores, conectadas na INTERNET, com sistema Operacional LINUX e Windows 10 para uso de aplicações da Ciência da Computação, Robótica e redes;
- ✿ **O Laboratório C**, com 10 computadores, conectadas na INTERNET, com sistema Operacional Windows 10 para uso de aplicações Gráficas como: CAD, CorelDraw e Photoshop, este laboratório também possui uma impressora Multifuncional A3;
- ✿ **O Laboratório D**, com 10 computadores, conectadas na INTERNET, com sistema Operacional Windows 10 para uso de aplicações Gráficas como: CAD, CorelDraw e Photoshop;
- ✿ **O Laboratório E**, com 35 computadores, conectadas na INTERNET, com sistema Operacional Windows Server 2008R2 (terminal Service), para uso do office 2010 e acesso à internet.

A Instituição possui em suas áreas livres, 32 computadores para uso liberado aos alunos para acesso à internet, office, pesquisa etc.

A Instituição possui 2 (dois) Links de internet, sendo um link de 1 GB fornecido pela ALGAR Telecom e um link da CLARO de 600 MEGA, para uso das atividades dos laboratórios e demais computadores da Instituição., estes dois links estão conectados através de um Roteador/Balanceador da UBIQUITI – USG-PRO que distribui a conexão via cabo e também através de rádios WIFI da UBIQUITI, sendo que os computadores que operam com terminal service se conectam através de um SERVIDOR DELL PowerEdge 2980, Bi-processado com INTEL Quad-Core de 2.8 GHz, 32 GB de memória, HD de 1 TB em Raid1 e Sistema Operacional Microsoft Windows Server 2008 R2.

A Instituição oferece acesso à rede sem fio através de 15 HOTSPOTS (pontos de acesso) distribuídos em toda a estrutura da Instituição, onde cada aluno pode acessar através de autenticação de usuário e senha.



### 3.9.1.2 Plano de Informática

O Plano Diretor de Informática parte do pressuposto de que informática é meio e não fim. Assim, para definir o plano de aquisição de equipamentos de Informática deve-se antes definir as necessidades informacionais das Faculdades. As aquisições de equipamentos e softwares, previstos neste plano, têm como objetivo atender às necessidades decorrentes de:

I. Infraestrutura geral do sistema de informação, para apoio a todas as funções e atividades da Faculdade;

II. Atividades administrativas;

III. Atividades relacionadas com o controle acadêmico;

IV. Atividades da biblioteca e gerenciamento do acervo;

V. Acesso a acervo digital de provedores de informação e bibliotecas digitais;

VI. Atividades de ensino, de extensão e pesquisa.

Os objetivos do Plano de Informática são:

- ✿ Construção de canais de comunicação eficientes entre os integrantes da comunidade acadêmica, com objetivo de permitir o acesso a informações atualizadas;
- ✿ Construção de mecanismos de arquivamento e recuperação de dados de interesse dos vários grupos da comunidade acadêmica;
- ✿ Organização dos recursos para explorar de forma competitiva os recursos da internet em benefício da melhoria do ensino, pesquisa e extensão.

As metas a serem atingidas durante o período deste Plano de Informática são:

- ✿ Implantação de software de apoio administrativo para controle e planejamento eficiente e eficaz dos recursos financeiros e físicos;
- ✿ Implantação de recursos computacionais para controle acadêmico que permita o eficiente controle das atividades acadêmicas e a produção de informação para os alunos, professores, administradores e autoridades da área educacional;
- ✿ Banco de dados dos alunos e dos egressos;
- ✿ Implantação de recursos computacionais para o gerenciamento do acervo da biblioteca;
- ✿ Implantação de recursos computacionais que permitam a produção de modernos meios de apoio didático e estimulem a aprendizagem;
- ✿ Implantação de softwares que permitam a disponibilização de ambientes simulados para a prática das teorias e conhecimentos levados aos alunos;
- ✿ Implantação de *Home Page* institucional que possibilite um ambiente virtual de troca de informações e arquivos entre professores e alunos;
- ✿ Implantação de bancos de dados para apoio à pesquisa, com artigos dos vários congressos existentes e outros artigos e trabalhos disponibilizados em mídia digital, para acesso dos professores e alunos envolvidos com pesquisa;
- ✿ Assinatura de provedores de informação e bibliotecas digitais para apoio à pesquisa.

### 3.9.1.3 Serviços

O corpo técnico do Laboratório é formado por um auxiliar que ficará à disposição de professores e alunos para sanar possíveis problemas durante a execução dos trabalhos.

O Laboratório de Informática pode ser utilizado das 17h às 22h40min, de segunda a sexta-feira e sábados das 8h às 11h40.

Pode cadastrar-se como usuário do Laboratório de Informática todo docente ou discente. Cada usuário recebe uma senha de acesso, sendo de sua responsabilidade o sigilo e alteração periódica da mesma. As reservas de equipamentos devem ser feitas pelo e-mail com as informações:

- ✿ Horário inicial e final da reserva;



- Nome completo de quem reservou;
- Curso, turno e ano que estuda ou leciona;
- Software que pretende utilizar.

Fica a critério de o professor liberar para outros usuários, professores ou discentes, as máquinas disponíveis na sala, no momento de sua aula prática. Ao professor é resguardado o direito de cancelar a liberação de equipamento, a qualquer momento, principalmente em situações em que o usuário estiver prejudicando o andamento da aula. Reservas de usuários estão sujeitas à aprovação do responsável pelo Laboratório.

O Laboratório deve ser utilizado unicamente para atividades acadêmicas da Faculdade que necessitem da utilização prática do computador e estiverem ligadas ao ensino, pesquisa ou extensão. É vedada a utilização dos computadores para fins relacionados com atividades não acadêmicas. O aluno que incorrer em tal situação pode, a critério do responsável pelo Laboratório, ser suspenso temporária ou definitivamente da utilização do mesmo.

É dever de todo usuário zelar pelos equipamentos e instalações do Laboratório. Todos os softwares instalados podem ser utilizados pelo usuário, indistintamente, cabendo-lhe solicitar ao técnico de plantão que libere para a sua senha o software desejado. A impressão de faixas, cartazes, cartões, capas e similares somente pode ser realizada para apoiar a apresentação de trabalhos na Faculdade, devendo antes da impressão ser submetidos à avaliação do professor, técnico ou monitor de plantão.

Sendo solicitado pelo professor, técnico ou monitor de plantão, o aluno usuário deve, obrigatoriamente, mostrar a atividade que está desenvolvendo.

Cada computador pode ser usado, no máximo, por 02 (dois) alunos ao mesmo tempo, salvo em situações de aula em que o número de computadores não seja suficiente para a quantidade de alunos.

É terminantemente proibido beber, comer ou mesmo portar alimentos no Laboratório de Informática. É obrigação de todo usuário deixar sua bancada limpa, após a utilização do equipamento.

Nenhum aluno pode utilizar o equipamento por mais de 4 (quatro) horas, salvo autorização do responsável pelo Laboratório.

O Laboratório adota procedimento diário de backup, e não se responsabiliza pela integridade dos arquivos gravados no Disco Rígido do servidor, devendo cada usuário ser responsável pela cópia de segurança dos seus arquivos. Cópias de arquivos em pen drive devem ser feitas pelo técnico responsável pelo Laboratório, que deve formatá-lo ou submetê-lo a software antivírus antes de efetuar cópia para o usuário.

Fica expressamente proibida a instalação de software em qualquer equipamento do Laboratório, sem autorização prévia e escrita de seu responsável.

É de responsabilidade do professor, técnico e monitor de plantão manter a disciplina e a ordem no Laboratório de Informática. Qualquer conduta indevida deve ser comunicada ao responsável pelo Laboratório, através de Comunicação Interna, com provas anexadas e, se for o caso, indicação de medidas cabíveis.

### **3.10 NSA**

### **3.11 NSA**

### **3.12 NSA**

### **3.13 PROCESSO DE CONTROLE DA PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO**

A Faculdade São Francisco de Assis possui um sistema de controle de produção e distribuição de material didático, que busca atender as demandas definidas por cada disciplina do curso, considerando



as ementas, os conteúdos programáticos, os critérios de avaliação e as bibliografias básicas e complementares dessas disciplinas.

Os materiais didáticos são desenvolvidos por uma equipe técnica multidisciplinar para cada unidade curricular (disciplina), que estão divididos em dois tipos: material básico e material complementar, a fim de facilitar o processo de acessibilidade comunicacional entre todos os agentes integrantes do processo de ensino-aprendizagem dos cursos oferecidos pela IES.

O material básico, dentro do contexto comunicativo, serve como fonte fundamental de consulta para o corpo discente, sendo organizada de forma didática para que o processo de ensino-aprendizagem seja pleno em seu objetivo de capacitar os futuros egressos do curso, considerando suas competências e habilidades necessárias para o pleno exercício profissional.

O material básico deve incluir todo conteúdo referencial para as disciplinas do curso. Esse material deve ser concebido pelo docente conteudista e disponibilizado para o corpo discente por meio da plataforma que a faculdade possui, desenvolvida pela empresa Gennera, em conjunto com o SAP, (<https://www.gennera.com.br/solucoes/>), por meio da solução de ensino presencial e a distância, disponibilizado por diferentes mídias, suportes e linguagens, onde foi buscada a integração das gestões acadêmica e institucional, por meio do Gennera Academic One, através da plataforma denominada de Sala de Aula. A plataforma utilizada pelo curso é compatível com sistemas Android e iOS, permitindo que os alunos utilizem as principais tecnologias móveis.

O material básico é composto de recursos digitais e impressos, podendo ser disponibilizado para o corpo discente através de livros textos, físicos e eletrônicos (e-books), de videoaulas, quiz, de vídeos de apresentação, além de todo material e tecnologia que os docentes conteudistas propuserem para a apresentação desse material.

O material complementar será disponibilizado por multimeios definidos pelos docentes e tutores das disciplinas, podendo ter o mesmo formato do material básico ou utilizar outros meios necessários para a integralidade do processo de formação do aluno. Esse material poderá ser físico ou digital, sendo apresentado na forma de livros textos, na forma de documentos, de artigos, de vídeos, de documentários, de entrevistas, de filmes, de software etc., disponibilizados para consulta ou download no ambiente virtual de aprendizagem da Faculdade São Francisco de Assis. Sempre que solicitado pelos docentes e tutores das disciplinas, o material didático será atualizado e disponibilizado nos multimeios utilizados pela Faculdade para a perfeita comunicação e disponibilização dos recursos ao corpo discente.

O mesmo grupo de professores que criou a Faculdade São Francisco de Assis criou uma Editora própria dentro da Faculdade, possibilitando que todo material didático, seja básico ou complementar, seja produzido internamente na sua integralidade, contando com uma equipe técnica multidisciplinar para sua elaboração. Para isso, em todas as fases de produção do material didático os professores que ministram as disciplinas participam do processo desde a primeira revisão do material, onde podem ser sugeridas novas abordagens, especialmente com propostas de inclusão ou alteração de tecnologias e recursos que facilitem o processo de ensino-aprendizagem. Após essa etapa, o material deve ser reencaminhado para o docente conteudista que poderá ou não acatar as sugestões de alteração. Após o retorno do material, a equipe técnica multidisciplinar deverá fazer uma revisão ortográfica e gramatical da língua portuguesa e encaminhar para a diagramação, através do grupo de Design, que, após essa fase, devolverá o material para o docente para aprovação final e posterior produção.

Como política de revisão e atualização do material didático, os mesmos deverão ser revisados e atualizados sempre que os docentes e/ou docentes conteudistas considerarem necessário. Os coordenadores dos cursos deverão acompanhar todas as etapas do desenvolvimento do material didático que será utilizado no curso, aprovando o resultado final desenvolvido pelos demais atores. O professor conteudista poderá ser o próprio professor da disciplina ou poderão ser outros professores que atuem como responsáveis pelo desenvolvimento dos materiais básicos e complementares. Esses professores terão um contrato de edição firmado com a Editora responsável pela produção do material.



Os livros textos devem apresentar todos os conteúdos definidos nas ementas das disciplinas, sendo disponibilizados na forma impressa e na forma digital. Os docentes conteudistas deverão produzir esse material seguindo uma linguagem compatível com o ensino presencial e a distância, devendo não se limitar a produção de textos tradicionais, com características mais estáticas e com o uso de figuras. Os textos poderão estar associados com ferramentas de áudio, como músicas, falas, explicações etc., de visualização, como vídeos, mapas, fotos, ilustrações hipertextos etc., assim como todos os recursos que facilitem o aprendizado do aluno.

As videoaulas são fundamentais para a motivação do corpo discente, na busca do melhor aproveitamento no processo de ensino e aprendizagem. As videoaulas devem ser concebidas com o intuito de facilitar esse processo. Esse material deve ser concebido de forma conjunta com os textos em PDF ou em e-book, para que os alunos tenham um conjunto amplo de possibilidade de aprendizado. As videoaulas poderão ser apresentadas na forma de áudio, de captura de tela e de vídeo.

O quiz é uma ferramenta disponibilizada pelo Gennera Academic One, que possibilita a realização de testes ao longo do processo de ensino-aprendizagem. As questões que serão utilizadas nessa ferramenta serão desenvolvidas pelos docentes conteudistas, quando da elaboração dos livros textos e pelos docentes responsáveis pelas disciplinas e discutidas com os alunos pelos tutores.

Aliado ao uso dessas ferramentas, a Faculdade São Francisco de Assis gerencia o processo de controle de produção e distribuição do material didático através do grupo multidisciplinar de apoio na produção e design do material didático, devendo disponibilizar toda logística necessária para o desenvolvimento do material didático básico e complementar, supervisionando o controle e a distribuição do material, buscando atender a todas as demandas da comunidade acadêmica, contingenciais, ou não, para que seja garantida a continuidade de funcionamento das atividades acadêmicas e a oferta de todo material demandado pelos usuários. Da mesma forma, essa equipe é responsável pelo processo avaliativo da produção e distribuição do material didático, sempre na busca de um processo de melhoria contínua.

### **3.14 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: ATIVIDADES BÁSICAS E ARBITRAGEM, NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ATIVIDADES JURÍDICAS REAIS**

O Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da Faculdade São Francisco de Assis é o pilar central para a formação profissional dos estudantes do curso de Direito, concebido como um centro de articulação das práticas integradoras que definem a figura do jurista moderno. Sua missão primordial é a preparação do aluno para o **efetivo exercício da profissão de advogado**, abrangendo desde a elaboração de contratos de honorários advocatícios até a compreensão e atuação em processos e procedimentos em todas as instâncias jurídicas, culminando nas cortes superiores de Brasília. É um espaço que privilegia a articulação entre a teoria e a práxis, garantindo uma formação completa e de qualidade.

#### **3.14.1 NPJ – Atividades Básicas**

O Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da Faculdade São Francisco de Assis é o pilar central para a formação profissional dos estudantes do curso de Direito, concebido como um centro de articulação das práticas integradoras que definem a figura do jurista moderno. Sua missão primordial é a preparação do aluno para o **efetivo exercício da profissão**, abrangendo desde a elaboração de contratos de honorários advocatícios até a compreensão e atuação em processos e procedimentos em todas as instâncias jurídicas, culminando nas cortes superiores de Brasília. É um espaço que privilegia a articulação entre a teoria e a práxis, garantindo uma formação completa e de qualidade.

A prática jurídica é desenvolvida nos núcleos de direito civil, direito penal e direito do trabalho, onde os alunos vivenciam na prática todos os caminhos do processo, através de processos simulados, até a vivência em audiências e sustentações orais perante os tribunais.



Todos os núcleos realizam atividades simuladas como audiências, Tribunal do júri, sustentação oral, conciliação, mediação e arbitragem.

Através do convênio com o Tribunal de Justiça, os acadêmicos da Faculdade São Francisco de Assis os alunos vivenciam o andamento de um processo real bem como participam de audiências de conciliação tanto no âmbito pré-processual como processual e prestam atendimento ao público.

Os Alunos da Faculdade São Francisco de Assis no NPJ e através do convênio com o SAJUFIN instalado no campus da faculdade, confeccionam gratuitamente petições iniciais pleiteando os direitos daqueles que procuram o atendimento dos alunos e não conseguem obter sucesso na conciliação, que será distribuída perante o Juizado Especial Cível da comarca de Porto Alegre. Essas atividades realizadas no Núcleo de Prática Jurídica serão consideradas atividades de estágio.

### 3.14.2 Convênios

Com o intuito de alcançar os objetivos pedagógicos e viabilizar a dinâmica e o método de simulação que aproximam os exercícios simulados da prática jurídica da advocacia, a Faculdade São Francisco de Assis optou por valer-se de sua política de convênios de cooperação técnico-científica com entidades externas. Esses convênios abrangem órgãos e empresas públicos, instituições de ensino e pesquisa nacionais e estrangeiras e organizações não governamentais, e têm por objetivos:

- a) estabelecer as bases gerais de mútua cooperação para o desenvolvimento de projetos científicos e pedagógicos na área do **Direito**;
- b) realizar eventos científicos de curta duração, projetos de extensão universitária, cursos de aperfeiçoamento e de especialização e produção e divulgação de textos científicos e pedagógicos;
- c) realizar estudos e pesquisas de caráter científico no âmbito do **Direito**;
- d) execução de projetos voltados ao ensino da prática jurídica, por meio de exercícios práticos simulados, de acordo com a metodologia das clínicas e dentro das áreas de atuação das entidades parceiras.

### 3.14.3 NPJ – Arbitragem, Conciliação e Mediação

No Direito moderno, a **arbitragem, conciliação e mediação** são realidades inegáveis e essenciais. A Faculdade São Francisco de Assis entende que a formação de um profissional completo exige o conhecimento e a compreensão da importância dessas áreas. Por isso, o perfil do egresso da instituição é moldado para ter uma **visão conciliadora**.

A Faculdade São Francisco de Assis, por meio de parceria ajustada com Tribunal de Justiça, incentiva apoia e fomenta a realização do curso de formação de conciliadores e mediadores do TJ-RS, fazendo com que diversos alunos sejam conciliadores oficiais deste órgão nesta comarca.

Atividades simuladas de Arbitragem, conciliação e mediação acontecem em todos os núcleos do NPJ sendo que os alunos ainda exercitam o tema nas audiências realizadas no SAJUFIN dos processos deste órgão e da primeira vara cível de Porto Alegre, que concentra suas conciliações na Faculdade São Francisco de Assis. Como afirmado alhures muitas destas audiências são presididas por membros do corpo discente da instituição.

### 3.14.4 Do Serviço de Assistência Judiciária – SAJUFIN

O NPJ dispõe de escritório para práticas jurídicas de atendimento à comunidade carente, denominado Serviço de Assistência Jurídica - SAJUFIN, que terá suas atividades desenvolvidas pelos acadêmicos regularmente matriculados nas disciplinas de Práticas Jurídicas I a IV e na disciplina de Serviço de Assistência Judiciária Gratuita, a que compete:

I- Atendimento das partes carentes da comunidade, compreendendo triagem, pesquisa, elaboração de peças processuais e acompanhamento dos respectivos processos das atividades práticas reais nas áreas cível, penal e trabalhista. A triagem de seleção será obrigatoriamente coordenada pelo professor responsável pelas disciplinas de prática jurídica e executada pelos alunos no NPJ;



II- Para fim de atendimento junto ao SAJUFIN os acadêmicos serão distribuídos em equipes pelos professores, que serão responsáveis pela orientação e acompanhamento dos atos processuais, firmando suas assinaturas, incluindo as pendências das partes que puderem ser solucionadas sem o necessário protocolo judicial.

III- o SAJUFIN funcionará durante o ano letivo em horário de atendimento ao público fixado em local de ampla divulgação pelo NPJ após aprovação da Direção da Faculdade São Francisco de Assis

Os alunos serão orientados pelos seguintes professores:

- ☼ Otávio Borsa Antonello;
- ☼ Alexandre Alberto dos Santos Werlang;
- ☼ Jonny Werlang Berger; e
- ☼ José Luiz dos Santos.

Durante os períodos de férias e recessos haverá obrigatoriamente plantão em horário previamente fixado de acordo com os horários de atendimentos da Faculdade São Francisco de Assis, com finalidade de atender aos atos urgentes de assistência e acompanhamento de processos em andamento.

#### 3.14.4.1 Objetivo e missão do SAJUFIN

O objetivo primordial do SAJUFIN é o pedagógico, sendo um laboratório prático no qual os alunos deverão aplicar os conteúdos teóricos adquiridos nas demais disciplinas do Curso, sob a orientação de professores, com o escopo de entrelaçar o conhecimento teórico e o prático, objetivando a consolidação de uma formação jurídica de qualidade. A segunda finalidade é revestida de importância ético-social extremamente relevante, é a prestação de serviço à comunidade carente de Porto Alegre, mediante a atuação em processos judiciais e atendimento às consultas desta mesma coletividade. A missão do SAJUFIN é conjugar o conhecimento jurídico teórico com o prático, pautando-se na ética jurídico-social, buscando o atendimento das demandas da comunidade. O horário de atendimento é das 13h30min. às 17h.

Por se tratar de atividade prática com atendimento ao público externo a pontualidade é imprescindível. Somente será aceito atraso de até 15 (quinze) minutos, em caso de exceção após este, será lançada falta no diário de classe.

#### 3.14.4.2 Clientes – Triagem

O SAJUFIN prestará atendimento a todas as pessoas que estejam em condição de vulnerabilidade. Nesse sentido, consideram-se vulneráveis todas as pessoas que comprovarem renda familiar mensal, igual ou inferior a **três salários mínimos nacionais**, considerando-se os ganhos totais brutos da sua entidade familiar.

Na aferição da renda familiar, para fins de atendimento, deverão ser deduzidos:

- ☼ Meio salário mínimo por dependente;
- ☼ Parcelas devidas por lei ou determinação judicial, tais como impostos incidentes sobre a renda, verbas previdenciárias e pensão alimentícia;
- ☼ Gastos ordinários com a moradia familiar, tais como despesas relativas ao consumo de água e energia elétrica, condomínio, aluguel e financiamento imobiliário para a aquisição de bem de família, até o limite de um salário mínimo nacional.

A competência da causa deverá ser da Justiça Estadual, na Comarca de Porto Alegre, cuja jurisdição abrange o município de Porto Alegre, o que exclui demandas previdenciárias, inventários e indenizações. Por motivos éticos não são prestados serviços à parte contrária em ação patrocinada pelo SAJUFIN.



### 3.14.4.3 Passos e regras para o primeiro atendimento ao cliente

Os clientes deverão seguir os seguintes passos para obter a assistência judiciária gratuita:

- ✿ Preencher o cadastro, o relato do problema, a Ficha de triagem e submeter à apreciação do professor orientador para verificar se o SAJUFIN pode atender a demanda. Não sendo caso de atendimento pelo SAJUFIN, a orientação é para procurar um profissional, sem indicá-lo nominalmente, ou na hipótese de pessoa hipossuficiente, indicar a Defensoria Dativa ou outra instituição que preste assistência jurídica gratuita;
- ✿ Solicitar cópia de comprovante de renda e endereço e documentos pessoais de identificação;
- ✿ Prestar os esclarecimentos iniciais ao cliente;
- ✿ Preencher o Relato dos fatos de forma pormenorizada e que outras pessoas compreendam os fatos ocorridos e qual a pretensão do cliente (inclusive quando apenas consulta) e posteriormente a ficha de Cadastro;
- ✿ Discutir com o professor da disciplina o encaminhamento a ser dado ao caso e solicitar ao cliente cópia dos documentos e demais provas necessárias;
- ✿ Preencher procuração, declaração de hipossuficiência e termo de compromisso, colher a assinatura do cliente (Somente uma (01) via);
- ✿ Havendo possibilidade de composição extrajudicial, deverá o aluno solicitar à secretaria o agendamento de uma reunião com as partes envolvidas. Obs. Na hipótese de atendimento de clientes após o término da disciplina do SAJUFIN, o aluno deverá solicitar à secretaria para agendar horário não conflitante com as demais disciplinas do NPJ e combinar previamente com o professor para acompanhá-lo.
- ✿ Findo o atendimento, deverá o acadêmico solicitar ao professor orientador a autorização para liberar o cliente, bem como o encaminhamento administrativo para a pasta (arquivo morto/aguardar retorno etc.), o qual será realizado pela secretaria.
- ✿ O aluno deverá agendar retorno do cliente sempre no segundo horário de aula.

### 3.14.4.4 Esclarecimentos iniciais ao cliente e atendimento de retorno ao cliente

Durante o atendimento, algumas informações cruciais são fornecidas aos clientes:

- ✿ O serviço do SAJUFIN é prestado por acadêmicos de Direito sob a supervisão de professores do Curso de Graduação em Direito regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil;
- ✿ Sempre que houver alteração no endereço ou o número do telefone do cliente, este deverá comunicar ao SAJUFIN, sob pena de renunciarmos ao mandato se não houver como contatá-lo;
- ✿ O cliente deve informar imediatamente ao SAJUFIN o recebimento de qualquer comunicado oficial das autoridades judiciárias (intimação, citação ou notificação);
- ✿ O acadêmico deve informar ao cliente, de maneira clara e inequívoca, quanto a eventuais riscos da sua pretensão e das consequências que poderão advir da demanda;
- ✿ Para ciência do cliente acerca do andamento da ação (após a propositura da mesma), deve vir pessoalmente ao SAJUFIN, pois, por questões de segurança, não serão prestadas informações por telefone.

Quanto ao retorno de atendimento ao cliente, o acadêmico deverá ler na pasta do cliente as solicitações feitas e verificar se elas foram atendidas, relatar o atendimento de retorno do cliente e Verificar com o professor orientador o encaminhamento e, após, instá-lo a assinar a pasta para devolvê-la à secretaria.



#### **3.14.4.5 Confeção de peças processuais e tramitação da ação**

O objetivo a ser buscado pelo aluno (e exigido pelos professores) é o de construir a petição o mais academicamente perfeito possível, observando-se desde os requisitos legais, até a qualidade da fundamentação e argumentação jurídicas.

Dessa forma, munido de cópia dos documentos do cliente, o aluno deverá elaborar a atividade (petição inicial/intermediária/parecer ou outro) no prazo estabelecido pelo professor e divulgado por e-mail. Todas as petições/pareceres e demais atividades deverão ser enviadas através do e-mail: **sajufin@saofranciscodeassis.edu.br** com cópia para o contato da secretária.

Caso não haja alteração determinada pelo professor, a peça será protocolizada; do contrário, a equipe será informada, através do **e-mail**, para proceder às modificações. Todas as petições deverão finalizar com o nome do professor e dos alunos que a elaboraram (sem assinar), bem como a disciplina ao qual pertencem.

Com o atendimento, o cliente passará a estar vinculado à equipe, cabendo-lhes acompanhar o trâmite processual, cumprir os prazos através da elaboração de petições, comparecer as audiências designadas, dentre outros procedimentos que se fizerem necessários.

O andamento processual poderá ser obtido na página do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul: <http://www.tjrs.jus.br>.

#### **3.14.4.6 Redistribuição de processos**

Os acadêmicos receberão, por redistribuição, os processos das equipes que terminaram o SAJUFIN e deverão preencher um relatório de andamento processual para cada um, o qual será avaliado pelo professor. A partir da redistribuição, a equipe se torna responsável pelo processo até o final da disciplina de prática jurídica.

#### **3.14.4.7 Comportamento e cumprimento dos prazos**

A boa educação, a ética, a linguagem escorreita, o tom de voz e vestuário adequados, deverão ser observados em todas as atividades do SAJUFIN. Os serviços prestados deverão ser realizados obedecendo as regras pertinentes ao sigilo profissional, nos termos dos arts. 25 a 27 do Código de Ética e Disciplina da OAB.

A publicação dos prazos das atividades a serem cumpridas pelos acadêmicos é feita pelo e-mail dos alunos que é o único meio de comunicação entre o SAJUFIN e os alunos, e considerar-se-ão estes cientificados sempre que a informação for ali publicada. Excepcionalmente, na hipótese de prazo judicial exíguo os acadêmicos serão notificados por telefone.

A perda de prazo acarretará: 1) atribuição da nota zero na peça não confeccionada; 2) decréscimo de 2 pontos na média em cada peça não cumprido.

#### **3.14.4.8 Término das atividades no SAJUFIN**

Os acadêmicos devem cumprir as atividades no SAJUFIN até o último dia do semestre letivo. Portanto, após o último dia do semestre letivo do Serviço de Assistência Judiciária II os acadêmicos são desvinculados automaticamente de todos os processos do SAJUFIN.

#### **3.14.4.9 Avaliação Discente**

A avaliação dos alunos no SAJUFIN é composta pelos seguintes critérios e pesos:

- a) peças processuais - Peso (5);

- b) participação nas aulas – Peso (3);
- c) participação em audiência – Peso (2).

### **3.15 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

A Faculdade São Francisco de Assis não possui Comitê de ética próprio.

Todavia, caso tenhamos algum aluno com tal pleito, ele será encaminhado à Plataforma Brasil, com vistas ao Comitê de Ética na Pesquisa em Saúde da ESP – SES/RS o qual é homologado pela CONEP.

O Comitê funciona na Escola de Saúde Pública da Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul, com a qual mantemos termo de colaboração FPE 167/2020, para uso de todos os espaços e serviços, tendo tramitado no proa de origem 19/2000-0151031-9 e prorrogado por decisão governamental, amparado na legislação, encontrando-se vigente até 2031.

### **3.16 NSA**



## REFERÊNCIAS

Vestibular UFRGS 2024. Disponível em <https://www.ufrgs.br/vestibular/cv2024/densidade/> Acesso em Maio de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Inep. **Deed/Inep baseado em dados de Brasil**. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/notasestatisticas\\_censo\\_escolar\\_2023.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notasestatisticas_censo_escolar_2023.pdf). Acesso em jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES n.º 5 de 2018. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/normas-classificadas-por-assunto/diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao/rces005\\_18.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/normas-classificadas-por-assunto/diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao/rces005_18.pdf). Acesso em mar. 2024.

VYGOTSKY, **A formação social da mente**. O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1984.